R I E T - U F G D

REVISTA INTERDISCIPLINAR



EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

ANO 3 - VOL. III - NÚMERO I
2023

ISSN:2676-0355



A Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (RIET) tem como objetivo fo- mentar resultados de pesquisas empíricas e teóricas que envolvem o território e sua re- lação com a educação – a partir de suas múltiplas dimensões social, ambiental, política, econômica e cultural. As áreas de abrangência da **RIET** são: sociologia, antropologia, geo- grafia, história, pedagogia, linguagens, biologia e demais ciências da natureza e etnomate- mática. Os artigos são avaliados pelos pareceristas em regime de double blind peer review.

RIET – Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade

Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade

Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade Intercultural Indígena - FAIND

Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade- PPGET

Coordenadora: Dra. Andreia Sangalli.

E-mail: andreiasangalli@ufgd.edu.br

Vice-coordenador: Dr. Rodrigo Simão Camacho

E-mail: rodrigocamacho@ufgd.edu.br

Endereço: Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitária,
Cx. Postal 533 - CEP 79804-970

Ano 3 | Volume III | Número I
Janeiro/Junho de 2023
ISSN: 2676-0355

Organizadores do dossiê: Ruralidades contemporâneas: trabalho, relações de gênero e étnico-raciais".

Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel (UFGD)
E-mail: jeannemoura@ufgd.edu.br

Dra. Rubia Elza Martins de Sousa (UEMS)
E-mail: rubia.sousa@uems.br

Dra. Juliana Dourado Bueno (UNILAB)
E-mail: julidourado@unilab.edu.br

Dra. Mariana B. Perozzi Gameiro (IRD - Institut de Recherche pour le Développement)
E-mail: marianaperozzi@gmail.com

AS OPINIÕES EXPRESSAS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS (AS) AUTORES (AS)

Imagem da capa: Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

Diagramação: Editora da UFGD
Agência Três Criativos

EQUIPE EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Dra. Andreia Sangalli **-** UFGD

EDITORES ASSOCIADOS

Dr. Cássio Knapp, - UFGD

Dr. Daniel Valério Martins - UFGD

Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel - UFGD

Dr. Rodrigo Simão Camacho – UFGD

Dra. Racquel Valério Martins - UFGD

SUMÁRIO

Apresentação 07

Artigos do Dossiê

Resistências urbanas e novas ruralidades: redesenhos dos territórios e dos espaços de vivência e de luta nas sociedades contemporâneas
Giuseppa Maria Daniel Spenillo 14

"Educar" para territorializar e territorializar para "Educar" na Amazônia paraense: estudo de caso sobre a disputa territorial e educação do campo em Moju (PA)
Herique Heber dos Santos Reis
José Sobreiro Filho
Deisiane Souza 33

Atores e Políticas Públicas: dificuldades e estratégias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Remígio – PB
Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso 54

A política territorial e o Fórum da Borborema: experiência e discussões
Rony Willams Frutuoso de Souza
Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso 80

Políticas públicas e assentamentos rurais: os impactos sociais dos cortes de investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Itamarati II -MS
Leonice Alexandra Tessmann de Correia 104

Reflexões sobre o saber local e o saber ocidental dominante: alternativas e destruição da biodiversidade
Jaqueline Pardinho Braz
Katiuscia Moreno Galhera 124

Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural
Leonardo Rauta Martins 137

Trabalhadoras rurais, vulnerabilidade social e participação: atualidade da pedagogia freireana
Telma Regina Batista Nascimento 157

Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos

corpos-territórios contra a violência patriarcal no assentamento Santo Antônio, sul de Mato Grosso do Sul
Luciana Pereira Higino
Gislaine Carolina Monfort
Laura Jane Gisloti 173

Cultura indígena Jenipapo-Kanindé: o caso da mandioca
Wellington Ferreira de Freitas Filho
Josemar Adelino de Farias Júnior
María Esther Martinez Quinteiro 193

A transferência do conhecimento tradicional/tácito para o conhecimento explícito, como forma de proteção à cultura da comunidade da terra indígena Mãe Maria
Cristiane de Menezes Vieira Bline 212

Resenha

Djamila Ribeiro -Lugar de Fala
Lidiane Pereira Ramos 234

Entrevista

A pesquisa como um "artesanato": a sociologia pelas lentes da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva
Por Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel 239

REVISTA INTERDISCIPLINAR
R I E T
EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

APRESENTAÇÃO

O Dossiê “Ruralidades contemporâneas: trabalho, relações de gênero e étnico-raciais” surgiu da pertinência de se discutir questões relevantes do mundo rural, bem como suas interconexões socioterritoriais. Dessa forma, o dossiê acolheu artigos que propõem enxergar a diversidade do mundo rural e interpretam esse território-espaço a partir das suas contradições, das relações com as diversas formas de produção e com os processos de desenvolvimento rural. Destacando-se, ainda, as relações de gênero, geracionais e étnico-raciais como temas centrais na configuração das relações de poder.

Apresentamos a finalização desse dossiê com imensa alegria, ciente de que cumpriu os objetivos que a Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (RIET) - do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET - UFGD) - se propõe a fazer, e que diz respeito a publicação de trabalhos que dão conta das diversidades presentes no território brasileiro.

A organização desse número foi possível por causa do empenho de várias mãos que se colocaram à frente para publicá-lo. Assim, agradecemos imensamente a profa. Dra. Andreia Sangalli, Editora-chefe da revista, que com empenho e dedicação incansável se colocou à disposição para finalizá-lo e tornar esse sonho possível. Também gostaríamos de agradecer ao servidor Givaldo Ramos, que mesmo vivenciando momentos difíceis, não se absteve de ajudar na organização desse número, bem como os demais funcionários da Editora da UFGD.

Ademais, esse número se insere como parte de um esforço coletivo e de uma articulação em rede que uniu pesquisadoras de diversas instituições de ensino/pesquisa: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Institut de Recherche pour le Développement (IRD – França). Foi a partir desse lugar/olhar, experienciados pelas organizadoras, que os artigos apresentados foram articulados. A prioridade foi trazer à tona trabalhos que priorizassem a intersecção do rural com as questões de gênero e étnico-raciais.

O Dossiê baseou-se no escopo analítico da revista, e tem por prioridade a análise das dinâmicas de vida engendradas pelas populações do campo em suas múltiplas dimensões (social, econômica, política, cultural, educacional e ambiental), sob uma perspectiva teórico-metodológica crítica e interdisciplinar.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Com base nestas reflexões a organização desse número abordou as seguintes temáticas:

- cultura, meio ambiente e a diversidade geracional, étnico-racial e de gênero nos territórios rurais;
- ruralidades, modo de vida e a identidade das populações do campo;
- as diferenças de racionalidades entre as classes socioterritoriais no campo;
- resistências urbanas e ruralidades
- a diversidade das relações de trabalho no campo;
- Movimentos sociais do campo;
- políticas públicas de desenvolvimento territorial no campo.

A discussão sobre ruralidades compreende o mundo rural como portador de múltiplos significados e, desde meados do século XX, aponta para o fato de como a modernização da agricultura e a proximidade com os grandes centros urbanos trouxeram ao espaço rural uma maior problematização de sua existência enquanto realidade social. Ou seja, se antes o rural era interpretado de forma quase majoritária pela literatura como um lugar de relação com a natureza, da produção agropecuária e da moradia; agora, ele passa a ser analisado a partir dessas novas realidades.

Sob esse aspecto, tem-se uma reconfiguração das relações estabelecidas historicamente entre o lugar e os sujeitos do rural. Daí, a ruralidade emerge enquanto categoria que tenta abarcar a diversidade populacional do mundo rural, suas simbologias, cultura, educação, relações e trabalho, modos de vida e sociabilidades, juventude, relações de gênero e étnico-raciais.

Assim, os debates apresentados no Dossiê se apontam, em cada artigo, para essa problematização. Selecionados em meio a contribuições – plurais e diversas - de diferentes autores, os trabalhos evidenciam uma construção do conhecimento científico propositivo e que dialoga com a realidade social em que se vive.

Diante desta conjuntura, sistematizamos aqui 12 artigos científicos, uma resenha e uma entrevista, que se desafiam a contribuir para a compreensão da diversidade dos territórios/territorialidades das populações do campo, com suas formas de produção e de vivências.

Abrimos o dossiê com o artigo **"Resistências urbanas e novas ruralidades: redesenhos dos territórios e dos espaços de vivência e de luta nas sociedades contemporâneas".** Elaborado por Giuseppa Maria Daniel Spenillo, o trabalho traz uma análise sobre os fenômenos envolvidos na metamorfose da luta social de resistência. Este direito constrói-se das expectativas de uso da cidade e, nas últimas décadas, vem se transformando num direito à vida urbanizada – dado o reconhecimento de que urbano e rural se descolam dos territórios tradicionais e se

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

transformam em espaços de relação, criação, convívio e identidade. Nesse sentido, são apresentados exemplos das ruas e dos territórios virtuais da internet em busca de conhecer os sujeitos que resistem e as causas de suas resistências ao sistema-mundo hegemônico. Pretende-se assim demonstrar que as ações políticas de resistência recolocam na vida urbanizada contemporâ- nea elementos do chamado mundo rural, construindo novas ruralidades – novas significações, novos vínculos e relações com o meio ambiente, com a natureza, com a humanidade e com a comunidade.

O artigo "**Educar" para territorializar e territorializar para "Educar" na Amazônia paraense: estudo de caso sobre a disputa territorial e educação do campo em Moju (PA)**, foi desenvolvido por Herique Heber dos Santos Reis, José Sobreiro Filho e Deisiane Souza, e traz como abordagem principal a disputa territorial promovida através dos modelos de educação entre o campesinato e o agronegócio em Moju (PA). As conflitualidades ocorrem, sobretudo, pela apropriação, subordinação e destruição do território camponês por meio da educação implementada nas escolas do espaço agrário sob a perspectiva urbanocêntrica e do agronegócio que, por sua vez, não contemplam o desenvolvimento popular do campo. Destaca-se também o significativo papel da escola desta comunidade rural dentro dessa dinâmica de territorialização e manutenção das relações territoriais da empresa. Tendo em vista que é importante introduzir uma educação que de fato represente e atenda o campesinato e as comunidades tradicionais desde e para os seus respectivos territórios, o artigo também contém as críticas no que se refere à imprescindibilidade de efetivação da Educação do Campo.

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso apresenta o artigo intitulado **"Atores e Políticas Públicas: dificuldades e estratégias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Remígio – PB"** em que analisou a execução da Lei 11.947/2009 no município de Remígio – PB no ano de 2017, bem como a participação dos atores envolvidos no processo das compras institucionais. A metodologia adotada foi de estudo de caso, no acompanhamento da primeira Chamada Pública para identificar as dificuldades e entender quais as estratégias definidas pelos atores sociais, identificados como "atores hábeis". Os resultados mostraram que, a criação da Casa da Merenda foi um importante passo para sanar o problema de estoque de alimentos, além disso, a participação das mulheres no PNAE demonstrou que através de uma construção coletiva elas puderam alcançar novos espaços de venda de seus produtos, permitindo a busca por autonomia. No entanto, observou-se que, embora os atores tenham criado estratégias para melhorar o funcionamento do PNAE, elas não foram suficientes para resolver questões burocráticas, estruturais, organizacionais devido à própria complexidade do Programa.

Na sequência, o artigo **"A política territorial e o Fórum da Borborema: experiência e discussões"** é apresentado por Rony Willams Frutuoso de Souza e Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso. A pesquisa apresenta o recorte de um território rural com um considerável

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

capital social, representado por diversas organizações sociais e ativos atores do poder público, interessados na proposta territorial, e as diversas dificuldades nos momentos de articulação de propostas em conjunto cujo objetivo era fortalecer o próprio colegiado. Os recursos utilizados nesta pesquisa foram de textos relacionados à temática, atas e relatórios das atividades do colegiado, assim como relatos de atores que estavam envolvidos com essa política pública na região da Borborema paraibana. Apesar de alguns bons resultados na aplicação da política territorial, devemos pensar também nos vários aspectos que dificultaram a execução da mesma, como o conflito de interesses entre os vários atores envolvidos e a burocracia que de certa forma impediu a concretização de alguns projetos acordados no colegiado e, principalmente, pensar na fragilidade das políticas públicas executadas no país, assim como, refletir também como e quando a ação pública poderá efetivamente tornar-se uma alternativa consistente para o campesinato brasileiro e suas organizações.

As "**Políticas públicas e assentamentos rurais: os impactos sociais dos cortes de investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Itamarati II -MS**" são discutidas por Leonice Alexandra Tessmann de Correia. A pesquisa analisou a diminuição dos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã -MS, entre os anos de 2015-2017. Com isso, buscamos compreender os impactos – econômicos e sociais - dessa perda de recursos nas famílias excluídas do programa, bem como naquelas que tiveram projetos aprovados parcialmente. A diminuição dos valores e o eventual enfraquecimento do PAA tem se revelado um drama na vida dos assentados da reforma agrária, tendo em vista que essa política pública é uma das principais responsáveis pelo escoamento da produção na agricultura familiar e uma porta de entrada para outros programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra modalidade de Programa de Aquisição de Alimentos, que é chamado compra institucional, onde os alimentos são adquiridos para órgãos governamentais (quartéis municipais, por exemplo).

No artigo ''**Reflexões sobre o saber local e o saber ocidental dominante: alternativas e destruição da biodiversidade**", Jaqueline Pardinho Braz e Katiuscia Moreno Galhera propõem uma reflexão teórica, fruto da necessidade de se debater em torno das formas de saber e suas implicações. O objetivo consiste em apresentar o saber local e suas alternativas ao desenvolvimento, frente ao saber ocidental dominante, construído e reproduzido como superior aos demais saberes. Como resultado desse processo, o saber que se julga dominante/oficial acaba por gerar um tipo de monocultura da mente, o qual implica em limitações na sua estrutura e favorece a destruição da biodiversidade nas comunidades locais, motivando, ainda, o discurso da maximização do lucro. Diante desse cenário, é necessário reconhecer e resgatar os saberes locais, como solução aos problemas causados pela lógica dominante. Esse trabalho se insere dentro de uma perspectiva teórica, e sua realização se deu por meio de uma revisão bibliográfica. Para isso, foram considerados autores que abordam a temática, como a Vandana Shiva que tratará a Monocultura da Mente.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural, organizado por Leonardo Rauta Martins, enfoca o robustecimento dos estudos sobre gênero e juventude rural nas últimas décadas, destacando a transição ocorrida nos estudos de juventude: de uma perspectiva focada na saída dos jovens das áreas rurais para outra centrada na compreensão da permanência desses sujeitos nesses espaços. Como forma de contribuir para esse debate, este texto objetiva discutir o fenômeno da permanência dos jovens no campo a partir da interconexão entre os temas juventude, gênero e sexualidade, demonstrando a importância destas questões na efetivação da permanência da juventude no campo.

Telma Regina Batista Nascimento, através do Título **"Trabalhadoras rurais, vulnerabilidade social e participação: atualidade da pedagogia freireana",** discute o papel da pedagogia de Paulo Freire enquanto principal base da Educação Popular presente nas lutas das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF), contra os processos de desigualdade/exclusão implicados a vulnerabilidade social no meio rural do mu- nicípio de Serrinha, Território do Sisal baiano. O método utilizado foi a revisão bibliográfica, de base sociológica e educacional, tomando como referências uma dissertação, uma tese, um webnário, livros e artigos. Como encaminhamentos da pesquisa, verificou-se que as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais apontam para a relevância da pedagogia freireana, base fundamental da Educação Popular, na construção de espaços contra hegemônicos a lógica de exclusão e das vulnerabilidades decorrentes do sistema capitalista.

Ainda na linha das lutas pela Educação Popular de Paulo Freire, o décimo artigo é apresentado pelas autoras Luciana Pereira Higino, Gislaine Carolina Monfort e Laura Jane Gisloti. O trabalho **"Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no assentamento Santo Antônio, sul de Mato Grosso do Sul",** contribui com registros sobre a violência patriarcal produzida contra os corpos femininos e, neste contexto, consideram que as mulheres do campo vivem a intensificação dessas condições, nas lutas pela sua sobrevivência e pelos territórios de vida. Este é um estudo qualitativo, descritivo e reflexivo pautado na abordagem da teoria feminista e anticolonial, objetivando por um lado, investigar aspectos sobre a violência patriarcal contra as mulheres do assentamento rural Santo Antônio, em Mato Grosso do Sul. Também mencionam aspectos relacionados ao acolhimento e às redes de apoio acessadas pelas mulheres para o enfrentamento e combate à violência patriarcal. Encontramos como padrão a presença da violência sexista nas suas mais diversas expressões, de forma que a principal rede de apoio encontrada por essas mulheres está entre outras companheiras do assentamento. Consideramos que a consciência e a disposição das mulheres camponesas que despertam a esperança para que lutas de libertação das mulheres sejam construídas, a partir da base e do apoio mútuo entre as mulheres, para assim exterminar da sociedade a estrutura patriarcal que violenta mulheres de todos os territórios.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Apresentação

Os territórios dos povos originários estão representados nas temáticas investigadas nos dois próximos artigos. Wellington Ferreira de Freitas Filho, Josemar Adelino de Farias Júnior e María Esther Martinez Quinteiro apresentam o artigo **"Cultura indígena Jenipapo-Kanindé: o caso da mandioca"**. O povo Jenipapo-Kanindé, formado por 328 habitantes descendentes dos indígenas Payaku, residem na Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada no município de Aquiraz, Ceará, Brasil. Perderam seu idioma materno e falam a língua portuguesa, com fortes influências dos dialetos de outras tribos do Nordeste. Quebrando o ciclo de sociedade patriarcal, elegeram, por meio de votação, a primeira mulher cacique do Brasil. Ao deslindar a pesquisa, os autores escolhem uma narrativa sócio-histórico do cultivo da mandioca nas terras indígenas, mostrando como esta cultura agrícola possui grande rusticidade e imensa capacidade de adaptação a condições desfavoráveis de solo e clima. O tubérculo pode ser chamado de macaxeira ou aipim, dependendo da região de consumo e representa uma das culturas mais importantes para alimentação dos indígenas sul-americanos. Dito isso, passam a apresentar o povo Jenipapo-Kanindé bem como o cultivo da mandioca entre eles, o modo de consumo e a obtenção de renda por meio da comercialização de itens produzidos pela etnia. Tendo a interpretação antropológica como base metodológica, utilizaram a descrição densa de Geertz e uma revisão da literatura especializada sobre o tema para descrever os dados obtidos na pesquisa de campo. Como resultado da pesquisa, apontam que a mandioca não apenas fornece recursos nutritivos de base energética para a comunidade, como continua sua maior fonte de renda - como acontece na maioria das comunidades indígenas do Nordeste do Brasil.

No último artigo, Cristiane de Menezes Vieira Bline, através da pesquisa intitulada **"A transferência do conhecimento tradicional/tácito para o conhecimento explícito, como forma de proteção à cultura da comunidade da terra indígena Mãe Maria",** apresenta o processo de transferência de conhecimento tradicional/tácito entre o Povo Gavião que habita a Terra Indígena Mãe Maria no município de Bom Jesus do Tocantins, no Sudeste do estado do Pará. Para isto mobilizou-se conceituações da administração com intuito de ajudar a pen- sar as práticas indígenas, como práticas inerentes à uma organização social que busca atingir determinados objetivos. Dentre estes conceitos elencam-se o conhecimento tácito, conhecimento explícito e gerenciamento de conhecimento. Além disso, outra abordagem consiste em debater aspectos da legislação brasileira no que concerne à Propriedade Intelectual em relação aos direitos dos povos indígenas de usufruírem da proteção e, possíveis resultados inerentes à propriedade intelectual com base nos conhecimentos tradicionais. O desenvolvimento deste trabalho se deu por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, na qual foi identificado diversas estratégias, que o Povo Gavião tem desenvolvido ao longo do tempo a fim de sistematizar, transmitir e reproduzir aos mais jovens conhecimentos referentes à sua história, língua, organização social e política. A transferência do conhecimento tácito para o explícito foi constatada na produção acadêmica ao longo dos anos, em documentários e livros de autores indígenas, em

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

que demonstram que dentro da Terra Indígena há produção e reprodução dos saberes tradicionais adequados para a proteção da cultura.

Lediane Pereira Ramos organizou a **Resenha do livro: Lugar de Fala de Djamila Ribeiro.** Lançado primeiramente em 2017 por Djamila Ribeiro, que é o primeiro da coleção "Feminismos Plurais", a autora abrange as interseccionalidades relacionadas às desigualdades raciais e de gênero a partir do olhar de autoras negras e de sua própria experiência enquanto mulher negra e, também, autora. Djamila traz nos três capítulos do livro diversas discussões e reflexões, dentre elas a importância do feminismo da mulher negra, o silenciamento e a invisibilidade histórica que esta parcela da população sempre esteve instituída. Lugar de fala é uma obra advinda da militância da própria autora e das outras mulheres destacadas nos textos, buscando sempre uma representatividade nos diversos espaços da sociedade, em que a mulher negra sempre esteve sub representada ou teve sua participação anulada. Assim, a obra busca representações teóricas negras, possibilitando o protagonismo feminino negro em locais que antes não eram permitidos.

Encerrando o Dossiê, apresentamos uma entrevista concedida pela pesquisadora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, que por meio de um vasto campo de pesquisa na sociologia rural, nos presenteia com uma revisitação de sua obra, fazendo uma rememoração que abarca desde sua formação inicial, na década de 1960, sua iniciação na docência no ensino superior, até os dias atuais, em mais de 40 anos ininterruptos de dedicação à carreira acadêmica.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Dourados/MS, 2023.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 7 a 13 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Resistências urbanas e novas ruralidades: redesenhos dos territórios e dos espaços de vivência e de luta nas sociedades contemporâneas

Urban resistance and new ruralities: redesigns of territories and spaces of experience and struggle in contemporary societies

Resistencia urbana y nuevas ruralidades: rediseños de territorios y espacios de experiencia y lucha en sociedades contemporáneas

Giuseppa Maria Daniel Spenillo
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE)
Recife, Pernambuco, Brasil
E-mail: gspenillo@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5955-7661

Resumo: Neste artigo apresentamos e desenvolvemos uma possibilidade de compreensão de fenômenos recentes, que temos percebido nas ações políticas de resistência urbana. Estes fenômenos expressam-se como uma metamorfose da própria luta social de resistência, que se transforma nas sociedades contemporâneas pelos formatos utilizados, mas não apenas. Modificam-se, também, os conteúdos, os objetivos e os motivos da resistência num mundo em que se vive cada vez mais concentrado em espaços urbanos, as cidades, aos quais pretende-se dar sentidos. Sobre a cidade forma-se um direito coletivo, conforme proposto por Lefebvre (2011) e por Harvey (2014). Este direito constrói-se das expectativas de uso da cidade e, nas últimas décadas, vem se transformando num direito à vida urbanizada – dado o reconhecimento de que urbano e rural se descolam dos territórios tradicionais e se transformam em espaços de relação, criação, convívio e identidade. Nesse sentido, trazemos aqui exemplos a partir do que prospectamos das ruas e dos territórios virtuais da internet para conhecermos os sujeitos que resistem e as causas de suas resistências ao sistema-mundo hegemônico. Pretendemos, assim, compreender as ações políticas de resistência que recolocam na vida urbanizada contemporânea elementos do chamado mundo rural, construindo novas ruralidades – novas significações, novos vínculos e relações com o meio ambiente, com a natureza, com a humanidade e com a comunidade. Percebemos nestas novas ruralidades uma atuação contra hegemônica que ultrapassa os paradigmas hegemônicos que classificam os sujeitos sociais a partir do status advindo do trabalho, das categorias de gênero ou das identidades étnicas.

Palavras-chave: Resistências urbanas. Ruralidades. Direito à Cidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Abstract: In this article we present and develop a possibility of understanding recent phenomena, which we have noticed in the political actions of urban resistance. These phenomena are expressed as a metamorphosis of the social resistance struggle itself, which is transformed in contemporary societies by the formats used, but not only. The contents, objectives and reasons for resistance are also modified in a world in which we live increasingly concentrated in urban spaces, the cities, to which we intend to give meaning. A collective right is formed over the city, as proposed by Lefebvre (2011) and by Harvey (2014). This right is built on the expectations of the use of the city, and, in recent decades, it has been transformed into a right to urbanized life – given the recognition that urban and rural detach themselves from traditional territories and become spaces of relationship, creation, conviviality, identity. In this sense, we bring here examples based on what we have been prospecting from the streets and virtual territories of the internet to know the subjects who resist and the causes of their resistance to the hegemonic world-system. We intend, therefore, to understand the political actions of resistance that replace elements of the so-called rural world in contemporary urban life, building new *ruralities* – new meanings, new bonds and relationships with the environment, nature, humanity and community. We perceive in these new ruralities a counter-hegemonic action that goes beyond the hegemonic paradigms that classify social subjects based on the status arising from work, gender categories or ethnic identities.

Keywords: Urban resistance. *Ruralities*. Right to the City.

Resumen: En este artículo presentamos y desarrollamos una posibilidad de comprensión de fenómenos recientes, que hemos notado en las acciones políticas de resistencia urbana. Estos fenómenos se expresan como una metamorfosis de la propia lucha de resistencia social, que se transforma en las sociedades contemporáneas por los formatos utilizados, pero no solo. Los contenidos, objetivos y motivos de resistencia también se modifican en un mundo en el que vivimos cada vez más concentrados en los espacios urbanos, las ciudades, a las que pretendemos dar sentido. Se forma un derecho colectivo sobre la ciudad, como proponen Lefebvre (2011) y Harvey (2014). Este derecho se construye sobre las expectativas del uso de la ciudad y, en las últimas décadas, se ha transformado en un derecho a la vida urbanizada – dado el reconocimiento de que lo urbano y lo rural se desprenden de los territorios tradicionales y se convierten en espacios de relación, creación, convivencia, identidad. En este sentido, traemos aquí ejemplos basados en lo que venimos explorando desde las calles y territorios virtuales de internet para conocer los sujetos que resisten y las causas de su resistencia al sistema-mundo hegemónico. Pretendemos, por tanto, comprender las acciones políticas de resistencia que reemplazan elementos del llamado mundo rural en la vida urbana contemporánea, construyendo nuevas ruralidades – nuevos significados, nuevos vínculos y relaciones con el medio ambiente, la naturaleza, la humanidad y la comunidad. Percibimos en estas nuevas ruralidades una acción contrahegemónica que va más allá de los paradigmas hegemónicos que clasifican a los sujetos sociales en función del estatus derivado del trabajo, las categorías de género o las identidades étnicas.

Palabras Clave: Resistencias urbanas. Ruralidades. Derecho a la ciudad.

Data de recebimento: 05/01/2022
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15414

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

Resistências urbanas e novas ruralidades são conceitos que carregam a perspectiva da mudança, do desvelar de expectativas e desejos sobre uma realidade potencial, ainda parcialmente realizada, muitas vezes idealizada. Guardam os sentidos da vida coletiva e das condições políticas, sociais e culturais para que ela se manifeste com mais ou menos plenitude. Enquanto noções que expressam as relações dos seres humanos com os espaços em que vivem (a cidade, o campo), a resistência e a ruralidade transcendem as conotações clássicas de urbano e de rural, apegadas ao território e suas edificações, para narrar empreitadas de indivíduos e grupos na busca por formar espaços vivos, identitários, coletivos, construtivos e valorativos. Ruralidades e resistência são, portanto, espaços de ação política que redesenham as sociedades contemporâneas.

Estas ações políticas têm se transformado ao longo das últimas décadas, seja pela forma da ação, que incorpora novos recursos e tecnologias como as redes digitais, seja por alterações na compreensão da própria ação política, ou seja, do como agir, do porquê agir e do que expectar com a ação. Marcadas por resistências ao sistema-mundo dominante e seus valores como a meritocracia, a competência econômica e os direitos individuais, as ações políticas contra hegemônicas agregam diferentes sujeitos sociais, que têm resistido e feito submergir uma pluralidade de possíveis modos de vida, de valores e de saberes.

A pluralidade de vivências nas sociedades contemporâneas pode ser entendida como uma resistência aos parâmetros da inclusão social instituídos pelas minorias econômicas, políticas e intelectuais. São, portanto, ações políticas de resistência que nos fazem ver novas possibilidades de estar, de incluir(-se) e de construir valores e socialidades, de ressignificar as dinâmicas e as relações da vida nas cidades e com a natureza. Um dos fenômenos dessa resistência é a ressignificação do rural nas cidades. Propomos, neste artigo, uma aproximação a este fenômeno de ocupação resistente da cidade a partir das ruralidades.

Para conhecê-las e compreendê-las faz-se necessário superar o universalismo conceitual, buscar avançar para além das certezas teóricas, e proceder a escutas profundas e abertas acerca das expectativas e necessidades presentes, de modo a se perceber as tendências para que apontam aquelas ações contra hegemônicas cotidianas, feitas de incertezas, inexatidões e medos; de vontade e de esperança. Apresentamos neste artigo alguns pontos de reflexão e de inflexão sobre a resistência política nas sociedades contemporâneas, que trazemos do acúmulo de nossas incursões de pesquisa teórica e empírica no Brasil e em Portugal, entre 2014 e 2019[1].

1 No período entre 2014 e 2019, a autora viveu entre Brasil e Portugal, por conta de um estágio pós-doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Ambos os países são falantes da língua portuguesa e comungam traços culturais, o que serve de referência para a investigação das dinâmicas sociais aqui investigadas na perspectiva da resistência urbana e das novas ruralidades.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Neste percurso teórico/empírico, visitamos de modo não sistemático ações de resistência nas ruas de cidades como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, no Brasil; Porto, Coimbra e Lisboa, em Portugal; e em territórios virtuais, ou lugares criados e mantidos em plataformas digitais – nesse caso, todos os territórios virtuais visitados estão hospedados na rede virtual Facebook e são ocupados/administrados por brasileiros ou portugueses. Apresentamos, assim, um convite a pensar as ações políticas contra hegemônicas com foco não nas suas causas racionais, mas a partir das possibilidades socioambientais (SPENILLO, 2020A), disponíveis para favorecer a constituição de resistências e ruralidades.

Destacamos, nesse artigo, questões da resistência política nas sociedades contemporâneas e suas expressões na vida urbana, que se metamorfoseia em formatos que respondem a uma hibridez construída na dualidade das lógicas dos espaços reais e daqueles virtuais, redesenhando os sentidos e significados da luta política, da vida urbana e do rural, que se recoloca nos cenários urbanos na forma do que chamamos de novas ruralidades.

A resistência política hoje

A resistência, em oposição à obediência, é um comportamento político que revela insatisfação social. Externaliza sentimentos como a injustiça e a indignação. Contesta no sistema estabelecido as incapacidades para abranger a pluralidade de aspirações e expectativas, produzidas por questões inerentes ao próprio sistema. Na literatura política, as resistências são compreendidas como movimentos característicos de momentos de crise sistêmica interna, em que há contestações e críticas, porém não há rupturas. Desde o século XX, as discussões filosóficas acerca da ação política vêm sendo estabelecidas sob o enfoque dos direitos humanos enquanto naturais ou fundamentais à liberdade, conforme historiciza Bobbio (2004). Nesse sentido, os direitos humanos têm se deslocado processualmente para as bases positivas dos direitos sociais, exigidos através de contestações formais que reivindicam mudanças reformistas.

Os direitos sociais surgem e se ampliam nas sociedades modernas a partir do momento em que o direito à resistência se constitucionaliza nos Estados democráticos. Esse é um momento histórico para as sociedades ocidentais, um marco para o século XX; nele, um conjunto de normas e valores regulamenta as relações sociais, os exercícios de poder, de deveres e de direitos, originários de lutas sociais que exigem mudanças. O maior e mais consistente avanço na questão dos direitos humanos foi uma solução com base no consenso quanto aos fundamentos para o ser humano ser respeitado em sua individualidade: a Declaração Universal dos Direitos Humanos/DUDH, que completou 70 anos em 2018.

A partir daí os direitos humanos passam de um problema filosófico para um problema jurídico-político, tendência que já apontava Hegel (1997), no século XIX, sobre a questão da objetivação do direito enquanto lei. No entanto, a DUDH expressa processos de lutas e nego-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ciações políticas acerca da igualdade e da justiça social, problemas filosóficos e sociais que não se esgotam com marcos contratuais legais, conforme já avançado por Kant no século XVIII.

As lutas sociais por mudanças, particularmente as lutas de resistência atuais, se estabelecem num terreno sociopolítico constituído por marcos legais, garantias de direitos e emagrecimento das discussões e reflexões acerca dos princípios que regem tais práticas. São, portanto, uma resposta prática à hegemonia política em que se transita do século XX para o século XXI, marcada pelos grandes acordos globais que se fazem pós segunda guerra, com a culminância em blocos econômicos e políticos como a União Europeia e o Mercosul.

Dessa forma, a resistência política configura-se em movimentos contra hegemônicos (SANTOS, 2005) que se alastram pela pluralidade de nuances que assume a vida contemporânea. Mas o que é a resistência no ano de 2021, quando chegamos a 7,8 bilhões de habitantes humanos na Terra, dos quais 55% vivem nas cidades (conforme dados da ONU para 2019, que estima um crescimento para os 70% até 2050) e enfrentamos uma pandemia associada a crises econômicas, energéticas, políticas, sociais, humanitárias e ambientais?

Quais as condições para resistir nas sociedades contemporâneas? Será a resistência uma possibilidade? Será a resistência uma necessidade? Uma nova expectativa? Estas interrogações apontam para uma vida urbana feita de múltiplas e complexas dimensões, em que aparecem comportamentos diversos de resistência ao hegemônico. Temos, portanto, que as ações de resistência vêm se desenvolvendo para além dos modelos conhecidos da luta social urbana, feito com manifestações nas ruas, greves, boicotes, negociações com os atores estabelecidos do mercado e do Estado. Outras ações de resistência começam a ocupar os cenários urbanos e refletem a vida fractal que se vive nas cidades contemporâneas; expressam compreensões de mundo e da própria ação política.

A vida urbana vem se reconfigurando rapidamente nos últimos anos, com respostas ao inchaço das cidades e ao esgotamento do modelo de acumulação de pessoas, objetos, construções, expectativas e desejos de consumo que perfazem as metrópoles e, já, as cidades de médio porte. Há nestas cidades, chamadas de rebeldes por David Harvey (2014), movimentos sociais, instituídos e organizados, que lutam por sua transformação e que levantam diversas bandeiras, como o passe livre, o direito à habitação, as liberdades urbanas, o comércio justo e solidário, dentre outras.

Há também um expressivo número de movimentos espontâneos e outros fluidamente organizados em espaços virtuais como as redes digitais. Esses movimentos sem lideranças, sem objetivos, sem estatutos e sem nomes vêm saindo da invisibilidade pela quantidade de pessoas que se movimentam no sentido de resistir à hegemonia urbana estabelecida pela lógica capitalista consumista, perdulária. Nestas resistências aparece uma maioria real e plural, que não só existe para além dos códigos e normas hegemônicos, como mostra-se insatisfeita e age cotidia-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

namente pela mudança para um outro paradigma não dominado pela acumulação via produção e consumo de mercadorias.

Vida urbana e resistência

A vida urbana contemporânea, portanto, convoca-nos à reinterpretação dos significados convencionais da resistência política enquanto luta social, bem como a uma mais alargada compreensão sobre seus renovados métodos de atuação nas cidades, naquilo que vem sendo chamado de resistência urbana. Entre esses métodos, destacam-se as formas de comunicação (artísticas ou não artísticas) com que se fazem ver nos cenários urbanos atuais. Estas formas, diversificadas, de comunicar a resistência diante da cidade, na cidade e através da cidade dizem talvez mais do que declaram nas frases e bandeiras de luta. Elas apresentam significados que colocam e recolocam os sujeitos sociais como pessoas incluídas/excluídas nos sistemas urbanos e neles vivem suas vidas práticas e objetivas, mas também suas emoções e expectativas.

Nesse sentido, será que os sistemas urbanos ainda podem ser compreendidos enquanto sistemas fechados em si, como denunciou Lefebvre (2011)? Para o autor, as cidades desenvolvem seus sistemas e subsistemas de significações, a partir das ideologias que se agrupam em sistemas políticos; das práticas dos seus habitantes, que se manifestam como um sistema ecológico; e de projetos e intervenções arquitetônicas, que aparecem como sistemas urbanísticos. Na perspectiva apresentada por Lefebvre (2011), estas dinâmicas constroem na cidade uma aderência pouco refletida aos modelos do sistema-mundo, o que leva ao fechamento da cidade e dos seus habitantes em relação a outras possibilidades. No entanto, o autor também afirma:

> A sociedade em que vivemos parece voltada na direção da plenitude, ou pelo menos na direção do pleno (objetos e bens duráveis, quantidade, satisfação, racionalidade). Na verdade, permite que se cave em si mesma um vazio colossal; nesse vazio agitam-se as ideologias, espalha-se a bruma das retóricas. Uma das maiores aspirações que o pensamento ativo pode propor a si mesmo, pensamento este que tenha saído da especulação e da contemplação e também das decupagens fragmentárias e dos conhecimentos parcelares, é o de povoar essa lacuna, e povoar não apenas com a linguagem. (LEFEBVRE, 2011, p. 114-115).

O problema identificado por Lefebvre não está, portanto, nas diversidades de sentidos, nas apropriações ou nos usos da cidade e da vida urbana. O problema parece estar na dominação da ideologia do econômico com viés mercadológico, permitida e consentida pelos indivíduos que vivem na cidade. Lefebvre antevia dois caminhos complementares e utópicos, ou seja, experimentações e possibilidades de construção da cidade e da vida urbana como um bem comum vivido como um direito de todos. Um dos caminhos seria a organização política das forças sociais para transformar opressões, ausências, lacunas e segregações em direitos concretos.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O outro caminho, que antecede e une-se a este, estará na prospecção dos novos sentidos, novas necessidades e novos bens que nascem na cidade e significam a vida urbana. Para Lefebvre, a cidade seria uma obra de arte ou um texto que se quer revelar. Estaria à espera de investigações voltadas para reconhecer o possível, o real, o experimental, o revolucionário, as ausências, as lacunas e os abismos que configuram a vida urbana. Uma possibilidade de prospecção aparece nas formas da resistência urbana, que vêm se redesenhando nas últimas décadas, conforme trazemos a seguir.

As metamorfoses da resistência urbana

Desde os Black Bloc, em suas versões alemã e norte-americana dos anos 1980 (DUPUIS-DÉRY, 2010), até os coletes amarelos, surgidos em Paris em 2018, a resistência urbana vem sendo formada por estratégias de ação em redes fluídas e de laços pouco estreitos (SPENILLO, 2015). Tais redes apresentam metodologias de *assalto* aos espaços públicos, que buscam novas ocupações dos espaços físicos, dos espaços políticos, das mentes e das representações sociais nas cidades.

Estas ocupações buscam comunicar algo, mesmo quando usam a estratégia do silêncio, como os Círculos do Silêncio, que vêm ocorrendo em cidades em todo o mundo para denunciar os maltratos a animais. Essas estratégias de resistência urbana parecem pretender comunicar na e com a cidade para além dos discursos racionais de confrontação entre poderes. Buscam criar novos sentidos contemporâneos, a partir do despertar de emoções, para situações vividas no cotidiano e no imaginário urbano. Nesse sentido, utilizam intervenções artísticas ou performativas para demonstrar a insatisfação e a revolta na cidade, como pode-se observar nas imagens a seguir.

Figura 1 – Manifestações do 8M



Fonte: Giuseppa Spenillo, 2018

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figuras 2 e 3 – Manifestações com a tática do Círculo do Silêncio



Fonte Figura 2: https://scontent.frec36-1.fna.fbcdn.net/v/t1.6435-9/88353741_489220788413553_2119326233249447936_n.jpg?. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 3: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.4hrvAYTe13XTotPxySCxKwHaE8&pid=Api&P=0&w=241&h=161. Acesso em novembro 2021.

Também questões objetivas e muitas vezes restritas a determinadas classes ou grupos sociais, como o direito à habitação, projetam-se sobre a cidade como movimentos de resistência à lógica da urbanização, que se faz "como excedente da produção capitalista" (Harvey, 2014, p. 30) e num jogo mercadológico em que a acumulação de bens por alguns se faz pela desapropriação dos bens de outros, conforme este autor denuncia e como pode-se perceber em cartazes e faixas em cidades pelo mundo:



Fonte: Giuseppa Spenillo, 2018.

Figuras 4 (acima) e 5 (abaixo) - Manifestações contra despejos de moradores em áreas da cidade do Porto/Portugal



Fonte: https://www.facebook.com/Encontro-Anarquista-do-Livro-Porto-912047792289337/. Acesso em outubro 2018.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Esses movimentos de resistência que ocupam um lugar no cenário urbano, representam uma exigência de quem o ocupa, criam identidades e novos contextos políticos e sociais, levaram Henri Lefebvre (2011) e David Harvey (2014) a perceberem e proclamarem, com algumas décadas de intervalo entre si, o direito à cidade como uma possibilidade de resistência. Na proposta de Lefebvre, a cidade e a vida urbana são direitos concretos que guardam os sentidos pouco revelados dos usos da cidade e, se efetivamente exercidos, podem incidir de modo transformador sobre as existências dos portadores de tais direitos. E quem seriam estes portadores? Todos os cidadãos e as cidadãs, de todas as classes e grupos sociais, integrados na vida da cidade. Para o autor de *O direito à cidade*, obra publicada na França em 1968, a coexistência de diferentes vontades, percepções e usos da cidade é o direito a ser construído pela resistência política, diante das imposições técnico-racionais que perspectivam a cidade como uma função do sistema-mundo capitalista.

Quarenta anos depois, em 2012, nos Estados Unidos, David Harvey publicou *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, obra em que concorda com Lefebvre e reafirma que o direito à cidade é o direito à vida urbana, no seu sentido mais amplo: o da transformação. Harvey (2014, p. 28), no entanto, entende este direito não como algo a ser descoberto, mas a ser continuamente criado e recriado e, assim, imprime no direito à cidade a dinâmica de um continuum, redimensionando-o para o agora, o presente, e não mais como um devir: “um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo como nossos mais profundos desejos”.

Os desejos das contínuas gerações de homo sapiens mudam pelas próprias dinâmicas da vida coletiva, pelo acúmulo de conhecimentos, de tecnologias e das resultantes novas expectativas de interação com o coletivo, com os ambientes sociais e naturais. Estes desejos processualmente e continuadamente renovados impulsionam as exigências sociais e políticas e tensionam as estruturas sociais para que se adaptem a novos desejos individuais e coletivos.

A resistência urbana, então, se metamorfoseia, transforma-se para expressar os desejos mais latentes e *mais profundos*, conforme ressaltou Harvey. As formas da resistência urbana podem ser entendidas como tentativas de diálogo numa sociedade globalizada, num mundo populoso e com uma pluralidade complexa de existências e vivências. Uma parte expressiva dessa resistência se faz em ocupações das ruas das cidades por manifestações numerosas ou performáticas. Outra parte já também expressiva vem se realizando na mudança de hábitos urbanos, num resgate das chamadas ruralidades – ou o que pode ser entendido como uma resiliência do rural nas cidades.

A resiliência do rural na resistência urbana

Não por acaso autores como Henri Lefebvre e David Harvey denunciam as cidades contemporâneas como lugares de desigualdade, de imposição da lógica da acumulação capitalista,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

de desencontro da comunidade e de destruição da solidariedade, do apoio e da afetividade. A industrialização é um marco na formação dessas cidades, que se fazem, ao longo do tempo, em negação ao ambiente rural e a tudo o que engloba as culturas camponesas, como a proximidade com a natureza, a regulação natural do tempo e do espaço, os ciclos de plantio e colheita, o afeto comunitário, as tradições.

A noção de que o rural é sinônimo de atraso, foi veiculada largamente no Brasil, e popularizada desde Monteiro Lobato (2019) em sua série de contos publicada há mais de cem anos. Esta mesma compreensão levou a cidade a um patamar *moderno*, em que a intensidade e a velocidade da inovação dão o tom de interesse e importância da cidade, enquanto valores urbanos. Como já afirmamos (SPENILLO, 2020B, p. 110), enquanto o modo de vida nos ambientes urbanos "confere às cidades o sentido do moderno, do belo, do integrado, do desenvolvido. (...) o rural recebeu o sentido oposto, expresso nas conotações de atrasado, ultrapassado, pobre, triste, desintegrado do projeto de modernidade.".

Embora amplamente discutidas nos meandros acadêmicos (BORDENAVE, 1983; GRAZIANO NETO, 1985; QUEIROZ, 1976; MARTINS, 1986) e também por gestores públicos no Brasil e no exterior, as questões do rural e do urbano adquirem recentemente novos sentidos na própria cidade, quando o modo de vida urbano demonstra seus limites, seja nas dinâmicas de inclusão/exclusão, na poluição do ar e da água, na imobilidade causada por trânsitos intensos e caóticos, no cansaço cotidiano, na violência, no medo e na insegurança, no anonimato, na ausência dos afetos sólidos, substituídos por referências líquidas e descartáveis (BAUMAN, 2005).

A pandemia de coronavírus em 2020/2021 talvez tenha maximizado a percepção sobre esses limites, mas anos antes já se notava o surgimento e a consolidação de movimentos espontâneos, não institucionalizados, de pessoas em busca de outra qualidade de vida e de outra contribuição pessoal a suas comunidades, diferente daquela marcada pela lógica produtivista do capitalismo. As figuras 6 a 10 (a seguir) são exemplos, retirados do território virtual da internet, dentre tantos outros que aparecem por lá, de campanhas ou afirmações sobre valores que se descolam do modo de vida urbano e apontam para outros modos possíveis, talvez também urbanos, mas já ressignificados por ações de reintrodução de elementos associados ao rural: a alimentação saudável, o respeito com a natureza, a vida harmoniosa.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figuras 6 a 10 – Campanhas que visam resgatar relações perdidas com a natureza nas sociedades urbanas industriais, fundam novas ruralidades



Fonte Figura 6: https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.a9sUFgkmgC0rMnx41mfdDgHaFj&pid=Api&P=0&w=231&h=174. Acesso em novembro 2021.



Fonte Figura 7: https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.P-mFLS2e25Siaq=-z8qaUqwHaQT&pid=Api&P0=&w-300&h=300. Acesso em novembro 2021.



Fonte Figura 8: https://www.facebook.com/groups/412192852189658/?hoisted_section_header_type=recently_seen&multi_permalinks=4650425521699682. Acesso em novembro 2021.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil



Fonte Figura 9: Associação Vegetariana Portuguesa. https://business.facebook.com/associacaovegetarianaportuguesa/?__xts__[0]=68.ardwqrwkhyjio...&fref=mentions. Acesso em outubro 2018.



Fonte Figura 10: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.CXD0RoNMJp_JFl6O818lLgHaFm&pid=Api&P=0&w=223&h=169. Acesso em novembro 2021.

As ações de reintrodução e revalorização do rural nos cenários urbanos a partir de reeducações alimentares e do reconhecimento dos direitos dos animais podem apontar para aquilo que Harvey chamou de espaços porosos entre o urbano e o rural, espaços de desenvolvimento desigual dentro mesmo da lógica capitalista, dado como consequência da urbanização industrial que o mundo vive há pelo menos duzentos anos. Este processo de urbanização industrial, ou globalização econômica, como percebemos hoje, levou as formas de vida da cidade para o campo (ou, ao menos, seus ícones, suas representações, imaginários, vislumbres de consumo e inclusão no modo moderno de vida) e construiu outras desigualdades, como aquela estabelecida pela distribuição da produção agrícola, provocada e requerida pela cidade. Conforme Harvey (2014), esta compreensão já estava no pensamento de Lefebvre, na década de 1960:

> Lefebvre também percebia que a relação entre o urbano e o – rural - ou, como preferem os ingleses, entre o campo e a cidade – vinha passando por transformações radicais, que o campesinato tradicional estava desaparecendo e que o meio rural estava sendo urbanizado, ainda que esse processo gerasse uma nova abordagem consumista na relação com a natureza (...) e uma abor-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> dagem capitalista, produtivista, do suprimento de mercadorias agrícolas aos mercados urbanos, ao contrário do que ocorria com a agricultura camponesa autossustentável. (HARVEY, 2014, p. 18-19).

Esta é uma faceta da relação campo-cidade que mostra como as distinções por oposição deixam de ser importantes para a compreensão do fenômeno urbano, mas também para a compreensão das novas ruralidades. Desde a década de 1960, a constituição das cidades vem se acelerando e alastrando pelo globo, de modo que as práticas e os formatos do estar na cidade se modificam, em resposta mesmo às condições da vida urbana. Morar próximo ao local de trabalho e usufruir de ar não poluído e alimento fresco, por exemplo, passam a ser desejos que se busca conciliar.

Ainda em Harvey isto aparece como um elemento dos processos de globalização econômica, em que a cidade industrial muitas vezes precisou adaptar-se ao entorno rural e a suas idiossincrasias. O autor, ao analisar a história do que chamou de "*continuum* rural-urbano" na formação da cidade de El Alto, na Bolívia, afirma: "A cidade fazia a mediação entre a urbanidade de La Paz e a ruralidade da região, tanto geográfica como etnoculturalmente." (HARVEY, 2014, p. 258) e isto permitiu a constituição de uma vida urbana peculiar em El Alto. Esta história nos remete à necessidade de compreensões mais aprofundadas sobre a relação entre a cidade e o campo, ou entre a formação das urbanidades e a formação das ruralidades, para além de suas demarcações geográficas. Nesse sentido, tratamos a seguir de ruralidades e resistências que se formam nas cidades contemporâneas, ou, como postulado por Lefebvre e Harvey, na vida urbana.

Ruralidades e resistências na vida urbana

A vida urbana, portanto, é o problema com o qual nos defrontamos e lidamos diariamente, acrescido das notícias, e dos sentimentos trazidos por elas, sobre desastres ambientais, aquecimento global, esgotamento de recursos naturais. No encurtamento do espaço/tempo provocado pelos processos hegemônicos de globalização econômica, encontramos as urbanidades e as ruralidades envolvidas e comprometidas como um conjunto (de pessoas, coisas, representações, aspirações) que procura se recriar e significar a vida urbanizada que, hoje, já é comum à maior parte da população do planeta.

Conforme Harvey (2014, p. 19), "Embora haja muitos espaços residuais na economia global onde o processo ainda está longe de ter chegado ao fim, a humanidade vem sendo cada vez mais absorvida pelas fermentações e contracorrentes da vida urbanizada.". Estas contracorrentes, ou as ações contra hegemônicas de resistência, reivindicam uma outra cidade, diferente daquela projetada pela economia capitalista e já desaparecida nas dinâmicas dessa mesma economia.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

São indivíduos e coletivos que, a partir de seus locais concretos de existência, com particularidades e especificidades, praticam suas crenças e valores, habitus e saberes, expectativas e visões de mundo, necessidades e sentimentos, imaginação e pensamentos e resistem ao sistema-mundo, à cidade tradicional dominada pela lógica de um capitalismo acumulativo, aos modelos de consumo de mercadorias industrializadas, à velocidade das relações líquidas e descartáveis, ao estigma do atraso associado à produção de alimentos ou ao manejo do meio ambiente e, também, do bucólico ou idílico como adjetivos da vida campesina.

Uma miríade de sujeitos, muitas vezes silenciosos e invisíveis nos cenários globais, ocupam e configuram os espaços urbanos com suas resistências em forma de urbanidades e ruralidades, construindo novos lugares e pertencimentos para a vida urbana. Importa conhecê-los não apenas pelo *onde*, mas também e principalmente pelo *que* e pelo *como* vivem nesses lugares, vividos enquanto um elo subjetivo numa rede sociocultural que ultrapassa os limites e as condições físicas que conformam geopoliticamente o território. Encontramos sinais vitais desses sujeitos, alguns individuais outros coletivos, nas plataformas digitais, nos muros das cidades, nas conversas informais, nas pequenas alterações de hábitos.

A título de ilustração, elencamos a seguir alguns grupos em que, a partir do Brasil ou de Portugal, diversas pessoas se encontram no território virtual do Facebook para partilhar, colaborar e fortalecer práticas, identidades, valores, enfim, novas ruralidades nos espaços urbanizados contemporâneos. São eles: A. No Brasil - Meu jardim, meu alimento (250 mil membros); Viver a custo zero em harmonia com a natureza (14 mil membros); Doação dicas trocas de cactos, suculentas e sementes (257 mil membros); Ideias para meu sítio (184 mil membros); Rede social do Bambu (83 mil membros); Bioconstrução – Permacultura (94 mil membros); Casas de tijolo ecológico (48 mil membros); B. Em Portugal - Grupo de A cientista agrícola (17 mil membros); Floresta Portuguesa Sustentável (4,7 mil membros); Emprego na Floresta (3,9 mil membros).

Aproximados por interesses, como postula o Facebook ao chamar estes grupos de *comunidades de interesse*, os sujeitos que aderem a estes espaços de atuação política cuja convergência está na identificação com uma vida resistente aos padrões e lógicas do capitalismo industrial, afirmam, também, a necessária abrangência da diversidade de sujeitos sociais nos movimentos contra hegemônicos. Isto significa fazer uma contra hegemonia que vai além das leituras paradigmáticas hegemônicas que classificam os sujeitos sociais a partir do status advindo do trabalho, das categorias de gênero ou das identidades étnicas.

Sem participar diretamente nos processos de construção dos acordos globais definidos em macro instâncias como as Cúpulas, os Parlamentos, Conselhos, Comissões e Tribunais internacionais, os sujeitos que se encontram (fisicamente ou virtualmente) em função de um desejo de reflorestar, produzir seu alimento, agir de modo ecológico, reduzir seu impacto sobre a natureza e o ambiente estão, numa micro escala, construindo os verdadeiros acordos comu-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

nitários de resistência ao resultado de uma economia capitalista extrativista. Com suas ações políticas espontâneas e contra hegemônicas, refazem os sentidos da cidade a partir de novas ruralidades – novas significações, novos vínculos com o meio ambiente, com a natureza, com a humanidade e a comunidade – como se pode perceber nos exemplos a seguir:

Figuras 11 e 12 - Hortas comunitárias



Fonte Figura 11: https://blogdamimis.com.br/2014/05/09/hortas-comunitarias/. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 12: https://bandnewscwb.b-cdn.net/band/wp-content/uploads/2019/05/HORTA-COMUNITARIA--COPEL.jpg. Acesso em novembro 2021.

Figuras 13 e 14 – Estímulo ao consumo de produção local



Fonte Figura 13: http://www.grupoforiba.com/assets/base/img/content/blog/blog-49-09foribaseptiembrepng. Acesso em novembro 2021.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil



Fonte Figura 14: https://1.bp.blogspot.com/-mdI7W3VFAKs/VE4qbsU4m6I/AAAAAAAAGN8/UbBvgFlFqTU/s1600/producto%2Blocal.jpeg. Acesso em novembro 2021.

Figuras 15 a 17 – Práticas de Permacultura



Fonte Figura 15: https://tse3.mm.bing.net/th?id=OIP.Mne43NE=-XrYiPLvyVGOUpAHaFm&pid=Api&P0=&w-224&h=171. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 16: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.e2jAcZrYzjld1z895wORuwHaEz&pid=Api&P=0&w=241&h=157. Acesso em novembro 2021.



Fonte Figura 17: https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.=-xuJqWqIFcCG5GgcG8k3fQHa3D&pid=Api&P0=&w-309&h=162. Acesso em novembro 2021

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figuras 18 a 20 – Exemplos de valores que ressignificam a vida urbana: novas ruralidades



Fonte Figura 18: https://tse3.mm.bing.net/th?id=OIP.zVn3fH1_yzlgfwdoSC8ltgAAAA&pid=Api&P=0&w=187&h=172. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 19: https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.CDlE_GRiRgS6zlGYr22BNgHaEJ&pid=Api&P=0&w=306&h=172. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 20: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.vQfAzAvvuUwwHsRfT4zJ9QHaFd&pid=Api&P=0&w=255&h=189. Acesso em novembro 2021.

Considerações Finais

Neste artigo, foca-se a atenção sobre aqueles indivíduos e coletivos de indivíduos que se encontram fora das instâncias globais de decisão política. Tais instâncias originam-se no projeto de globalidade que se instala no mundo contemporâneo a partir do contrato ONU pós-segunda guerra e é alargado com a formação dos blocos econômicos e políticos como a União Europeia, a Otan e o Mercosul. Os acordos em nível macro que promovem entre si os entes globais não dão conta das vidas cotidianas vividas no lugar, naquele espaço em que se formam os sentidos e significados da existência, da coletividade; as emoções e sentimentos; os usos e *reusos* dos bens materiais e imateriais.

Para isto, é necessário o convívio, a troca, o encontro – sejam físicos ou virtuais. Estes encontros têm sido promovidos pelas resistências urbanas que agem contra a hegemonia dos entes globais protagonistas do sistema-mundo capitalista. As ações de resistência urbana vêm adquirindo recentes facetas que revelam o desenvolvimento de novas identidades, valores e colaborações, em espaços urbanos, nos quais um rural resiliente retorna como significante da vida urbanizada – o que entendemos como novas ruralidades.

As novas ruralidades, percebidas no movimento espontâneo dos sujeitos sociais nesses espaços de coletividade, físicos ou virtuais, reconfiguram as resistências urbanas. São ações po-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

líticas sem lideranças e sem estatutos, com objetivos racionais, como a construção de melhores condições de vida e saúde, e com objetivos afetivos, como a construção de laços comunitários fortes e saudáveis. Estas novas ruralidades vêm redesenhando a vida urbanizada da qual compartilham mais da metade da população humana na Terra atualmente, abrindo caminhos para a construção de um renovado direito à cidade, inclusivo, sustentável, criativo, crítico e proativo.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: LTC Editora, 2004.

BORDENAVE, J.E. Diaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983, Volume 101 da Coleção Primeiros passos.

DUPUIS-DÉRY, Frances - "The Black Bloc Ten Years after Seattle". **Journal for the Study of Radicalism.** Vol. 4, N. 2 (2010), p. 45–82.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 2. edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011, 3ª reimpressão.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MONTEIRO LOBATO, J. **Cidades mortas e outros contos**. São Paulo: Principis, 2019.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU News**, fevereiro 2019. https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SPENILLO, Giuseppa. Cidade e responsabilidade ambiental. **Diálogos**. Revista del Departamento de Filosofía. Universidad de Puerto Rico. Ano LI, N. 106, Out 2020, 50-74, 2020A.

SPENILLO, Giuseppa. Da Sociologia Rural às Ciências Sociais: um percurso para o tempo presente e o conhecimento plural. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**. Ano X, volume II, número 17 – Jul – Dez 2020, p. 105 a 132, 2020B.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

SPENILLO, Giuseppa. Mobilizações em redes nos espaços virtuais: reflexos da era digital nas lutas sociais de resistência. **Estudos do Século XX** (Comunicação, jornalismo e espaço público na era digital), Revista do CEIS20/Universidade de Coimbra. N. 15, 2015. p. 95-113.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

“Educar” para territorializar e territorializar para “Educar” na Amazônia paraense: estudo de caso sobre a disputa territorial e educação do campo em Moju (PA)

“Educate” for territorialize and territorialize for “Educate” in the Amazon of Pará state: study of case on the territorial dispute and countryside education in Moju (Pará)

“Educar” para territorializar y territorializar para “Educar” en la Amazonia Paraense: estudio de caso sobre la disputa territorial y la educación del campo en Moju (Pará)

Herique Heber dos Santos Reis
Universidade Federal do Pará
E-mail:herique.reis@semedananideua.pa.gov.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8710-8035

José Sobreiro Filho
Universidade Federal do Pará: Belem, PA
E-mail: sobreirounesp@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4323-1314

Deisiane Souza
Universidade Federal doPará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Brasil
E-mail: deisiane33jm@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5158-2117

Resumo: O presente artigo traz como abordagem principal a disputa territorial promovida através dos modelos de educação entre o campesinato e o agronegócio em Moju (PA). As conflitualidades ocorrem, sobretudo, pela apropriação, subordinação e destruição do território camponês por meio da educação implementada nas escolas do espaço agrário sob a perspectiva urbanocêntrica e do agronegócio que, por sua vez, não contemplam o desenvolvimento popular do campo. Desta forma, dialogamos com as abordagens teóricas e com autores que discorrem os referidos assuntos de Educação do Campo, Educação Rural e Território Camponês levando

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

para a realidade da disputa territorial em curso no distrito Nova Vida. Abordamos também o significativo papel da escola desta comunidade rural dentro dessa dinâmica de territorialização e manutenção das relações territoriais da empresa. Tendo em vista que é importante introduzir uma educação que de fato represente e atenda o campesinato e as comunidades tradicionais desde e para os seus respectivos territórios, o artigo também contém as críticas no que se refere à imprescindibilidade de efetivação da Educação do Campo. Os procedimentos da pesquisa aqui utilizados são; pesquisa bibliográficas, trabalho de campo e entrevistas com lideranças da comunidade.

Palavras-chave: Educação do Campo, Territorialização, Campesinato, Amazônia.

Abstract: This article do some highlights on territorial dispute promoted through the education models carry out for the peasantry and the agribusiness in Moju (PA). The conflict occurs, mainly, by the appropriation, subordination and destruction of the peasant territory through the education implemented in the schools of the agrarian space under the urbanocentric and agribusiness perspective, which, in turn, do not incorporate the popular development of the countryside. In this way, we dialogue with theoretical approaches and with authors who carry out its discussion on the subjects of Countryside Education, Countryside Education and Peasant Territory, analyzing the territorial dispute in the Nova Vida district. We also put focus on the significant role of the school in this rural community within this dynamic of territorialization and maintenance of the company’s territorial relations. Based in the idea that consider that it’s important to introduce an education that in fact represents and serves the peasantry and traditional communities from and to their respective territories, the article also contains criticisms regarding the indispensability of carrying out Countryside Education. The research procedures used here are; bibliographic research, fieldwork and interviews with community leaders.

Word-keys: Education of the Field, Territorialização, Campesinato, Amazônia.

Resumen: Este artículo trae como enfoque principal la disputa territorial promovida a través de los modelos educativos entre el campesinado y el agronegocio en Moju (PA). El conflicto se da, sobre todo, por la apropiación, subordinación y destrucción del territorio campesino a través de la educación implementada en las escuelas de los espacios agrarios bajo la perspectiva urbanocéntrica y agroindustrial, que, a su vez, no contemplan el desarrollo popular del campo. De esta manera, dialogamos con planteamientos teóricos y con autores que discuten los temas de la Educación del Campo, Educación del Campo y Territorio Campesino, llevando a la realidad de la disputa territorial en curso en el distrito de Nova Vida. También abordamos el importante papel de la escuela en esta comunidad rural dentro de esta dinámica de territorialización y mantenimiento de las relaciones territoriales de la empresa. Teniendo en cuenta que es importante introducir una educación que de hecho represente y sirva al campesinado y las comunidades tradicionales desde y hacia sus respectivos territorios, el artículo también contiene críticas sobre la indispensabilidad de implementar la Educación del Campo. Los procedimientos de investigación utilizados aquí son; investigación bibliográficas, trabajo de campo y entrevistas con líderes comunitarios.

Palabras-llave: Educación del campo, Territorialização, Campesinato, Amazônia

Data de recebimento: 06/05/2022

Data de aprovação: 30/04/2023

DOI:10.30612/riet.v3i1.12950

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

O modelo de educação imposto para o campo tem se configurado como um reflexo das escolas urbanas. Este vai na contramão das dinâmicas do território camponês, pois, via-de-regra, promove a desvalorização dos modos de vida do campo, suas culturas e formas diferenciadas de relações de trabalho. Assim, da maior importância ao que é relacionado às práticas e experiências do modo de vida urbano (HAGE, 2005). Esse modelo educativo, denominado urbanocêntrico, normalmente é levado a cabo pelo Estado. No entanto, o Estado não tem sido o único agente de produção do espaço que interfere no processo de ensino-aprendizagem no campo. Outra forma de interferir nos territórios camponeses tem sido através da presença de empresas voltadas ao agronegócio que territorializam e/ou monopolizam o campo (OLIVEIRA, 2006) interferindo principalmente no modo de produção camponês e, sobremaneira, na educação, sobretudo, quando estas assumem a direção da escola, tal como o caso da pesquisa em questão do campo.

Trazemos esse tema à tona porque acreditamos que a imprescindibilidade do debate sobre a Educação do Campo denota sentido direto na disputa territorial na Amazônia paraense, sobretudo, diante de um campo permeado pelas abordagens da educação urbanocêntrica e/ou rural (hierarquizada, hegemônica, homogeneizadora, colonizadora e embotada de valores e princípios capitalistas), que tem sido a principal responsável pela fragilidade da emancipação do território camponês. Face a esse processo, acreditamos que seja fundamental a promoção do debate crítico-emancipatório sobre "por que" é necessário introduzir uma educação que de fato contemple o campesinato e as comunidades tradicionais desde e para os seus respectivos territórios na Amazônia, especialmente porque há uma tendência forte para a reprodução das violências epistemológicas.

Deste modo, analisamos o modelo educacional aplicado na escola Major José Tenório, localizada no Distrito Nova Vida do município de Moju no estado do Pará, enquanto uma referência que segue os parâmetros de uma educação urbanocêntrica e facilitadora da territorialização da lógica capitalista no campo. A escola em questão é marcada, desde sua fundação, pela forte ligação com a empresa Sococo Agroindústria da Amazônia S/A. Esta é considerada um agente que promove influência no trabalho e modo de vida da população distrital, bem como interfere de forma direta e/ou indireta na educação aplicada na escola Major José Tenório. Parcela significativa desta influência deve-se ao fato de a empresa catalisar e engenhar para a população local um conjunto de anseios e relações em que a mesma exerce centralidade sobre a vida, sonhos, desejos e até mesmo a noção de promoção social dos sujeitos do campo e da cidade. Esta estratégia, fortemente embasada na apropriação do ato educativo, é uma das evidências da sustentação da dialética perversa do "educar para territorializar e territorializar para educar" sob a égide do capital, que se faz tão presente na Amazônia paraense racionalizada e desejada pela lógica capitalista.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Esse trabalho também aborda a necessidade de uma educação voltada para o povo camponês amazônida e seus territórios, sendo que esta represente e valorize a cultura, as lutas e resistências e que impulsione o desenvolvimento territorial multidimensional (econômico, político, social, cultural, ambiental etc.) baseado no modo de vida e trabalho desses povos das florestas, terras, várzeas e águas. Também salientamos a importância da Educação do Campo em um território influenciado pela lógica empresarial e urbanocêntrica. A Educação do Campo é um modelo popularmente construído e tem sua dinâmica movida pelo campesinato e seus territórios, mas comumente é distorcida, incompreendida e/ou descartada para dar vez a outras formas de ensino. Tal como o paradigma da educação rural, vulgarmente conhecida como educação no campo, ou seja, um modelo educativo que está no campo, mas não o representa.

Além de identificar os elementos que dificultam a introdução de uma educação desvinculada destas matrizes no território camponês e que procure apresentar a Educação do Campo como opção mais apropriada para as comunidades rurais, diferenciada de uma educação rural, destacamos também que o modelo educacional vigente e hegemônico tem sido aplicado essencialmente com o fito de conter a taxa de analfabetismo (ANTONIO; LUCINI, 2007), bem como também as possibilidades de uma educação que valorize o território camponês e que seja um meio de resistência dos povos amazônidas.

Para abordar essa temática e alcançar os objetivos almejados, este trabalho está alicerçado na análise do Projeto Político Pedagógico da escola Major José Tenório e na literatura que que se dedica ao tema da Educação do Campo. Como principal meio de pesquisa de campo foram utilizadas: a experiência do estágio realizado entre os meses Abril e Maio de 2018; a monitoria do projeto Mais Educação em 2015, 2017 e 2018; e a experiência como docente na disciplina de Estudos Amazônicos no ano de 2016, sendo que todos foram realizados na escola e aplicados entre os alunos do ensino fundamental 1 e 2.

O trabalho em questão está estruturado em três capítulos, no primeiro fazemos uma abordagem teórica sobre a construção do conceito de Educação do Campo com suas raízes inseridas nos movimentos sociais na luta por uma educação popular, no segundo capítulo defendemos a luta pela Educação do Campo como um elemento imprescindível para resistência territorial camponesa e no terceiro e último capítulo apresentamos a experiências de campo de nossa pesquisa.

Uma educação desde e para os territórios populares camponeses

Antes de adentrar no debate sobre a Educação do Campo acreditamos ser imprescindível apresentar algumas breves reflexões sobre a Educação Popular como forma de melhor compreender as transições e o motivo pelo qual se iniciou a luta pela Educação do Campo tendo como protagonistas os movimentos socioterritoriais do campo e cujo fito principal já destacava a superação do modelo de Educação Rural inserida nas comunidades camponesas.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

De acordo com Saviani (2000), em sua origem mais remota, a Educação marcou presença desde os trabalhos realizados por diferentes povos, sendo que o desenvolvimento das experiências de apropriação da natureza para a sobrevivência era repassado para outras gerações e isso se já se configurava como um processo de ensino-aprendizagem. Portanto, a educação sempre teve papel central não somente para a sobrevivência, mas também para a formação da sociedade humana e a produção do espaço, pois, desde sua origem, o homem vive em sociedade e logra o desenvolvimento por meio de uma educação que garanta que técnicas e conhecimentos sejam criados e repassados em comunhão.

Ainda segundo Saviani (2000), nas sociedades antigas e medievais, foi criada uma classe ociosa que vivia do trabalho daqueles que os serviam e foi pensada para essa classe uma educação com o objetivo de preencher o tempo livre com “dignidade”. Daí surgiu o termo escola, que em grego significava lazer, tempo livre, ócio e ocupação daquele que dispunha de lazer (LIBÂNEO, 2012). Já na sociedade tida como moderna, num período em que a burguesia detém a propriedade privada dos meios de produção, o predomínio e desenvolvimento da cidade e da indústria em relação ao campo e a agricultura contribuíram para a generalização da escola defendida pela burguesia como universal e obrigatória. No entanto, esta ainda preserva o caráter exclusivista voltado para o meio urbano, uma vez que este é regido pela indústria que exige da sociedade o entendimento da escrita, uma linguagem até então não amplamente dominada pelos sujeitos de fora desse recorte da sociedade (SAVIANI, 2000).

A partir dessas considerações podemos observar que, em sua origem, a educação não foi pensada para atender aos anseios e valores da classe trabalhadora, principalmente aquela do campo e, em grande medida, esteve atrelada às necessidades da população urbana e aos interesses da indústria e proprietários de terra. Em outras palavras, podemos dizer que além e apesar da classe trabalhadora ter sido precariamente educada, suas especificidades, anseios e valores foram ignorados. Embora sua educação seja precária, ainda assim não se iguala à situação dos camponeses e das comunidades tradicionais, cujo próprio processo de educação não somente reforçou o caráter urbanocêntrica de nossa sociedade, como também incentivou o processo de êxodo rural e a violência aos saberes mais diversos oriundos dos dieferentes sujeitos que compõem o campo, fato que evidenciou um alijamento ainda mais profundo do campesinato brasileiro.

O Brasil, por exemplo, trata-se de uma nação que desde a origem de sua formação socioespacial carrega uma estrutura enraizada no patriarcalismo, no imperialismo, na escravidão e onde o direito à educação tem lastro histórico em momentos de exclusividade às elites brasileiras, de modo especial aos filhos dos poderosos proprietários de terras e a uma minoria de filhos homens de colonos brancos e pobres que trabalhavam para esses senhores (HOLANDA, 2001). Frações dessa relação extremamente colonial ainda persistem na sociedade brasileira e mesmo depois de muito tempo ainda não rompeu com o modelo excludente, sobretudo, no que se refere

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ao povo camponês. Podemos afirmar com clareza que a educação, assim como outras benesses e privilégios, também tiveram base cativa na concentração de terras e a mesma despotencializava o povo em detrimento de aspectos democráticos espaciais. Assim, Leite (1999) aponta como eram percebidos os primeiros esboços da educação rural no Brasil:

> A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (LEITE, 1999, p.14)

Conforme destacado por Leite (1999), a população camponesa e as comunidades tradicionais eram consideradas inferiores e atrasadas na visão da sociedade elitista, bem como não careciam de gozar dos mesmos direitos que a população urbana, especialmente, no que se referia à educação. Somente com o crescimento dos movimentos migratórios do campo para a cidade, entre as décadas de 1910 e 1920, que houve uma maior preocupação com a educação rural, daí surgiu o *“ruralismo pedagógico”* com a idéia de criar escolas adaptadas ao campo com o objetivo de fixar o homem no campo (LEITE, 1999).

Vale ressaltar que nesse momento a adoção desse método de ensino voltado para “atender” o meio rural representava o perfil agrário do Brasil e, por isso, houve a preocupação de criar métodos que incentivassem uma formação voltada principalmente para o trabalho agrícola por meio dessas escolas rurais. Portanto, a educação rural possui uma dupla face. Ao mesmo tempo em que apresenta um espaço rural inferior e arcaico (FERNANDES; MOLINA, 2004) também apresenta uma associação da educação com o trabalho como proposta para fixação do homem no campo (ANTÔNIO; LUCINI, 2007). A educação rural é orquestrada por sujeitos que defendem um projeto ideológico de dominação das classes hegemônicas.

O surgimento de uma análise crítica acerca da educação rural se baseia no surgimento da concepção popular voltada para a classe trabalhadora. Esta toma partido com o movimento dos operários antes da Proclamação da República e se fortalece ao se inserir como uma das principais pautas e atividades nas lutas sociais que compreendiam a prática do conhecimento científico no bojo da realidade do trabalhador, como algo fundamental (ANTONIO; LUCINI, 2007). Ademais, também concerne à extrema importância em discutir e inserir uma educação popular que servisse de subsídio para o conhecimento político da população e ser um pontapé inicial para defender a educação como prática social e igualitária conforme aponta Paludo (2001, p. 82) *“como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas”*. Portanto, um novo modelo educacional voltado para a classe trabalhadora em geral, como a educação popular, serviu como base para a Educação do Campo enquanto modelo educativo enfrentativo que contemplasse o camponês e seu território.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Em meio à soma dos movimentos populares com o setor progressista da Igreja Católica - comprometidos com o debate sobre a educação popular - é que surgiu na década de 1960 a proposta da educação libertadora construída por Paulo Freire, marcando assim, pela primeira vez, de forma consistente *“uma pedagogia anunciada das classes populares”* (PALUDO, 2001, p. 91). De fato, a educação proposta por Freire veio a se estabelecer dentro dos movimentos socioterritoriais, haja vista por ser uma educação inovadora que corresponde às necessidades das classes trabalhadoras e pelo fato da educação ser um importante instrumento de manifestação de suas respectivas lutas e transformação dos homens e do mundo.

Indubitavelmente, um dos movimentos mais destacados na história contemporânea brasileira, em relação ao importante papel da educação popular e enquanto protagonista na luta pela reforma agrária e pela formação social e política dos sujeitos do campo, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual tem como um dos principais eixos de formação a educação libertadora de Freire e, portanto, a Educação do Campo, que é de fundamental importância para a construção do movimento na luta por direitos voltados aos camponeses.

Nesse sentido, a educação rural inicialmente proposta para os sujeitos do campo e que carrega uma discussão dominadora e equivocada a respeito das especialidades do campesinato e das comunidades tradicionais no espaço agrário. passou a ser discutida pelos próprios sujeitos políticos. Neste contexto foi pensada uma nova denominação para a educação direcionada ao povo camponês, a qual pudesse abranger os significados que representam, de fato, os camponeses, como nos apontam Fernandes, Cerioli & Caldart (2004, p. 26) “*Utilizar-se-á a expressão campo e não mais a usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”*. Fica cada vez mais clara a existência de uma disputa territorial entre a educação rural, que defende um território hegemônico no campo, e a Educação do Campo, nascida das experiências e vivências do modo de vida do povo camponês, bem como de suas lutas e resistências.

Outro ponto relevante a ser destacado refere-se à trajetória da construção da Educação do Campo. Iniciada com a “I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo”, em julho de 1998 em Luziânia-GO, partiu de um processo de reflexão acerca da necessidade de organizar uma educação que pudesse abranger em seu conteúdo e metodologia as especificidades do campo. Em outras palavras, podemos dizer que contradizendo o estereótipo que considerava a população do campo como atrasada e exclusa de desenvolvimento, a Educação do Campo nasceu com o intuito de disponibilizar ao camponês uma educação que valorizasse a cultura específica do campo, assim como a maneira de se relacionar com o tempo, com o espaço e com a natureza, e com tudo o que abrangesse o trabalho e modo de vida do camponês, com o propósito de mediar o desenvolvimento popular no campo.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Também é fundamental esclarecer que o povo camponês tem o direito de receber educação no lugar onde vive, sem precisar se deslocar para as cidades, onde se concentram as escolas, ou seja, a escola deve se fazer presente onde o homem está presente. Por isso, a educação pensada para os povos do campo é entendida como uma educação que seja "do" e "no" campo:

> [...] é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantem o seu direito à educação, e uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. [...] não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (CALDART, 2002, p. 26)

De certo que para efetivar esse modelo educacional também era fundamental estabelecer políticas públicas que atendessem a população camponesa de acordo com as suas necessidades e suas realidades, o PRONERA tornou-se a uma das mais relevantes (CAMACHO, 2013). É necessário pautar também que essa concepção de educação rural está fortemente vinculada ao sistema capitalista que, por meio do mercado, movimenta as relações urbanas e almeja inserir o campo nessa dinâmica através do latifúndio e do agronegócio e, portanto, não se interessa na emancipação do território camponês, mas objetiva inseri-lo no mercado para atender a lógica e racionalidade do capital (SOBREIRO FILHO, 2016). Assim, a inserção de uma educação "mínima" no território é o fundamento para um desenvolvimento territorial rural pautado nas perspectivas do agronegócio.

A partir dessas considerações, compreende-se a Educação do Campo como modo de resistência a essas práticas do capitalismo no campo, como afirma Camacho (2013, p. 318) a respeito do Paradigma da Educação do Campo *"[...] um conjunto de procedimentos socioeducativos que objetivam a resistência material e cultural camponesa frente às tentativas de sua destruição por parte do capital na forma do agronegócio"*. Portanto, percebe-se a importância da Educação do Campo em ser discutida e inserida nas diversas comunidades tradicionais que travam suas lutas territoriais contra o capital hegemônico.

Território e educação do campo como estratégia de educar para territorializar e territorializar para educar

Independentemente de dicotomias (campo-cidade), a Educação do Campo é relevante para toda a sociedade, mas, sobretudo, para os próprios sujeitos do campo. Uma vez que, além de discutir um modelo educacional que possa construir e reproduzir saberes a partir de experiências cotidianas no e do território (modo de vida, modelo de produção, relação homem/mulher-natureza etc.), a Educação do Campo também é considerada um valioso instrumento de luta e resistência do povo contra as ofensivas do capital no espaço agrário que subordinam co-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

munidades camponesas na contemporaneidade, especialmente por meio do sedutor e perverso modelo ofertado pelo agronegócio. Desse modo, a Educação do Campo assume um importante papel de garantir soberania e propagar um desenvolvimento estrutural voltado para o camponês e povos tradicionais. Assim, a educação pode ser considerada uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2008).

Se a Educação do Campo é compreendida como um meio de resistência para os camponeses, a educação rural serve ao agronegócio como instrumento para subordinação e integração. A educação rural, carrega em si, uma perspectiva que desvaloriza a realidade do território camponês seja destacando o mesmo como espaço do atraso, reproduzindo uma imagem pejorativa do campesinato, ou seja valorizando o agronegócio como único caminho para alcançar o desenvolvimento e incentivando uma forma histórica de violência territorial material e/ou imaterial à classe camponesa em sua ampla diversidade.

Na Amazônia brasileira, essas ameaças foram identificadas e denominadas como projetos para o “desenvolvimento” em diversos lugares e se apoderaram da identidade, cultura, saberes, modos de vida e suas múltiplas facetas sob o discurso desenvolvimentista fortemente amparado nos princípios do Paradigma do Capitalismo Agrário (FERNANDES, 2013). Na atualidade, os agentes capitalistas de produção do espaço têm se apresentado com uma roupagem moderna e desenvolvimentista que omite processos tão e/ou mais perversos que os historicamente promovidos. O maior representante deste processo tem sido o agronegócio, territorializado principalmente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil e que cada vez mais têm avançado rumo à fronteira agrícola na Amazônia. Para melhor relacionar a imprescindibilidade da Educação do Campo face ao papel do agronegócio nos territórios camponeses é importante buscar entender o real significado do território para ambos e como têm ocorrido essas territorializações, de um lado, na perspectiva do agronegócio e seu modelo educativo rural e, doutro lado, da classe camponesa e a importância da Educação do Campo.

Segundo Raffestin (1993, p. 143) “*O território [...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço*”. Compreende-se território a partir do espaço que, sofrendo alguma ação ou apropriação do homem, passa a ser o local que envolve relações e que, portanto, é apoderado, territorializado. Com isso, o território é compreendido como o resultado das ações manifestadas pelo homem no espaço.

Nas concepções mais apropriadas ao contexto de análise da Educação do Campo, Fernandes (2008) aponta criticamente uma diversidade de interpretações que o debate sobre o conceito de território tem desencadeado. Mas, existe uma que o autor destaca:

> O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos diversos espaços, promovidas pelas transnacionais,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> governos e movimentos socioterritoriais. Formando diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial. (2008)

A centralidade do território na compreensão dos conflitos no campo se dá, sobretudo, sob o mirante da disputa de classes (FERNANDES, 2005) e as contendas intensificadas pelo processo infligido através das ações políticas antagônicas que “promovem” desenvolvimentos que não atendem de fato aos sujeitos inseridos no território camponês emergem descortinando diversos impactos e, por conseguinte, a conflitualidade imanentes e o desdobramento dessa disputa territorial em conflitos, muitas vezes com vítimas fatais. Essas disputas e a conflitualidade se desdobram em todas as dimensões, ocorrendo no âmbito político, econômico, teórico e ideológico (SOBREIRO FILHO, 2016), e significam que, além das disputas territoriais no plano material também se realizam no imaterial (FERNANDES, 2008), onde se encaixa a discussão acerca da Educação do Campo inserida na disputa imaterial defendido pelo campesinato, evidenciando a indissociabilidade material-imaterial do território.

O território camponês é compreendido a partir da reprodução de relações sociais e do modo de vida que abarcam elementos próprios dos sujeitos produzem. Sendo que as comunidades tradicionais, ao se organizarem de diferentes formas (e fora dos padrões de organização do agronegócio), produzem diferentes territórios (FERNANDES, 2008). Lembrando que, para o camponês, o território é o lugar de (re)produção de vida em seus diversos aspectos e, portanto, é organizado primeiramente para a sua existência, sendo assim diferente da ótica do agronegócio que compreende e organiza o território exclusivamente para o mercado e em detrimento de outros territórios. É possível detectar essas diferenças nas características, inclusive paisagísticas, de ambos os territórios:

> A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é nesse e desse espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008, p. 41)

Para o agronegócio, a valorização e o interesse do território camponês estão na capacidade deste em ofertar seus recursos, força de trabalho, poder e gerar mercadoria, ou seja, fomentar as lógicas lucro sob a égide da razão neoliberal. Sendo assim, a existência dos povos tradicio-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

nais, com lógicas antagônicas, não tem sido considerada importante nesse cenário mercadológico. Portanto, identifica-se nesse contexto, o território camponês como um território em disputa. Mais uma vez destacamos que enquanto o agronegócio tende a olhar e lidar para o território com uma perspectiva assaz enviesada (fortemente econômica), o campesinato compreende uma perspectiva multidimensional (econômica, política, cultural, ambiental, social etc.)

No entanto, para o camponês, o espaço agrário, lugar de sua existência e identidade política, abarca um conjunto de elementos e é movimentado por ações que culminam em relações sociais que nele ocorrem. Para o camponês, as relações que movimentam o espaço agrário são responsáveis pela sua resistência e territorialização, como nos aponta o autor:

> Além da identidade, temporalidade e relações de trabalho, a memória coletiva e a cultura também são elementos fundamentais para a definição da territorialidade [...], na medida em que é na defesa destes elementos, que se estruturam pela relação do sujeito no e com o espaço, que eles lançam-se para a definição de uma identidade coletiva e de um território de encontro, estruturado para a reprodução das suas relações sociais. (OLIVEIRA NETO, 2015, p. 28)

Neste contexto, a educação é uma importante aliada e trunfo na territorialização tanto do campesinato quanto do agronegócio e, por isso, entra em disputa no plano imaterial em do território. Essa condição de disputa territorial evidencia uma dialética composta pela compreensão múltipla e antagônica, bem como material e imaterial, da imprescindibilidade da territorialização para a educação e vice-versa. Assim, territorializar para educar e educar para territorializar e resistir compreende ambos os sujeitos desta disputa territorial, porém composta por uma correlação desigual de forças. Face a essa compreensão e a hegemonia da educação rural que os movimentos socioterritoriais, doutos dos direitos constitucionais referentes à educação, optam pela construção do processo emancipatório e o caminho para tal far-se-á pela luta pela Educação do Campo que também significa lutar pelo território camponês. No entanto, é importante observar que:

> Da mesma forma que os movimentos sociais se mobilizaram para ter o direito a uma educação do campo delimitando uma formação a partir de sua concepção de sociedade e de desenvolvimento e formação humana, é notório que do outro lado os setores empresariais também fazem coro em prol da educação do campo, da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável (com outra perspectiva). (BOGO, 2016, p. 32)

Esta crítica última torna-se evidente através de muitas formas. Não obstante, é importante ressaltar que uma escola pública localizada em uma comunidade camponesa e que divide o mesmo território com o capital agrícola seria também potencial um alvo de influência do setor empresarial, sobretudo no que se refere à educação nela aplicada. Ainda é possível verificar

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

com maior precisar esta influência principalmente quando a empresa beneficia e assedia ideologicamente a instituição por meio de investimentos em projetos educativos que possibilitam melhoramentos no desenvolvimento do aluno no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e na infraestrutura da escola, além de interferir na padronização do modelo educacional importando o mesmo utilizado em escolas urbanas.

Esse exemplo exprime um dos principais meios de territorialização do capital no espaço agrário: a educação. Pois, é inserido nas escolas do campo um projeto educacional que além de não valorizar as especificidades do campo e dos camponeses com suas culturas, modo de vida e de trabalho, também é um modelo educacional pautado na concepção urbanocêntrica e subordinada em detrimento das perspectivas emancipatórias. Esta se baseia num entendimento de que o espaço urbano é superior ao espaço agrário e que a vida na cidade, assim como a própria educação, é superior à do campo. Isso fortalece um processo de migração para a cidade, ou seja, o êxodo rural, onde os sujeitos do campo anseiam se conformam em *"estudar para sair do campo"* ou *"sair do campo para estudar"* (HAGE, 2005), como se o campo não tivesse a capacidade de desenvolver-se com suas próprias especificidades e fosse dotado de conhecimentos singulares e qualitativos.

Em contrapartida a essa realidade que simboliza um ataque qualitativo aos saberes dos povos do campo, a Educação do Campo baseia-se na valorização do território camponês sendo o lugar de produção de vida em diversos aspectos e principalmente por ser lugar de resistência do modo de vida dos povos tradicionais:

> A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2008, p. 71)

Por isso a Educação do Campo é um meio de disputa territorial, é um instrumento de luta e resistência da classe camponesa para garantir o território como pertencente aos sujeitos do campo, bem como o modo de explicá-lo e reproduzi-lo politicamente. Este processo envolve uma luta que vai além do plano das políticas públicas para garantir educação de qualidade e específica para determinados povos. Trata-se de um modo singular de configurar um meio de formação política e cultural que contribui para a resistência do povo camponês contra as forças

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

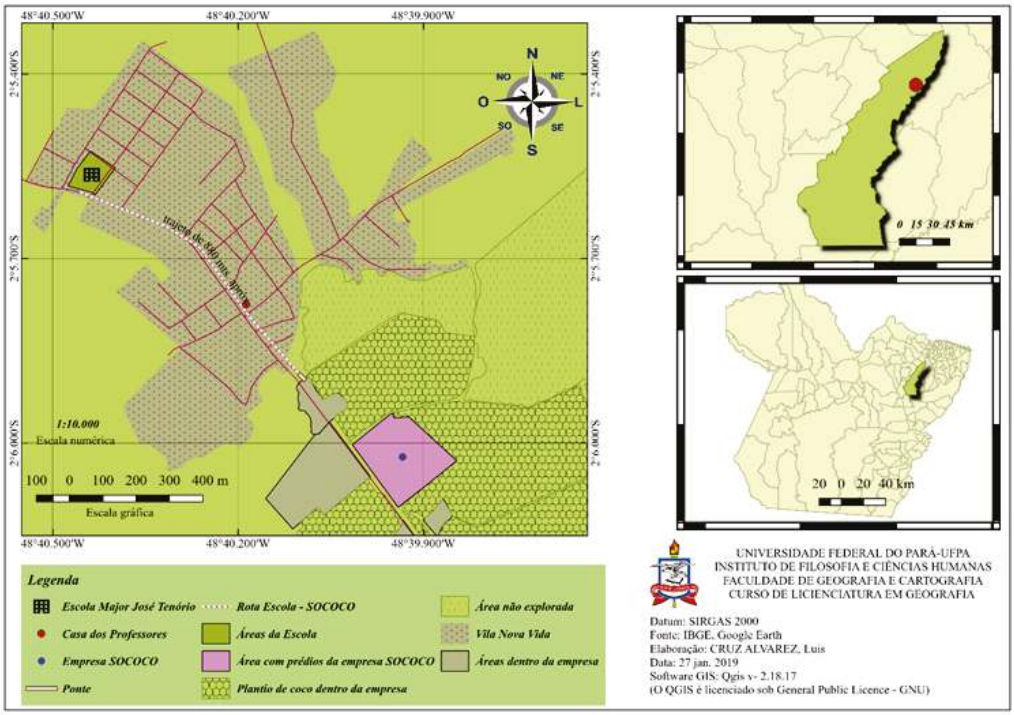
Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

hegemônicas do capitalismo que objetiva subordinar e apropriar-se dos territórios e recursos naturais e humanos que historicamente pertencem aos camponeses.

Escola Major José Tenório: educar para quê e para quem?

Ao trazermos o debate “educar para territorializar e territorializar para educar” ao contexto do nosso objeto de análise nota-se uma estreita relação com o capital hegemônico. Esta, produto de uma correlação desigual de forças, é representada pela empresa Sococo que atua como motor das relações sociais e econômicas do Distrito rural Nova Vida no município de Moju (Pará). Neste contexto, não é de hoje que se sabe que a escola municipal Major José Tenório (mapa 1) é um importante espaço de ensino-aprendizagem e socialização política dos moradores do distrito e, portanto, torna-se um ponto nodal assaz atrativo aos interesses, recursos e forças da empresa que tem como fito tornar-se mediadora, mesmo que discretamente, por meio do modelo educacional nela aplicado.

Mapa 1 – Localização da escola Major José Tenório



Fonte:

A empresa Sococo S.A. Agroindústria da Amazônia, a maior exportadora de coco e derivados da América Latina, está localizada a 38 km da sede do município de Moju e aproximadamente 1 km da escola Major José Tenório. Esta empresa se encontra no território mojuense

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

desde o final da década de 1970 e sua fixação neste ocorreu sob a alegação de que a Sococo é a maior empresa no ramo da produtos de coco com sucesso no país, além de apresentar um alto índice de empregabilidade tanto em Moju e Santa Izabel-PA (localização dos plantios de coco) e Ananindeua-PA (localização da fábrica de processamento dos frutos), quanto em Maceió (localização da fábrica de industrialização) onde o grupo alagoano foi criado. Mas, o investimento na Amazônia se deu principalmente com a descoberta de um solo que melhor adaptaria espécies híbridas de coco, como afirmam Lima & Lima:

> No final da década de 1970 a empresa Sococo S/A que já estava “instalada em Maceió capital de alagoas desde o ano de 1966”, estava realizando pesquisa sobre áreas em que a espécie de coco pudesse se adequar ainda mais, gerando assim mais obtenção de lucro pela empresa. Foi então que por volta dos anos 1978/1979 que o Japonês Massarrari [...] resolve vender suas áreas para a Empresa Sococo, onde rapidamente no ano de 1979 implanta a fazenda de coco no município de Moju e logo se expande pela região chegando aos seus 20 mil hectares de coco plantados, se tornando a maior “Coqueicultura da América Latina”. (LIMA & LIMA, 2017, p. 8)

A Sococo possui uma extensão territorial de 20 mil hectares de terras mojuenses que historicamente pertencia aos moradores do povoado do “Ipitinga”, nome pelo qual a comunidade rural era conhecida antes da fundação da Vila Nova Vida na década de 1980. Neste período, a resistência do povo dessa localidade foi bastante evidente, pois houveram diversos conflitos e disputas territoriais com os empreendimentos desenvolvimentistas recém-chegados na região, como afirmam Bringel & Sacramento (2016): *“Na metade da década de 1980, o município mojuense já estava com seu território bem demarcado por diversos projetos agroindustriais [...]. Em vários desses empreendimentos havia conflitos com moradores dessas localidades”.*

A Vila Nova Vida foi fundada no ano de 1985 apresentando uma idade próxima a da implantação da empresa Sococo no local. Devido ao seu crescimento populacional foi emancipada para a condição de distrito em 2005, abrangendo também pequenas comunidades no entorno. Atualmente, o distrito possui uma população com cerca de 2.200 habitantes, aproximadamente 500 famílias, e conta com um posto de saúde e duas escolas públicas, sendo uma de educação infantil denominada Clementino da Silva Cunha e a outra de ensino fundamental e médio chamada Major José Tenório para atender a população.

A escola Major José Tenório é comumente relacionada a um relevante valor cultural na vida dos moradores do Distrito, sendo considerado um forte elemento de identidade local. O lastro de paternalista, de execução de responsabilidades do Estado, de exercício do papel de mediação e de criação de uma imagem de desenvolvimento remonta à sua própria história. A escola foi fundada em 1983 pela empresa Sococo, funcionando dentro de suas dependências, mas atualmente está situada no início do Distrito (lado de fora da Fazenda de coco) na Av. João Carlos Batista, s/n, rodovia PA 252.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Sua historicidade está diretamente ligada à presença da empresa Sococo, pois com a implantação desta na década de 1970 houve a necessidade de criuma escola para atender a demanda de crianças e jovens da localidade. Portanto, a escola foi fundada em 1983 dentro dos limites da empresa e tendo o como primeiro nome “Escola Sococo”. Sua estrutura continha apenas quatro salas de aula, sendo que o atendimento era praticamente exclusivo aos filhos de funcionários da empresa, conforme as informações disponibilizadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Major José Tenório.

Ainda de acordo com o PPP da escola, foi em 1987 que esta passou a ser “*escola municipal Nova Vida”* através de um convênio entre a prefeitura de Moju e a Sococo. No ano de 1993, a empresa e a prefeitura mais uma vez se uniram para assinar um decreto no qual a escola passou a adotar o nome de *“escola municipal em regime de convênio de ensino fundamental Major José Tenório”*, homenageando assim o alagoano fundador do grupo Sococo.

A instituição funcionou dentro da empresa até 2003 com sete salas de aula e ainda nesse ano o governo municipal inaugurou o primeiro bloco da nova escola dentro da comunidade Nova Vida, desta vez fora dos limites da empresa. Inicialmente os alunos sofreram com a falta de estrutura adequada para as suas acomodações e, por isso, outra vez o município entrou em parceria com a empresa e construíram a maior escola da zona rural mojuense. Em 2004 a escola passou a atender mais de 900 alunos, funcionando em três turnos (manhã, tarde e noite), com 13 salas de aula e transporte escolar para atender as comunidades vizinhas.

Atualmente, a escola Major José Tenório possui 659 alunos, sendo 412 moradores do Distrito e 247 moradores de comunidades próximas, percentual em torno de 40% do total de alunos, e que utilizam transporte escolar. Além disso, a escola tem 7 alunos matriculados portadores de necessidades especiais. Até o ano de 2016 possuía um anexo localizado na região central da vila, o qual atendia as séries iniciais do primeiro e segundo ano. O turno da noite tem função mais direcionada para o ensino médio, que funciona como anexo da escola estadual Ernestina Pereira Maia, localizada no perímetro urbano de Moju.

Também conta com um corpo docente composto por 32 professores, sendo que 7 atuam nas séries iniciais e 5 são professores auxiliares que atuam como facilitadores para os alunos portadores de necessidades especiais. O corpo técnico escolar conta com a diretora, vice-diretora, 3 coordenadores pedagógicos e 1 secretário, bem como 17 funcionários da área de serviços gerais distribuídos entre porteiros, serventes e zeladores.

A escola Major José Tenório também atende através de projetos de intervenção educativa como o SESI (Serviço Social da Indústria), dentre as ações destacamos: a promoção de treinos e torneios de futsal; o programa “*Mais Educação*” com oficinas de Português, Matemática, Leitura, Dança e aulas de Violão; além da instituição sediar seu espaço de convivência e quadra esportiva para o funcionamento de atividades práticas com crianças cadastradas no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do distrito.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

É importante destacar que a escola Major José Tenório é a primeira escola rural mojuense a ser regularizada pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Recentemente também passou por uma reforma na estrutura de seus prédios promovida pela prefeitura municipal e recebeu um recurso como ajuda mensal da empresa Sococo. Logo se vê que essa escola, em comparação a outras escolas rurais de Moju, recebe certo "privilégio" por parte da prefeitura e do setor empresarial, evidenciando sua condição de destaque por conta da relação com a empresa.

Podendo representar uma relação de "*ações compensatórias*" e/ou "subserviência em troca de privilégios" para com a comunidade distrital, o fato mais claro é que o distrito Nova Vida representa um importante número de eleitores e de trabalhadores, despertando assim interesses políticos e econômicos que bem representam a harmonia entre capital e Estado. Portanto, os investimentos direcionados para a educação, por influência da empresa, posteriormente se revertem em influência sobre a escola e contribui para a formação de uma prática paternalista e subordinadora, assegurando não somente o monopólio da Sococo sobre o território material camponês por meio da educação, como também a própria defesa da empresa por parte da comunidade.

Os educadores, tratando-se de uma escola situada no espaço agrário, não recebem formação voltada para a realidade do campo, ou seja, a formação disponibilizada para desenvolverem os conteúdos programáticos em uma escola do campo não se diferem da formação direcionada aos educadores das escolas do meio urbano, além de que, dentre os docentes dessa escola, nenhum possui formação específica em Educação do Campo. No que se refere aos materiais didáticos direcionados para a esta instituição também é comum o fato de não serem condizentes com a realidade amazônica e agrária dos estudantes. Ainda é importante destacar que a escola não recebe qualquer tipo de fiscalização por parte da SEMED, mas essa prática ocorre comumente entre as escolas da cidade.

A influência com exímia destreza e dissimulação que o agronegócio do coco exerce no território mojuense é refletida especialmente na interferência exercida pela Sococo na escola Major José Tenório. Tomamos esta afirmativa, sobretudo, pelo fato da escola não apresentar, em sua organização pedagógica, nenhum método de incentivo ao desenvolvimento local desvinculado da perspectiva urbana ou da perspectiva empresarial "bem-feitora". Seu método de ensino é muito semelhante ao utilizado nas escolas da cidade de Moju, ou seja, trata-se de um exemplo de escola "urbanocêntrica" que reflete na constante desvalorização da identidade camponesa. É muito comum, entre os estudantes da escola Major, a ideia de "sair" da vila para morar e/ou estudar na cidade. Como destacado pelo autor:

> Uma educação veicula uma concepção "urbano-cêntrica" de vida e desenvolvimento, a qual dissemina um entendimento generalizado de que o espaço urbano é superior ao meio rural, de que a vida na cidade oferece o acesso a todos os bens e serviços públicos, de que a cidade é o lugar do desenvolvi-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> mento, da tecnologia e do futuro, enquanto o meio rural é o lugar do atraso, da ignorância, da pobreza e da falta de condições mínimas de sobrevivência. / Uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os educandos trazem de suas experiências e de suas famílias. Uma educação que desvaloriza a vida do campo, diminuindo a auto-estima dos educandos e descaracterizando suas identidades. Uma educação que fortalece o ciclo vicioso que os sujeitos do campo realizam: “de estudar para sair do campo” ou “de sair do campo para estudar”, fortalecendo o processo de migração campo-cidade. Uma educação que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludentes. (HAGE, 2005)

Como já foi argumentado neste artigo, cerca de 40% dos estudantes da escola Major, principalmente que estudam no turno da tarde, residem fora do Distrito Nova Vida e necessitam de transporte escolar para terem acesso à escola. Além do transporte, outros desafios precisam ser superados, por exemplo, muitos alunos, em especial, do turno vespertino, não conseguem entregar suas atividades no mesmo dia ou no último prazo estipulado, pois a maioria são moradores das vilas adjacentes e relatam diversas dificuldades durante o dia, como trabalhar na roça com os pais, cuidar dos irmãos menores e/ou mesmo o trajeto longo e cansativo que percorrem para chegar à estrada onde passa o ônibus escolar é considerado um problema para as conclusões das tarefas escolares, sendo que muitos alunos são obrigados a sair às 11 horas de suas casas e chegam às 19 horas de volta na residência.

Também é válido considerar que parte dos alunos apresenta falhas na escrita e leem com certa dificuldade, expressão da realidade que reforça o fato de que, embora a escola detenha maior suporte no que se refere à estrutura, o modelo educacional implementado, ainda não dá conta de superar as dificuldades mais básicas. O déficit na escrita e leitura compromete estruturalmente a compreensão dos assuntos abordados pelos educadores durante as aulas e essa problemática pode ser identificada em boa parte dos estudantes da escola, principalmente entre os alunos do 6º ano. Com isso, durante a execução do estágio supervisionado ocorrido em Abril de 2018, foi realizado, nas quatro turmas do 6º ano (duas de manhã e de tarde), um breve levantamento que constatou que, em média, 10 alunos de cada turma, somando 40 discentes, responderam ter dificuldades a respeito da leitura e compreensão da disciplina de Geografia.

A partir das respostas dos questionários, conversas e observações relacionadas aos discentes da escola Major José Tenório, nota-se que existe uma grande diferença no desenvolvimento da escrita, leitura e compreensão entre os alunos, essas diferenças se dão principalmente entre os alunos que moram no distrito e alunos que moram às margens das estradas e ramais.

Foi constatado que os alunos que residem no distrito Nova Vida têm um modo de vida mais urbanizado, com a oportunidade de obter acesso aos meios de comunicação e informação tecnológica, assim como desfrutam com mais facilidade do acesso à escola. Esta realidade é diferente da dos alunos que residem nas diversas comunidades rurais do entorno, os quais, muitas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

vezes, são excluídos ou incluídos precariamente em relação a esses meios facilitadores e, mais habituados ao espaço agrário, mantém uma relação mais próxima com a natureza por meio dos seus costumes, modo de lazer, atividades próprias desses espaços, e trabalho na lavoura. Deste modo, enfrentam diversos desafios para desenvolverem suas atividades escolares, principalmente quando existe a falta de relação entre os assuntos abordados com a riqueza da realidade em que vivem.

Essas características foram abordadas devido ao privilégio que se dá ao que é característico do meio urbano em detrimento ao rural. É mais evidente a dificuldade de alguns alunos do meio rural em aprender temas que envolvem a realidade urbana, diferente daqueles que residem no distrito e que detém maior identidade com o modo de vida urbano, ou seja, dos alunos que gozam do acesso à internet, o consumo, a relação laboral específica etc. Isso explica o porquê das dificuldades de leitura, escrita e compreensão de alguns estudantes. Assim, de um lado temos a dialética e indissociabilidade entre a educação e a territorialização a favor da empresa e do outro, também a favor da acumulação, temos as problemáticas de um modelo que perversamente exclui com o fito de despontar o horizonte do êxodo e da falta de sucessão geracional no campo. Com isso, percebe-se a importância de se discutir e implementar a Educação do Campo para de fato atender os sujeitos do campo e permitir uma outra relação por detrás da dialética e indissociabilidade entre Educar e Territorializar.

Ainda se tratando das influências que a empresa exerce no território camponês é válido recordar que a Sococo também está presente nos ideais e perspectivas de trabalhos dos moradores do distrito Nova Vida e região, pois cerca de 90% dos 659 estudantes possui algum parente que é trabalhador assalariado da Sococo. A maioria dos jovens e adultos que estudam no período noturno da escola, tanto do ensino médio quanto do EJA (Educação de Jovens e Adultos), também se encaixam no quadro de funcionários desta empresa, seja como "trabalhadores do campo" (que se refere ao trabalho na colheita de coco ou limpeza do plantio) ou através do Programa Jovem Aprendiz.

Esse fenômeno tem se referido à emergente necessidade de complementação da renda familiar e, até mesmo ao desejo de adquirir independência financeira. Contudo, pouco tem se debatido o fato de que essa alternativa tem amplificado o controle, a exploração, a subordinação e a vulnerabilidade da força de trabalho tornando-os dependentes da empregabilidade empresarial, bem como promovendo uma diferenciação interna de classe majoritariamente caracterizada pelo assalariamento do campesinato mojuense. Ademais, vale destacar que este fato está atrelado ao período de chegada da empresa no território:

> Um dos motivos que levaram os agricultores a deixarem seus lotes para trabalhar na empresa Sococo e empresas vizinhas, foi a falsa oportunidade de buscar "melhores condições de vida", o que no discurso dos empresários pairava, que a partir da contratação dos mesmos nas empresas eles teriam

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> salários todos os meses, isto é, dinheiro certo para contar no final do mês, diferente da roça onde que dizem que trabalhavam somente para a sobrevivência, isso com muita dificuldade e que trabalhavam muito para garantir pouca coisa na mesa. (LIMA & LIMA, 2017, p. 11).

Essa dependência, de modo especial na economia e na educação, se dá principalmente pela descrença na produção agrícola camponesa como modo de produção motor da renda distrital. Acontece que uma parte da população desta localidade há muito deixou de levar um modo de vida camponês. O distrito passou a adotar características urbanas bastante evidentes em suas relações socioespaciais devido à influente presença do agronegócio no território que, por meio de suas propagandas desenvolvimentistas, um modelo de educação inadequado e empregabilidade facilitada, se apoderou da autonomia econômica e cultural deste povo.

Esses fatores influenciam diretamente na vida dos alunos da escola, pois cresce a expectativa de conseguirem também um emprego assalariado e, atraídos pela renda independente do “trabalho pesado na lavoura”, acabam demonstrando o desejo de se “fichar” na empresa, ou seja, almejam um futuro traçado pelas oportunidades de trabalhar para o Agronegócio do coco ou do dendê em empresas como Sococo, Marborges, Agropalma ou Biopalma.

Entre o distrito Nova Vida e a empresa Sococo Agroindústria SA, observa-se uma realidade que se assemelha a uma relação de dependência. Foi observado na fala de um morador do distrito que *“se não fosse a vinda da empresa pra cá a vila não era o que ela é hoje”*. Porém, em outras falas observa-se um pensamento consciente de que se não fosse a mão de obra dos trabalhadores moradores do Distrito e de vilas adjacentes a empresa Sococo não teria significativos lucros, visto que a força de trabalho destes atende uma grande parcela do seu funcionamento.

Essa afirmação mostra que a disputa territorial do município de Moju ainda é bastante evidente. Apesar da aparente calmaria e/ou passividade apresentada neste cenário é possível notar que entre a população camponesa, mesmo que revestida de características urbanocêntricas, e a empresa Sococo com suas propostas desenvolvimentistas, existe um contraste muito grande.

Considerações Finais

O território camponês, de modo especial na região de fronteira agrícola da Amazônia brasileira, tem sido marcado por disputas, sobretudo, com o latifúndio e o agronegócio. Disputas que, para os camponeses, são pautadas nos direitos de viver, produzir e resistir como modo de vida e modelo de desenvolvimento no espaço agrário, enquanto o agronegócio visa se apropriar do território e recursos (naturais e humanos) com o objetivo de inseri-lo no mercado capitalista por meio da monocultura que desvaloriza e implica na permanência e emancipação do campesinato.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A abordagem principal deste artigo se embasou na compreensão da imprescindibilidade do papel da Educação do Campo em meio a um território que vive uma realidade de disputa territorial e ausência de um modelo educacional específico para o seu contexto. A ausência desta perspectiva combinada com a forte influência de uma educação em favor dos interesses do agronegócio na região evidenciam nitidamente a indissociabilidade entre educar e territorializar.

O agronegócio, territorializado no espaço agrário onde se situa a escola Major José Tenório, tem se apropriado do lugar de existência de um povo que, por sua vez, tem perdido cada vez mais sua identidade camponesa, através do assalariamento, e as oportunidades de reprodução do seu modo de vida para dar vez à urbanização e ao desenvolvimento capitalista no campo. Ainda não existe uma organização popular que tem conseguido pautar a resistência e levar a cabo a Educação do Campo, bem como discutir bases políticas e educacionais. O estado apresenta-se conivente com os interesses do agronegócio, inclusive, no que se refere ao modelo educacional e suas "contribuições" na escola. Portanto, o debate acerca da Educação do Campo no distrito Nova Vida, precisamente na escola Major José Tenório, é praticamente inexistente.

É fato que, em um espaço ausente de iniciativas populares na disputa territorial, o papel da educação torna-se ainda mais decisivo. No caso do distrito Nova Vida, a educação aplicada na escola Major José Tenório ainda está atendendo principalmente aos interesses capitalistas da empresa. É necessário, portanto, utilizar um modelo educacional que atenda as perspectivas do campesinato. Neste artigo, em diversos momentos, foram discutidas as características e importância da Educação do Campo, a qual é considerada um valioso instrumento de existência, resistência e desenvolvimento do povo camponês, e que pode ser discutida e trabalhada também na escola Major José Tenório.

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ANTONIO, C.A.; LUCINI, M. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação.** Cad. CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, p. 177-195, Ago, 2007.

BOGO, M. N. R. A. O agronegócio e a educação para as comunidades rurais na região extremo sul da Bahia: desafios a luta social. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 28-38, dez. 2016.

BRINGEL, F. O.; SACRAMENTO, Elias Diniz. História e Memória de um Município da Amazônia: **a chegada do "Desenvolvimento" em Moju/PA (Década de 1980)**. **Revista Observatório,** Palmas, v. 2, n. 1, p. 22, maio 2016.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

CALDART, R. S.. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo:** Identidades de Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, Coleção: Por Uma Educação do Campo, nº 4, 2002.

CAMACHO, R. S.. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo.** Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES,B. M. . [et al.]; SANTOS, Clarice Aparecida (org.). **Educação do Campo:** campo – políticas públicas – educação. Brasília, DF: Coleção: Por uma Educação do Campo, nº 7, 2008.

Fernandes, B. M., & Molina, M. C. O campo da Educação do Campo. In Molina, M. C., & S. Jesus, M. S. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo: Contribuições para Construção de um Projeto de Educação do campo** (pp.32-53). Brasília, DF: Ministério do Desenv, 2004.

A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo. Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.

LEITE, S.C. *Escola rural:* urbanização e políticas educacionais. SãoPaulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C.. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, J.F. de O., M. S. T. – 10. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta)

LIMA, S. L. M.; LIMA, J. M.. O avanço do capitalismo no campo e transformação do território: Análise a partir do Distrito Nova Vida, em Moju-PA. In: **VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Curitiba, 2017.

OLIVEIRA NETO, A. **O território e sua relação com a Educação do Campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia.** Revista Maré. 1.13. Abril, 2015.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular.** Porto Alegre: Tomo; Camp, 2001.

PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Municipal Major José Tenório – Biênio, 2018-2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França (Título original: ***Pour une géographie du pouvoir***. Paris: LITEC, 1980), São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**, 6ª ed., Campinas: Autores Associados, 2000.

SOCOCO S/A (Brasil). http://www.sococo.com.br/nossa-historia/ **Nossa História.** Disponível em: < >. Acesso em: 14 de maio. 2018.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Atores e Políticas Públicas: dificuldades e estratégias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Remígio – PB

Actors and Public Policies: difficulties and strategies in the execution of the National School Feeding Program (PNAE) in Remígio – PB

Actores y Políticas Públicas: dificultades y estrategias en la ejecución del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en Remígio – PB

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Campina Grande, Brasil
E-mail: frutuosorosana@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4055-9258

Resumo: Esse artigo analisa a execução da Lei 11.947/2009 no município de Remígio – PB no ano de 2017, bem como a participação dos atores envolvidos no processo das compras institucionais. A metodologia adotada foi de estudo de caso, no acompanhamento da primeira Chamada Pública para identificar as dificuldades e entender quais as estratégias definidas pelos atores sociais, identificados como "atores hábeis". Os resultados mostraram que, a criação da Casa da Merenda foi um importante passo para sanar o problema de estoque de alimentos, além disso, a participação das mulheres no PNAE demonstrou que através de uma construção coletiva elas puderam alcançar novos espaços de venda de seus produtos, permitindo a busca por autonomia. No entanto, observou-se que, embora os atores tenham criado estratégias para melhorar o funcionamento do PNAE, elas não foram suficientes para resolver questões burocráticas, estruturais, organizacionais devido à própria complexidade do Programa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; PNAE, Compras Institucionais.

Abstract: This article analyzes the execution of Law 11.947/2009 in the municipality of Remígio - PB in 2017, as well as the participation of the actors involved in the process of institutional purchases. The methodology adopted was a case study, following the first Public Call to identify the difficulties and understand the strategies defined by the social actors, identified as "skilled actors". The results showed that the creation of Casa da Merenda was an important step to solve the food stock problem, in addition, the participation of women in the PNAE demonstrated that through a collective construction they were able to reach new spaces for the sale of their products. , allowing the search for autonomy. However, it was observed that, although the actors

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

had created strategies to improve the functioning of the PNAE, they were not enough to resolve bureaucratic, structural, organizational issues due to the very complexity of the Program.
Keywords: Family Farming; School Feeding; PNAE, Institutional Purchasing.

Resumen: Este artículo analiza la ejecución de la Ley 11.947/2009 en el municipio de Remígio - PB en el año 2017, así como la participación de los actores involucrados en el proceso de las compras institucionales. La metodología adoptada fue de estudio de caso, en el seguimiento de la primera Llamada Pública para identificar las dificultades y entender cuáles son las estrategias definidas por los actores sociales, identificados como "actores hábiles". Los resultados mostraron que, la creación de la Casa da Merenda fue un importante paso para sanar el problema de stock de alimentos, además, la participación de las mujeres en el PNAE demostró que a través de una construcción colectiva ellas pudieron alcanzar nuevos espacios de venta de sus productos, permitiendo la búsqueda de autonomía. Sin embargo, se observó que, aunque los actores crearon estrategias para mejorar el funcionamiento del PNAE, éstas no fueron suficientes para resolver cuestiones burocráticas, estructurales, organizacionales debido a la propia complejidad del Programa.
Palabras Clave: Agricultura Familiar; Alimentación Escolar; PNAE, Compras Institucionales.

Data de recebimento: 05/01/2022
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15369

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é considerado o maior programa de alimentação escolar do mundo e o único aplicado de forma universal no Brasil, sendo referência mundial para implantação de programas similares em outros países da África, América Latina e Caribe (FNDE, 2017). Além de fornecer a merenda para os alunos, o programa tem como objetivo reduzir os riscos nutricionais, garantindo aos alunos do ensino público uma alimentação saudável; estimular a produção da agricultura familiar; incentivar a economia local; promover uma agricultura sustentável; incentivar a produção entre os jovens agricultores estimulando-os a permanecerem em suas propriedades; incentivar a criação de associações e cooperativas; e aproximar os consumidores com uma nova proposta de alimentação saudável.

A partir da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, tornou-se obrigatório que os Municípios, Estados e também o Distrito Federal apliquem no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a compra de merenda escolar de produtos oriundos da agricultura familiar, propiciando o surgimento de um novo mercado institucional e, com isso, mais um canal para escoamento da produção da agricultura familiar. Assim, o PNAE tem contribuído para o desenvolvimento

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

da economia local, bem como a inclusão de agricultores familiares na dinâmica das políticas públicas como um importante ator no processo relacionado à merenda escolar. Desta forma, o Programa objetiva promover a segurança alimentar e a inserção desses grupos sociais nos mercados institucionais.

O processo de execução do Programa envolve diversos atores da sociedade civil e do poder público para que ele se efetive. Em certa medida, podemos definir o Programa como complexo, pois exige dos participantes (principalmente dos agricultores) um conhecimento técnico quanto à sua operacionalização. Entendendo a importância do Programa na promoção da segurança alimentar e do fortalecimento da agricultura familiar, este estudo procura descrever e analisar o processo de execução do PNAE no município de Remígio[1] – PB no ano de 2017, tendo por objetivo compreender as dificuldades, potencialidades, bem como as estratégias criadas pelos atores na implementação do Programa numa situação concreta.

O artigo está organizado em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte tem-se uma contextualização onde apresentamos o processo de construção dos mercados institucionais no Brasil e a Lei 11.947/2009; em seguida os procedimentos metodológicos adotados, isto é, de um estudo de caso e, por fim, serão apresentados os resultados[2] e discussões.

Mercados Institucionais no Brasil

A partir dos anos 2000 o Brasil passou por uma grande transformação política e social com a chegada de um governo progressista em 2003. Com o novo governo, abriu-se grande espaço de diálogo entre o governo e os diversos atores sociais para a construção de uma política de segurança alimentar no país. O problema da fome[3] pelo qual o país se encontrava,

1 Situado no Agreste paraibano, o município de Remígio ocupa uma área de 180,897 km² e estima-se que a população passará de 17.581 habitantes (censo de 2010) para 19.340 em 2018 segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A cidade de Remígio está localizada a 132 km da capital, João Pessoa e a 32 km do município de Campina Grande, onde se encontram três rodovias e diversas estradas, caracterizando-a como "um nó de fluxos rodoviários". Essa localização facilita o escoamento da produção agrícola para os municípios vizinhos. A principal atividade econômica do município reside na agricultura familiar (CHAVES, 2011).

2 Este artigo é um recorte de minha dissertação de mestrado intitulada: Camponeses e Políticas Públicas: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Remígio-PB, defendida no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG.

3 Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1999, o Projeto Fome Zero identificou que existiam 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres (renda abaixo de US$ 1,00 por dia) e que por estarem vulneráveis à fome, eram potenciais beneficiários desse projeto. Esse número de pobres representa 22% das famílias e 28% da população total do país, sendo que 19% dessa população se encontram nas regiões metropolitanas, 25% da população estão nas áreas urbanas não metropolitanas e 46% da população em áreas rurais. Sendo que 50% dessa população pobre se concentrava na Região Nordeste do país (BRASIL, 2010).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

foi escolhido como tema central do governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, portanto, era necessário criar ações para combatê-la. Foi realizado um diagnóstico sobre o problema da fome no país e os resultados apontam:

> uma insuficiência de demanda que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria no país. As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. (BRASIL, 2010, p. 17).

Desta forma, para garantir a segurança alimentar da população brasileira era preciso mudar o modelo econômico vigente que levava à “exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, como o são também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda” (BRASIL, 2010, p. 18).

Era necessário que o Estado interviesse, de forma que incorporasse ao mercado de consumo de alimentos a parcela da população que estava excluída do mercado de trabalho ou que não possuía nenhuma condição de garantir uma alimentação digna à sua família. Logo que assumiu o governo, o então presidente Lula, com a sua equipe, colocaram em prática uma série de políticas, ações e programas no âmbito do que se convencionou denominar como Estratégia Fome Zero (ARANHA, 2010). Era uma estratégia inovadora que, além de combater a fome no país, tinha como objetivo criar um padrão de consumo saudável, estimular a produção de alimentos e expandir as compras para a merenda escolar.

Dentro do contexto do Programa Fome Zero, em 2003 foi implementado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse é um ponto importante na mudança de perspectiva das compras institucionais até então implementadas no Brasil, onde até aquele ano, apenas os grandes empresários do setor alimentício tinham oportunidade de vender ao governo federal. O PAA inova ao incluir os agricultores familiares em uma política pública de compra governamental. O Programa tem dois objetivos básicos: o desenvolvimento da agricultura familiar e o combate à fome. Como afirma Souza (2019, p. 83), o PAA contribui ao ser mais um instrumento para reforçar os estoques de alimentos e de sua distribuição, beneficiando entidades de apoio socioassistencial, além de contribuir com o desenvolvimento rural comprando parte da produção de milhões de camponeses.

As compras públicas têm sido uma excelente estratégia de abastecimento alimentar e o papel do Estado nesse processo é fundamental, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil as políticas de abastecimento estavam voltadas para o plano de combate à fome e à redução da pobreza e da miséria, implementadas pelos governos de esquerda na primeira década do século XXI. Além de financiar e fiscalizar, o Estado pode ser um estimulador das relações econômicas e sociais. A participação social é outro fator fundamental na definição e

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

implementação das políticas públicas, pois para que essa política se efetive é necessária uma interação entre os governos em seus diversos níveis e as organizações sociais, especialmente cooperativas e associações de produtores (CANIELLO *et al.* 2016).

As compras institucionais surgem a partir da atuação do Estado com a criação de novos mercados, mas também de um processo de construção, e institucionalização de "novas" ideias, pautadas na segurança alimentar e nutricional da população (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Além disso, a compra institucional garante mercados aos agricultores menos capitalizados, que "sofrem com padrão irregular de sua produção, a falta de equipamento adequado e embalagem para comercialização e outros problemas do ritmo mais lento da implementação das políticas" (BELIK; FORNAZIER, 2016, p. 75).

Além disso, ao estabelecer um mercado institucional, está se criando oportunidades para os agricultores mais pobres de acesso aos mercados locais e estimulando a produção e aumentando o autoconsumo. Para Grisa et al. (2011), "a criação desses novos mercados é estratégica diante da preocupação de que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA. O objetivo é fazer deste apenas um pontapé inicial para a inserção de novos mercados".

Os resultados positivos do PAA proporcionaram que novas ações fossem pensadas para resolver o problema nutricional e fortalecer a agricultura familiar. Segundo Silveira et al. (2016, p. 27), "o "sucesso" na implantação do PAA pode ser medido por sua rápida expansão pelo Brasil entre 2003 e 2008, quando o número de agricultores familiares beneficiados pelo Programa passou de 42 para 169 mil". Com o objetivo de ampliar o mercado institucional, o governo federal criou a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, além de destinar 30% dos recursos financeiros do FNDE para a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Balem (2015) reconhece o potencial do mercado institucional, mas admite que as estruturas institucionais existentes ainda não estão preparadas para a complexidade e o grande alcance do PNAE no país. Diante disso, a autora entende que é necessário que os atores se apropriem dessa política com o objetivo de criar um ambiente propício, caso não exista. Além disso, o PNAE deve ser visto como um meio para que os agricultores desenvolvam novas práticas de relacionamento com outros mercados. Assim, os agricultores aos poucos vão desenvolvendo novas habilidades de se relacionar com outros mercados locais, pois o potencial do mercado institucional não se encerra em si, mas na possibilidade de produzir *scaling up*, ou seja, desenvolver capacidades para os agricultores que, após acessarem o mercado institucional do município, também podem acessar outros mercados locais e regionais.

Esse conceito de *scaling up* utilizado pela autora, significa que o mercado institucional tem condições de absorver os pequenos agricultores, e na medida em que eles vão ganhando

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

outros mercados, eles diminuem sua oferta para o programa abrindo espaços para outros agricultores gerando autonomia. Portanto, o PNAE funciona como um instrumento de mudança e contribui para que os agricultores se insiram em outros mercados (BALÉM, 2015).

É nessa perspectiva que a presença do Estado por meio das aquisições de alimentos atuaria de forma decisiva para um desenvolvimento de política pública sustentável. Vale ressaltar que, a participação de diversos atores da sociedade civil foi importante para o redirecionamento das políticas públicas naquele contexto. Isso fez com que a relação entre Estado e sociedade civil mudasse quando os movimentos sociais e do campo além de propor ações, tornaram-se parceiros (conquista de canais de diálogo) do Estado na execução dessas políticas. Nesse sentido, a participação social foi fundamental na definição, implementação e execução das políticas públicas.

Partindo da ideia das relações dos atores e o Estado, Fligstein (2007) desenvolve uma visão sociológica dessa ação dos atores a partir da definição de "habilidade social" que os atores têm de induzir nos demais o sentimento de cooperação. Neste sentido, o conceito de ação para o autor pode ser denominado pela habilidade social, ou seja, "A ideia de habilidade social é que os atores precisam induzir a cooperação dos outros. A habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais" (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Nessa perspectiva é possível identificar e compreender a colaboração dos diferentes atores, ou seja, os que defendem o projeto ou os que impõem mudanças. É importante destacar que todos os atores dispõem de alguma habilidade ou função em determinado grupo, contudo, "sabemos que alguns atores são socialmente mais hábeis em obter a cooperação dos outros, atuando com atores mais poderosos e sabendo em geral como construir coalizões políticas na vida" (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Lei 11.947/2009

Com o processo de descentralização do PNAE ocorrido em 1994 e sua consolidação em 1998, quando os municípios e estados passaram a serem responsáveis pela gestão dos recursos da alimentação escolar, viabilizam-se outras oportunidades, tais como: racionalização da logística, custos de distribuição dos produtos, desenvolvimento local, elaboração de cardápios respeitando os hábitos locais, maior participação da sociedade civil entre outras vantagens (TRICHES, 2015, p. 188).

Mas será a partir de 2003, com as políticas da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e do Programa Fome Zero, que o PNAE passará por uma revisão, que consistiu em criar critérios técnicos e operacionais com o objetivo de dar maior flexibilidade, eficácia e eficiência na gestão do Programa, além de estimular e fortalecer o papel dos Conselhos Alimentação Escolar

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

– CAEs no controle social e do profissional nutricionista como Responsável Técnico (PEIXINHO, 2013). Outro momento importante do Programa é a Resolução nº 32, de 10/08/2006, que além da descentralização, remete à universalização, à participação, promoção de hábitos alimentares saudáveis, respeito à cultura alimentar e ao desenvolvimento sustentável. Com essa resolução, o objetivo do Programa passou a ser “o de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis” (TRICHES, 2015, p. 190).

Embora as regulamentações até então do Programa fizessem referências à segurança alimentar, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de alimentos produzidos no âmbito local, os processos para a compra desses produtos dos pequenos agricultores permaneceram impraticáveis (TRICHES, 2015). Era necessário criar uma regulamentação nos princípios do Programa para que as aquisições públicas da agricultura familiar fossem de fato efetivadas. A partir da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, tornou-se obrigatório que os municípios, estados e Distrito Federal apliquem 30% dos recursos repassados pelo FNDE na compra de produtos da agricultura familiar.

O grande avanço do PNAE se deu quando a Lei n.º 11.947 instituiu um mercado diferenciado para a agricultura familiar, com a aplicação de 30% dos repasses do FNDE na aquisição de produtos desse público, como pode ser observado no texto do art. 14 da mesma Lei:

> Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades.

A agricultura familiar se destaca devido à sua importância no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional da população, porém ela sempre enfrentou diversas dificuldades relacionadas à produção e ao escoamento de seus produtos. Daí a importância das políticas públicas que incentivem os camponeses a produzirem mais e também produtos saudáveis. Além disso, as políticas públicas de fomento favoreceram o fortalecimento da economia local, bem como a criação de associações e cooperativas.

Com a Lei 11.947/2009, o objetivo do Programa passou ser: atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo com isso para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, promovendo a sustentabilidade, gerando renda ao agricultor. Além disso, “a aquisição de alimentos mais naturais, sazonais, tradicionais e ecológicos promoveria a qualidade alimentar e saúde pública, garantindo o direito ao ato pedagógico” afirma Triches (2015, p. 185).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Em suma, ao institucionalizar as compras o Estado está garantido à segurança alimentar de quem produz e de quem consome. Para Gregolin *et. al.* (2018, p. 50), “A Lei 11.947/2009 é um marco histórico na política de alimentação escolar no Brasil, pois de fato concretizou a unificação de uma política de acesso e distribuição de alimentos com a promoção da sustentabilidade socioambiental”.

É importante destacar que, essa conquista é fruto de um processo construído entre o Governo Federal e os diversos setores da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Consea (PEIXINHO, 2013). Vale ressaltar que, embora existam mecanismos alternativos para interação dos atores locais, a ação do poder público é fundamental para a criação de modelos de desenvolvimento conforme afirmam Triches e Schneider (2010, p. 3):

> O Estado possui um papel fundamental na regulação e orientação da produção agroalimentar via controle e normatização do uso de agroquímicos e, também, da saúde alimentar e nutricional da coletividade, via estímulo ao consumo de alimentos frescos e mais saudáveis. O poder público pode, efetivamente, constituir-se em um ator-chave na construção de formas de produção e consumo de alimentos que primem pela observância das diretrizes da segurança alimentar e nutricional e da produção sustentável.

Enquanto política pública, o PNAE busca conectar-se aos objetivos da SAN que é de ofertar alimentos de qualidade para a merenda escolar, mas também de incentivar a produção dos camponeses. Para Pauli; Schulz e Zajonz (2016, p. 101):

> O PNAE se apresenta como um dos Programas basilares de Programa de Segurança alimentar e Nutricional por ser capaz de promover a intersetorialidade de dois problemas cruciais que envolvem a realidade de países em desenvolvimento e que se referem à segurança alimentar e nutricional.

A partir do que foi dito, podemos considerar o PNAE como instrumento de proteção social ao possibilitar acesso igualitário dos estudantes à merenda escolar, principalmente, aos estudantes que se encontram em risco nutricional. A merenda escolar garante oportunidade de aprendizado e diminuição da evasão escolar, além de contribuir para a redução da pobreza. Além disso, o Programa fomenta práticas de produções sustentáveis entre os camponeses, diminui a participação de intermediários ao comprar direto do produtor e cria um ambiente para que eles possam ascender a outros mercados.

Metodologia

A ideia de acompanhar o processo de execução do PNAE no município de Remígio data do ano de 2015, em virtude do grande destaque que o município ganhava em relação aos

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

demais dentro do Território da Borborema. Foi realizado uma pesquisa sobre o desempenho do PNAE no Território da Borborema realizada no ano de 2015 pelo NEXTAP/UFCG, no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema (Programa Territórios da Cidadania[4]). De fato, no ano de 2015 o município conseguiu ultrapassar os 30% de compras da agricultura familiar, passando a ser destaque nas reuniões do Fórum da Borborema não só pelo resultado alcançado, mas pela forma de articulação dos envolvidos no processo.

Inicialmente, buscamos nos sites oficiais informações mais gerais sobre o município através do IBGE, dados sobre recursos destinados ao PNAE e compras realizadas da agricultura familiar nos sites do FNDE e EMATER (que atualmente de chama Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER). Embora os dados colhidos (de 2011 até 2017) tenham demonstrado que o município havia atingindo a compra dos 30% somente nos anos de 2013 e 2015, entender como os atores se articulavam e criavam estratégias para alcançar o mínimo estabelecido por lei foi a principal razão que motivou a realização da pesquisa.

O presente estudo de caso é fruto de uma pesquisa de campo que iniciou a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática da alimentação escolar com o objetivo de orientar os objetivos da pesquisa e dar embasamento teórico ao tema estudado. Considerando os objetivos, a pesquisa se pautou numa abordagem qualitativa que, permitiu descrever o objeto, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos dos grupos sociais (RICHARDSON, 1999), combinando um conjunto de técnica de coleta de dados (DENZIN E LINCOLN, 2006), que possibilitou um aprofundamento e um resultado satisfatório do fenômeno estudado. Foi realizado o acompanhamento da primeira chamada de 2017, aplicação de questionário socioeconômico e de algumas entrevistas.

Ao longo da pesquisa (2017 e 2018), pude observar na prática a aplicação dos dez passos do PNAE, que é um roteiro em forma de manual criado pelo FNDE para que as Entidades Executoras – EEx se orientem quanto às etapas que devem ser seguidas na execução do Programa. Algumas das etapas (elaboração do cardápio, da chamada pública, elaboração e seleção dos projetos e pesquisa de preço) participaram somente os representantes das Entidades Executoras e agricultores[5]. De toda forma, essas etapas foram registradas posteriormente por meio de entrevistas e relatos registrados no caderno de campo (DA MATTA, 2010). Por fim,

4 O governo federal a partir de 2003 resolveu adotar o "enfoque territorial" das políticas públicas para a agricultura familiar com o objetivo de ampliar a participação e decisão dos agricultores familiares na aplicação dessas políticas. Com a criação da SDT pelo MDA essa ideia do enfoque territorial foi posta em prática no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR e no segundo governo Lula ela foi ampliada e rebatizada como Programas Territórios da Cidadania – PTC. É importante observamos que com essa nova estratégia, o objetivo estava no "ciclo de gestão social", ou seja, numa dialética ativa entre identidade, participação social e desenvolvimento rural sustentável (CANIELLO, 2016; CANIELLO, PIRAUX e BASTOS, 2013a).

5 Informações obtidas através do Projeto nº: 1. 251270/2015 – IX Edição do Prêmio Prefeito Empreendedor - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

participei das reuniões de avaliação, que foram quatro no total. Essa etapa foi criada pela gestão da casa da merenda com o intuito de avaliar e prestar contas ao final de cada chamada pública.

Os dados primários foram coletados mediante um questionário socioeconômico com onze perguntas fechadas, aplicados durante as reuniões do PNAE, totalizando dezoito respondentes, com perguntas fechadas e foi preenchido pelo entrevistador durante a entrevista. As questões tinham por propósito responder aos objetivos da pesquisa, bem como traçar um perfil das agricultoras que forneciam ao PNAE. O critério para a escolha das entrevistadas foi devido ao número de mulheres serem superiores ao dos homens, mas sobretudo, porque elas sempre estavam presentes nas reuniões facilitando o contato.

Durante a pesquisa foram realizadas quatro entrevistas com um representante da EMATER e três agricultoras[6]. As agricultoras selecionadas fazem parte três grupos de mulheres (Margaridas, Queimadas e Vitoriosas) que fornecem bolos e outros produtos para a merenda escolar, sendo selecionada uma de cada grupo. Em relação às entrevistas, a escolha quanto ao número de entrevistados não buscamos uma "representatividade no sentido estatístico" como afirma Barbot (2015), mas identificar e explorar, à medida que houver dados suficientes e quando as diversas situações em campo permitirem. A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

Resultados e discussões

O FNDE disponibiliza um manual que orienta as Entidades Executoras – EEx na execução do Programa da merenda escolar (BRASIL, 2016). No caso de Remígio, as compras são realizadas pela gestão municipal (EEx.). No que se refere à venda dos produtos, são os produtores responsáveis pelo fornecimento dos produtos ao Programa e estes devem estar inseridos no PRONAF seja como portador de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP jurídica (cooperativas e associações) ou como possuidor de uma DAP física, que são os agricultores familiares. Além da EEx. e dos agricultores/fornecedores, existem as entidades articuladoras que, segundo Pauli, Schulz e Zajonz (2016, p.104) "têm a função de intermediar a negociação entre o produtor rural e as Entidades Executoras". Em Remígio, essas entidades são, principalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Acompanhamos a 1º chamada pública do PNAE em Remígio no ano de 2017 e constatamos algumas particularidades quanto à forma de execução do Programa.

6 Documentário intitulado: "Da dureza à doçura", disponível na plataforma Youtube.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

"Atores hábeis"

Casa da Merenda

Uma das particularidades observadas em Remígio é que o município dispõe de um local e uma equipe específica para a execução das compras governamentais para a merenda escolar, a Casa da Merenda, criada no ano de 2013 com o objetivo de intermediar e articular a execução do PNAE entre os camponeses e a EEx. É uma casa adaptada para receber, armazenar e distribuir os produtos destinados à merenda escolar. A ideia para a criação da Casa da Merenda surgiu de uma demanda dos camponeses junto aos gestores públicos do município, exigindo uma maior participação para o fornecimento dos seus produtos para a merenda escolar. Além disso, outros dois fatores foram decisivos para sua criação, que foram: a falta de infraestrutura nas escolas municipais, especialmente, nas escolas rurais que, não dispunham de estruturas adequadas para armazenar os produtos adquiridos dos produtores e a falta de comunicação entre os agricultores e os gestores, dificultando a execução do Programa e diminuindo o interesse dos agricultores em fornecer para o PNAE.

Além disso, a criação desta instituição também teve como objetivo sanar o problema do estoque, atuando como uma central de armazenamento dos produtos adquiridos dos camponeses. Nesse sentido, em situações estruturais parecidas, é possível criar respostas diferentes. Segundo Triches e Schneider (2012, p. 7):

> A ação estratégica caracterizar-se-ia por um poder que os atores têm de, mesmo dentro de um modelo cultural ou social dominante, serem agentes hábeis em mudar as circunstâncias para resolver seus problemas de uma forma coerente, organizando seus recursos por meio de uma persuasão ativa em relação aos seus projetos e pela construção de seu próprio padrões de organização.

Nesse sentido, a ação dos atores de Remígio pode ser entendida como uma complementaridade à ação do PNAE, a partir da articulação dos diversos atores com o objetivo de solucionar os problemas ligados à comercialização. Desde a sua criação, a Casa da Merenda é a organização que tem conseguido atrair um número significativo de agricultores para participar do Programa. No ano de 2013, o município contava com treze agricultores fornecendo ao PNAE[7]. Nos anos seguintes, o número de fornecedores foi aumentando, chegando aos 38 agricultores em 2017. Essa capacidade da Casa da Merenda de induzir os demais atores a cooperar, criando um sentimento de coletividade é definida por Flingstein (2007) como habilidade social. Para a agricultora Maria, a instituição é vista positivamente, pois consegue unir os agricultores e é um canal de orientação: "a gente se juntar para discutir o preço, né! Discutir os produtos, e eu acho

7 Primeira chamada de 2017, segunda chamada de 2017, primeira chamada de 2018 e segunda chamada de 2018.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

que o ponto positivo é ter uma casa de merenda. A gente tem opção de tirar as dúvidas, onde a gente pode chegar lá e pedir uma orientação”.

EMATER/PB

A EMATER é uma organização de assistência técnica que, articulada com a Casa da Merenda, busca contribuir para que o PNAE seja executado de forma exitosa no município, participando das etapas de execução do Programa e dando suporte aos agricultores com mais dificuldades relacionadas aos processos burocráticos. Segundo o representante da EMATER em Remígio:

> A EMATER se encontra num papel de animar esses agricultores a participarem do PNAE, no acompanhamento da produção agrícola, no sentido de não aplicar somente o preceito da agroecologia, que é não utilizar o veneno. Além de fazer o processo de digitação das propostas, do acompanhamento da definição de preços, da definição do calendário agrícola. Desde o início até o final da elaboração do projeto.

A maioria dos agricultores, principalmente aqueles com dificuldades em utilizar as ferramentas tecnológicas, encontram na EMATER a única alternativa para resolução de seus problemas. Citamos anteriormente que, um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores está na emissão da nota fiscal e eles recorrem à instituição para ajudá-los. Lembrando que a EMATER também é responsável pelo preenchimento das propostas dos projetos de venda dos agricultores, além de outras atividades desenvolvidas pela instituição. Percebemos que há uma sobrecarga de trabalho por parte dos extensionistas no município, porém, na maioria das vezes que os agricultores procuram a instituição eles são atendidos. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos extensionistas o representante da EMATER afirma que:

> Em todo o canto acredito que tem essa dificuldade, a mão de obra dos extensionistas, a quantidade de extensionista no município é muito pequena. Você vê aqui em Remígio, extensionistas que trabalham diretamente com o agricultor na parte de produção só são dois. Eu tenho um engenheiro agrônomo e veterinário e uma assistente social. Então, é muito pouco para um município como Remígio. Agora, isso não impede a gente de certa forma, principalmente, através de reuniões, de encontros, de um atendimento mais dirigido a uma coletividade, que a gente consiga contemplar as pessoas que estão necessitando de informação.

Embora os extensionistas se esforcem para atender a todos, nem sempre conseguem, por conta de muitas atividades que lhes são atribuídas. Alguns problemas poderiam ser amenizados se os agricultores pudessem contar com o sindicato. Com a ausência do sindicato na execução do PNAE, a EMATER tornou-se a principal organização de suporte aos camponeses. Percebe-se que a organização tem trabalhado mais no sentido de resolver problemas burocrá-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ticos do que os ligados à produção. Em dois momentos da pesquisa (mapeamento e reunião de avaliação) percebemos que embora os agricultores relatem problemas nas suas plantações, seja por questões climáticas ou devido às pragas, não existe nenhuma discussão em torno de pensar alternativas para resolver o problema.

Ao acompanhar as reuniões de avaliação, ouvimos muitos relatos de camponeses que estavam enfrentando dificuldades em fornecer para o PNAE devido aos problemas nas plantações. O problema da seca na região foi um dos fatores relacionados à questão da baixa produção de alimentos, além disso, alguns produtos colhidos apresentavam má qualidade. A praga na plantação foi um dos motivos que levou um agricultor a desistir da segunda chamada do PNAE em 2018. Somado a tudo isto, há denúncias de que alguns agricultores que fornecem ao Programa utilizam agrotóxicos na plantação. Todos esses problemas relatados pelos agricultores e que ainda não foram sanados, têm refletido na execução do PNAE. A casa da merenda e a EMATER em Remígio se mostraram como importantes articuladores do PNAE, pois conseguem unir diversos atores ligados à compra institucional. A partir da formulação de Flingstein (2007), podemos considerar essas duas organizações como "atores hábeis", pois eles são capazes de mobilizar e definir ações em prol de um projeto coletivo que é o PNAE. "Essas ações de interesse coletivo são imprescindíveis para construir o mercado institucional e outros mercados locais para a agricultura familiar" (BALÉM, FIALHO e SILVA, 2016, p. 142).

Porém, no que se refere a solucionar os entraves relacionados ao Programa, suas habilidades parecem ser limitadas. Relembrando a fala de um agricultor que disse, "*quem faz a chamada são todos*", é preciso que cada um reconheça o seu papel no processo. Em vez de culpabilizar um ou outro, é necessário reconhecer que existe um problema e que precisa ser discutido. Compreender a realidade do município e seus problemas pode ser um passo (que não está nos manuais do FNDE) para se avançar na construção da solução. Por fim, percebeu-se que no caso do ator Casa da Merenda, tem se buscando uma alternativa para solucionar a questão do cumprimento da Lei. Isso é constatado pelo aumento de aquisição de produtos processados da agricultura familiar como bolos, tapiocas, pamonhas e polpas de frutas.

Grupo de Mulheres

Percebemos uma presença expressiva de mulheres que fornecem para o PNAE em Remígio e uma forte articulação delas para acessar outros mercados. No ano da pesquisa, forneciam para o Programa 23 camponesas. Foi aplicado um questionário socioeconômico e, das vinte e três agricultoras, dezoito responderam. A agricultora mais jovem tinha 19 anos e a mais idosa tinha 60 anos de idade. A maioria das agricultoras eram solteiras, com filhos e recebiam o benefício do Bolsa Família. Em relação à escolaridade, sete não possuíam o ensino fundamental completo e as demais possuem algum grau maior de escolaridade, que varia entre ensino fundamental completo até ensino superior incompleto como detalhado na tabela que se segue. Sobre

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

as fontes de renda, a maioria das camponesas não quiseram informar, por isso não consta no quadro. Acredito que diante do contexto político nacional em que foi aplicado o questionário, onde muitas políticas para a agricultura familiar estavam sofrendo cortes do governo federal, elas ficaram receosas em responder.

Tabela 1: Perfil das agricultoras

Faixa de idade		Nº de filhos		Escolaridade		Recebia Aux./Bolsa Família	
18-24 anos	4	sem filhos	2	1º grau (C/I)	8	SIM	14
25-34 anos	5	1-3 filhos	10	2º grau (C/I)	5	NÃO	3
35-44 anos	2	4-6 filhos	4	3º grau (C/I)	3	não respondeu	1
acima de 44 anos	7	acima de 6 filhos	2	não respondeu	2		

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Atualmente, existem três grupos de mulheres (Margaridas, Queimadas e Vitoriosas) que fornecem bolos, pamonhas e tapiocas para a merenda escolar. Cada grupo possui uma cozinha própria dentro dos assentamentos onde vivem e todas fizeram curso para a fabricação dos bolos. No ano de 2017, os três grupos tinham vinte agricultoras fornecendo ao Programa. Ao serem abordadas sobre como tiveram conhecimento do PNAE, duas agricultoras[8] relataram:

> Meu esposo já participou antes, acho que em 2014. Só que era um processo totalmente diferente, né? Aí eu não me interessava muito. Só quem fornecia era ele. Aí depois, quando eu fui encontrar pessoas para ter informação e saber como funcionava, principalmente a questão dos bolos e tapiocas, eu me interessei muito porque o modo de a gente participar é bem dinâmico. Aí eu gostei (Agricultora, Maria.).
> A Sebastiana tem um grupo de mulheres e aí, ela fez o convite para eu participar do grupo. Aí eu vi uma oportunidade também de tá me engajando e também de ser uma fonte de renda. Você sabe, e como muitos devem saber que, infelizmente, é muito difícil para um jovem, ainda mais do campo, ter uma renda. E aí, foi uma porta que eu vi, e assim, muitos me incentivaram a entrar no mercado do PNAE (Agricultora, Antônia).

A possibilidade de ter uma renda extra para complementar o orçamento da casa foi um dos fatores relatados pelas agricultoras para vender ao PNAE. Além do mais, após a criação dos grupos, elas ganharam notoriedade dentro e fora do município pela fabricação dos bolos e fornecem seus produtos para eventos na região. Essas diversas atividades desenvolvidas pelas agricultoras podem ser denominadas de pluriatividade. Segundo Wanderley (2003, p. 52) a

8 Os nomes verdadeiros das agricultoras foram substituídos por nomes fictícios.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

“pluriatividade seria, neste caso uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução deste e a sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família”.

As vendas para o governo municipal são uma das estratégias usadas pelas camponesas para reprodução do seu modo de vida. Na busca de acessar esse novo mercado, elas se uniram e formaram grupos. Muitas camponesas relataram dificuldades no início da formação dos grupos, mas encontraram apoio em outras agricultoras. Como relatou a agricultora Sebastiana:

> Olha, assim que eu entrei… você sabe que aonde a gente trabalha tudo tem desta. Eu chorei, eu pensei em desistir só que o meu marido, junto com minhas colegas, falaram não, não, não desista! Não desista! Aí eu fiz uma cozinha para mim.

Ao se inserirem nos mercados institucionais, as camponesas precisaram se adequar às regras impostas, como os prazos para entregas de documentos, dos produtos, atender requisitos sanitários para a fabricação etc. Muitas camponesas sacrificam seus horários de descanso para cumprir os contratos. Nesse sentido, a agricultora Rosa relatou que:

> O grupo tem trabalhado incansavelmente para fornecer ao PNAE e para outras entidades. Dormíamos debaixo da mesa, na cozinha para poder cumprir o contrato. Estamos em um momento difícil e não podemos perder tempo. Devemos honrar com o contrato. A gente se valoriza nesse espaço.

Na fala de Rosa e das demais camponesas percebemos a sua preocupação diante das investidas contra a agricultura familiar. Além dos cortes no PAA, a mudança no prazo da renovação da DAP é entendida como tentativas dos governos pós-golpe de 2016 de enfraquecimento da categoria. As agricultoras demonstram que, além do comprometimento com o Programa, são capazes de alcançar outros mercados através do trabalho em equipe e da qualidade dos produtos que produzem. Nesse sentido, Ploeg (2008, p. 299) afirma que:

> Mesmo quando as circunstâncias diretas implicam privação e desespero, o princípio camponês contém esperança. A esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o progresso pode ser construído. O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as imediações do contexto.

Para o autor, o princípio camponês significa “enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente” (2008, p. 299). Podemos observar que a prática das agricultoras como o cultivo de alimentos sem agrotóxico, agregar valor aos produtos (qualidade) e de identidade como orgulho camponês com objetivo na segurança alimentar dos alunos e da família, são formas de resistência. Embora as agricultoras tenham

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

relatado uma jornada de trabalho excessiva para cumprir com os pedidos, foi possível observar através das falas o sentimento de satisfação por serem donas do próprio negócio e a alegria de saber que seus produtos são bem-aceitos pelo alunado.

Além de fornecer para o PNAE, as camponesas vendem seus produtos nas feiras do município (feira livre e agroecológica), fornecem bolos para outras instituições e eventos na região. Nesse sentido, podemos observar novas habilidades sendo desenvolvidas pelas agricultoras que Balém define como *scaling up*, ou seja, o PNAE contribuindo para que as agricultoras conquistem novos mercados.

Nesse sentido, Balém (2015) afirma que o PNAE é uma importante ferramenta para construção de outros mercados em circuitos curtos[9]. O mercado institucional não se encerra em si mesmo, ele desenvolve novas capacidade de os agricultores se relacionarem com outros mercados locais e regionais. No que diz respeito ao gerenciamento das cozinhas, cada grupo tem autonomia para fazê-lo. Por exemplo, no grupo das Margaridas é descontada uma porcentagem para a mulher que falta, mas que é muito raro isso acontecer, relata uma camponesa pertencente ao grupo. Porém, nos casos de doença a ausência é justificada. Uma agricultora do grupo Vitoriosas diz que "*não se desconta, porém, a mulher que faltar terá que repor a falta trabalhando outro dia"* (nesse grupo, as mulheres trabalham em dias alternados).

Além disso, as cozinhas são tidas não apenas como um lugar para a fabricação dos alimentos, mas como espaço de interação. Não são espaços pensados apenas para produzir e vender, mas como espaços de sociabilidade para cada mulher que participa dos grupos. Portanto, pode-se observar nos grupos de mulheres um processo de construção coletiva para alcançar novos espaços para a venda de seus produtos, mas também de uma busca por autonomia. Há um processo de construção de conhecimento, de emancipação dessas agricultoras conforme relatado por uma delas, "*hoje a gente tá vendo que tem três grupos, isso é muito importante para o município porque as mulheres estão ganhando autonomia*". A organização é importante para se construir novas habilidades, novas consciências, novos aprendizados, e se tornarão efetivos se forem construídos coletivamente (BALEM, FIALHO e SILVA, 2016).

O grupo As Margaridas foi o primeiro a ser formado e o que mais tem ganhado projeção dentro e fora do município. A partir dessa experiência, os outros dois grupos surgiram. Antes da formação, as camponesas já forneciam produtos (frutas, verduras e legumes) para o Programa e ainda fornecem. É importante destacar que, todos os grupos têm ganhado notoriedade no

9 Soberania alimentar é "[…] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental […]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos." (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

município, porém as Margaridas por serem pioneiras, alcançaram mais visibilidade. Em uma das reuniões de avaliação, uma representante das Margaridas relatou: "*Em todos os lugares que as Margaridas vão, são reconhecidas. Foi a partir do PNAE que conseguimos nos estruturar e outros grupos foram criados. Somos reconhecidas e temos até documentário*[10]".

Os grupos de mulheres têm buscado cada vez mais melhorar a fabricação de seus produtos para alcançar outros mercados. Todo esse investimento não está ligado somente ao retorno financeiro. A preocupação na qualidade dos produtos fornecidos ao Programa tem a ver com ideia de soberania alimentar[11], da importância de produzir produtos de qualidade, pois seus filhos e os filhos das outras camponesas serão beneficiados. A agricultora Sebastiana relatou que: "*no sítio se vê a alegria das crianças quando o bolo ou a tapioca chega. Na cidade é mais fácil comprar bolo, no sítio é mais difícil*".

O PNAE tem proporcionado a essas agricultoras, além de uma alternativa de renda, uma autonomia. A possibilidade de ter o próprio dinheiro para muitas camponesas é sinônimo de liberdade. Quando questionada sobre qual seria o ponto positivo do Programa, a agricultora Sebastiana responde: "*O ponto positivo é que hoje eu tenho minha liberdade, minha autonomia, tenho o meu dinheirinho, dá para comprar as coisas que eu preciso*".

Além do empoderamento econômico, muitas agricultoras relataram que nos seus espaços de trabalho são elas que comandam. Durante a amostra de produtos em 2017, a agricultora Sebastiana fez a seguinte indagação: "*Já pensou se as mulheres que estão organizando o grupo têm um homem por trás?"*. Ela relata que participou de um programa destinado às mulheres, mas quem mandava eram os homens. Porém, nas cozinhas comunitárias, ela tem percebido algo diferente, a autonomia das mulheres, "*elas que lutam para construir, pra reformar, se vira pra tudo"*.

Ao longo das últimas três décadas ocorreram muitas mudanças políticas sociais e culturais para combater as desigualdades sociais e de gênero no Brasil, além disso, houve a promoção das mulheres a participarem dos espaços de poder e decisão. A fala da agricultora nos mostra quão importante são as políticas públicas, pois elas colocam em cena atores que viviam no anonimato. Por muito tempo as tarefas exercidas pelas mulheres dentro da unidade produtiva foram reduzidas a status de ajuda, do que trabalho efetivamente (KERGOAT, 2009; GARCIA, 1992).

Atualmente, as agricultoras podem participar das diversas políticas públicas, acessando linhas de créditos em seu nome através da DAP. Todas essas conquistas fazem com que suas atividades passem a ser reconhecidas como parte da estratégia de reprodução camponesa e não uma mera ajuda. Embora tenhamos relatos de agricultoras conquistando espaços, seja nos

10 Segundo Darolt, Lamine e Brandermburg, (2013), Circuitos Curtos é toda relação de proximidade entre produtores e consumidores visando reduzir a presença de atravessadores entre eles.

11 "Na escolha das pessoas a entrevistar, o pesquisador não está em busca de uma representatividade no sentido estatístico; ele busca antes identificar e explorar, à medida da acumulação dos dados e do trabalho de análise, as *situações contrastadas* que vão lhe permitir arquitetar um quadro teórico (BARBOT, 2015, p. 104)".

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

mercados ou no meio social, ainda há mulheres que encontram dificuldades ou são privadas de participarem das políticas públicas. Na última reunião de avaliação de 2018, a agricultora Maria relatou que na comunidade onde vive, "*poucas mulheres participam do Programa, pois os homens não deixam*".

A partir da inserção das mulheres no PNAE e da criação dos grupos de mulheres, elas foram adquirindo autonomia econômica e poder nas decisões relacionadas às atividades desenvolvidas nas cozinhas. Além disso, as agricultoras de Remígio (e do Território da Borborema) têm se envolvido cada vez mais nas lutas sociais através do Polo Sindical da Borborema e a AS-PTA. A criação dos grupos é o resultado do empoderamento das mulheres que podem decidir sobre como e quando realizar suas atividades e a cozinha é a materialização de uma mobilização, de um projeto exclusivamente feminino. De fato concordamos com Oliveira (2004, p. 66) que "o empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida".

É importante destacar que, todo esse processo de articulação e empoderamento das agricultoras fazem parte um contexto mais amplo e que está relacionado a forte atuação sócio-política e do capital social do Território da Borborema, como afirmam Caniello; Piraux; Bastos (2013b, p. 20 e 21):

> Em vista disso, pode-se considerar que os atores sociais inseridos no Território da Borborema compartilham um conjunto de valores, conceitos e estratégias de ação coordenadas – isto é, possuem uma identidade comum – além de disporem de uma base técnica-institucional que os coloca como protagonistas nas redes de inovação agroecológica e na resistência ao modelo agrícola dominante baseado nos princípios da revolução verde, pois estão articulados em organizações e sistemas de ação coletiva e confiança mútua como o Polo Sindical da Borborema e a Ecoborborema – isto é, possuem um bom "capital social".

Desta forma, essas agricultoras estão inseridas dentro de uma rede de ações (educativas, empoderamento, de assistência técnica) desenvolvidas no Território da Borborema que reconhece essas mulheres como papel estratégico nas etapas do sistema alimentar que vai desde a produção até o consumo.

Reuniões de avaliação e a Lei 11.947 em Remígio

Ao analisar a implementação do PNAE no município de Remígio, tentamos identificar os distanciamentos e avanços entre o que preconiza a legislação e o que é realizado na prática. Além disso, buscou-se compreender como os atores entendem a dinâmica do Programa e intervém no processo de aquisição de alimentos para a merenda escolar, pois ao instituir a Lei Federal nº 11.947/09, o Programa passou a incluir novos atores e mobilizar toda uma rede de

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ação que antes não existia. Lembrando que, nessa nova dinâmica, o principal novo ator inserido no processo são os camponeses. Desta forma, o que se pretende é entender como os atores se articulam para alcançar os objetivos do Programa. Além do acompanhamento da primeira chamada no ano de 2017, descrito anteriormente, acompanhamos quatro reuniões de avaliação[12] que chamaremos de décimo primeiro passo.

O manual do FNDE (BRASIL, 2016) propõe um roteiro, ou passo-a-passo, que consiste em dez etapas que vão do planejamento orçamentário até o pagamento dos agricultores. O município de Remígio inova ao acrescentar um passo na execução do Programa, entendendo que o processo não finaliza com o pagamento aos fornecedores, como de praxe em outros procedimentos de compra governamental. Segundo os gestores, é necessária uma avaliação do processo em busca de identificar os problemas e buscar soluções. Seja como for, a realização de reuniões de avaliação, etapa que não consta nos manuais do FNDE, demonstra a capacidade da gestão municipal de criar uma estratégia para tentar superar dificuldades ocorridas durante o processo de aquisição dos alimentos. Neste sentido, os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (LONG e PLOEG, 2011, p. 24).

Como ocorre em outros municípios do país, a execução do PNAE em Remígio é complexa, pois esbarra em muitas dificuldades relacionadas a questões burocráticas, estruturais e organizacionais que impedem que seja executado plenamente. Embora a prefeitura mantenha o controle na execução do PNAE e, portanto, tenha pleno conhecimento de todos os problemas envolvidos, sua postura frente a eles é contraditória, pois foi possível observar nesta pesquisa que os discursos dos representantes da EEx vão no sentido de culpabilizar o agricultor fornecedor quando há falhas no decorrer do processo. No quadro abaixo, temos um resumo dos principais temas discutidos nas reuniões de avaliação de 2017 e 2018.

12 Vários motivos impediram-me de participar dessas etapas: áreas de difícil acesso (zona rural) e escassez de transporte para chegar aos locais das reuniões; argumentos de que somente os participantes da chamada poderiam participar; e falta de recursos financeiros para custear idas a campo.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Quadro: Reunião de Avaliação

Dia: 17/05/2017 Temas abordados: falta de itens previstos no cardápio; dificuldades na emissão da nota fiscal; problemas na produção; produtos de baixa qualidade.
Dia: 17/11/2017 Temas abordados: falta de itens previstos no cardápio; dificuldade em comprar 50% da agricultura familiar; poucos recursos do FNDE para o município.
Dia: 08/08/2018 Temas abordados: falta de itens previstos no cardápio; dificuldades na emissão da nota fiscal; amostra dos produtos para controle de qualidade.
Dia: 18/12/2018 Temas abordados: dificuldades na emissão da nota fiscal; prestação de contas; problemas na DAP.

Fonte: Pesquisa de campo, (2017 e 2018).

Podemos observar que o problema na emissão da nota fiscal não é novo e, até o final de nossa pesquisa, nenhuma solução foi encontrada para resolvê-lo. Embora o discurso da gestão seja de ouvir as demandas dos agricultores, quando estas são apresentadas, a EEx não propõe nenhuma solução e se isenta de qualquer responsabilidade. Além disso, esse problema mostra a situação de vulnerabilidade do agricultor, que corre o risco de não receber o pagamento em decorrência de um problema burocrático. Outro problema constatado refere-se à DAP, pois seis agricultores tiveram suas DAP canceladas e não forneceram ao Programa na segunda chamada de 2018. Segundo o representante da Casa da Merenda, com a mudança no prazo para a renovação do documento, que era de três anos para um ano, muitos agricultores perderam o prazo. Esse fato demonstra a ausência dos representantes dos agricultores no sentido de orientá-los quanto aos prazos para o recadastramento do documento.

Além disso, alguns agricultores não fecharam os contratos, pois tiveram problemas por conta de uma praga na plantação e outro desistiu porque seu produto (macaxeira) estava ruim para o consumo. Embora a EMATER tenha estado presente em vários momentos da chamada como um importante articulador, observamos que problemas relacionados com a produção têm sido recorrentes, e nenhuma solução ou diálogo sobre o assunto foi posto em discussão pela organização durante as reuniões.

Observamos, ainda, que os discursos dos gestores nas reuniões sempre giram em torno de duas questões: a primeira é alcançar a compra dos 30% ou superá-la, e que, portanto, isso só será possível através do comprometimento de todos. Esse discurso é bastante reproduzido pelos agricultores. Em dado momento da última reunião, a agricultora Antônia fala que “*é importante superar os 30% e de honrar os compromissos, mesmo sacrificando meus dias de folga”*. Essa fala demonstra uma dimensão do modo de vida camponesa, pois mesmo a agricultora estando inserida nessa perspectiva mais mercadológica, ela guarda os valores da honra da palavra que

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

é um traço marcante do campesinato. Corroborando com essa ideia, Woortmann (1990, pp. 16-17) afirma que:

> Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição. A estrada principal que conduz a modernidade (individualização, secularização, racionalidade) abre variantes que reconstroem a ordem tradicional, ou a exacerbam, como nos chamados "movimentos messiânicos" e nos milenarismos. Outras vezes, e pelo engajamento *no turpe lucrum* que se consegue realizar estratégias voltadas para o valor aristotélico do trabalho honrado…

A segunda questão é sobre a atuação da gestão municipal em relação a execução do PNAE. Para os gestores, Remígio é um exemplo e tem servido de modelo para os demais municípios do Território. Esse discurso também é reproduzido pelos agricultores, como mostra a fala do agricultor Francisco que diz: "*no município há uma democracia em relação ao processo".* Além disso, ele relata que, "*no PNAE estadual, é tudo no envelope fechado, se faltar documento e o agricultor não entregar na data, perde a chamada*". Continua, "*cada um deve honrar os compromissos para não atrapalhar o processo. É uma honra participar do PNAE*", afirmou.

Diante do exposto, concluímos que apesar de ser um avanço, as reuniões de avaliação, que denominamos de "décimo primeiro passo" estão muito aquém do seu objetivo que é solucionar os entraves das compras do PNAE no município, pois os mesmos problemas se repetem ano a ano. Além do mais, embora sejam aparentemente participativas, essas reuniões evidenciam um certo autoritarismo da gestão municipal, que em meio a autoelogios sobre seu desempenho na execução dos 30% do PNAE, sempre responsabiliza os camponeses sobre os eventuais problemas.

Ao longo da pesquisa e da participação em algumas reuniões no Território da Borborema, observamos que os discursos em relação à execução do Programa no município são bastante positivos. Existe um discurso entre as organizações, gestores municipais e os diversos atores do Território da Borborema que Remígio é um exemplo para os demais municípios, pois cumpre a Lei 11.947 que se refere aos 30% de compra de alimentos da agricultura familiar. Mas afinal, qual é a situação do município em relação ao cumprimento da Lei?

Diferente dos discursos de alguns atores do município e do território, o que se observa é um desempenho negativo nas compras governamentais. A prefeitura só conseguiu alcançar o percentual dos 30% nos anos de 2013 e 2015, e no ano da pesquisa (2017), o município não conseguiu atingir o mínimo de 30% exigido por lei conforme mostra abaixo a tabela 2.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Tabela 2: Dados PNAE em Remígio – PB.

Ano	Valores transferidos	Compras da agricultura familiar	Percentual
2011	190.680,00	44.234,80	23,20%
2012	272.856,00	37.584,50	13,77%
2013	**268.788,00**	**92.477,65**	**34,41%**
2014	298.344,00	75.828,10	25,42%
2015	**351.960,00**	**134.459,50**	**38,20%**
2016	502.226,83	123.719,00	24,63%
2017	355.055,20	85.944,55	24,21%

Fontes: EMATER-PB (2018); FNDE (2019).

Esse dado de 2013 pode estar relacionado à chegada do novo ator, a Casa da Merenda. Embora a organização venha se destacando quanto ao seu papel de articulador e mobilizador junto aos agricultores, ainda existe uma grande dificuldade na operacionalização do Programa. Esses entraves foram apontados anteriormente nas reuniões de avaliação (muita burocracia, falta de produtos, valores pagos muito baixos) podem ser um dos motivos para que outros agricultores não queiram vender ao PNAE. Além disso, a falta do profissional de nutrição pode ser um dos grandes empecilhos para que o Programa se efetive, pois nas chamadas de 2017 e 2018, não existiam muitas variedades de produtos *in natura*. A falta de estrutura é outro problema relatado pelo representante da EEx que impede que novos itens sejam adquiridos pelo Programa. Durante a pesquisa, observamos que os camponeses até oferecem outros produtos (frutas principalmente), porém, como as escolas não dispõem de estrutura de armazenamento adequada, o resultado pode ser observado na própria chamada pública onde a prefeitura compra menos produtos frescos e mais processados.

Diante disso, acreditamos que tanto a chamada pública quanto o cardápio, são elaborados em função da falta de estrutura nas escolas do município para armazenar os produtos (principalmente, os *in natura*). Essas dificuldades que se apresentam na execução do Programa não ocorrem apenas em Remígio. Tratam-se de entraves de nível nacional. Várias pesquisas sobre o PNAE têm demonstrado problemas na sua operacionalização e na dificuldade que muitos agricultores enfrentam para acessar ou continuar nesse tipo de mercado, pois a nova forma de aquisição pública impõe aos agricultores a necessidade de se adequarem às exigências do Programa. No caso do município de Remígio, os problemas recorrentes são: de ordem burocrática, como a dificuldade de emissão da nota fiscal por parte dos agricultores; de baixa capacidade institucional, como poucas nutricionistas, carência em relação à assistência técnica; problemas organizacionais, como pouca participação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 54 a 79 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Nesse sentido, algumas dificuldades vão surgindo no decorrer do processo, tais como: a burocracia no processo de venda e de logística tornando difícil a efetivação do contrato entre os agricultores e o Poder Público, levando a desistir de vender para o Programa (PAULI, SCHULZ e ZAJONZ, 2016; TRICHES, 2015); estruturais, pois a maioria das escolas não possuem infraestrutura para armazenar toda a produção adquirida para a merenda escolar limitando a aquisição de gêneros alimentícios *in natura* (LOPES, 2017; OLIVEIRA, 2016); poucas ou total ausência do profissional de nutrição tem sido outro entrave do PNAE. A ausência deste profissional acaba comprometendo um dos principais objetivos do Programa que está relacionada à questão nutricional dos alunos (LOPES, 2017); a extensão rural que tem atuado mais na mobilização dos agricultores do que nos sistemas produtivos (BALEM, FIALHO e SILVA, 2016); por fim, a má vontade política em adotar medidas que venham a solucionar problemas na execução do Programa (CANIELLO, CANIELLO e MELO, 2016).

Considerações finais

Devido à sua complexidade, o PNAE exige um processo de mediação e cooperação, pois se trata de uma política intersetorial que está conectada a outras políticas como as de educação, de saúde e agricultura e, consequentemente, traz para a arena atores com ideias diferenciadas. Um dos objetivos do Programa é provocar nos atores a consciência de construção de novas ideias em torno de um projeto coletivo. Embora haja diversos problemas no decorrer da execução do Programa, a maioria dos atores buscam a partir de suas capacidades e do seu capital social (PUTNAM, 2006), criar estratégias para melhor a efetividade do Programa. A criação da Casa da Merenda, a reunião de avaliação, o processo de negociação dos preços dos produtos, a criação dos grupos de mulheres, podem ser entendidas como respostas dos atores às diretrizes do PNAE, ultrapassando os seus limites procedimentais. Desta forma, os atores não buscam modificar o Programa, mas acrescentar novas ações que visem a efetividade dele.

Referências

ARANHA, Adriana Veiga. Fome zero: **Um projeto transformado em estratégia de governo. In: Fome Zero**: A experiência brasileira. Organizadores: José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França. MDA. Brasília, 2010.

BALEM, T. A. O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa dos alimentos: convergencias e desafios. 262 f. **Tese** (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BALEM, Tatiana; FIALHO, Marco A. V.; SILVA, Isabel C. L. da. O papel da extensão rural na construção do mercado institucional da alimentação escolar no Brasil. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016, p. 131-145.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista de face a face. *In*: **A pesquisa sociológica**. Serge Paugam. Petropólis, RJ. Editora Vozes, 2015, p. 102-123.

BELIK, Walter; FORNAZIER, Armando. P**olíticas Públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar**: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo. Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

BRASIL. **Fome Zero**: A experiência brasileira. Organizadores: José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França. MDA. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar**. 2º Edição. Organizadores (FNDE): Renata Mainenti Gomes e Sara Regina Souto Lopes. Brasília. 2016.

CANIELLO, Márcio, PIRAUX, Marc, BASTOS, Valério. “Identidade e participação social na gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo”. **Estudos Sociedade e Agricultura,** v. 21, n.1, Rio de Janeiro, 2013a.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. Ideias e Práticas na Gestão Social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 19-40, jul/dez 2013b.

CANIELLO, Márcio. Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania. **Sociologias**, v. 18, n. 43, Porto Alegre, 2016.

CANIELLO, Márcio; CANIELLO, Nina Torales; MELO, Wendell José de Lima. As compras governamentais de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no Território do Seridó Paraibano. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

CANIELLO, Márcio; SCHNEIDER, Sergio; PAULI, Inês Paetzhold Pauli; DANNY, Hunter. Apresentação. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

CHAVES, Gilvando Rodrigues. Análise Socioeconômica e Cultural da Feira Livre do Município de Remígio-PB. **Monografia** (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUD/ UEPB. Campina Grande-PB, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social / Roberto DaMatta - Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAROLT, Moacir R., LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiros e francês. **Revista Agriculturas**. v. 10, n. 2, jun. 2013. Disponível em:<>. http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdfAcesso em: 24 mai. 2022.

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto: Amazon, 2006.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. *RAE*. Vol 47, n.2, p.61-80, 2007.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR (2001), **Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar,** Havana, Cuba. Disponível em http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html. Consultado em: 24 mai. 2022.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

GARCIA, Marie France. **O segundo sexo do comércio**: CAMPONESAS E NEGÓCIO NO NORDESTE DO BRASIL. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.7, n.19, Rio de Janeiro. Jun.1992.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; SANTOS, Cristina Sturmer dos; FELIPPINI, Marcia Luiza; MATEUS, Milena Aparecida Ferrari; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Pontencialidades e fragilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Território Cantuquiriguaçu (PR). **Revista Conexão UEPG**. Ponta Grossa, v. 13 n.3 – set./dez. 2017.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. Contribuições do Programa de aquisições de alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, V. 8, n. 3, setembro, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de integração entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 52, Supl. 1, S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: **Dicionário crítico do feminismo**. Organizadoras Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier. São Paulo: Editora UNESP, p. 67-75, 2009.

LONG, Norman e PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, Sergio [e] GAZOLLA, Marcio (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LOPES, Bruno de Jesus. Análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de instrumento de avaliação de políticas e fiscalização de Programas Governamentais. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. 2017.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, Rosimaire Valente. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise de sua implementação nas escolas da rede estadual de ensino de Manaus. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PAULI, Rita Inês Paetzhold; SHULZ, Jéferson Réus da Silva; ZAJONZ, Bruna Tadielo. Aportes institucionais na implementação do programa nacional de alimentação escolar nas escolas estaduais do município de Santa Maria – RS. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol. 36, Nº 02, jul-dez, 2016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, 18(4): 909-916, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência na Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5º edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ª Edição – São Paulo: Atlas, 1999.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; ARRUDA, Pedro; VIEIRA, Izabelle; BATTESTIN, Simone; CAMPOS, Áquila Estevão; SILVA, Wesley. Po**líticas Públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Brasília, 2016.

SOUZA, Rony Willams Frutuoso de. Camponeses e políticas públicas: o programa de aquisição de alimentos (PAA) no Território da Borborema – PB. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo o “Elo perdido”: a reconexão da produção e consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**/ Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidades. Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, outubro de 2003.

WOORTMANN, Klaas. “‘Com parente não se neguceia’: o campesinato como ordem moral”, in **Anuário Antropológico 87**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Editora da UnB, 1990.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

A política territorial e o Fórum da Borborema: experiência e discussões

Territorial policy and the Borborema Forum: experience and discussions

Política territorial y Foro Borborema: experiencia y debates

Rony Willams Frutuoso de Souza
Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Brasil
E-mail: frutuosorosana@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8726-6850

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso
Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Brasil
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4055-9258

Resumo: Em 2003, o governo federal adotou o enfoque territorial em suas políticas públicas de desenvolvimento rural, e no decorrer dos anos, houve diversos ajustes na direção de viabilizar essas políticas, ações públicas que hoje em dia são praticamente inexistentes no país. Este trabalho, parte de minha dissertação de mestrado, apresenta um pouco da experiência do Fórum de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável de Borborema (Paraíba) em suas últimas atividades concretas, um território rural com um considerável capital social, com diversas organizações sociais, e com ativos atores do poder público interessados na proposta territorial, mas que enfrentou diversas dificuldades nos momentos de articulação de propostas em conjunto cujo objetivo era fortalecer o próprio colegiado. Os recursos utilizados nesta pesquisa foram de textos relacionados à temática, atas e relatórios das atividades do colegiado, assim como relatos de atores que estavam envolvidos com essa política pública na região da Borborema paraibana. Apesar de alguns bons resultados na aplicação da política territorial, devemos pensar também nos vários aspectos que dificultaram a execução da mesma, como o conflito de interesses entre os vários atores envolvidos e a burocracia que de certa forma impediu a concretização de alguns projetos acordados no colegiado e, principalmente, pensar na fragilidade das políticas públicas executadas no país, assim como, refletir também como e quando a ação pública poderá efetivamente tornar-se uma alternativa consistente para o campesinato brasileiro e suas organizações.

Palavras-chave: Política territorial. Fórum da Borborema. Campesinato.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Abstract: In 2003, the federal government adopted the territorial approach in its public policies of rural development, and over the years, there were several adjustments in the direction of enabling these policies, public actions that today are practically non-existent in the country. This work, part of my master's thesis, presents a little of the experience of the Forum of Sustainable Rural Territorial Development of Borborema (Paraíba) in its last concrete activities, a rural territory with a considerable social capital, with various social organizations, and with active actors of the public power interested in the territorial proposal, but that faced several difficulties in the moments of articulation of proposals together whose objective was to strengthen the collegiate itself. The resources used in this research were texts related to the theme, minutes and reports of the activities of the collegiate, as well as reports of actors who were involved with this public policy in the region of Borborema paraibana. Despite some good results in the implementation of territorial policy, we must also consider the various aspects that have hindered its implementation, as the conflict of interests between the various actors involved and the bureaucracy that somehow prevented the implementation of some projects agreed in the collegiate and, especially, think about the fragility of public policies implemented in the country, how and when public action can effectively become a consistent alternative for the Brazilian peasantry and its organizations.

Keywords: Territorial policy. Borborema Forum. Campesinato.

Resumen: En el año 2003, el gobierno federal adoptó el enfoque territorial en sus políticas públicas de desarrollo rural, y a lo largo de los años, hubo varios ajustes en la dirección de viabilizar estas políticas, acciones públicas que hoy en día son prácticamente inexistentes en el país. Este trabajo, parte de mi tesis de maestría, presenta parte de la experiencia del Foro de Desarrollo Territorial Rural Sostenible de Borborema (Paraíba) en sus últimas actividades concretas, un territorio rural con considerable capital social, con varias organizaciones sociales, y con poder público activo actores interesados en la propuesta territorial, pero que enfrentan diversas dificultades a la hora de articular propuestas en conjunto cuyo objetivo era fortalecer el propio colegiado. Los recursos utilizados en esta investigación fueron textos relacionados con el tema, actas e informes de las actividades del colegiado, así como relatos de actores que se involucraron con esta política pública en la región de Borborema de Paraíba. A pesar de algunos buenos resultados en la aplicación de la política territorial, también debemos pensar en los diversos aspectos que dificultaron su ejecución, como el conflicto de intereses entre los diversos actores involucrados y la burocracia que de alguna manera impidió la implementación de algunos proyectos acordados en la colegiado y, principalmente, reflexionar sobre la fragilidad de las políticas públicas implementadas en el país, así como reflexionar sobre cómo y cuándo la acción pública puede efectivamente convertirse en una alternativa consistente para el campesinado brasileño y sus organizaciones.

Palabras clave: Política territorial. Foro Borborema. campesinado.

Data de recebimento: 25/11/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15363

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

Este artigo é resultado de nossa participação nas atividades do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial da Borborema – NEDET, parte da equipe do Núcleo Multiterritorial do Agreste Paraibano – NEXTAP, responsável pelo Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado: Acompanhamento, Assessoramento e Monitoramento das Instâncias de Gestão Social dos Territórios da Borborema, Curimataú e Seridó Paraibano (Paraíba). O campo de pesquisa, o Território da Borborema, é uma região que se destaca pelo papel e importância histórica das organizações camponesas, exemplificadas pela atuação social ativa de organizações como o Polo Sindical da Borborema, Copaf, EcoBorborema, AS-PTA, quilombolas, associações comunitárias, entre outros.

O Fórum também foi "fruto" de uma política pública que tinha por objetivo o desenvolvimento dos denominados territórios rurais e da cidadania, política que objetivava empoderar os sujeitos sociais locais ou territoriais, tanto do poder público como da sociedade civil nas decisões de gastos e na fiscalização dos investimentos públicos nesses territórios. De fato, como ressalta Delgado e Leite (2015, p. 240), "o aspecto fundamental da abordagem territorial era a tentativa de consolidar a democracia, construir uma nova cultura política no meio rural e aumentar a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais". Além da introdução, este texto é composto por uma parte que apresenta elementos metodológicos da pesquisa, um pequeno debate sobre o conceito de território, uma contextualização do que foi a política territorial no país, uma apresentação do território da Borborema, uma discussão sobre o Fórum Territorial da Borborema e considerações finais.

Metodologia

Selecionamos dois procedimentos metodológicos que nos forneceram boa compreensão do objeto estudado. O primeiro, a coleta de dados secundários, que nos possibilitou ter uma dimensão das políticas públicas estudadas: dados, relatórios e artigos que permitiram construir uma compreensão abrangente sobre como foram executadas as políticas públicas elencadas. E também através do processo de "participação observante" proporcionado por nossa inserção no NEDET. Nesse sentido, nossa participação junto a equipe se estendeu de abril de 2015 até março de 2016, e nesse período, pudemos acompanhar as discussões dos membros do Fórum da Borborema sobre uma série de questões de interesse dos pequenos agricultores e suas organizações, questões que envolviam, principalmente o acesso às políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, como por exemplo, assistência técnica e extensão rural, comercialização, educação, cultura e segurança.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Com os procedimentos de coleta de dados selecionados, cabe ao pesquisador certificar-se de que eles realmente são viáveis para o objetivo da pesquisa. Além disso, cabe também ao pesquisador ter sempre a vigilância metodológica necessária para que não incorra em erros que possam comprometer o seu objetivo ou proposta de pesquisa. Nesse sentido Bourdieu (1999, p. 14) chama atenção para não cairmos na:

> tentação sempre recorrente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos e a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira e rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função de um caso particular.

Procuramos, através dos dados coletados, dimensionar a importância das políticas territoriais para o desenvolvimento dos grupos sociais camponeses no Território da Borborema, coletar os dados, tratar esses dados e a partir de referências teóricas sobre o assunto, buscar compreender como essas ações do Estado podem contribuir na vida prática desses sujeitos.

Na coleta de dados secundários, levantamos um número significativo de informações de organismos do poder público como: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e EMATER-PB. Além dos dados oficiais e das entrevistas, nos utilizamos de dois relatórios sobre o Território da Borborema, o Relatório Final do projeto de pesquisa intitulado: *Acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba), Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais nº 05/2009*, de 2014 e o Relatório Final do projeto de pesquisa e extensão intitulado: *Acompanhamento, assessoramento e monitoramento das instâncias de gestão social dos Territórios da Borborema, Curimataú e Seridó paraibano (Paraíba), Processo CNPq 462969/2014-2*, de 2017. Esses relatórios, com os relatos e mais os artigos produzidos são peças importantes no estudo da dinâmica do Fórum Territorial da Borborema, em especial, nos últimos anos de seu efetivo funcionamento.

O conceito de território

Caniello *et. al.* (2014, p. 148) apontam que, "Max Weber foi o primeiro sociólogo a abordar a questão de como e por que a identidade territorial funciona como critério de solidariedade social". Nesse sentido, cabe destacar a importância do caráter subjetivo na constituição da identidade territorial, aspectos culturais que se constituem ao longo do tempo e que acabam por criar esse sentimento de comunidade (relação dos homens com o meio ambiente natural e dos

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

homens entre si), assim como também a ação das pessoas em seu cotidiano, ou seja, o trabalho que liga às pessoas à terra, na luta cotidiana pela sobrevivência, que em muitos momentos pode adquirir um caráter dramático, e que por vezes, contribui por reforçar a unidade comunitária e a reprodução social fortalecendo o sentimento dos sujeitos ao território e sua história. Weber (1978, p. 662) afirma que, "É no destino político comum, isto é, sobretudo nas lutas políticas comuns à vida e à morte, formam comunidades baseadas na memória, muitas vezes mais sólidas do que os elos de base comunitária de cultura, de língua ou de origem".

Ou seja, é no sentimento de solidariedade mútua e na ação colaborativa dos sujeitos que temos a construção dos territórios de identidade. Caniello *et. al.* (2014, p. 148) acrescentam que, "assim, a identidade se configura como um poderoso liame para a ação coletiva e cooperativa, na medida em que é um fator de coesão social profundamente arraigado nos indivíduos, envolvendo a memória social, a referência territorial e os projetos coletivos de quem a comunga".

Nessa perspectiva, para além da constituição de uma identidade nacional como pensada acima, e assim como ela, inúmeras identidades locais são construídas a partir das histórias coletivas dos mais variados grupos sociais inseridos e conectados em um determinado espaço geográfico de identificação ou de identidade. E, foi para dar conta dessa diversidade de identidades dentro do território brasileiro nas áreas rurais, assim como reforçar uma maior participação social na implementação de ações públicas que, em 2003, o Governo Federal implementou as políticas territoriais. Para dar conta de uma definição teórica na construção da política territorial no Brasil a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) definiu território como sendo:

> Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 7).

Dessa maneira, o território é uma construção social de diversos grupos em um espaço geográfico definido. Com essa definição, a SDT procurou abranger as dimensões tanto sociais quanto físicas na caracterização dessa nova institucionalidade no Brasil.

Políticas Territoriais no Brasil

Em 2003, o Governo Lula resolveu adotar o enfoque territorial para colocar em prática a implementação das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura camponesa. Caniello (2016, p. 309) aponta que, "por meio da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), essa estratégia foi colocada em

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

prática no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), ampliada e rebatizada, no segundo Governo Lula, como Programa Territórios da Cidadania (PTC)". Perafán *et. al.* (2015, p. 1) afirmam que, "o MDA cria a SDT com o objetivo de melhorar os níveis de qualidade de vida da população rural de maneira sustentável por meio do apoio e fortalecimento das institucionalidades presentes nos territórios rurais". Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

> A estratégia busca promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país. Tem como objetivo apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de auto-gestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos agricultores (as) familiares e dos (as) trabalhadores (as) rurais protagonizem as iniciativas (BRASIL, 2008, p. 3).

A partir dessas ações, o governo federal pretendia desvincular as tomadas de decisões na aplicação de recursos públicos, principalmente do PRONAF Infraestrutura e Serviços, dos velhos vícios político-administrativos presentes nos âmbitos estaduais e, principalmente, nos municipios. Caracterizado pela "influência negativa" muitas vezes exercida por agentes ligados às prefeituras sobre os Conselhos de Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que muitas vezes desmobilizam essas instâncias que tinham por objetivo ser uma espécie entidade de fiscalização da sociedade civil sobre as ações do poder público municipal, e que por vezes, tornavam-se instâncias sujeitadas às demandas dos prefeitos, fenômeno conhecido como "prefeiturização dos CMDR" (JARA, 1998, p. 235, *apud* CANIELLO, PIRAUX, BASTOS, 2013b, p. 87).

O interesse das prefeituras nesta instância de participação social se deu principalmente pelos recursos financeiros proporcionados pelo PRONAF Infraestrutura e Serviços, discutidos dentro dos Conselhos. Com o controle do CDMR, os prefeitos objetivavam angariar mais recursos para suas prefeituras e o resultado dessa influência era que nem sempre os projetos formulados por esses conselhos refletiam o real interesse da coletividade representada, e que os outros membros do Conselho (organizações camponesas especialmente) apenas legitimam as demandas e as propostas impostas pelas prefeituras. Em entrevista, obtivemos um relato que pode exemplificar essa situação:

> *Em 2003 foi a transição do PROINF municipal [PRONAF infraestrutura] para o PROINF territorial. Até 2002 era somente PROINF municipal, mas em 2003 ainda ficou essa transição, e o prefeito de Montadas chegou lá com um projeto debaixo do braço, eu não estava presente nessa reunião, foi em 2003 e eu adentrei lá em 2004. O prefeito chegou com esse projeto debaixo do braço, segundo relato, o prefeito conseguiu o projeto para o mercado de Montadas, só que ele não entendia a concepção territorial, ele entendia a*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> *concepção municipal, então foi feito esse mercado em Montadas, mas a ideia era dar essa formatação territorial, e que outros municípios ali da vizinhança pudessem comercializar seus produtos no mercado de Montadas, e que instituições também pudessem ter uma salazinha lá, um box, uma sala, para dar esse cunho territorial também, esse aporte territorial. Então a EMATER transferiu seu escritório lá de Montadas para o mercado, esse mercado que foi construído lá em Montadas com dinheiro do Território, enfim, um projeto territorial. Mas depois disso [do mercado construído], o prefeito fechou as portas, ele começou a não receber a gente bem, o mercado de Montadas é uma das poucas obras no Território que foi finalizada. Só que o prefeito se apropriou do mercado público, e só quem teve acesso lá foram os feirantes de Montadas, e foi uma obra importante para o município de Montadas, Montadas não tinha sua feira organizada, e passou a ter sua feira organizada. Somente que o prefeito era muito autoritário, centralizador, e depois que ele conseguiu o projeto, aí ele não deu a mínima para política territorial, nós não tivemos mais acesso lá, foi um caso perdido, nesse aspecto territorial, no aspecto municipal foi um sucesso, para o pessoal de Montadas* (AF, funcionário EMATER).

Além disso, duas outras questões precisavam ser discutidas e resolvidas no âmbito da aplicação do PRONAF Infraestrutura e Serviços nos municípios nos quais os CMDRS não apresentavam eficiência operativa, o que demandava a emergência de uma nova espacialidade na aplicação das políticas públicas para o meio rural: o primeiro refere-se ao "caráter eminentemente administrativo dos municípios", que para concepção de um desenvolvimento rural mais amplo, que venha a abranger aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, não apresentava uma escala espacial adequada para uma maior viabilização desses processos ao longo do tempo. Além do mais, os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) tinham um caráter bastante limitado em sua concepção, onde o mundo rural era reduzido apenas aos aspectos agrícolas e agropecuários, deixando de pensar no rural como um todo. A formulação desses projetos tornava-se uma espécie de "lista de compras" para os municípios. Dessa maneira, atividades relacionadas à multifuncionalidade e à pluriatividade característica do próprio mundo rural quase sempre estiveram fora dos projetos, assim como foram deixados de lado os interesses de mulheres, jovens, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, etc. (DELGADO e LEITE, 2015).

Foi procurando contornar situações como as descritas anteriormente, que a implantação das políticas territoriais buscou, através de uma nova institucionalidade espacial, dar mais poder de decisão sobre os recursos destinados ao desenvolvimento rural para atores que mesmo presente dentro dos CMDR, não tinham como superar os interesses e a influência do poder executivo municipal. "A mudança de escala espacial teve entre seus objetivos a tentativa de enfrentar muitas das críticas feitas ao programa originário, relacionadas às grandes limitações provocadas pela adoção do município como sua base territorial de atuação" (DELGADO e LEITE, 2015, p. 247). Analisando o documento da SDT, os autores (2015, p. 248) entendem que, a abordagem territorial se justificava principalmente pelos seguintes aspectos:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> a) o rural não se resume ao agrícola; b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; c) necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

A abordagem territorial procurava efetivamente incluir o rural nas discussões sobre o desenvolvimento nacional, pois como sabemos, as únicas vozes do mundo rural ouvida eram a dos coronéis (hoje em dia muito identificado pelos prefeitos das pequenas cidades e políticos de forma geral), latifundiários e os empresários do agronegócio brasileiro, e mesmo assim, o "campo" era ouvido apenas para falar sobre aspectos produtivos e econômicos. Ora, o campo é mais do que produção, nele está uma gama de atores sociais que efetivamente contribuem para os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira.

Esses conjuntos de municípios que formavam os territórios eram identificados e selecionados como Territórios Rurais pela SDT a partir dos seguintes critérios: a) conjuntos de municípios com até 50 mil habitantes; b) ter densidade populacional menor que 80 habitantes por Km²; c) maior concentração de público prioritário do MDA (agricultores familiares, beneficiários do reordenamento agrário, assentados pela reforma agrária, etc.); d) municípios já organizados em territórios rurais de identidade (critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e) municípios integrados com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Mesorregiões do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005; BRASIL, 2008; DELGADO e LEITE, 2015).

Em 2008, é lançado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que buscava aprofundar ainda mais as ações do Governo Federal junto aos Territórios Rurais. Dessa maneira, foram selecionados especialmente territórios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, maior número de beneficiários de políticas públicas e programas sociais, uma concentração maior de indígenas e quilombolas, e também foram priorizados territórios com maior organização social. O PTC primeiramente selecionou 60 territórios, e ao longo dos anos de execução do Programa, outros territórios rurais foram sendo incorporados chegando ao total de 120 territórios da cidadania. Resumidamente:

> Os Territórios da Cidadania são conjuntos de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, que possuem uma identidade comum e coesão social e cultural. Em cada território é constituída uma instância deliberativa formada por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal, denominado "colegiado" ou "fórum". É no âmbito dessa instância que é discutida a aplicação dos recursos disponibilizados pelo governo federal por meio de suas políticas públicas para a agricultura familiar, através de projetos aprovados pela plenária e anteriormente previstos em seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS) (CANIELLO, 2016, p. 310).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O enfoque territorial materializado no PRONAT e PTC, representou um importante instrumento de enfrentamento da pobreza e miséria nas regiões rurais no Brasil. Além disso, os programas conseguiram produzir uma quantidade significativa de conhecimento referente a essas regiões. Os resultados dos programas ainda precisavam ser bastante discutidos, mas com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, os programas de políticas territoriais no âmbito federal (que já apresentavam um desgaste e declínio) praticamente chegaram ao fim.

As experiências dos programas territoriais no Brasil proporcionaram novos elementos como: a *inovação institucional* (mesmo que parcial) com a criação dos territórios e o foco no diálogo e *participação social* serviram de subsídios para fomentar uma nova perspectiva de desenvolvimento rural com foco na organização social direcionada às identidades sociais dos grupos participantes de projeto similares e também forneceu experiências para se pensar em novas maneiras de gerir os recursos públicos baseados na participação ativa da sociedade.

O Território da Borborema

A principal atividade econômica desde o período colonial no Nordeste brasileiro foi a cana-de-açúcar, algo predominante ainda nos dias atuais, principalmente nas regiões litorâneas da chamada Zona da Mata nordestina, atividade produtiva que sempre teve prioridade sobre o uso das terras. Nesse sentido, como consequência, houve a necessidade de se buscar por novas áreas no interior para o desenvolvimento de atividades agrícolas complementares que dariam sustentação à sociedade canavieira. Dentre as atividades que encabeçam esse processo de expansão territorial na Paraíba, destaca-se a atividade pecuária, mas também outras atividades ligadas à agricultura que tinham a função de abastecer as grandes cidades localizadas nas regiões litorâneas e também as próprias comunidades locais.

É nesse contexto que se encontra o processo de formação do campesinato paraibano. Dois fatores são importantes para a constituição desse grupo social no Agreste: primeiramente, foi através da emancipação dos vaqueiros a partir do modelo produtivo implantado, e que depois de um determinado período de trabalho, o vaqueiro conquistava o direito de receber uma pequena parte da cria do rebanho do patrão e ir aos poucos ganhando maior nível de autonomia; e o segundo é um processo de consolidação de minifúndios, ou seja, uma menor concentração de terras se comparado com as regiões da Zona da Mata. A consolidação de um maior número de minifúndios no Agreste se deveu a dois fatores: o primeiro pelo processo de colonização tardio da região; e o segundo por conta do terreno acidentado que dificulta o estabelecimento das grandes fazendas (latifúndios) (PIRAUX e MIRANDA, 2010; CANIELLO *et. al*., 2014).

Assim como em outras regiões do território nacional, o processo de ocupação da região em muitos aspectos esteve condicionado à participação efetiva do Estado. Sabemos que a ação pública não acontece de maneira uniforme e ininterrupta, ela está quase sempre condicionada

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

aos interesses dos grupos políticos dominantes. Dessa maneira, a ocupação produtiva do solo do Agreste paraibano passou por períodos de maior e menor intensidade, fator que certamente repercute no grau de participação do campesinato local. Caniello *et. al.* (2014, p.6) aponta que:

> A pequena produção agrícola se manteve ativa no Agreste paraibano durante todo o período republicano, oscilando, contudo, entre momentos de retração e expansão, ligada à possibilidade dos camponeses terem acesso à terra. No momento em que houve políticas públicas que fortaleceram a produção agrícola para exportação, os donos da terra aumentaram a pressão sobre o uso desse recurso, que passou a ser exercida sobre os posseiros, provocando um processo de *descampesinização*. Quando não, os donos aceitavam o estabelecimento de camponeses nas suas terras, o que provocava um processo de *recampesinizanação*.

No Brasil, a ação do Estado sempre foi um importante fator a ser considerado para compreender a dinâmica das populações. Fator esse que também influencia diretamente nas estratégias de sobrevivência das populações que por muito tempo não faziam parte das ações públicas, como por exemplo, os camponeses e os povos tradicionais. No Agreste paraibano, o processo de *descampesinização* e *recampesinização* nos dá uma demonstração dessa dinâmica, onde as populações não assistidas pelas ações do Estado precisam constantemente criar formas de contornar situações de falta de assistência e sujeição por parte dos mais privilegiados e detentores do poder.

Já nos primeiros anos do século XXI, as ações de promoção do desenvolvimento do campesinato capitaneado pela mudança de governo ocorrido em 2003, governo que atribuiu ao campesinato um protagonismo social e uma participação efetiva no desenvolvimento do país e no qual não se tinha admitido em governos anteriores, onde o campesinato era relegado a um papel bastante marginalizado na sociedade.

Como resultados dessa nova percepção sobre o campesinato pelo governo brasileiro, podemos perceber: um maior fluxo de retorno ao sítio da família camponesa, assim como a estruturação da unidade familiar e produtiva; o fortalecimento das organizações sociais assim como a inserção dessas organizações na formulação e participação nas políticas públicas para o campo; uma valorização da identidade camponesa por parte do poder público pelo entendimento que é o campesinato o responsável direto pela soberania alimentar e nutricional do país. Mudanças importantes, porém ainda falta um longo caminho a ser percorrido para o pleno desenvolvimento do campesinato brasileiro, até porque nos últimos anos, mais especificamente a partir do processo político que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, uma série de retrocessos pôs a perder os avanços até então conquistados.

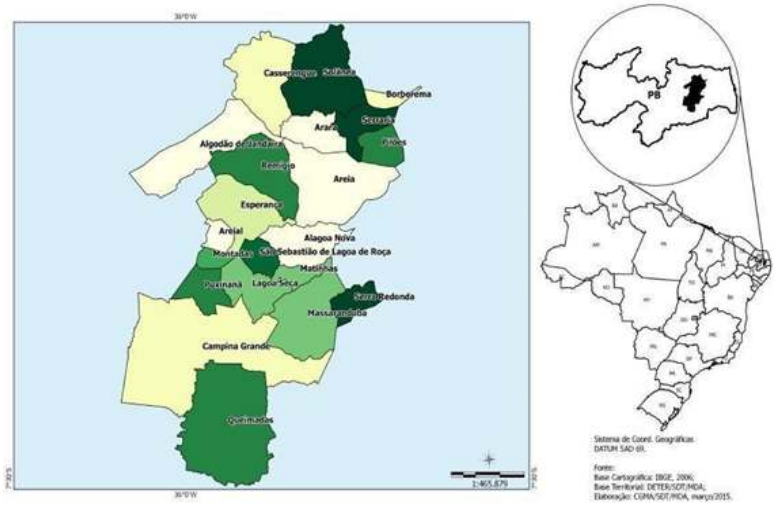
O Território da Borborema ocupa uma área de 3.233 km², o que corresponde a 23,1% da Paraíba e é composto por 21 municípios, [...] distribuídos em cinco microrregiões geográficas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

definidas pelo IBGE (CANIELLO *et. al.*, 2014). Microrregião do Brejo: Areia, Pilões, Serraria, Borborema, Alagoa Nova e Matinhas; Microrregião de Campina Grande: Lagoa Seca, Massaranduba, Serra Redonda, Campina Grande, Queimadas e Puxinanã; Microrregião de Esperança: São Sebastião de Lagoa de Roça, Esperança, Areial e Montadas; Microrregião do Curimataú Ocidental: Solânea e Casserengue e Microrregião do Curimataú Oriental: Remígio, Arara e Algodão de Jandaíra.

Figura 1 – O Território da Borborema



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.sit.mda.gov.br)

Segundo o Censo IBGE 2010, o Território da Borborema possui uma população de 671.142 pessoas, o que corresponde a quase 20% da população da Paraíba. Vale destacar que, no Território se encontra a segunda maior cidade do estado, Campina Grande, que sozinha concentra mais da metade da população de todo Território, 385.213 pessoas, sendo um polo econômico para a região.

Um aspecto demográfico importante, e que tem grande relevância na configuração da identidade do Território da Borborema é a questão rural-urbano. Apesar de os dados do IBGE apresentarem o número total de habitantes (671.142 pessoas), apenas 527.873 (78,65%) habitam as cidades do território, enquanto apenas 143.269 (21,35%) estão nas zonas rurais, temos que considerar dois fatores: o primeiro fator é a cidade de Campina Grande, que sozinha concentra 55% da população total, o que nesse sentido acaba interferindo bastante nas características médias do Território da Borborema; o segundo fator é que, por se tratar de um território relativamente pequeno, de possuir uma boa infraestrutura viária e de transportes e, além disso, há um crescente número de casos de violência rural (principalmente assaltos), fazendo com que muitos agricultores prefiram passar o dia no sítio realizando suas atividades produtivas. Além

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

disso, em virtude dos altos números de violência, eles costumam passar o período noturno nas sedes dos municípios por se sentirem mais seguros.

Em relação ao território estudado, temos que considerar que, apesar da relativa melhoria na qualidade de vida da população nos últimos anos, o território ainda está distante de alcançar um considerado nível de bem-estar para a população. A pobreza ainda é parte integrante da vida social, o que abre possibilidades para que agentes políticos tirem proveito dessa situação, estabelecendo uma relação de troca com a população carente, favores por votos, e assim, perpetuando o poder desses agentes políticos, bem como a própria situação de carência dessas populações. Porém, mesmo com essas dificuldades, é inegável que houve uma evolução na melhoria da qualidade de vida das populações camponesas dessa região, principalmente na primeira década do século XXI.

Embora sempre seja destacado o importante papel das instituições representativas da agricultura camponesa no Território da Borborema para o fortalecimento das organizações sociais do campo, resultando numa maior consciência política por parte dos agricultores, assim como o papel politizador que é a inserção dos próprios agricultores nas políticas públicas e na participação social construída ao longo da primeira década do século XXI, a região da Borborema, assim como muitas outras áreas rurais do Nordeste brasileiro, ainda vivencia dificuldades sociopolíticas, como as "relações de patronagem", que, sem dúvida, atrasam muito o desenvolvimento e fortalecimento da sociedade e retardam as melhorias dos índices de emancipação e autonomia dos camponeses que ainda estão nas mãos de proprietários de terras e políticos locais.

Delgado (2010, p. 42) aponta que: "A região da Borborema pode ser caracterizada, pela existência de um notável protagonismo institucional da sociedade civil organizada desde a década de 1990". Participação exemplificada principalmente pela atuação do Polo Sindical da Borborema, organização que congrega na sua base, Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR de quatorze dos vinte e um municípios do território, outras organizações representativas da sociedade civil e mais a assessoria da AS-PTA, uma ONG que trabalham em apoio aos trabalhadores rurais ligados ao Polo Sindical. Referindo-se ainda à atuação sócio-política e ao capital social da Borborema, Caniello; Piraux; Bastos (2013a, p. 20 e 21) afirmam que:

> Em vista disso, pode-se considerar que os atores sociais inseridos no Território da Borborema compartilham um conjunto de valores, conceitos e estratégias de ação coordenadas – isto é, possuem uma identidade comum – além de disporem de uma base técnica-institucional que os coloca como protagonistas nas redes de inovação agroecológica e na resistência ao modelo agrícola dominante baseado nos princípios da revolução verde, pois estão articulados em organizações e sistemas de ação coletiva e confiança mútua como o Polo Sindical da Borborema e a Ecoborborema – isto é, possuem um bom "capital social".

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A consolidação desse capital social é proveniente tanto da própria identidade camponesa na região do Agreste paraibano como pela atuação de atores sociais empenhados no desenvolvimento dessa parcela da sociedade, assim, respectivamente ao processo de renovação sindical dos anos de 1980 e 1990, bem como a chegada à região da Borborema da ONG AS-PTA no ano de 1993, como afirma Bastos (2017, p. 85):

> Estabeleceu uma parceria com as direções dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Remígio e Solânea, num esforço de aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar na região, através da mobilização de suas bases sociais para processos coletivos de experimentação de inovações técnicas e político-organizativas voltadas à promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas.

Dessa forma, a parceria firmada entre a AS-PTA e o Polo Sindical foi contribuindo e tornando-se um ator integrante na própria transformação da perspectiva das atribuições e o papel dos sindicatos rurais, no processo de renovação que vinha ocorrendo na região. Nesse sentido, Bastos (2017, p. 87) aponta que, "os sindicatos desenvolveram ações que extrapolaram as ações previdenciárias, trazendo para dentro dos sindicatos a necessidade de discutir a verdadeira realidade da agricultura município por município, região por região".

As ideias de renovação e o entendimento do agricultor como protagonista no meio rural deram impulso para mais ações concretas de reivindicação política e de formação social em torno de um projeto de agricultura alternativa de base agroecológica. E é do fortalecimento da parceria entre a AS-PTA e o Polo Sindical da Borborema que surge, por exemplo, a Ecoborborema. Assim, a parceria Polo Sindical da Borborema e AS-PTA só tem se fortalecido na região, com a entrada de mais STRs, associações de moradores e outras organizações comunitárias locais, assim como o estabelecimento de relações mais amplas com órgãos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e universidades, assim como a inserção do Polo Sindical em redes de articulação mais amplas como a Articulação do Semiárido (ASA). Mas além das duas instituições destacadas anteriormente (Polo Sindical e AS-PTA), o Território da Borborema conta com diversas outras organizações que contribuíram também para a formação do colegiado territorial com a implementação das políticas territoriais a partir de 2003.

O Fórum de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Borborema

Contar a trajetória do Fórum de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Borborema é entender a dinâmica de atores sociais comprometidos com do desenvolvimento do campesinato na região da Borborema, é compreender que cada ator social possui demandas específicas que podem até se complementarem em algum momento as reivindicações de outros atores territoriais, mas que também ocasionam conflitos e disputas. Sobre esses conflitos e

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

disputas, são situações saudáveis a esse tipo de instância participativa, mas que podem dificultar o próprio desenvolvimento da proposta da política territorial. Caniello, Piraux e Bastos discutem essa questão, a partir dos dados obtidos no Projeto Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema-Paraíba (CAI Borborema). Os autores indagam como um território de capital social consolidado não realiza esse potencial no âmbito da dinâmica do colegiado territorial, pois "apesar do evidente avanço das dinâmicas participativas e de suas repercussões positivas no ambiente sociopolítico local, poucos projetos de investimento foram efetivamente implantados entre 2003 e 2010" (2013a, p. 21). Nesse sentido, os autores elencam cinco pontos que foram decisivos para que o Fórum da Borborema não tenha efetivado o próprio potencial social local na instância colegiada: 1) limites organizacionais do próprio colegiado, ou seja, o colegiado não se muniu de um aparato burocrático que pudesse garantir funcionamento regular do colegiado; 2) limites na participação dos membros do colegiado, falta de representatividade de atores do setor público (principalmente) e da sociedade civil, uma alta rotatividade que impedia a continuidade de algumas discussões além da morosidade na execução dos projetos causavam desânimo e o afastamento das organizações que se prontificaram em participar do colegiado num primeiro momento; 3) questões procedimentais, ou seja, a falta de regras claras de funcionamento e deliberação que acabaram por criar grupos hegemônicos e excluir outros grupos da participação efetiva no colegiado; 4) a falta de um estatuto jurídico que realmente confira autonomia ao colegiado, isso quer dizer que o colegiado não se torna concretamente uma instância de ações e decisões em benefício do meio rural. O colegiado territorial foi um espaço de discussão importante, mas ficou restrito apenas em atuar efetivamente na elaboração e proposição dos projetos PROINF (antigo PRONAF infraestrutura e serviços); e por fim, 5) constrangimentos ideológicos que pontuam para a preeminência das ideias sobre as práticas, onde "infindáveis" discussões político-ideológico prejudicava as tomadas de encaminhamentos concretos (CANIELLO, PIRAUX e BASTOS, 2013a).

A dinâmica territorial inicia as atividades na região da Borborema como agregador em processos de lutas já existentes e de atores sociais comprometidos com as demandas camponesas, o que marca a identidade local. Em 2004, iniciaram as primeiras movimentações dos atores locais para implementação da dinâmica territorial, as atividades com o chamamento das organizações para fazerem parte do colegiado, formulação de uma base organizativa para as ações e a elaboração de um documento que direcionasse o colegiado territorial da Borborema com relação a objetivos e eixos temáticos.

Além do Polo Sindical e a AS-PTA apresentados anteriormente, outros atores de importante relevância na dinâmica social na Borborema devem ser destacados na formação do Fórum da Borborema, como a ONG Arribaçã que foi de grande importância no momento de formação do colegiado, inclusive foi a responsável direta na organização das instâncias organizativas do Fórum da Borborema. Mas com o decorrer do tempo e a partir da inserção de outros atores,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

principalmente a partir de uma reconfiguração do modelo de assessoria territorial, a Arribaçã reduz fortemente sua ação, perde o papel de "responsável" direto pelas atividades do Fórum da Borborema e acaba se afastando da dinâmica territorial.

Um caso de destaque é a Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF), organização da sociedade civil que surgiu a partir do Fórum da Borborema e que se tornou um ator indispensável na dinâmica territorial. Sediada no município de São Sebastião de Lagoa de Roça, essa organização teve uma participação ativa nas reuniões territoriais e fez (principalmente no âmbito do Núcleo Diretivo do Fórum da Borborema) uma espécie de contraponto às posições normalmente defendidas pelo Polo Sindical e AS-PTA. Ressaltando as características básicas da cooperativa, Valério Bastos (2017, p. 94) aponta que a COPAF:

> Tem se destacado também pela capacidade de articulação dos agricultores familiares (homens, mulheres e jovens) em torno da produção de frangos e ovos caipira. Tem como um dos princípios a não utilização de agrotóxicos e uma produção realizada de forma sustentável. [...]. Outra característica dessa cooperativa é a sua capacidade de mobilização junto a várias entidades, a exemplo de secretarias de Estado, sistema S (Senar e Sebrae), universidades, entre outras.

Vale apontar o papel social exercido pela COPAF no que diz respeito ao acesso das organizações camponesas aos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[1]. No Território da Borborema, a Cooperativa foi o destino dos maiores volumes de recursos executados pelo PAA nos últimos anos. Com relação ao PNAE, a COPAF é uma das principais organizações na Paraíba que luta pelo cumprimento por parte dos agentes públicos (municipais principalmente) da lei federal (11.947/2009) que obriga que, 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam adquiridos junto aos camponeses.

Como representantes do poder público, destacam-se o Banco do Nordeste (BNB) através de sua agência de desenvolvimento e a EMATER, órgão estadual responsável pela assistência técnica e extensão rural da Paraíba (hoje em dia denominada EMPAER) e que possui uma grande capilaridade no estado. No Fórum da Borborema, ela é representada por seu "assessor estadual para as dinâmicas territoriais".

Outro representante do poder público que deve ser mencionado por sua marcante presença no território, apesar de sua pouca participação junto às atividades do colegiado são as universidades (UFPB, UFCG e UEPB), as quais possuem campi no território, sendo uma presença considerável levando em consideração sua relevância na sociedade, bem como uma série de projetos de pesquisa e extensão ali desenvolvidos. Mas, no que se refere ao Fórum da Borbo-

1 Para saber mais sobre o PNAE, ver Frutuoso, 2019.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

rema, as universidades não tiveram uma participação formal, apesar de cada uma delas possuir espaço reservado no colegiado.

A constituição do Fórum da Borborema em 2003/2004, como território de identidade (PRONAT) teve a participação de representantes da sociedade civil, do poder público e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) dos municípios correspondentes ao Território. Em 2009, o território passa por uma modificação devido à inserção de uma nova política territorial em âmbito federal. O Programa Territórios da Cidadania (PTC), que ampliou o número de ministérios envolvidos na dinâmica dos territórios rurais. E, com essa modificação, o Fórum da Borborema também ampliou seu número de representantes (BASTOS, 2017).

No ano de 2014, teve o lançamento da CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 e executado sob o Processo CNPq 462969/2014-2 um novo ator se inseriu dentro da dinâmica do Fórum da Borborema. A universidade sempre teve espaço dentro da dinâmica territorial, espaço que até então, não era efetivamente ocupado pelas instituições de ensino superior. Com o lançamento do edital, muitos grupos de pesquisa ligados às universidades se inseriram nessa dinâmica por todo o país, o que não foi diferente no Território da Borborema. Dessa forma, vamos apresentar um pouco da dinâmica territorial no Fórum da Borborema no período de vigência da "chamada pública" e da participação da assessoria do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) que foi de dezembro de 2014 a maio de 2017.

A chegada do NEDET para assessorar o Fórum da Borborema não foi recebida sem desconfiança por parte de alguns atores territoriais, isso basicamente pelo fato de o NEDET substituir uma função antes exercida por ONGs. Além disso, mesmo que a participação das universidades fosse algo visto com "bons olhos" pela maioria dos participantes do colegiado, num primeiro momento, seus membros pensavam que o Governo Federal por meio dos NEDET é que passaria a "pautar" as atividades dos fóruns territoriais. No caso da Borborema, essa desconfiança foi com o decorrer do tempo, se dissipando à medida que os membros do colegiado perceberam o papel de assessoria exercido pela equipe da universidade. Segundo o Relatório Final do Projeto de Pesquisa e Extensão do NEXTAP (CANIELLO, 2017, p. 7):

> O objetivo geral do Projeto foi contribuir para a consolidação da gestão social nestes territórios por meio de articulação institucional e operacional da universidade com os colegiados, através de ações de pesquisa e extensão voltadas à articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero.

A equipe do NEDET foi apresentada à Coordenação do Território em janeiro de 2015 e a Plenária Territorial em março daquele ano. Como já foi mencionado, o modelo de assessoria que se inseria naquele momento foi carregado de desconfiança, tanto que na apresentação da

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

equipe, e para diminuir o clima de desconfiança e manter o controle da participação nas mãos dos atores territoriais, foi criado o Comitê de Acompanhamento e Avaliação (CAA) que ficou responsável de fazer o monitoramento das ações do NEDET.

A forma organizacional do Fórum da Borborema é composta basicamente de quatro instâncias: as Plenárias, o Núcleo Diretivo, as Câmaras Temáticas e os Comitês Setoriais. As informações das atividades realizadas pelo Fórum da Borborema e acompanhadas pela equipe do NEDET foram registradas e inseridas no Sistema de Gestão Estratégica (SGE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (sistemas descontinuados com o fim do MDA e da política territorial). Foram totalizadas no período de execução do projeto 183 eventos como: reuniões plenárias; reuniões do núcleo diretivo; reuniões das câmaras temáticas; comitês setoriais; oficinas de formação; atividades de mobilização; seminários, etc. No período em que o NEDET assessorou o Fórum da Borborema, foram realizadas oito reuniões plenárias pelo Fórum da Borborema. No total, houve a participação de 425 pessoas entre representantes da sociedade civil (41,4%), do poder público (28,4%) e outros atores (30,3%) que esporadicamente compareciam às reuniões, em uma média de 42,5 pessoas por reunião.

Uma questão importante na dinâmica da participação nas reuniões plenárias do Fórum é perceber quem realmente se fez ativamente participante desta atividade. Nesse contexto, destaca-se os representantes do Banco do Nordeste e da EMATER, que estiveram presentes em todas as plenárias como representantes do poder público. Como representantes da sociedade civil, o destaque foi para a COPAF, que participou em 7 das 8 reuniões, seguido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperança com 6 participações, o Polo Sindical da Borborema, a AS-PTA, COONAP e os STRs de Campina Grande e Lagoa Seca participaram em 5 ocasiões. As reuniões eram a arena de disputa dos atores envolvidos mais diretamente na dinâmica territorial.

É importante ressaltar o surgimento da COPAF como um ator social que se apresentou muitas vezes em oposição aos posicionamentos tomados pelo Polo Sindical da Borborema e AS-PTA, duas organizações de liderança histórica para os camponeses da região. As posições dessas organizações ficaram mais evidentes na hora da escolha dos projetos do PROINF, sendo este o ponto de discussão na maior parte das plenárias.

A plenária para a escolha do PROINF de 2015 foi realizada no dia 29 de julho no município de Areia e contou com o maior número de participantes das 8 reuniões plenárias (73 participantes) e tornou-se emblemático no período de vigência do projeto de extensão e pesquisa, pois para além da disputa entre três projetos: “1) centro de comercialização para agricultura familiar com foco nos produtos das mulheres; 2) veículo de carga para escoamento da produção de mandioca; 3) cozinha escola multiúso” (CANIELLO, 2017, p. 53), havia o conflito por posições de liderança dentro da arena do Fórum da Borborema entre o Polo Sindical da Borborema e a COPAF.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figura 2 – Plenária do Fórum da Borborema



Fonte: NEXTAP/NEDET Borborema, 2015.

Como o impasse entre os proponentes era muito forte, foi indicado que os grupos proponentes se reunissem em separado e decidissem o melhor para o território. Após uma breve reunião, os grupos entraram em consenso e decidiram por uma proposta que contemplasse as três demandas. Apesar do consenso, após a plenária de escolha do PROINF 2015, o sentimento foi de que a Cooperativa de Avicultores liderados por uma mulher (e nesse ponto é sempre importante ressaltar o protagonismo feminino em momentos decisivos da política Territorial da Borborema) se consolidou como uma organização disposta a liderar as discussões sobre desenvolvimento rural para o campesinato na região.

O Projeto PROINF 2016 foi algo de menor mobilização em relação ao de 2015. Foram realizadas duas chamadas, uma que tinha por objetivo contemplar projetos direcionados para a juventude rural e outra chamada para mulheres. Além das escolhas de projetos de infraestrutura (PROINF) das chamadas do ano, as reuniões plenárias do Território da Borborema também se detinham em discutir a situação dos PROINFs anteriores, uma série de projetos parados, outros sem nenhuma informação por parte dos membros do colegiado territorial. Nesse sentido, os membros do colegiado com o assessoramento do NEDET decidiram na direção de fazer um diagnóstico sobre esses projetos, e com a mobilização social buscar soluções que pudessem destravar esses projetos. Outros temas discutidos nas reuniões plenárias do Fórum da Borborema dizem respeito: a formatação de Câmaras Temáticas e Comitês Setoriais que direcionassem a discussão territorial; questões relacionados à assistência técnica e extensão rural, um ponto bastante requisitado pelos agricultores e suas organizações; organização e reorganização do próprio colegiado entre outros assuntos. Nas reuniões plenárias, era decidida uma série de

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

questões, encaminhamentos de atividades, tomadas decisões para o melhor funcionamento do próprio colegiado e do desenvolvimento do campesinato de forma geral. Porém, muitas decisões tomadas não foram efetivadas, outras tantas foram cumpridas em parte e algumas questões foram realmente encaminhadas para uma solução mais concreta. A política territorial exige um esforço grande de mobilização e de conscientização dos atores sobre a importância do que está sendo feito, principalmente no que diz respeito à participação social.

Uma outra instância do Fórum da Borborema era o Núcleo Diretivo. No período de assessoria da equipe do NEDET, foram realizadas 35 reuniões dessa instância totalizando o número 261 de participantes (sem contar os membros da assessoria do NEDET), sendo 178 participações da sociedade civil (68,2%) e 83 participações do poder público (31,8%). Caniello (2017, p. 57) aponta que:

> Responsável por mobilizar e executar as ações deliberadas pela plenária, o Núcleo Diretivo é importante por pautar grande parte das discussões dentro do Fórum Territorial da Borborema. Diversos atores institucionais se destacaram não somente pela frequência, mas pelas discussões trazidas para o Fórum, a exemplo do BNB e da EMATER como representantes do Poder Público. A EMBRAPA como uma grande empresa de pesquisa voltada para o desenvolvimento da agropecuária no país, esteve ausente em todo o processo. O Polo da Borborema, COPAF e AS-PTA foram as entidades da Sociedade Civil que se destacaram ao longo do período de vigência do projeto, em questão, chegando a estabelecer grandes debates nas plenárias.

Os principais pontos debatidos pelos participantes do Núcleo Diretivo foram: a questão dos PROINFs, assim como nas plenárias; a formatação e o funcionamento das câmaras temáticas e dos comitês setoriais; o papel e responsabilidade da instância como mobilizadora dos demais atores sociais do território; as responsabilidades do NEDET, os participantes do núcleo sempre discutiam o papel da assessoria, e como apontado anteriormente, o NEDET chegou à dinâmica territorial sob muita desconfiança dos membros do colegiado, tanto que seu papel era sempre discutido pelos membros do Núcleo Diretivo, sendo que muitas das discussões se davam em torno da autocrítica dos próprios membros por estarem delegando muitas atividades e responsabilidades ao NEDET, ou seja, os membros do núcleo dirigente do colegiado territorial tinham consciência da sua falta de empenho nas mobilizações em torno da política territorial; havia organização de atividades; questões relacionadas aos mercados institucionais, PAA e PNAE, pauta levantada principalmente pela COPAF; composição e recomposição do colegiado; atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS); além de outras deliberações e encaminhamentos pontuais.

Além das duas instâncias citadas, o Fórum da Borborema era composto por dois Comitês Setoriais, o de juventude, o de mulheres e de três Câmaras Temáticas responsáveis por concentrarem as principais demandas dos camponeses da região, como explicitado pelo próprio nome

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

das câmaras, que são: 1) Câmara Temática de Assistência Técnica, Financiamento e Acesso aos Mercados, essa câmara discutia as questões da dimensão produtiva do campesinato da Borborema, questões relacionadas aos projetos de infraestrutura (PROINF), as dificuldades e caminhos para o financiamento, às questões da assistência técnica e extensão rural e os acessos aos mercados, este último sendo um dos principais entraves ao desenvolvimento do pequeno agricultor, e é nessa perspectiva que os mercados institucionais como o PAA e PNAE eram apresentados aos agricultores como uma possibilidade de comercialização da produção; 2) a Câmara Temática de Cultura e Educação no Campo foi constituída pelos membros do Fórum da Borborema a fim de discutirem questões relacionadas à cultura e educação no meio rural. No período de funcionamento desta câmara, os debates giraram em torno principalmente do fechamento das escolas rurais, e como a mobilização dos membros do colegiado poderiam lidar com essa questão extremamente nociva ao desenvolvimento rural; 3) a Câmara Temática de Segurança no Campo é a mais específica das três câmaras e apontava para a questão que vem perturbando o meio rural no Território da Borborema, a violência no meio rural. A insegurança no campo vem causando consequências que prejudicam, principalmente a permanência do agricultor no sítio e a queda na produção, fruto justamente desse afastamento do agricultor com a terra.

O destino do Fórum da Borborema

A política territorial foi uma ação de governo que representou na sociedade uma possibilidade de participação social nas decisões e no destino de recursos públicos, propondo ser possível quebrar com as relações clientelistas que permeiam o diálogo entre poder público e sociedade civil, principalmente nas pequenas cidades e regiões rurais. Atualmente, essa experiência praticamente não existe, restando apenas tentativas isoladas de manter as atividades dos colegiados territoriais minimamente em funcionamento.

No caso do Fórum da Borborema, o capital social reconhecidamente forte das organizações camponesas na região não foi suficiente para que, ao redor do colegiado territorial se pudesse constituir um projeto conjunto, uma visão em que todas as organizações unidas pudessem enfrentar os reveses da política nacional, e quando finalmente surgiram às primeiras dificuldades, cada grupo seguiu seus próprios projetos. Um entrevistado avalia a política territorial na Borborema atualmente da seguinte forma:

> *Tá todo mundo hibernando, esperando melhores condições, a rede de colegiados estadual não se reúne há um tempão, a gente tenta e esbarra, não tem recurso, não tem nada, não avança! Qual a expectativa? Dizer o que? Vamos manter só a chama viva, mas temos que ver que as instituições cada uma está fazendo o seu trabalho, AS-PTA está fazendo o seu trabalho, o Polo Sindical tá fazendo seu trabalho, EMATER também, as instituições estão trabalhando, mas não tanto com esse enfoque territorial, o enfoque territorial arrefeceu, uma triste realidade* (AF, funcionário EMATER).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

No Fórum da Borborema, houve momentos de esperança na unidade territorial, mas que não se concretizaram por vários fatores, sendo o principal a frustração pela demora por parte do Governo Federal na viabilização dos projetos demandados pelo colegiado territorial. A dinâmica territorial na Borborema ao longo dos anos teve seus altos e baixos, momentos de ânimo e momentos de frustração. Caniello, Piraux e Bastos (2013a, p. 32) já tinham observado esta situação, e apontaram que:

> A partir do momento em que não se consegue visualizar os resultados, a execução e a conclusão dos projetos, percebe-se claramente um processo de desmobilização e desconfiança, que redunda numa diminuição da participação e, portanto, no bloqueio da dialética virtuosa entre identidade, participação e desenvolvimento.

Corroborando com a citação anterior, um dos participantes do Fórum da Borborema nos relata sobre o papel nocivo da criação de expectativas, pois na sua visão, os atores criaram muitas expectativas, principalmente quanto ao envio de recursos para os municípios, o que atraiu o interesse dos gestores municipais para dentro da dinâmica territorial, mas que, quando esses atores compreenderam o papel do colegiado e que a expectativa de recursos era bem aquém do que se pensava, houve um afastamento generalizado, principalmente das prefeituras.

> *Esse nível de discussão* (sobre o anúncio do Programa Territórios da Cidadania) *gerou muita expectativa, começamos a trabalhar as matrizes econômicas e era muito vasta, englobava tudo, energia elétrica, saneamento, agricultura, saúde, educação, e por isso trazia para a política territorial os outros ministérios, só que esses outros ministérios não estavam preparados, porque por exemplo, o MDA articulou lá em Brasília com os outros ministérios a partir do recorte territorial, então impressionava o que ia ser feito com aquele volume de recursos, quando os prefeitos viam aqueles volumes de recursos, os prefeitos ficavam loucos, "pelo amor de deus", vamos participar das reuniões do Território da Borborema, é dinheiro demais que vai vir", ledo engano, porque ledo engano, porque esses recursos já estavam carimbados* (AF, funcionário EMATER).

O entrevistado aponta para o sentimento de frustração tanto dele, como membro ativo do Fórum da Borborema, que chega a afirmar que "*se sentiu usado*", por ser um instrumento que fomentou enormes expectativas junto aos atores territoriais, que pelo não entendimento da dinâmica que estava sendo proposta pela política territorial, se afastaram das discussões por entenderem que aquela instância não poderia propiciar qualquer ganho para seus municípios ou suas carreiras políticas.

Outro fator deletério é a falta de unidade das organizações que compunham o Fórum da Borborema. Apesar do forte capital social da região, como reiterado no decorrer do texto, não podemos esquecer de que essa característica não necessariamente se tornou um ponto forte nas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

atividades do próprio colegiado. Caniello, Piraux e Bastos (2013a, p. 34) elencando os fatores que dificultam a dinâmica do Fórum da Borborema, apontam que, "questões procedimentais, que têm a ver com a construção interna de regras de funcionamento e de deliberação no colegiado, *vis-à-vis* à hegemonia de grupos de interesse bem articulados nas decisões em detrimentos grupos minoritários menos poderosos". Sobre essa situação, uma entrevistada relata que:

> *A política territorial, eu sou meia crítica, enquanto a política territorial era pra ser uma política* (política pública)*, é uma política muito boa, bonita, onde empodera a sociedade civil, porém, foi introduzido nesta política desde o seu início, muita política partidária, então foram criadas vários grupos, várias ONGs, que se empoderaram dessa política, tirando poder da própria sociedade civil, ela ficou uma política de grupos, onde quem tivesse mais poder político partidário era quem obtinha melhores resultados* (NB, presidente de cooperativa e membro do Fórum da Borborema).

A entrevistada se sentiu prejudicada dentro do jogo decisório do colegiado da Borborema, e entende que questões de disputas grupais acabou por desvirtuar o real objetivo da política territorial. De fato, "daí se conclui que a identidade coletiva é um atributo poderoso para a cooperação social, mas só esta não é suficiente para dar sustentação aos processos de participação, na medida em que estes estão imersos em um mar de diversidade" (CANIELLO; PIRAUX e BASTOS, 2013a, p. 35).

Considerações finais

Além de descrever um pouco do local pesquisado e suas especificidades, procuramos também debater um pouco da política territorial, em especial, as atividades do Fórum da Borborema, principalmente nos seus últimos anos de efetiva atividade. É importante pensar como podemos dessa experiência, tirar lições que poderão de certa forma contribuir para o fortalecimento das organizações sociais na região, principalmente porque o momento das políticas públicas para o campesinato é de desmonte das ações outrora existentes, além do não apoio às organizações camponesas de forma geral.

O fim da política territorial, assim como de outras políticas públicas e a mudança radical nos rumos da política nacional, principalmente a partir de 2016, resultaram em situações, como por exemplo, o retorno e intensificação da violência fundiária e a piora nas condições das relações de trabalho no campo, situações que sempre foram problemáticas em toda a história do país, mas que por um curto período de tempo receberam alguma atenção do poder público no intuito de melhorar as condições de vida do trabalhador camponês. Entendendo que o contexto é muitas vezes desfavorável, precisamos pensar nas lições que a experiência da política territorial na Borborema pode nos ensinar, e assim, termos nessa experiência organizativa algum subsídio para a formulação de novas políticas de fortalecimento das organizações camponesas.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 80 a 103 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A experiência do Território da Borborema, em especial a política de desenvolvimento territorial, diante da rápida mudança ocorrida no cenário político dos últimos anos nos faz refletir o quão frágeis são as políticas públicas no Brasil e como mudanças nas estruturas de poder podem não somente inviabilizar políticas públicas mais recentes, mas podem deixar a perder conquistas históricas da população brasileira, a exemplo da "Reforma Trabalhista".

A política territorial foi uma experiência inovadora no sentido de propor um maior poder de participação da sociedade civil sobre parte dos recursos destinados ao desenvolvimento nas áreas rurais. Como percebemos, no caso da Borborema paraibana, a experiência territorial não atingiu os objetivos propostos, teria que ter mais tempo para os aperfeiçoamentos necessários, mas com o desmonte dessa política, temos que pensar como podemos aprender com o processo, para num futuro, essa experiência possa servir de subsídio para novas proposições na direção de uma política pública que fortaleça a participação da sociedade civil nos níveis de decisões do poder público.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Marco de referência para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Documentos institucionais, n.2, Brasília, mai. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Território da Cidadania:** proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA, 2008.

BASTOS, Valério Veríssimo de Sousa. Limites e avanços da gestão social em territórios rurais: uma análise do Território da Borborema – PB. **Tese** (doutorado). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, RN, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A profissão do sociólogo:** preliminares epistemológicas / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. Ideias e Práticas na Gestão Social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 19-40, jul/dez 2013a.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. **Estudos, Sociedade e Agricultura,** 2013b, v. 21, p. 84-107, ISSN 1413-0580.

CANIELLO, Márcio; BASTOS, Valério; MARTINS, Maria de Fátima; PIRAUX, Marc, CANTALICE, Luciana. Projeto de Pesquisa, acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). **Relatório Final.** Campina Grande, GPAD/UFCG; Brasília, SGE/SDT/MDA, 2014.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. Identidade e diversidade no Território da Cidadania da Borborema (PB). **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, Vol. 34, Nº 01, jan-jun/2014.

CANIELLO, Márcio. **Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania.** Sociologias. Porto Alegre, ano 18, Nº 43, set/dez 2016.

CANIELLO, Márcio. Projeto de pesquisa e extensão: acompanhamento, assessoramento e monitoramento das instâncias de gestão social dos Territórios da Borborema, Curimataú e Seridó paraibano (Paraíba). **Relatório Final.** UFCG. Campina Grande, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano. "Sociedade civil, estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do território rural da Borborema/ PB". **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, Vol. 29, Nº 01, jan-jun/2010.

DELGADO, Nelson Giordano e LEITE, Sérgio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FRUTUOSO, Rosana Fernandes de Oliveira. Camponeses e políticas públicas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Remígio – PB. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

PERAFÁN, Mireya *et. al*. **Doze anos do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil: como vamos?** Santiago, Chile, Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP), 2015.

PIRAUX, Marc e MIRANDA, Roberto de Sousa. A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do Estado no Agreste Paraibano. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, Vol. 30, Nº 02, jul-dez/2010.

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel. Os efeitos da política na construção de políticas públicas ou o que resta das políticas públicas em tempo de desmonte do desenvolvimento territorial**.** *In*: **Anais**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba: ISSN 1980-4555, 2017.

SOUZA, Rony W F de. Camponeses e políticas públicas: o programa de aquisição de alimentos (PAA) no Território da Borborema – PB**. Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

WEBER, Max. **Economy and society:** an outline of interpretive sociology. ROTH, G. & WITTICH, C. (eds.). Berkeley; Los Angeles; London, University of California Press, 1978.

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência - 1904. In: **Metodologia das Ciências Sociais.** Campinas: Cortez, 1992.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Políticas públicas e assentamentos rurais: os impactos sociais dos cortes de investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Itamarati II -MS

Public policies and rural settlements: the social impacts of investment cuts in the Food Acquisition Program (PAA) in the Itamarati Settlement II -MS

Políticas públicas y asentamientos rurales: los impactos sociales de los recortes de inversión en el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el Asentamiento Itamarati II -MS

Leonice Alexandra Tessmann de Correia
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados, MS
E-mail: leonicealexandra15@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0731-3187

Resumo: A pesquisa analisou a diminuição dos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã -MS, entre os anos de 2015-2017. Com isso, buscamos compreender os impactos – econômicos e sociais - dessa perda de recursos nas famílias excluídas do programa, bem como naquelas que tiveram projetos aprovados parcialmente. A diminuição dos valores e o eventual enfraquecimento do PAA tem se revelado um drama na vida dos assentados da reforma agrária, tendo em vista que essa política pública é uma das principais responsáveis pelo escoamento da produção na agricultura familiar e uma porta de entrada para outros programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra modalidade de Programa de Aquisição de Alimentos, que é chamado compra institucional, onde os alimentos são adquiridos para órgãos governamentais (quartéis municipais, por exemplo). No que diz respeito à metodologia, realizamos uma pesquisa de campo qualitativa com os mais diversos atores que compõem o PAA em Itamarati II, aplicamos entrevistas e questionários semiestruturados.

Palavras-chave: PAA, agricultura familiar, política pública, assentamento Itamarati II.

Abstract: The research analyzed the decrease in investments by the Food Acquisition Program (PAA) in the Itamarati II settlement, municipality of Ponta Porã -MS, between the years 2015-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

2017. With this, we seek to understand the impacts – economic and social – of this loss of resources on families excluded from the program, as well as on those who had projects partially approved. The decrease in values and the eventual weakening of the PAA has proved to be a drama in the lives of agrarian reform settlers, given that this public policy is one of the main responsible for the flow of production in family farming and a gateway to other programs, such as the National School Feeding Program (PNAE) and municipal barracks, for example. Regarding the methodology, we carried out a qualitative field research with the most diverse actors that make up the PAA in Itamarati II, we applied interviews and semi-structured questionnaires.
Keywords: PAA, Public Policies, Itamarati II Settlement.

Resumen: Esta investigación analizó la disminución de inversiones del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el asentamiento Itamarati II, municipio de Ponta Porã -MS, entre los años 2015-2017. Con esto, buscamos comprender los impactos - económicos y sociales - de esta pérdida de recursos en las familias excluidas del programa, así como en aquellas que tenían proyectos parcialmente aprobados. La disminución de valores y el eventual debilitamiento del PAA ha demostrado ser un drama en la vida de los pobladores de la reforma agraria, dado que esta política pública es una de las principales responsables del flujo de producción en la agricultura familiar y puerta de entrada a la otros programas como el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) y los cuarteles municipales, por ejemplo. En cuanto a la metodología, realizamos una investigación de campo cualitativa con los más diversos actores que conforman el PAA en Itamarati II, aplicamos entrevistas y cuestionarios semiestructurados.
Palabras Clave: PAA, agricultura familiar, políticas públicas, asentamiento Itamarati II.

Data de recebimento: 05/01/2022
Data de aprovação: 30/04//2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15356

Introdução

A pesquisa aqui apresentada partiu da tentativa de compreender por que a partir de 2015 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sofreu cortes consideráveis na sua operacionalização no assentamento Itamarati II- Mato Grosso do Sul (MS).

O PAA foi criado por meio da lei nº 10.696, no ano de 2003, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e incentivar a comercialização dos seus produtos, tornando-se, desde a sua formulação, como uma política pública modelo para os países da América Latina e demais continentes. Conforme Porto e Grisa (2015) afirmam:

> Desde a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvol-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> vimento rural no Brasil: a construção de mercados institucionais. Movimentos sociais rurais e organizações da sociedade civil passaram a executar o programa, a reivindicar insistentemente a ampliação do mesmo, a demandar aperfeiçoamentos de seus mecanismos e a construção de novas iniciativas. (...) Para além do cenário nacional, o Programa passou a despertar a atenção também de agências multilaterais internacionais e de outros países. (...) A "novidade" trazida pelo Programa e que despertou grande interesse consiste justamente em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. (PORTO; GRISA, 2015, p. 115-116)

Dada uma dificuldade antiga dos agricultores em escoar a produção e ter acesso ao crédito, muitos deles resolveram acessar o PAA como uma forma de garantir a própria sobrevivência da família (MDA, 2018). Assim, desde o princípio, o programa se tornou uma proposta interessante para a agricultura familiar. Em decorrência disso, cada vez mais o programa se constituiu como uma possibilidade de crescimento – melhorias das casas de moradia, melhorias dos espaços de criação dos animais e irrigação das hortas, entre outros, por exemplo – e fortalecimento econômico das famílias agricultoras

Portanto, pode-se afirmar que o PAA – gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e demais entes federativos (HELING, et. al. 2017, p. 54) - é uma política pública de circulação de alimentos produzidos na reforma agrária e por povos tradicionais, em que, ao mesmo tempo que beneficia os pequenos produtores, fortalece a distribuição de uma alimentação de qualidade entre os mais necessitados:

> Em termos gerais, o PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para a formação de estoques estratégicos (PORTO; GRISA, 2015, p. 116)

Contudo, observa-se que desde o ano 2016, instituiu-se uma nova agenda de decisão em que não apenas o PAA, mas diversos programas sociais passaram por um profundo corte no orçamento, resultando em uma desestruturação parcial dessa política pública.

No período analisado, correspondente ao governo Temer, cortou-se enorme quantias de verbas do PAA a nível nacional, no ano de 2015 por exemplo, o montante destinado foi de 241 milhões de reais, e já no ano de 2017 este valor caiu para 95 milhões de reais, na dimensão local, para o estado de MS foi liberado uma verba de 1.586.000 (em 2017), sendo que no ano de 2015, somente o Assentamento Itamarati I e II foram responsáveis pela verba de mais de um milhão de reais - dinheiro este que foi adquirido pelas famílias participantes do projeto através da entrega de produtos oriundos dos lotes. (CONAB, 2015)

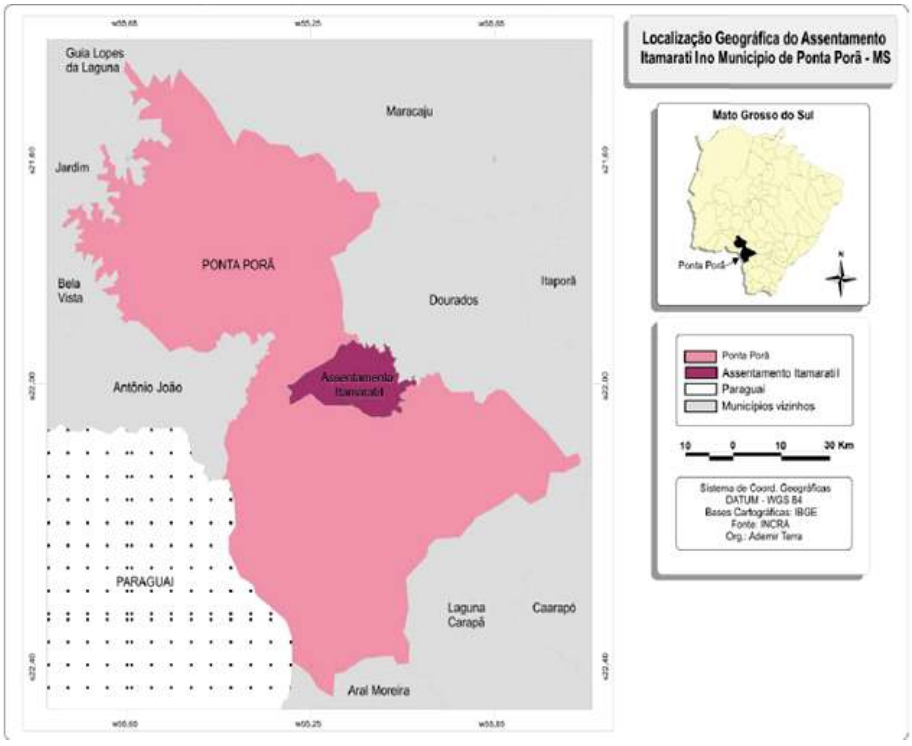
RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O Assentamento Itamarati II foi fundado no ano de 2004, com um total de 1712 lotes, em que os mesmos foram distribuídos às famílias em outubro de 2005. Atualmente possui uma população estimada em mais ou menos 20.000 habitantes, sendo considerado o maior assentamento de Reforma Agrária da América latina. É maior que algumas cidades do MS – o que revela a sua importância para o estado (Imagem 1). A partir de dados coletados na pesquisa de campo junto às cooperativas locais, obtivemos a informação de que o assentamento produz por semana cerca de uma tonelada e meia de alimentos que abastecem o PAA, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), as feiras na cidade de Ponta Porã e os mercados regionais. (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Dado o impacto que o assentamento Itamarati sofreu, propomos investigar as diversas consequências locais que o enfraquecimento do programa gerou.

Imagem 1: Localização do Assentamento Itamarati II.



Fonte: Alencar, 2018.

De certa forma, o assentamento em questão possui uma localização e importância estratégica para a permanência do programa na região, visto ser um dos maiores assentamentos do país e por possuir uma forte rede de distribuição de alimentos. Portanto, a diminuição dos repasses do PAA afeta não apenas os participantes locais, mas o município de uma forma geral. No caso do estado de MS, Heling e outros autores realizaram uma pesquisa sobre a situação do PAA no estado e chegaram à conclusão que:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> (...) Em 2016, e principalmente no ano de 2017, esta importante política pública sofreu significativo contingenciamento de orçamento anual na escala nacional e consequentemente, por estados e municípios. Em âmbito nacional fica evidente o corte orçamentário ao comparar os valores estabelecidos entre os últimos dois Termos de Cooperação Técnica assinados entre o responsável orçamentário, o MDS, e o gestor operacional do programa, a CONAB (HELING, et.al. 2017, p. 57).

Para os autores, parte dessa perda de investimentos ocorreu porque,

> O Termo de Execução Descentralizada CONAB/MDS 2016, com vigência de abril/2016 a dezembro/2019, trouxe novos critérios de comprovação de enquadramento dos agricultores familiares, bem como, estabeleceu ações de controle, monitoramento e avaliação, trazendo a pactuação dos valores previstos em âmbito nacional, apresentando, com isso, um grande corte de orçamento (HELING, et. al. 2017, p. 58-59).

O quadro abaixo, organizado pelos autores acima referenciados, confirma essa tendência de queda:

Quadro 01. Execução do PAA âmbito Nacional (2012 – 2017)

Ano	Nº de CPR[1] contratadas Agricultores Familiares	Municípios Beneficiados	Entidades consumidoras	Valores Aplicados Modalidade CDS[2]/MDS (R$ Milhões)	Valor Total Aplicado MDS e MDA (R$ Milhões)
2012	128.804	1.180	17.988	395,0	586,6
2013	41.412	524	3.742	176,4	224,5
2014	51.228	619	3.968	286,5	338,0
2015	38.794	541	2.829	241,3	287,5
2016	-	-	-	184,0	197,5
2017	-	-	-	38,5	-

Fonte: HELING, et. al. 2017

No quadro acima, pode-se constatar que a partir de 2015– ano do recorte temporal dessa pesquisa - houve uma queda drástica e implantação de um novo padrão de "investimento mínimo" nas políticas do campo – e que a cada ano foi se acentuando. De uma forma geral, essa falta de recursos revela um novo rumo adotado pelo governo naquilo que se tinha por prioridade.

1 Cédula de Produto Rural – CPR
2 Compra com Doação Simultânea – CDS

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Assim, para Heling e autores, a diminuição dos recursos entre 2013-2016 ocorreu por causa da "instabilidade gerada no programa a partir das ações, oriundas da esfera policial e judicial, realizadas a partir de 2013". Já a partir do ano de 2016, acreditam que as causas da queda são reflexo da própria situação de instabilidade governamental e do aparato da burocracia estatal, representado pelo presidente Michel Temer que "contingenciou" o orçamento do programa realizado pelo seu Governo. Assim, este conjunto de "ajustes" e mudanças, "têm provocado a redução da base social do PAA, restringindo a atuação das organizações consumidoras" (HELING, et. al. 2017, p. 60).

Dada essa drástica queda de investimentos no PAA, as questões que nos levaram a desenvolver esta pesquisa foram: quais os reais impactos do corte de verbas sobre as famílias que não conseguiram mais participar dos projetos no assentamento, e quem são os que ainda conseguiram se inserir no programa – mesmo que de forma reduzida. Além disso, buscou-se caracterizar se há alguma medida sendo tomada a fim de escoar a produção destes produtores no mercado, e qual é o papel das cooperativas e associações nesta problemática.

Este trabalho, portanto, revela a sua importância social e econômica, na medida em que visa além de olhar para os números de produtores cortados do programa, também para o impacto vivenciado por alguns dos assentados do maior assentamento da reforma agrária em termos de extensão, desse país: o assentamento Itamarati II.

A pesquisa teve como norte analítico uma perspectiva metodológica qualitativa – que envolveu as narrativas dos assentados prejudicados pela diminuição dos recursos do PAA -, com a somatória de análise documental dos dados oficiais disponibilizados pelos órgãos de controle do aparato estatal principalmente o site de transparência pública da CONAB.

Para tanto, em um primeiro momento, foi realizada pesquisa de campo com os produtores participantes do PAA, responsáveis pelo projeto nas cooperativas, entre outros. Ao todo foram entrevistados seis produtores com questionários semi estruturados, além de conversas informais com dois responsáveis por cooperativas e um responsável pelo BAM (Banco de Alimentos Municipal). Também foram coletados dados de instituições oficiais, como CONAB, MDA e COOPERATIVAS.

Políticas Públicas e o Contexto Rural

Conforme Domingues (2005) aponta, a partir de 1988 as políticas públicas passaram por uma mudança inédita, sendo incluídas na constituição Federal como um direito cidadão – o que garantia sua aplicação para favorecer as classes mais pobres da sociedade.

É nesse cenário que começa a ser desenhado no Brasil uma tentativa de estado de bem-estar social no qual toda a população teria direito às necessidades básicas para viver e, além

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

disso, transformar os cidadãos em autores de sua própria proteção social. Contudo, Domingues ressalta que essa tentativa de acesso aos bens públicos nem sempre se concretizam, visto que:

> (...) Os direitos civis estão longe de ser inteiramente assegurados ao conjunto da população e os direitos sociais parecem a cada dia transformar-se em miragem, pois o sistema de assistência social (aposentadoria, sobretudo o sistema de saúde, mas mesmo a educação) cristaliza-se em suas camadas: uma estatal, mas residual, e de baixa qualidade; a outra, privada, de qualidade variável e dependente dos recursos que o indivíduo possui para adquiri-la no mercado (DOMINGUES, 2005, p. 102-103).

No tocante às políticas públicas elaboradas como resposta às demandas da sociedade civil no campo, visando a produção agrícola familiar, as conquistas foram razoáveis, mas o caminho percorrido foi longo. E de fato, com a falta de verba para as políticas públicas - como o PAA - os agricultores familiares enfrentam maiores dificuldades na produção e comercialização de seus produtos e desta forma a agricultura familiar pouco a pouco vai perdendo força.

Dito isso, a seguir apresentaremos a política pública do PAA, uma importante fonte de renda para os pequenos produtores dos assentamentos do Brasil.

A Política Pública do PAA e sua Operacionalização no Assentamento Itamarati II

O Programa de Aquisição de Alimentos, surgido no ano de 2003 é um programa que pode ser considerado com aquilo que Draibe (2007) denomina de política de bem-estar ativo (*active welfare State),* e que se caracteriza como uma ação que contribui para ampliar o crescimento econômico e a participação das pessoas na geração da própria renda.

Assim, tem-se que o PAA é uma política pública que se constitui em uma das ações abrigadas no interior da estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), congregada pelo programa Fome Zero (MÜLLER, 2007) O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tem dois objetivos principais: garantir o acesso a alimentos de qualidade às pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar, e promover a inclusão social no campo, fortalecendo a agricultura familiar. Segundo a CONAB (2015, p. 15):

> O marco jurídico que instituiu o PAA possibilitou maior presença do poder público no tocante ao incentivo dos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, bem como os trouxe segurança no planejamento de suas atividades ofertando-lhes acesso aos mercados e a segurança de comercialização de seus produtos, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o PAA atua em seis modalidades: Compra Direta; Compra com Doação Simultânea – CDS; Apoio à Formação de Estoques – CPR-Estoque; PAA-Leite (Apoio à Produção para o Consumo do Leite); Compra Institucional e Aquisição de Sementes. A modalidade que pesquisamos e analisamos é a de Compra com Doação Simultânea, que tem por objetivo a compra dos produtos da agricultura familiar e posterior doação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O desenho dessa modalidade é consolidado com a responsabilidade de ações de cada participante: organizações fornecedoras, beneficiários fornecedores, beneficiários consumidores e unidades recebedoras (CONAB, 2015).

Para participar desse programa, é necessário que o agricultor esteja com sua DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) atualizada, que este produza alimentos em seu próprio lote e que seja associado à cooperativa que vai participar do programa. Muitas famílias agricultoras, porém, têm medo de participar das cooperativas, e o medo mais comum é de que caso em algum momento a cooperativa se endivide, estas tenham que pagar a dívida que a própria cooperativa fez.

O PAA teve sua primeira ideia no governo de Franco Montoro - que governou o estado de São Paulo entre os anos de 1983 a 1987. Por questões de transparência, Montoro tinha planos de descentralizar a merenda escolar, dando, dessa forma, ao diretor da escola a função de realizar a compra da merenda escolar. Essa ideia, porém, não funcionou muito bem," pois os seus críticos afirmavam que "[...] o poder de compra do governo precisa ser usado como uma política importante" (MÜLLER, 2007, p. 78).

Após vários estudos e discussões amadurecidas, desde 1993 até 2003, já dentro do programa Fome Zero do governo federal, cada vez mais assume grande importância a questão de incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar, pois dessa maneira projetava-se que a qualidade do produto seria melhor, o autoconsumo que preserva os hábitos alimentares tradicionais seria incentivado e a produção seria valorizada com preços acima do mercado. É justamente aí que se encontra o nascimento do PAA, com a lei referenciada acima.

Nesse contexto de acúmulo de discussões e experiências,

> [...] o PAA nasce como um programa interministerial, operacionalizado pela CONAB e executado com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios (MDA, 2018).

Esse programa - apesar da contribuição do debate acadêmico que fundamentou os seus alicerces -, sem dúvida alguma nasceu de uma forte demanda e luta efetivada pela sociedade civil, pela academia, pela ação política e pelos movimentos sociais – que há tempos já vinham debatendo a emergência de uma política pública que fortalecesse a agricultura familiar e também garantisse a segurança alimentar aos grupos de risco na sociedade. Assim, foi no governo

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se abriu espaço para que esta necessidade surgida na sociedade fosse efetivada como política pública.

Ademais, ressalta-se que ele é de suma importância para a sociedade, pois através desse programa, agricultores de todo o país têm a oportunidade de produzir e ter um mercado seguro para sua produção além de ter a segurança da subsistência, e a garantia de alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar.

No assentamento Itamarati II/MS, o PAA teve seu primeiro acesso no ano de 2010, cujos aportes financeiros foram destinados à venda de sementes de feijão produzidas por agricultores do assentamento e que tinham como destino cooperativas e associações de outros estados como Paraná, São Paulo e também para a cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Foram destinados 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais) para este projeto, sendo estes divididos em 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para cada produtor que tenha DAP. (CONAB, 2010)

O Programa de Aquisição de Alimentos está organizado por cooperativas, desta maneira, as cooperativas através de seus representantes constroem um projeto, com os produtos pretendidos para as entregas, em conjunto com os agricultores selecionados que serão os que irão produzir e ser responsáveis pelas entregas da produção e, também, com a entidade recebedora, que no caso do Assentamento Itamarati é o BAM. O BAM, por sua vez, monta cestas verdes, com os produtos adquiridos nos assentamentos e os distribui para a população de baixa renda do município de Ponta Porã.

Ainda nesse ciclo de distribuição dos alimentos, as famílias agricultoras que se associam às cooperativas e são participantes do programa precisam levar a produção até os pontos de coleta, que normalmente estão localizados nas próprias cooperativas. A prefeitura, por seu turno, envia um caminhão desde o município de Ponta Porã para fazer a coleta dos alimentos em Itamarati-II para, em seguida, descarregar as mercadorias no BAM e proceder com a distribuição das cestas entregues às famílias participantes.

O ciclo de distribuição dos alimentos revela a singularidade do PAA enquanto uma política pública que abrange toda a cadeia da produção de alimentos, desde a produção até a entrega final e, além disso, de fortalecimento de uma alimentação de qualidade e de segurança alimentar para os que se enquadram no perfil de vulnerabilidade social

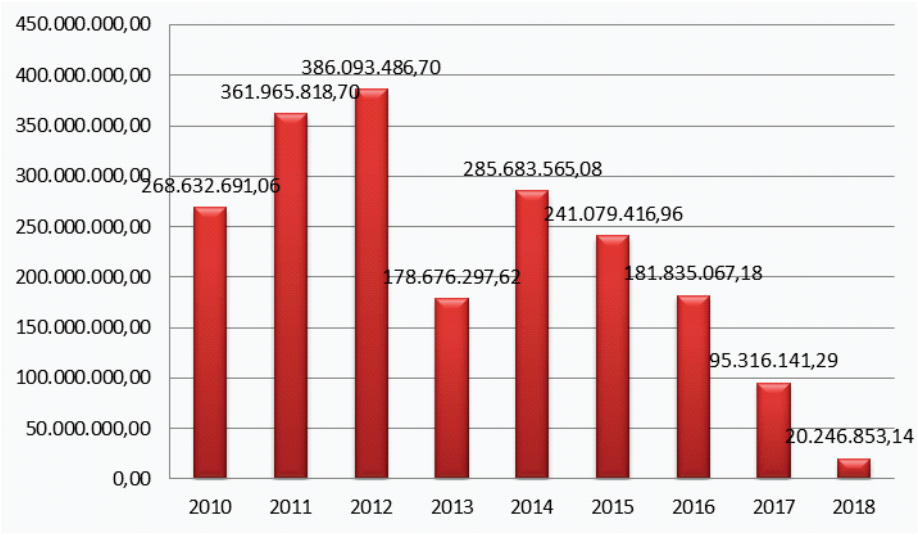
Resultados e discussões

Dando prosseguimento na discussão, o gráfico 1 – logo abaixo – apresenta o montante em dinheiro acessado no âmbito nacional do PAA desde o ano de 2010 até 2018:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Gráfico 1: valor destinado ao PAA a nível nacional



Fonte: elaboração própria com base no site da transparência da CONAB, 2019

Com base neste gráfico podemos perceber que desde 2010 o PAA tem valores consideráveis disponibilizados. Porém, aqui se concretiza o que discutimos anteriormente, que desde o ano de 2013 este programa já vem sofrendo cortes em suas verbas – em grande medida, devido à instabilidade econômica que havia se instalado no país -, porém, no ano de 2014 há novamente um investimento nesse programa, e a partir do ano de 2015 que os cortes são mais consideráveis, sendo o mais severo em 2018

Assim, podemos observar que, de 2015 para 2016, o corte foi de 59.244.349,78 (cinquenta e nove milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos). Desde o ano de 2015 o PAA só vem sofrendo perdas em suas verbas, mas se analisarmos todos esses anos, de 2015 até 2018, o total de cortes acentuados foi de 220.832.563,82 (duzentos e vinte milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos).

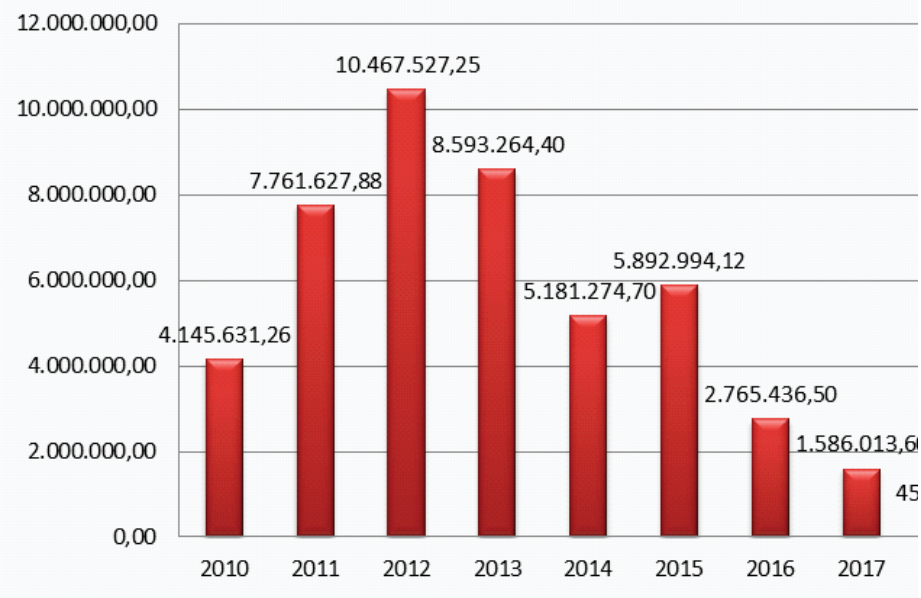
O PAA foi acessado pela primeira vez no estado de MS no ano de 2010, no qual acessaram 16 municípios, totalizando um montante de 4.145.631, (quatro milhões cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), desse montante total, 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais) foi acessado por uma cooperativa do Município de Ponta Porã, localizada no Assentamento Itamarati II, a Cooperativa Agroindustrial Ceres (COOPACERES). As exigências básicas para acessar este programa era a de ter a DAP e a de produzir em seu próprio lote.

De modo que, desde o ano de 2010, o assentamento vem acessando o PAA – se tornando um pioneiro ininterrupto no acesso à essa política pública. A seguir o gráfico 2 expressa do valor destinado ao MS desde o ano de 2010:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Gráfico 2: Valor destinado ao PAA para o estado de MS



Fonte: elaboração própria com base no site da transparência da CONAB, 2019

Neste gráfico, podemos perceber que a medida em que as verbas são disponibilizadas durante os anos, elas aumentam e diminuem, porém, podemos perceber que é no ano de 2016 que esta tem uma queda considerável, e segue em decréscimo nos anos seguintes. Desde o ano de 2015, o PAA no estado de MS sofreu cortes em todos os anos de sua execução, se analisarmos todos esses anos, e contabilizarmos os cortes, os resultados são absurdos, totalizando um total de corte de 5.436.810,22 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil oitocentos e dez reais e vinte e dois centavos) no período de 2015 a 2018.

Com estes cortes, houve a necessidade de se ter novas normas de acesso ao programa, com mudanças nos critérios para análise de projetos apresentados. Temos por exemplo, propostas com mais números de mulheres, tinham mais pontos, proposta oriundas de municípios de alta vulnerabilidade tinham mais pontos, propostas com até 50 mil reais tinham mais pontos - destacamos aqui que quanto mais pontos, mais chances de acessar o programa.

A nível municipal os cortes também foram consideráveis, assim, no ano de 2015, seis organizações acessaram o PAA, todas localizadas no assentamento, são estas: Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati: com um montante de 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais); Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira, com uma verba de 263.991,55 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos); Associação Família Agrícola da Fronteira (este de produtos orgânicos), verba de 39.998,17 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos); Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati, com uma verba de 359. 987,40 (trezentos

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

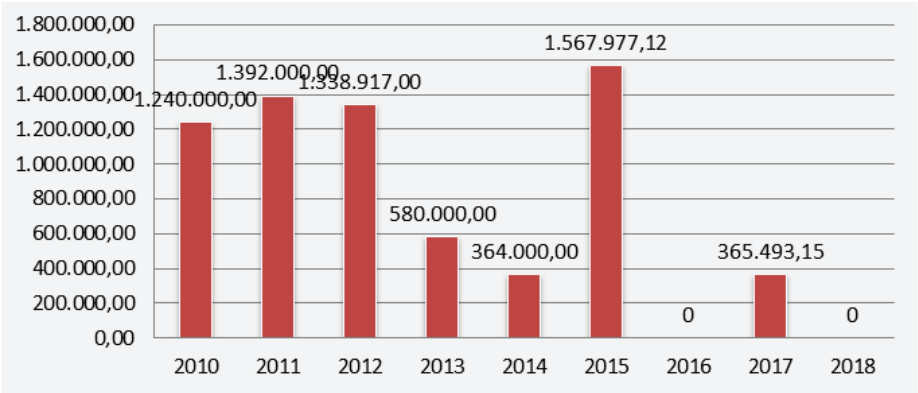
Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos); Cooperativa dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul, com uma verba de 160.000,00 (cento e sessenta mil reais); e a Associação Liderada Pela Comunidade Agrícola Nova Conquista Itamarati – II, com um valor de 472.000,00 (quatrocentos e setenta e dois mil reais) (CONAB, 2015).

Estas seis cooperativas, totalizaram um montante de 1.567.977,12 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e doze centavos), o que representa o crescimento econômico de 169 famílias que forneceram os produtos e, desta maneira, constatamos em conversas informais tanto com agricultores, quanto com os responsáveis pelas cooperativas, que com o acesso a este programa as famílias e cooperativas fizeram girar tanto a economia do assentamento quanto a do município, pois os assentados puderam fazer melhorias em seus lotes e, desta maneira, crescer econômica e socialmente, injetando dinheiro nos comércios do assentamento e do município e contribuindo com o desenvolvimento como um todo (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A seguir apresentaremos um gráfico que mostra o montante de verbas a nível municipal desde o ano de 2010:

Gráfico 3: O valor destinado ao PAA a nível municipal, Ponta Porã - MS



Fonte: elaboração própria com base no site da transparência da CONAB, 2019

Durante a realização da pesquisa, e tabulação dos dados coletados, constatou-se que no ano de 2015 a verba foi a maior já registrada. Contudo, no ano de 2016 nenhuma proposta foi acessada no assentamento e, no ano de 2017, como o corte de verba a nível estadual foi considerável, das seis organizações do município que acessaram em 2015, apenas três voltaram a acessar no ano de 2017, porém com uma verba bem reduzida. Detalhadamente, são estas: Cooperativa dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul, com uma verba de 96.000,00 (noventa e seis mil reais); Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati: com um montante de 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e a Associação da Escola Família

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Agrícola da Fronteira, com uma verba de 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Além destas três, mais uma conseguiu acessar o benefício, que foi a Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas, que acessou um montante de 63.993,15 (sessenta e três mil, novecentos e noventa e três reais e quinze centavos), totalizando uma verba de 365.493,15 (trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos), e um total de 54 famílias sendo beneficiadas, desta maneira 115 famílias perderam o benefício– sendo que algumas acessavam desde 2010 – entre o ano de 2015 e 2017 (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Os dados coletados na pesquisa de campo revelam que o impacto nas vidas dos assentados foi grande, com um prejuízo incalculável: 115 famílias sem recursos oriundos do PAA para fazer sua produção girar. Desse modo, analisando os dados, observa-se que a verba disponibilizada para as quatro organizações no ano de 2017 foi menor que aquela disponibilizada para apenas uma das organizações que acessaram no ano de 2015, a Associação Liderada Pela Comunidade Agrícola Nova Conquista Itamarati – II, que acessou o valor acima citado de 472.000,00 (quatrocentos e setenta e dois mil reais); no ano de 2018 nenhum projeto foi acessado no assentamento, pois algumas ainda tinham um restante de recurso do ano anterior, e neste caso é possível ser feito uma prorrogação do projeto.

Neste sentido, observam-se os impactos que a falta de acesso aos recursos gerou e ainda gera para o assentamento: famílias deixaram de produzir e, consequentemente, a diversidade alimentar delas diminuiu. E mais, a falta de investimentos inibiu a continuidade da produção local e estagnou a economia do assentamento e município, além de gerar uma insegurança no agricultor em continuar a plantar e não conseguir escoar as mercadorias. Há ainda a possibilidade de que as famílias fiquem inadimplentes com lojas e bancos por fazerem dívidas e não conseguirem pagar – considerando que contam com o dinheiro das entregas –, possibilidade de as hortas não voltarem a produzir -por não ter mercado para colocação dos produtos- e, como consequência disso, há a possibilidade de que alguns decidam arrendar os lotes e trabalhar fora de casa para poder suprir as necessidades em casa e cumprir com suas obrigações mensais

Para os assentados esse cenário se revela desfavorável a longo prazo, visto que com a ascensão de Bolsonaro ao Palácio do Planalto muitas famílias acreditam que estes programas sociais irão acabar e/ou diminuir, gerando um temor de que todo um legado de acúmulo de saber e de aprendizado com o ciclo da produção podem desaparecer. O recuo dessa política pública seria um desastre para todos. [3]

3 Consideramos aqui que a pesquisa culminou em 2019 e a mesma tem um recorte temporal do ano de 2015 a 2018. Agora em 2022 já no último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, fizemos uma pequena pesquisa para ver qual o montante de recurso empenhado no programa em questão na última contratação das CPRs* (a nível nacional), e o que revela o site de transparência pública da CONAB é desanimador, foram 5.050.818,71 (cinco milhões, cinquenta mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e um centavos), valor este referente ao ano de 2021, já que não constam dados ainda sobre 2022. Vale ressaltar que em 2018 o valor era de 20.246.853,14 (vinte milhões duzentos e quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e tres reais e quatorze

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Famílias participantes do PAA: os impactos dos cortes no PAA

Para a realização da pesquisa de campo, a fim de evidenciar os impactos dos cortes do PAA nas famílias produtoras, entrevistamos 6 pequenos produtores, três do sexo feminino, e três do sexo masculino, todos residentes no assentamento Itamarati II, de três comunidades diferentes, distante aproximadamente 10 km uma da outra. As famílias entrevistadas residem em uma região do assentamento operacionalizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), e a área de seus lotes é de seis hectares no lote individual, e cinco na área coletiva.

Na pesquisa de campo optamos por não identificar os entrevistados. Portanto, utilizaremos codinomes como forma de identificação, sendo estes, Maria, Neuza e Carmen do sexo feminino, e Felipe, Alex, e Bruno do sexo masculino.

A seguir, a tabela abaixo ajuda na compreensão dos dados que foram apresentados pelos entrevistados:

Quadro 2: perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as

Felipe	72 anos	2 salários mínimos	Aposentadoria rural e arrendamento da Soja. PAA.	mandioca, batata doce, milho verde e abobrinha	6.000,00	BAM*	Sim
Bruno	44 anos	2 a 3 salários mínimos	Trabalho de Motorista, Trabalho de professora PAA	mandioca, milho verde, quiabo, repolho, alface, rabanete, melancia, e pepino	6.000,00	BAM*	Sim
Alex	48 anos	1 a 2 salários mínimos	Aposentadoria por doença, PAA	mamão, alface, mandioca, melancia e abacaxi	6.000,00	BAM*	Sim

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas.

***BAM:** Banco de alimentos municipal, localizado no município de Ponta Porã

A entrevistada Maria tem 36 anos, de cor parda, estudou até o segundo ano do ensino médio, é casada e tem três filhos, sendo que dois destes moram com ela. Em sua casa, contando com ela, moram quatro pessoas: ela, os dois filhos e o marido. A renda mensal da família, em suas palavras, "varia de mês para mês", mas ela faz uma média de um salário-mínimo e meio,

centavos), assim sendo uma redução de 15.196.034,43 (quinze milhões, cento e noventa e seis mil e tinta e quarto reais e quarenta e três centavos) no periodo de 2018 a 2021, percebemos portanto que aquilo que os produtores temiam veio a suceder.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

pois depende muito da quantidade de produtos que são entregues para o PAA, e agora também para o quartel de Ponta Porã e o PNAE.

A família também recebe o benefício do Bolsa Família e Vale renda e, segundo Maria, todos da família contribuem com as despesas, pois, de uma forma ou outra, todos ajudam nas tarefas do sítio.

No sitio de Maria ela e o marido cuidam dos animais e os ordenham, cuidam da horta, cuidam dos assuntos burocráticos fora do sítio, o casal não faz uma divisão de tarefas, há uma ajuda mútua entre ambos para com todos os afazeres, e a filha mais velha – de 13 anos – cozinha, cuida da casa e do irmão menor de 4 anos. A principal fonte de renda da família é a horta, visto que vendem para o PAA, PNAE, Quartel e, também, na feira livre de Ponta Porã.

Sobre a configuração atual do lote, Maria nos conta que atualmente a família trabalha apenas no sítio, principalmente na horta, mas que quando ficaram sem o projeto do PAA, o marido saiu para trabalhar fora fazendo diárias em serviços variados no campo. Ela produzia bem pouco e o fruto – quiabo, milho verde e leite – dessa produção era vendido a outros.

A entrevistada Neuza tem 39 anos, de cor parda, seu grau de escolaridade é o quinto ano do ensino fundamental, é casada e tem duas filhas. Contando com ela, quatro pessoas moram na casa, as duas filhas e o marido, e sua renda mensal varia de um salário e meio a dois salários, composta pelo benefício da bolsa família e pela venda da produção familiar na feira de Ponta Porã e aos atravessadores. Anteriormente aos cortes no investimento do PAA, escoavam o que produziam ao PAA, porém hoje não acessam mais esse benefício.

O plantio atual da família é de milho verde, quiabo, mandioca e abóbora. Contribuem para a renda ela, a filha mais velha e o marido. Na época de colheita da melancia ela vende essa cultura na beira da estrada. No período da safra seu marido trabalha fora da unidade familiar, fazendo diárias para os arrendatários do assentamento. Com relação ao serviço do sítio, toda a colheita, embalagem e venda é Neuza quem faz, o plantio é por conta do marido, e a filha mais velha cuida da casa e da irmã mais nova. Em um arranjo familiar para além da dinâmica de produção agrícola que a sociologia rural convencionou chamar de Pluriatividade (WANDERLEY, 2003).

Carmen tem 59 anos, negra, viúva e com escolaridade no quarto ano do ensino fundamental, têm dois filhos, mas mora sozinha em sua casa. Sua renda mensal provém da horta que ela planta com a ajuda de um contratado permanente, e do leite que ela ordenha todos os dias, duas vezes por dia em seu sítio. Carmen é aposentada e pensionista, trabalha somente no sítio, e como diz ela: “só no sítio, mas no sítio temos muito serviço”. O trabalho familiar é dividido da seguinte maneira: ela tem uma pessoa contratada que a auxilia nos serviços da horta, o valor pago à essa pessoa é dividido com seu filho que mora perto dela, e o lucro da horta é dividido com o filho. Os demais afazeres como ordenhar, entregar leite, cuidar da casa e do pomar ela faz sozinha.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Felipe é um senhor de 72 anos, que se considera pardo, estudou até o segundo ano do ensino fundamental, é casado e tem oito filhos sendo que dois destes são falecidos e dos seis filhos vivos apenas uma é mulher. Residem em sua casa apenas ele e a esposa, sua renda mensal provém da aposentadoria que ele e a esposa recebem. Para os serviços no sítio contribuem ele e a esposa e também a filha mulher que vive próximo a eles, mas como ele mesmo frisa: "sou eu quem faz a maioria dos *cuidos* no sítio". Sua principal fonte de renda são as aposentadorias e a renda da soja proveniente do arrendamento da área coletiva. Ele trabalha somente no sítio, quando precisa de ajuda com os afazeres diários, chama sua filha ou paga diária para alguém.

Bruno tem 44 anos, de cor branca, ensino médio completo, casado e não tem filhos. Mora com sua esposa no sítio, os dois trabalham fora do sítio, ele como motorista de escolar e ela como professora da rede municipal e estadual de ensino, sua renda mensal é de 2 a 3 salários-mínimos, segundo ele, se faz necessário buscar trabalho fora para complementar a renda do sítio, que provém da horta que entrega para o PAA e da renda da área coletiva. Não são beneficiários de nenhum programa de transferência de renda, a maior parte da renda vem de fora do sítio, e os serviços da horta cabem à ele, pois a esposa trabalha todos os dias de manhã e à tarde.

O último a ser entrevistado foi Alex, de 48 anos, considera-se pardo, é casado e tem um filho, moram na casa ele, a esposa e o filho. A renda mensal, segundo ele, "varia muito", pois dependem das entregas que fazem. Alex, trabalha com produtos orgânicos, ele tem o certificado da APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul), e mesmo sendo do grupo prioritário, teve medo de não acessar novamente o PAA. Este produtor é aposentado por doença, então quem cuida dos afazeres do sítio são sua esposa e filho, ele fica mais com a parte burocrática e de papelada, faz entregas e se encarrega de manter sempre toda a documentação em dia. As fontes de renda da família são a horta e o benefício que ele recebe, nenhum integrante da família trabalha fora do sítio.

Nas entrevistas realizadas alguns aspectos chamaram atenção. O primeiro deles é que dos seis entrevistados, apenas o filho de um deles trabalha ativamente nos serviços do sítio, nos demais casos o filho só ajuda quando realmente se precisa, e duas pessoas relataram não haver a ajuda deles no sítio. Ainda sobre esse ponto, majoritariamente cabe às filhas mulheres o serviço doméstico – que é visto como ajuda, e não como trabalho -, como limpar a casa e fazer almoço, por exemplo. Outro ponto importante a ser destacado é o grau de escolaridade dos entrevistados, apenas dois tem o ensino médio e só um deles tem o ensino médio completo, os demais possuem o ensino fundamental incompleto, há inclusive um deles que tem apenas o segundo ano do ensino fundamental.

A maior parte dos entrevistados recebe um salário-mínimo e meio, sendo esta variável para mais ou para menos, dependendo das atividades desenvolvidas no sítio. Apenas um deles não recebe benefício nenhum de transferência de renda, ressaltando assim a importância destes benefícios para as minorias.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Sobre os impactos dos cortes do PAA, os relatos abaixo apontam como os assentados enxergaram esse processo. Assim, a entrevistada Maria afirma que a primeira reação foi de tristeza, nas palavras dela:

> "Nossa, deu uma tristeza muito grande, porque dali vem a fonte de renda, dali vem o sustento, e outra, muita perda de alimento porque você está no ritmo com muita produção e de repente o governo corta a verba, fiquei um ano com minha horta abandonada, não tinha quase nada, acredito que não só eu, mas todos os produtores, então, foi assim um choque" (Entrevistada Maria, 36 anos, Assentamento Itamarati)

Segundo ela, o sentimento que prevaleceu foi o de negatividade, de miséria, pois ela contava com aquela renda mensal no orçamento, e a partir do momento em que ela não teve mais aquela renda, em um momento de desespero, pensou em arrendar o lote para a lavoura[4], mas ficou com medo pois a partir do momento em que se arrenda o lote, a terra é sua, mas está alugada para outra pessoa, então a pessoa faz o que quiser com o espaço. Como Maria e seu esposo tinham gado de leite e de corte, ao invés de arrendar a terra ficaram com o gado e seguiram plantando, principalmente quiabo e milho verde, destinando a venda do produto de casa em casa, como ambulantes -assim como era antes de ter o PAA.

A desagregação na unidade familiar foi grande, pois o marido teve que sair do lote para trabalhar fora, como forma de complementar a renda e suprir as necessidades básicas da casa, visto que o retorno pela venda da produção era pequeno. Assim como podemos constatar em sua fala, a pior fase de perda do PAA foi a perda da produção e o esfacelamento de um universo de experiência acumulado com essa política pública.

O entrevistado Felipe relata que sua reação foi muito ruim, pois como com o PAA havia a questão da segurança de entregar o produto e receber o dinheiro, com o corte do mesmo, ele se sentiu desanimado, pois o que pensava plantar "foi por água abaixo". Arrendar o lote estava fora de cogitação, porque segundo ele:

> "Pra falar bem a verdade uma vez eu arrendei e me arrependi, mas me arrependi mesmo, porque daí na verdade além dos venenos que já tem, vem mais veneno, daí pra dentro de casa, e não tem como proibir pois você arrendou e quem planta vai colocar veneno na quantidade que precisar, então der o que der. Se Deus abençoar nunca mais quero arrendar aqui" (Entrevistado Felipe, 72 anos, Assentamento Itamarati)

Ele relata que tudo o que ele produzia para vender ainda segue produzindo, porém em menor escala, somente para subsistência, pois as mudanças sentidas na parte financeira foram

4 Lavoura de Soja

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

substanciais, e assim como todos os demais entrevistados, ele conta que o PAA é uma venda segura, um lucro certo, e que com o corte de verbas e a suspensão temporária do programa ele ficou sem aquele dinheiro extra no mês.

O incentivo a seguir produzindo é a satisfação de ver a fartura na mesa, ter sempre bastante alimento para a família e também para os animais, este, segundo Felipe, é o maior incentivo que ele tem em seguir produzindo. A cooperativa não encontrou outra colocação para os produtos dele, mas ele conta que não considera perda na produção, pois todo o excedente – que não iria consumir e que não poderia mais vender para o PAA – ele deu como alimento para os animais, como porcos, galinhas e as vacas, e que estes animais depois serão consumidos pela família. Então, sob esse ponto de vista, ele não considera como perda essa interrupção do PAA.

Os relatos apontam como é frágil o elo dos produtores com essa política pública, estando, estes, numa situação muito delicada, na hipótese de os projetos não vingarem ou os contratos diminuírem. São questões que precisam ser ajustadas. Como forma de resistência, diante da política de enfraquecimento do campo com o corte dos créditos rurais, os produtores mostraram solidariedade e empatia com os seus vizinhos, buscando soluções em conjunto – como a venda nos mercados locais e vendas a pessoas que fazem a revenda dos produtos – a fim de que todos se beneficiem.

Todos os entrevistados descrevem o PAA basicamente da mesma forma: uma política pública de extrema importância para a agricultura familiar, para as famílias tanto as que entregam, quanto as que recebem os produtos. Alex diz: “acreditar que o PAA não irá se sustentar por muito tempo, pois o corte tem sido drástico e a tendência é piorar”.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos analisar a política pública do PAA e o impacto dos cortes de verbas nas famílias assentadas que acessaram este programa, apontando, assim, para os dilemas vivenciados pelos assentados desde então.

Compreendemos com o decorrer da pesquisa que o PAA vem sofrendo cortes drásticos em decorrência de várias questões, como as mudanças de governos e os persistentes “contingenciamentos” dos recursos destinados ao programa. Contudo, foi a partir da ascensão de Temer ao Planalto em 2016 que as incertezas com relação à essa política pública aumentaram. Devido às incertezas, a vida dos assentados no campo também se torna uma incerteza, pois sem este programa muitos precisam deixar os lotes e buscar outras fontes de renda fora dos mesmos.

Ademais, todos os assentados concordaram que o PAA é uma política de extrema importância para os assentamentos, pois é uma espécie de porta de entrada para outros programas institucionais, como o PNAE e parcerias com os quartéis, por exemplo, e que estes aumentam

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

consideravelmente a verba mensal das famílias e, consequentemente, a qualidade de vida das mesmas.

De fato, o PAA é uma política de extrema importância para a vida e a manutenção tanto dos assentamentos quanto da agricultura familiar, e que sem esta política pública os mesmos tendem a ficar em uma situação de vulnerabilidade social.

Como uma agenda de pesquisa futura, acreditamos que novos trabalhos precisam ser efetivados na busca por deslindar a cadeia do PAA nos assentamentos afora, desde as hortas dos produtores, passando pelas cooperativas, pelo BAM até chegar ao seu destino final que são as famílias de baixa renda que se alimentam destes produtos. Outro tema interessante a ser pesquisado é o papel das cooperativas neste processo todo, como elas ajudam os produtores e como estas são prejudicadas pelos cortes e quais as medidas que seriam possíveis serem tomadas para amenizar os impactos tanto para a cooperativa quanto para as famílias.

Há ainda um terceiro ponto de extrema importância, que diz respeito ao papel assumido pelos movimentos sociais nesse processo: Como se efetiva a ajuda aos produtores e de que maneira estão envolvidos? Qual é o seu papel social nos assentamentos com relação às políticas públicas? São questões que precisam ser elucidadas à luz do debate entre a teoria e a concretude da vida desses milhares de assentados da reforma agrária.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi possível graças ao financiamento da bolsa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Referências bibliográficas

ALENCAR, Daiane. As políticas públicas de reforma agrária: desdobramentos no Assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS. 2018. **Tese.** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS., 2018. (Publicado na internet). Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/401> Acesso em: 30 abr. 2019.

CONAB. Site de transparência pública da CONAB. **Disponível em:** https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar Acesso em: 24 de maio de 2022

____. http://portaltransparencia.gov.br/orgaos/22211-companhia-nacional-de abastecimento Acesso em: 21 de janeiro de 2019

DOMINGUES, José Mauricio. **Sociologia e modernidade:** para entender a sociedade contemopânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

DRAIBE, Sônia Miriam. Estado de Bem-Estar Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**.** In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro – RJ. FIOCRUZ, 2007.

GRISA, Catia; SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HELING, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Euclides Reuter de; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; GABRIEL, Andrea Maria Araújo de; MAGALHÃES, Angelica Margarete; SOUZA, Alberto Giovani de; PEREIRA, Taís Lemos. Programa de aquisição de alimentos em MS: soberania alimentar, crise e perspectivas de superação. **Realização, Revista Online de Extensão e Cultura**., Dourados, v. 4, n. 7, p. 51-78, jul. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/7252>. Acesso em: 20 jul. 2019.

JOHNSON, Guillermo Alfredo. Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização. In: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (orgs.). **Direitos Humanos, diversidade e movimentos sociais:** um diálogo necessário**.** Dourados: Ed. UFGD, 2011.

MDA. Políticas Públicas para Agricultura Familiar, **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MDS), 2019. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e. Acessado em 08 de julho de 2019.

MÜLLER, Ana. Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil***:* o caso do Programa de aquisição de alimentos. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS., 2007. (Publicado na internet). disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), 2019. Disponível em: < http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-renda/>. Acessado em 08 de julho de 2019.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, pp. 42-61.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Reflexões sobre o saber local e o saber ocidental dominante: alternativas e destruição da biodiversidade

Reflections on local knowledge and dominant western knowledge: alternatives and destruction of biodiversity

Reflexiones sobre el conocimiento local y el conocimiento occidental dominante: alternativas y destrucción de la biodiversidad

Jaqueline Pardinho Braz
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS)/ Faculdade de Ciências Humanas(FCH), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS, Brasil,
E-mail: jaqueline.braz051@academico.ufgd.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4232-3214

Katiuscia Moreno Galhera
Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) / Faculdade de Ciências Humanas(FCH), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora em Ciência Política (UNICAMP) Dourados, MS, Brasil,
E-mail: katiuscia.mg1@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5790-0913

Resumo: O presente artigo é de reflexão teórica, fruto da necessidade de se debater em torno das formas de saber e suas implicações. O objetivo consiste em apresentar o saber local e suas alternativas ao desenvolvimento, frente ao saber ocidental dominante, construído e reproduzido como superior aos demais saberes. Como resultado desse processo, o saber que se julga dominante/ oficial acaba por gerar um tipo de monocultura da mente, o qual implica em limitações na sua estrutura e favorece a destruição da biodiversidade nas comunidades locais motivando, ainda, o discurso da maximização do lucro. Diante desse cenário, é necessário reconhecer e resgatar os saberes locais, como solução aos problemas causados pela lógica dominante. Esse trabalho se insere dentro de uma perspectiva teórica, e sua realização se deu por meio de uma revisão bibliográfica. Para isso, foram considerados autores que abordam a temática, como a Vandana Shiva que tratará a Monocultura da Mente. Os resultados e discussões aqui apresentados visam contribuir com as discussões existentes acerca da temática.

Palavras-chave: Saber Local. Saber Ocidental Dominante. Biodiversidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Abstract: This article is a theoretical reflection, the result of the need to debate around the ways of knowing and their implications. The objective is to present local knowledge and its alternatives to development, in the face of dominant western knowledge, constructed and reproduced as superior to other knowledge. As a result of this process, the knowledge that is considered dominant/official ends up generating a type of monoculture of the mind, which implies limitations in its structure and favors the destruction of biodiversity in local communities, also motivating the discourse of profit maximization. . Given this scenario, it is necessary to recognize and rescue local knowledge as a solution to the problems caused by the dominant logic. This work is part of a theoretical perspective, and its accomplishment took place through a bibliographic review. For this, authors who approach the theme were considered, such as Vandana Shiva who will deal with the Monoculture of the Mind. The results and discussions presented here aim to contribute to the existing discussions on the subject.

Keywords: Know Location. Dominant Western Knowledge. Biodiversity.

Resumen: Este artículo es una reflexión teórica, fruto de la necesidad de debatir en torno a los modos de conocer y sus implicaciones. El objetivo es presentar los saberes locales y sus alternativas de desarrollo, frente a los saberes occidentales dominantes, construidos y reproducidos como superiores a otros saberes. Como resultado de este proceso, el conocimiento que se considera dominante/oficial termina generando una especie de monocultivo de la mente, lo que implica limitaciones en su estructura y favorece la destrucción de la biodiversidad en las comunidades locales, motivando además el discurso de maximización de ganancias. Ante este escenario, es necesario reconocer y rescatar los saberes locales como solución a los problemas ocasionados por la lógica dominante. Este trabajo se enmarca en una perspectiva teórica, y su realización se dio a través de una revisión bibliográfica. Para ello, se consideraron autores que abordan el tema, como Vandana Shiva que tratará el Monocultivo de la Mente. Los resultados y discusiones aquí presentados pretenden contribuir a las discusiones existentes sobre el tema.

Palabras Clave: Conoce Ubicación. Conocimiento occidental dominante. Biodiversidad.

Data de recebimento: 04/11/2021
Data de aprovação: 30/06/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15349

Introdução

A partir de uma perspectiva que busca problematizar a construção do saber e suas implicações na construção da realidade social, proponho um recorte bibliográfico do trabalho da Vandana Shiva, e de outros autores, a fim de se compreender como o saber ocidental desenvolveu de forma singular e não-plural uma interpretação do mundo cultivada por seu viés.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Nesse sentido, apresento uma reflexão sobre o saber local e o saber ocidental dominante. De forma inicial, podemos afirmar que o saber local se constitui como uma herança dos povos nativos, sendo praticado nas comunidades locais e numa dinâmica de vida mais coletiva. Concretamente, a historiografia e bibliografia a respeito da construção e episteme do saber, tem apontado que a construção do saber emanada desses espaços possui uma vinculação com o mundo que o cerca, criando, assim, uma rede de relações entre os seres humanos e a natureza, e, consequentemente, a manutenção da biodiversidade das florestas.

Assim, tem-se que o saber ocidental dominante se fixou ao longo dos processos históricos, colonizando não somente a mente, mas a agricultura e as florestas. Em uma palavra: criou uma nova forma de pensar o mundo, uma racionalização condicionada às questões pragmáticas. Ademais, esse discurso foi acompanhado de ações de violência, de invisibilidade e de negação dos saberes locais, para se revelar, então, como saber único, universal e verdadeiro, desconsiderando todos os demais.

Por fim, aponto as possibilidades que o saber local apresenta, como uma outra possibilidade de relação com o mundo e, também, como uma solução para a destruição da biodiversidade. Nessa perspectiva, o saber local é uma forma de saber que se opõe à razão ocidental. É um saber dialógico e horizontal, propositor de novas realidades e relações sociais.

Nesse fito, o saber local é uma alternativa de vida frente ao saber ocidental dominante, construído e reproduzido como superior aos demais saberes. Como metodologia utilizamos a revisão bibliográfica em que o eixo central gira em torno das ideias desenvolvidas pela Vandana Shiva. Contudo, também foram considerados outros autores que tratam da temática como Alberto Acosta (2016), Carlos Eduardo Araújo (2020), Lorena Cabnal (2018), Enrique Dussel (2005), Miriam Lang (2016), Walter Mignolo (2005) e Manuel Tavares (2018).

Resultados e discussões

Refletir sobre o saber, e a forma com que este se construiu, se torna um exercício de compreensão da própria formação social do mundo moderno que, desde sempre, se assentou em bases de uma racionalidade ancorada na crença da ciência. Assim, o início dessa discussão pressupõe uma breve exposição sobre em que bases se assenta os dois tipos de saberes: o saber local e o saber ocidental dominante, e como estes se diferenciam e criam mundos distintos.

O saber local ou tradicional, praticada na agricultura familiar ou nas comunidades locais, revela um modo de vida em harmonia com a natureza, em consonância e, oriundas, dos povos nativos. Já o saber ocidental dominante apresenta uma perspectiva própria das sociedades “modernas”, que vivenciaram um alto processo de separação do mundo natural em que a natureza, se revela, como um mundo a se dominar, a se manipular. Nesse caso, os

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

recursos naturais, o lado intelectual e o corpo dos seres humanos são utilizados para a aquisição de lucro, isso porque "[...] uma vez que as sociedades originárias optam por fazer da história um tempo que foi feito para durar, permanecer; enquanto que as sociedades modernas optam por fazer da concepção de história aquilo que existe para mudar, inovar. " (ARAÚJO; SÁ; ALMEIDA, 2020, p.5).

As comunidades cuja unidade e centralidade da vida se baseavam no saber local - que era valorizado e utilizado em seu cotidiano – tinham neste a ferramenta de interpretação do mundo e relação com o natural. Além do mais, esse era o único tipo de saber conhecido que oportunizava a tradução dos mistérios da natureza e a sobrevivência de seu grupo familiar.

Contudo, com o advento da complexificação das sociedades e a transição cada vez mais acelerada das sociedades rurais/étnicas para sociedades urbano-industriais, o saber tradicional/ local passa a "perder" influência na explicação dos fenômenos naturais e o saber/conhecimento passa a ser avaliado como único e verdadeiro, o saber ocidental dominante. Nessa nova matriz elucidativa, é como se todos os outros saberes não fossem válidos, e a razão passa a ser o elo explicativo nas sociedades do "conhecimento": "[...] diz-se que vivemos hoje numa "sociedade do conhecimento", quando, de fato, todas as sociedades foram e são sociedades do conhecimento" (ARAÚJO; SÁ; ALMEIDA, 2020, p.3).

No tocante aos países de formação colonial, destaca-se que esse processo de mudança na matriz do saber se intensificou sobremodo, visto que o saber local sofreu uma profunda desvalorização dos colonizadores europeus, tendo sido "arrancada" toda a estrutura local e transferida para o império. Isso leva-nos a refletir, portanto, que a colonização se processou sobre diversas formas de violência e transformou a diversidade humana e ambiental em monoculturas. Conforme aponta Shiva:

> A riqueza da Europa na era colonial baseou-se em grande medida na transferência de recursos biológicos das colônias para os centros de poder imperialista e na substituição da biodiversidade das colônias por monoculturas de matérias primas para a indústria europeia. " (SHIVA, 2003, p.100).

Seguidamente a esse processo, o saber local enfrentou outras investidas, tanto no campo econômico, como na dimensão cultural, por meio de transformações sociais que não provocaram mudanças, mas que reificaram estruturas, como ocorreu com a Revolução Verde, a Revolução Industrial entre outros. É nesse contexto de luta entre saberes, que o saber ocidental se torna o saber dominante. Contudo, destaca-se aqui de forma crítica, que esse novo tipo de saber também é um saber local, pois enfatiza a cultura de uma determinada sociedade, a ocidental. Essa que se espalhou por meio de uma colonização intelectual, como pontua Shiva (2003, p. 21) "No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero."

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Segundo a autora, a forma como o saber ocidental dominante é estruturado e legitimado gera desigualdades e dominação pois, a permanência de um, pressupõe a inferioridade/ instabilidade do outro. Assim, o saber local é marginalizado porque nessa agenda unilateral não há espaço para alternativas, pois é necessário e eficaz que apenas um saber se sobreponha aos demais - visto pretender-se ser universal: "[...] como uma tradição universal, inerentemente superior aos sistemas locais" (SHIVA, 2003, p.22). Para isso foi preciso esquematizar planos para arrancar o saber local do cenário, dentre elas está a invisibilidade, apontada como "O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não os consideras um saber" (SHIVA, 2003, p.22).

O saber ocidental dominante usou-se de violência e deturpação para se vingar como saber único, universal e científico, avaliando as comunidades locais como obstáculos para a modernidade e agindo como preciso fosse, para a derrubar. Dussel, aborda a estratégia utilizada: "Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização. " (DUSSEL, 2005, p.29).

Seguindo essa linha de raciocínio, Shiva (2003), aponta que sendo único, universal e científico, será considerado com sacralidade ou imunidade social. Esse novo saber, pretende-se superior as demais e, como afirma Tavares, "Nenhuma cultura pode autodesignar-se como superior e mais importante do que outra nem se considerar como detentora de uma visão única e verdadeira do mundo. " (TAVARES, 2013, p.199). Assim, não existe um saber que pode ser autodesignar como melhor.

Nesse modelo de saber não há a necessidade de contestação, o mesmo não deve ser avaliado, o que faz com que se elimine as alternativas ao modelo imposto e, dessa forma, "[...] o sistema dominante cria seu monopólio exclusivo". (SHIVA, 2003, p.24). Uma outra característica que Shiva aponta na construção do saber dominante, é que ele não exclui apenas a comunidade do processo de construção do conhecimento, mas as próprias pessoas e suas histórias: "Nunca se perguntou às pessoas implicadas se queriam viver esse tipo de vida capitalista moderna." (LANG,2016, p.30).

Além da invisibilidade como prática excludente, o saber ocidental dominante acaba aniquilando ou extinguindo a manifestação do saber local. Apaga sua história, a sua memória e, ainda leva em consideração apenas um lado, essa mesma história que se torna verdadeira e vigente, como afirma o autor "O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado. (MIGNOLO, 2005, p.37-38). Essa história contada de um lado só resulta na propagação e na crença como a verdadeira.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Conforme Shiva, esse saber, portanto, cria no saber local rachaduras e fragmentações. Disso resulta no monopólio da mente:

> Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço de alternativas locais, de forma muito semelhante á das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante á introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies. (SHIVA, 2003, p.25).

A ideia de monocultura mental se mostra interessante e, ao mesmo tempo, provocativa, visto instaurar uma premissa: é possível que o modo de vida capitalista e sua centralidade na razão, tenha, também, criado as condições próprias de "podamento" do pensar humano? Uma razoabilidade no direcionamento da resposta é que, a despeito de qualquer consequência, o modo de produção capitalista e sua forma de organização social e do saber, representa, por si, uma forma particular de pensar mediada não mais pelo tempo histórico, da natureza, mas pela necessidade reativa dos problemas sociais. Se antes tinha-se um entendimento do todo como um sistema, um saber preocupado com a alimentação, em produzir comida, tem-se, agora, no saber ocidental dominante, uma outra relação e percepção do mundo. Agora há apenas espaço para a destruição e a agressão aos recursos naturais em detrimento da narrativa desenvolvimentista, pois o que importa nesse modelo é o valor comercial das florestas.

Nesse contexto, as florestas e o saber local deixam de ter o seu valor próprio, o valor de diversidade, e se transformam em um tipo de mercadoria e de racionalidade para o capital.

De acordo com Shiva, a floresta que deveria servir de modelo sustentável para a sociedade assume um outro papel, e se insere em um processo inverso em que a fábrica é quem dita como deve ser a floresta, "[...] um sistema de desflorestamento tropical, que transforma a floresta de recurso renovável em recurso não-renovável" (SHIVA, 2003, p.32). No lugar da floresta que produziria vida, agora se produz lucro momentâneo e que logo chegará ao fim.

A floresta como um recurso, que não irá se renovar, logo levará à destruição total da diversidade da fauna e da flora, todavia também das comunidades locais que sobrevivem a partir delas, isso porque " [...] perdem sua capacidade de renovar-se, já que a taxa de extração é muito mais alta do que seus limites ecológicos de renovação" (ACOSTA,2016, p.50).

Assim, para Shiva, isso revela que as comunidades locais se transformam em um lixo descartável no sistema capitalista. É necessário abrir espaços para os que realmente sabem o melhor destino para a floresta, visto que para os grupos dominantes e nos interesses do grande capital "a diversidade tem de ser erradicada como uma erva-daninha, e as monoculturas uniformes - de plantas e pessoas- têm de ser administradas de fora porque não são mais autorreguladas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

e autogeridas". (SHIVA, 2003, p.33). Isso posto, se tem diversidade, para o saber ocidental dominante esta deve ser eliminada.

Conforme a autora, não obstante isso, pode-se elencar dois paradigmas: um que promove a vida e outro que destrói, um que respeita a diversidade, outro que se atenta apenas ao valor comercial, um que renova os sistemas de alimento, solo e de água, outro que busca a maximização do lucro, a produtividade. Destruindo, assim, o que for preciso para alcançar o que se quer. No primeiro caso, tem-se as práticas das comunidades locais e, no segundo caso, o mercado.

Nas comunidades locais ainda há uma variedade de usos das florestas, pois praticam o bom uso dos recursos naturais, em contraponto ao saber ocidental dominante, que busca dominar e subjugar a natureza às demandas da do poderio econômico:

> Assim, enquanto para as tribos e outras comunidades florestais um ecossistema complexo é produtivo em termos de ervas, tubérculos, fibra, patrimônio genético etc., para o explorador reducionista esses componentes do ecossistema das florestas são inúteis, improdutivos, descartáveis. (SHIVA, 2003, p.36).

Shiva (2003) revela, ainda, que a mudança de pensamento no modo de produção capitalista foi tão avassaladora que a própria ideia do que é normal e anormal na relação homem-natureza foi alterado. Assim, a floresta é tida como normal quando ela favorece a maximização do lucro - quando a madeira se torna mercadoria, por exemplo -, ao contrário de quando ela apresenta diversidade, e se torna fonte de alimentos, sem uso comercial, passando a ser considerada como "anormal".

Isso nos revela que a floresta é normal para aumentar a produção, para a uniformidade, e anormal para a diversidade, como a autora aponta, "Portanto, a floresta natural, com toda sua diversidade é vista como "caos". A floresta fabricada pelo homem é a "ordem". (SHIVA, 2003, p.37). A uniformidade esconde e mascara o que o saber ocidental dominante não quer escancarado, pois o que está por detrás é que somente deve-se atenção as espécies que serão comercializadas, aquelas que darão lucro, de forma que "essa silvicultura procura somente espécies utilizadas industrialmente e que podem ser comercializadas com lucro, e avalia a produtividade em termos somente de biomassa industrial e comercial" (SHIVA, 2003, p.38). Há, então, apenas dois resultados para a floresta no sistema capitalista: a madeira – que é aproveitável - e o resto, que transforma em lixo descartável, erva daninha.

A lógica, no mundo capitalista se inverteu e, isso que agora é tido como "erva daninha" é, na realidade, fonte de alimentos, água, fertilizantes naturais e sementes. Contudo a Revolução Verde surgiu e colocou na ilegalidade as sementes e, principalmente, o saber local das comunidades. Para isso, se exerce, inclusive, uma manipulação das formas de organização social humanas, sendo categorizadas como primitivas, inferiores, e que não é útil, tudo que diz

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

respeito às sociedades integradas a natureza. O "moderno", progressista e urbano passa agora a ser sinônimo de produtividade e riqueza do país.

Para a autora não se criou uma monocultura tão-só da mente, todavia a monocultura da agricultura. Essa que enfatiza a uniformidade da produção agrícola, onde no lugar das sementes crioulas, da rotação de culturas, que abarca um sistema inato de proteção a pragas, é substituída pela monocultura de apenas um grão:

> Os sistemas agrícolas tradicionais baseiam-se em sistemas de rotação de culturas de cereais, legumes, sementes, oleaginosas com diversas variedades em cada safra, enquanto o pacote da Revolução Verde baseia-se em monoculturas geneticamente uniformes. (SHIVA, 2003, p.57).

Os sistemas tradicionais, aqueles que zelam pela manutenção dos costumes, pelo cuidado com a terra, pelo trabalho familiar com a alimentação provinda de seu "suor", preocupados com a comida saudável, mesmo produzindo em pequena escala, são, agora, descartados e notificados como impróprios pela dominação da razão ocidental. Nesse novo contexto, ou as sociedades tradicionais se "adaptam" ou morrem de inanição. Isso porque, nesse cenário, são cercadas e condicionadas a migrar para o modelo da monocultura ou tenderão a viver na margem da pobreza e do abandono, em "[...] um mundo dividido entre poucos, os quais têm em excesso, ficando uma multidão à margem dos propalados benefícios do "progresso". (ARAÚJO; SÁ; ALMEIDA, 2020, p.3). Esse mesmo que oferecerá sementes geneticamente modificada, proporcionando assim a produção em larga escala, sem que haja a valorização como ocorre com o trabalho da agricultura familiar.

Na razão ocidental, o saber uniformizante e tecnocrata entra em cena e os modos de vida particulares são colocados em xeque. Para Shiva, a magnitude da "razão tradicional" se releva nas comunidades locais por meio de sua forma de produzir e de uma relação com a natureza baseada em trocas, em que a maior parte do que é utilizado é produzido no próprio local. Em sua maioria, são saberes compartilhados entre as famílias, com um intenso sistema de trocas, diferente do que ocorre na monocultura, em que se compra as sementes e os fertilizantes, sem nem mesmo conhecer a sua origem. Para a autora "Os sistemas nativos de cultivo baseiam-se exclusivamente nos insumos orgânicos internos. As sementes vêm da fazenda, a fertilidade do solo vem da fazenda e o controle de pragas é feito com mistura de safras" (SHIVA, 2003, p.58). Podemos dizer que nas comunidades locais a produção é, em grande parte, autossuficiente.

Assim, no saber local há uma diversidade de uso dos produtos, aproveitados tanto para a alimentação humana como para a dos animais, para o artesanato, utilizadas também como medicamentos. E as "variedades" criadas pelo saber ocidental dominante, pelas empresas transnacionais que financia a monocultura e o agronegócio, são produzidas para e pela elite a fim de uniformizar o campo, o saber, a produção e a relação com a terra.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A monocultura da mente nos leva a crer que não há alternativas, que há somente a hegemonia do sistema capitalista e que não há o que se fazer, contudo as contradições desse próprio modelo têm levado cada vez mais a um questionamento do mesmo. Para Shiva:

> Quando usamos a palavra hegemonia para nos referirmos ao sistema capitalista, acabamos legitimando esse modelo e desconsiderando outras formas de fazer economia. Também pela epistemologia da palavra, a gente nota que o que está em jogo nessa disputa ideológica é a nossa forma de viver, de fazer política, de ter etc. A gente pensa que sempre foi assim, que não há o que fazer. Temos muito essa sensação, e é exatamente isso que o capitalismo quer: que a gente pense que não há outra alternativa. Por isso, é preciso conhecer e combater radicalmente ao capitalismo, não há outro caminho para nós. (CABNAL, 2018, p.33).

A monocultura pode resultar na produtividade a curto prazo, mas ela destrói a si mesma, visto ser algo insustentável a longo prazo, pois não extingue a diversidade, o solo, a água e o ar, mas, como afirma a autora, ", a uniformidade destrói as condições de renovação dos ecossistemas florestais e é ecologicamente insustentável" (SHIVA, 2003, p,68). Nesse modelo uniforme, há apenas uma colheita, a grande colheita, apenas um grão, não há safra para alimentação da comunidade local, somente para a exportação. Isso se revela em todas as fases do sistema monocultor, desde o período colonial com a ação capitalista além da Europa, até os dias atuais com as inversões no Sul global.

Prosseguindo na reflexão, Shiva aponta que como se não bastasse a monocultura da mente e da agricultura, injetam a monocultura da floresta: o eucalipto, a árvore milagrosa. Essa espécie que suga toda a água e os nutrientes do solo, que não resulta na diversidade de uso como nas florestas naturais. Vejamos abaixo a consequência:

> [...] as necessidades absurdas que o eucalipto tem de nutrientes e água não deixam nada no solo além de terpenos que, por sua vez, inibem o crescimento de outras plantas e são tóxicos para organismos do solo responsáveis por sua fertilidade e pela melhoria de sua estrutura. (SHIVA, 2003, p.73-74).

A árvore milagrosa, não trouxe nenhum milagre, além de destruição da diversidade e a propagação de pragas e doenças para as comunidades locais, que levam cada vez mais a utilização de inseticidas em suas plantações. As produções da agricultura familiar são obrigadas a construir barreiras naturais para inibir a ação do veneno em seus alimentos. Além do mais, essa ação violenta e persistente do sistema monocultor contra a agricultura familiar tem, como consequência, gerado nas populações dificuldades de manutenção da reprodução do modo de vida de suas famílias e comunidades, porque são exprimidos pela força da monocultura. De forma que sua existência é negada, são invisíveis, posto que o " pensamento ocidental afirmou a sua identidade ao longo do tempo por meio da negação do outro, do diferente" (TAVARES, 2013, p.201).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

As formas de sociabilidades instituídas pela razão ocidental criaram a ideia de que tudo o que é necessário para a vivência humana só pode ser advindo das fábricas, são contabilizados em dólares, como afirma a autora, "[...] é produzido nas fábricas de substâncias químicas e que a produtividade agrícola só pode ser medida por meio de mercadorias vendidas" (SHIVA, 2003, p.77). O saber local e o saber ocidental dominante não se divergem apenas pela produtividade agrícola, são sistemas que representam lados opostos de visão de mundo, de acesso ao poder, de acesso a riqueza, como expõe a autora:

> As implicações políticas do sistema de saber dominante são incompatíveis com a igualdade e a justiça. Rompe com a coesão no seio das comunidades locais e polariza a sociedade entre os que têm acesso a ele e os que não têm, tanto em relação aos sistemas de saber quanto ao sistema de poder (SHIVA, 2003, p.77).

Conforme a autora apresenta acima, o saber ocidental dominante excluiu o ser humano, posto que para continuar a existir precisa passar por cima da cultura, da política, etc., contudo é um processo estruturado e legitimado que se torna natural e homogêneo. Onde a sociedade vive nele e sem perceber o reproduz em seu padrão de vida.

A biodiversidade, aquela praticada pelas comunidades locais, que tiram seu sustento da natureza e tem sua própria forma de saber, estão sob fortes ameaças. Essa não é a violência praticada pela monocultura, para afastar as populações. É uma ameaça, resultado da não renovação das florestas: são ameaças de extinção, como relata "[...] todas as florestas tropicais cercadas serão derrubadas em 177 anos" (SHIVA, 2003, p.86 apud FAO, 1981). Quando isso ocorrer, será com a geração futura e para o saber ocidental dominante isso não está em suas preocupações.

Há duas causas para essa ameaça: a destruição do habitat pelos projetos de construção de represas, rodovias e mineração nos locais de florestas e, a segunda, é a destruição da biodiversidade substituída pela monocultura na agricultura, na pesca, na criação de animais e no saber.

Essa lógica precisa ser transformada, essa que desaloja pessoas e destrói a diversidade. É mais do que necessário resgatar os saberes tradicionais para a preservação, posto que a " diversidade não será transformada enquanto a lógica da produção não for transformada" (SHIVA, 2003, p.92). Primeiro, portanto, é necessário focar na transformação da lógica de produção, para não termos consequências desastrosas para a humanidade.

Em conformidade a autora aborda "[...]defender um modo de vida relativamente autossuficiente e resistir a ser espoliado das condições materiais que o tornam possível já representa em si mesmo uma *alternativa ao desenvolvimento*" (LANG, 2016, p.42). A própria resistência ao sistema, é uma alternativa, a resistência em viver de um modo diferente do estabelecido é uma alternativa.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Segundo a mesma autora, o saber ocidental dominante assume os recursos naturais, lucram com ele, sem se quer dividir com os donos originais, além do mais designa uma estrutura legal que assenta esses, como culpados pelo problema que o Norte mesmo criou.

Modifica o que era de pertencimento das comunidades locais, como herança universal e depois os põem para pagar pelo preço de seus desastres, " [...] para que reconheçam esses recursos como "herança universal, a fim de lhes garantir o livre acesso às matérias primas" (SHIVA, 2003, p.104). Assim, o saber ocidental dominante coloca o Norte como lugar de sabedoria e as saídas para os problemas, a solução para a preservação, enquanto no Sul estão os recursos naturais e os problemas (a destruição da biodiversidade).

Afinal, o Sul só consome, não produz. Em consonância com isso Lang afirma que "[...] o luxo e a saturação de uns são construídos sobre a espoliação dos outros" (LANG,2016, p.28). Porém, é evidente que o saber local tem a solução dos problemas, todavia o saber ocidental dominante não abre espaço para as comunidades e seus conhecimentos herdados pelos povos originários.

Nesse sentido, "[...] grande parte dos saberes dos quais se valem as sociedades originárias e tradicionais poderiam ser revisitados como um meio de resolver parte dos problemas para os quais as culturas ocidentais não têm solução atualmente" (ARAÚJO; SÁ; ALMEIDA, 2020, p.5).

Entretanto, Shiva aponta que tem chegado o momento de se fazer a reversão do que ameaça a biodiversidade. Já que todos têm direito a vida, como relata a autora, "Todos os seres vivos têm um direito inerente a existência e essa deve ser a razão suprema para não permitir que ocorra a extinção de uma espécie" (SHIVA, 2003, p.111).

É sucinto reconhecer as alternativas de modo de vida, pois "Trata-se de reconhecer e reconstruir uma diversidade de modos de vida – no campo e nas cidades – diante da expansão do modo de vida imperial" (LANG, 2016, p.31). Enfatizar os saberes locais, esses que não são divulgados, esses que não são ouvidos, é a saída.

> Todas as épocas têm seus sábios, mas nem todas as pessoas que produziram conhecimentos relevantes nas diversas culturas tiveram seus nomes divulgados, conhecidos, compartilhados. Na época de Isaac Newton, de Galileu Galilei e de Nicolau Copérnico, certamente, outros saberes estavam sendo construídos sobre os mesmos temas por eles estudados, mesmo que não saibamos onde e quem se dedicou a responder as mesmas perguntas formuladas por Newton, Galileu e Copérnico. (ARAÚJO; SÁ; ALMEIDA, 2020, p.15).

Fazer a justiça social acontecer, tornar vigente a proteção aos direitos democráticos e à vida, não é nada além daquilo que se espera das comunidades em cumprir o seu papel: preservar seus próprios espaços e serem guardiãs das riquezas naturais. É preciso, conforme a autora

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

"Ecologia, justiça e eficiência convergem na biodiversidade [...]" (SHIVA, 2003, p.112). Para Shiva, esses três pontos são essenciais para a biodiversidade se manter viva.

Repensar o saber e a forma com que este se estruturou no ocidente aponta para a realidade de que as comunidades locais são sufocadas e possuem pouca opção de reação. Mas, ainda assim, faz-se necessário assumir uma outra perspectiva e colocar em prática, pensar a vida de forma contrária ao capitalismo ou na ligação dos dois saberes, visando o benefício dos mesmos, como aponta Shiva. A prática, a valorização do convívio humano, da autonomia das comunidades locais, da autogestão, do respeito e a harmonia da natureza, o direito ao alimento, a renda. Viver com solidariedade, empatia.

Considerações finais

Este trabalho, que partiu de uma perspectiva teórica de, a partir da leitura e contribuição de Shiva, analisar a construção do saber ocidental, se propôs a lançar outros olhares par a questão, demonstrando, portanto, que há uma divergência entre o saber local e o saber ocidental dominante, posto serem nada mais que concepções de vida diferentes. O saber local está preocupado com a manutenção e renovação das florestas e da vida, fazendo com que isso dure.

Enquanto o saber ocidental dominante incita em mudar, inovar o saber local, porque o mesmo é visto como primitivo, inferior, e que, portanto, deve-se acreditar somente na sociedade moderna como fonte de conhecimento e como aquela que condiz ao futuro. Contudo, o pensamento de Shiva descontrói essa narrativa e mostra quão problemática pode ser, na medida em que mais esconde do que revela.

Com práticas e ações violentas para arrancar do caminho obstáculos da modernização, e apresentando rachaduras e fragmentações, o saber ocidental parece naufragar, ao invés de "salvar" a humanidade. Shiva aponta, ainda, que mesmo que haja uma tentativa de conduzir as comunidades locais à migração para o modelo dominante, e sua monocultura da mente, das espécies agrícolas, animais e da floresta, isso não tem se efetivado como se supunha. Há resistências.

Shiva aponta que esse não é um caminho viável, se ainda quisermos um mundo para a geração futura. É um modelo que não renova as florestas, que destrói gradativamente a biodiversidade. É necessário resgatar e tornar vigente o saber, os valores tradicionais, esses que tem a preocupação e cuidado com a vida, com a terra e com as florestas.

Referências

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e Neoextrativismo.In: DILGER, Gerhard., LANG, Miriam., PEREIRA, Jorge Filho. **Descolonizar o imaginário**. S.L:Elefante, 2016. (p.46-87).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 124 a 136 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ARAÚJO, Carlos Eduardo., SÁ, Maria José Ribeiro., ALMEIDA, Maria da Conceição. **Para resistir à monocultura da mente: uma ode aos saberes indígenas.** Educação em Revista. Belo Horizonte, 2020, v.36.

CABNAL, Lorena. Reflexões Coletivas. In: MOURA, Iara., PRAÇA, Marina. **Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao modelo atual de desenvolvimento**. Instituto Pancs, Rio de Janeiro, 2018. (p.23-33).

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericana. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro,2005. (p.24-32).

LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard., LANG, Miriam., PEREIRA, Jorge Filho. **Descolonizar o imaginário**. S.L: Elefante, 2016. (p.24-45).

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, edgardo, **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericana. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. (p.33-49).

SHIVA, Vandana. Biodiversidade: uma perspectiva do Terceiro Mundo. In:----------. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. (p. 85-115).

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente. In:----------. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. (p.21-83).

TAVARES, Manuel. **A Filosofia Andina1: uma interpelação ao pensamento ocidental. Colonialismo, colonialidade e descolonização para uma interdiversidade .de saberes (J. Estermann).** EccoS Revista Científica, núm. 32, septiembre-diciembre, 2013, Universidade Nove de Julho. São Paulo, Brasil.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural[1]

Staying in the countryside: notes on youth, gender, and sexuality in the rural world

Permanecer en el campo: notas sobre juventud, género y sexualidad en el mundo rural

Leonardo Rauta Martins
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, MS, Brasil
E-mail: rauta.martins@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4595-0822

Resumo: As últimas décadas foram marcadas pelo robustecimento dos estudos sobre gênero e juventude rural, destacando-se a transição ocorrida nos estudos de juventude: de uma perspectiva focada na saída dos jovens das áreas rurais para outra centrada na compreensão da permanência desses sujeitos nesses espaços. Como forma de contribuir para esse debate, este texto objetiva discutir o fenômeno da permanência dos jovens no campo a partir da interconexão entre os temas juventude, gênero e sexualidade, demonstrando a importância destas questões na efetivação da permanência da juventude no campo.

Palavras-chave: Permanência no campo. Juventude rural. Gênero e Sexualidade no Rural.

Abstract: The last decades were marked by the strengthening of studies on gender and rural youth, highlighting the transition that occurred in youth studies: from a perspective focused on the departure of young people from rural areas to another focused on understanding their permanence in these spaces. To contribute to this debate, this text aims to discuss the phenomenon of the permanence of young people in the countryside from the interconnection between the issues of youth, gender, and sexuality, demonstrating the importance of these issues in the effectiveness of the permanence of the youth in the rural areas.

Keywords: Stay in the field. Rural youth. Gender and sexuality in rural areas.

1 Uma versão parcial desse texto foi apresentada no Seminário CPDA 40 anos, realizado no Rio de Janeiro, em 2016.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Resumen: Las últimas décadas estuvieron marcadas por el fortalecimiento de los estudios sobre género y juventud rural, destacando la transición que se dio en los estudios de juventud: de una perspectiva centrada en la salida de los jóvenes del ámbito rural a otra enfocada en comprender su permanencia en estos espacios. Como forma de contribuir a este debate, este texto tiene como objetivo discutir el fenómeno de la permanencia de los jóvenes en el campo a partir de la interconexión entre los temas de juventud, género y sexualidad, demostrando la importancia de estos temas en la efectividad de la permanencia de la juventud en el campo.

Palabras Clave: Permanecer en el campo. Juventud rural. Género y sexualidad en zonas rurales.

Data de recebimento: 01/11/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15342

Introdução

O objetivo desse texto é discutir o fenômeno da permanência dos jovens no campo a partir da interconexão entre os temas juventude, gênero e sexualidade no mundo rural. Trata-se de um exercício de revisão da literatura confrontada com dados/análises extraídas de pesquisas realizadas pelo autor em período recente.

De início, sinalizamos o robustecimento do debate sobre questões de gênero e juventude no rural brasileiro. Tal fenômeno pode ser observado tanto em âmbito acadêmico, onde o tema se consolidou como um campo de estudos, quanto em organizações da sociedade civil, cuja atuação obrigou o Estado a reconhecer hierarquias e assimetrias envolvendo mulheres e jovens e assim elaborar e implementar políticas públicas voltadas a cada um desses segmentos.

A discussão acadêmica sobre gênero e juventude no Brasil surge com foco nas situações vividas no espaço urbano, desconsiderando as realidades de mulheres e jovens rurais. Isso a despeito da existência, nos anos de 1980, do debate sobre esses temas no âmbito de organizações sociais rurais. Esse período, inclusive, marca o surgimento das mulheres rurais como um ator social da cena política nacional, a partir das mobilizações em prol do seu reconhecimento como agricultoras de base familiar e, portanto, elegíveis à condição de seguradas da previdência social (FARIA, 2009). No mesmo período, nota-se a reestruturação do processo de organização da juventude do campo, com a fundação da Pastoral da Juventude Rural, em 1983, e a difusão da sua ação no território nacional a partir dos anos de 1990 (PJR, 2013; GALINDO, 2017).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

As mulheres e os jovens rurais, embora já atuantes e organizados, passaram a ser objeto de estudo especialmente a partir dos anos 2000, com a institucionalização de espaços próprios para esse debate no âmbito de importantes movimentos sociais e sindicais rurais, como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (AUTOR, 2019). Diversas ações protagonizadas por esses sujeitos, a partir dos anos 2000, são tributárias desse processo de constituição de coordenações e coletivos, a exemplo das edições da Marcha das Margaridas e dos encontros nacionais e internacionais de juventude rural realizados pelo MST e pela Contag (CASTRO, 2009; WOORTMANN, 2010).

No âmbito dos movimentos sociais, mulheres e jovens desde o início atuaram apoiando-se mutuamente para fazer frente a sujeitos politicamente dominantes dentro dos movimentos, notadamente aos "[...] dirigentes do sexo masculino, que se mantinham nos cargos de decisão a partir dos laços de lealdade e da legitimidade adquirida pela inserção nas origens da organização sindical [...] (GALINDO, 2017, p. 56). O exemplo mais evidente é o da atuação conjunta da Comissão de Mulheres e da Comissão de Jovens da Contag, garantindo não só a introdução de suas demandas na pauta oficial do movimento (a pauta do Grito da Terra Brasil), como a disponibilidade de recursos financeiros para liberação de diretores/as e a realização de ações específicas para mulheres e jovens (GALINDO, 2017).

Por razões diversas, - necessidade de recortes do objeto, políticas de financiamento etc.-, os temas gênero e juventude rural são, a rigor, tratados academicamente de forma separada. Entretanto, em pesquisas recentes que realizamos sobre juventude rural (IPEA, 2017 e AUTOR, 2019) notamos a impossibilidade da separação desses temas, sobretudo quando há o interesse em compreender como se dá a permanência da juventude nas áreas rurais.

O texto está estruturado em quatro seções, descontadas esta introdução e as considerações finais. Na primeira, buscamos construir um panorama do debate de juventude rural no Brasil, com destaque para certas alterações observadas no tratamento desse tema ao longo do tempo, bem como o papel de políticas públicas na permanência desses sujeitos no campo. Na segunda seção, discutimos as relações entre juventude e questões de gênero, tendo como horizonte a permanência dos jovens no campo. Nela, situamos o debate de gênero no rural e alguns de seus limites, bem como exploramos o quadro de assimetrias vivenciado pelas mulheres nesse espaço e os potenciais efeitos desse cenário na construção de projetos de futuro que tenham a permanência no campo como horizonte. Na terceira parte, discutimos alguns determinantes do processo de masculinização e envelhecimento da população rural, tais como a centralização do poder decisório na figura masculina e a dificuldade de as mulheres serem vistas pela família como sucessoras. A quarta seção explora alterações nas relações de gênero vividas no rural em período recente, problematizando o lugar da juventude Lgbtqia+ no mundo rural e os desafios impostos à permanência desses sujeitos no campo. Por fim, a título de considerações finais, retomamos alguns elementos fundamentais à discussão proposta, destacando os limites à autonomia juvenil e feminina impostos pela conjuntura recente.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Juventude rural, políticas públicas e permanência no campo

Os estudos sobre juventude rural têm uma trajetória relativamente recente no Brasil e remontam à segunda metade da década de 1990. No Plano interno, vivíamos os primeiros governos democráticos após uma ditadura militar de 21 anos. Tratava-se de governos neoliberais onde praticamente não existiam políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores, o que tornava a atividade agrícola pouco atrativa aos jovens, colocando a migração para cidade como um caminho a ser seguido pelos filhos de agricultores (CARNEIRO, 1998). Havia uma percepção generalizada, inclusive no âmbito dos movimentos sociais, de que os jovens não queriam permanecer no campo, ou seja, que eles não tinham interesse em suceder os pais nas atividades agrícolas, em tomar conta e desenvolver o negócio familiar (CASTRO, 2005). No plano externo, a Unesco começava a financiar estudos e ações voltadas para a juventude na América Latina, sobretudo ações focadas na ideia de protagonismo juvenil (TAVARES, 2012).

Os primeiros trabalhos sobre juventude rural focalizavam o tema da sucessão rural, processo por meio do qual os mais jovens assumiriam a função de gestão dos pequenos negócios rurais, ocupada até então pelos mais velhos. Essa questão passou a ser discutida no interior de importantes movimentos sociais e sindicais rurais, como o MST e a Contag.

Nesse momento histórico, os anos de 1990, a juventude rural ainda não se constituía um ator político importante. As pautas tradicionais dos movimentos sociais rurais: reforma agrária, política agrícola, trabalho etc., sobressaiam em relação às pautas tidas como "identitárias" (a pauta de mulheres e de juventude). Essa primeira fase dos estudos de juventude rural focalizou a compreensão da saída dos jovens do campo, destacando-se os trabalhos de Abramovay (1998) e CARNEIRO (1998) como precursores.

A partir de 2003, durante governos de centro-esquerda, surge um conjunto de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e campesina, responsável pela melhoria significativa da qualidade de vida da população rural. Observa-se a ampliação das ações de juventude rural no interior de importantes movimentos sociais rurais, como o MST e a Contag, cria-se coordenações, conselhos ou comissões de juventude nos movimentos sociais e nos governos (CASTRO, 2009).

O reconhecimento desses sujeitos Jovens como atores políticos importantes levou a uma mudança de enfoque nos estudos de juventude rural, que passaram a discutir a permanência desses sujeitos no campo, a exemplo de Brumer (2007). Mas qual a diferença entre discutir a saída e discutir a permanência dos jovens no campo? A ênfase no movimento de saída do campo contribui para a invisibilidade daqueles que ficam neste espaço, tanto do ponto de vista social como político. Esta invisibilidade, por sua vez, repercute na definição de investimentos e políticas públicas. Infelizmente, nos estudos atuais sobre permanência dos jovens no campo, notamos ainda como traço comum o tratamento desse fenômeno sob a ótica da excepcionalidade, a despeito das evidências estatísticas mostrarem, como veremos, o aumento das taxas de permanência (AUTOR, 2019).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Em pesquisa realizada anteriormente (IPEA, 2017), recolhemos dados de 1.785 jovens de diversas regiões do país e analisamos os Censos Populacionais de 1980 a 2010. Dessa pesquisa importa destacar dois achados: O primeiro, extraído da análise dos Censos populacionais referidos, consiste no aumento das taxas de permanência dos jovens no campo, sobretudo das mulheres, em quase todas as regiões do país[2]. O segundo achado, extraído da análise de questionários, diz respeito ao fato de que os jovens rurais – mulheres e homens – desejam, em sua maioria, permanecer no campo. Contrário ao senso comum e mesmo certos trabalhos acadêmicos, que associam o aumento da escolaridade à saída do campo, esse desejo de permanência é mais forte entre os jovens mais escolarizados.

A permanência dos jovens no campo é um fenômeno dinâmico e dependente da conjuntura mais ampla de desenvolvimento do país. Esse fenômeno está vinculado a determinantes econômicos, políticos e socioculturais que afetam o desenvolvimento da agricultura familiar e a qualidade de vida dos povos do campo e, por extensão, as decisões juvenis sobre ficar ou sair das áreas rurais.

Entre esses determinantes figuram as políticas públicas de desenvolvimento rural. Os anos 2000 constituem um marco da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, sobretudo daquelas voltadas à agricultura de base familiar. Dentro de uma dinâmica de conciliação de classes, governos petistas conseguiram garantir algumas políticas públicas que elevaram a qualidade de vida no campo (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Isso tornou o país à época uma referência mundial no assunto.

A partir do segundo mandato da presidente Dilma, a crise econômica e política passa afetar o conjunto das políticas públicas, com perdas orçamentárias e descontinuidade de ações. Com a sua deposição e ascensão de um novo grupo político no poder, tem-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicando a perda de relevância das políticas voltadas à agricultura familiar nesse novo contexto.

A eleição do presidente Bolsonaro torna o tema da análise de políticas públicas ainda mais desafiador. Seu governo tem por projeto a redução do papel do Estado nas mais diversas esferas da vida social e o aprofundamento do ajuste fiscal iniciado em anos anteriores (GRISA e NIERDELE, 2021). Há um complicador adicional, pois o governo Bolsonaro é refratário à participação social, lida muito mal com a divergência, com opiniões que não são as mesmas que as suas. E justamente uma das razões do sucesso das políticas públicas implementadas em governos de centro-esquerda no Brasil estava no incentivo dado à participação social, ao controle social desses programas e ações.

2 Comparando os diferentes censos os autores identificaram no censo de 2010 as maiores taxas de permanência:+4,18 entre os jovens (homens) de 15-19 anos, contra +4,65 entre as jovens (mulheres) de mesma coorte jovem; +6,36 entre os jovens de 20-24 anos e +7,77 entre as jovens da mesma coorte; +8,15 entre os jovens de 25-29 anos e +9,25 entre as jovens da mesma coorte.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A melhoria das condições de trabalho, o aumento da renda e a ampliação do poder de consumo são fenômenos que a maior parte da população brasileira experimentou na última década, inclusive a população rural. Não por acaso, registrou-se nesse período um aumento das taxas de permanência dos jovens no campo, possivelmente decorrente do efeito das políticas públicas (VALADARES et al, 2016).

Isso se dá porque os jovens só permanecem no campo quando enxergam ali oportunidades de se desenvolver de forma autônoma. Por isso, o Estado tem o papel fundamental de criar as condições para que os jovens enxerguem o campo enquanto o espaço de realização de seus projetos de vida e futuro. Isso só acontece mediante a criação e a implementação de políticas de acesso à terra, ao crédito, aos mercados, às novas tecnologias e à uma educação diferenciada (AUTOR, 2019).

Políticas de educação relacionam-se diretamente com o fenômeno da permanência dos jovens no campo. A Educação no Brasil converteu-se em um direito dos povos do campo muito recentemente, com a Constituição de 1988. Antes, as escolas concentravam-se basicamente nas cidades e a educação rural padecia de recursos materiais e humanos. Além disso, a educação rural constituía-se uma "adaptação" de conteúdos aplicados no espaço urbano, sem vínculo com a realidade das populações do campo (CALDART, 2009). Uma educação que muitas vezes reproduzia estigmas de inferioridade do campo em relação à cidade, vista historicamente como lugar de progresso, da ciência, da técnica. O rural, em contrapartida, era visto como lugar de atraso, das relações clientelistas e patriarcais.

Como já enunciamos, está enraizada no senso comum a ideia de que fica no campo apenas aqueles que "não deram certos para os estudos", os considerados "incapazes para vida urbana", portanto, menos inteligentes. E mais, que os jovens ao se escolarizarem, automaticamente passam a querer sair do campo em direção às cidades. Romper com essas ideias preconceituosas exige esforço dos movimentos sociais e da academia.

A pesquisa que realizamos em 2017, com jovens agricultores de todas as regiões do país, mostrou que os jovens com maior escolaridade eram aqueles que mais demonstravam interesse em permanecer no campo (IPEA, 2017).

Ainda sobre educação, é importante fazer uma distinção entre educação rural e educação do campo. A educação rural enquanto adaptação de uma estrutura curricular urbana ao espaço rural. A educação do campo enquanto um projeto educativo voltado à emancipação das populações do campo, construída coletivamente desde aquele espaço, articulada às lutas dos movimentos sociais (CALDART, 2009).

A educação do campo se inspira nos escritos de Paulo de Freire e é herdeira de diversas experiências de educação popular construídas ao longo da nossa história. No Brasil, há um movimento que, desde 1997, se organiza e estrutura em torno dessa pauta (ARROYO, 1998).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Muitas são suas conquistas, citamos duas especificamente: a primeira, o reconhecimento por parte do Estado das especificidades da educação do campo e a edição de diversas normativas regulando esse tipo de educação; a segunda, a criação de cursos superiores em educação do campo nas universidades federais, voltados a formação de professores que vão atuar nas escolas do campo.

A educação do campo, concebida pelos movimentos sociais, tem uma intencionalidade política clara: fazer frente ao agronegócio e a sua política de destruição e morte. Isso só será possível com a formação de jovens rurais críticos, que valorizem o espaço em que vivem, que tenham consciência dos processos históricos nos quais estão imersos e que se animem em transformar/mudar essa realidade. O jovem só permanece no campo quando existem as condições objetivas para o seu desenvolvimento autônomo e quando este é educado para valorizar o rural e o seu modo de vida (AUTOR, 2019).

Juventude rural e questões de gênero

Outro elemento importante na discussão sobre permanência dos jovens no campo são as questões de gênero, em especial a posição subalterna ocupada pelas mulheres no interior das unidades produtivas familiares. Essa subalternização é reflexo do patriarcado, entendido enquanto sistema de dominação e exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004). Este tem como forma de operação básica a divisão sexual do trabalho, que opera a partir da diferenciação e hierarquização de atividades tidas como masculinas e femininas: as primeiras, de maior prestígio e melhor remuneração; as demais, de menor prestígio e menor remuneração (PAULILO, 1987).

Ao recuperar parcialmente o debate de gênero no mundo rural, verificamos trabalhos pioneiros nas décadas de 1960 e 1970, guiados por um viés que eclipsava o protagonismo das mulheres em detrimento da importância conferida à família camponesa, esta sim assumida como unidade privilegiada de análise. Deste ponto de vista, são conhecidos os estudos de Chayanov, Tepicht e Galeski. De acordo com Woortmann (2010, p. 11), em Chayanov, "a mulher era subsumida e emcompassada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus e eventuais agregados"; já em Tepicht e Galeski, a "mulher camponesa [...] era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção" (Idem).

Os estudos pioneiros de Moura (1978) e Woortmann (1994) sobre a realidade brasileira se inserem na tradição de estudos acima descrita. A despeito de trazerem questões importantes para pensar o papel da mulher no contexto de uma agricultura de base familiar, possuem limites que são próprios de suas escolhas teóricas. Na realidade, as autoras estão preocupadas com o processo de reprodução social da agricultura familiar, em específico com as questões ligadas à

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

herança e ao parentesco. As mulheres, quando aparecem, são analisadas como objetos tangenciais, envoltas numa dinâmica que transcende a sua própria existência enquanto sujeitos sociais.

Como pondera Woortmann (2010, p. 10), "mesmo antropólogas alicerçadas em teorias da época pouco se detinham na análise do universo feminino ou de gerações numa clara naturalização da ótica masculina", ou seja, quando emerge do espaço privado a que fora submetida "a mulher passa a ser percebida como parte do modelo, ainda que não como sujeito" (Idem).

O "modelo" a que a autora se refere diz respeito à forma como se dá, no interior da família camponesa, a divisão sexual do trabalho e o processo de sucessão rural. Questões estas perceptíveis nos papéis atribuídos a homens e mulheres no interior da unidade produtiva, nos mecanismos de controle e nas hierarquias estabelecidas a partir dos recortes de gênero e geração.

Moura (1978), ao estudar o processo de herança num "bairro camponês", na região sul de Minas Gerais, traz elementos importantes para pensarmos ainda hoje os papéis atribuídos a homens e mulheres nas unidades produtivas de agricultura familiar. De início, constata-se a separação entre o trabalho doméstico e o trabalho na lavoura, o primeiro, atribuído às mulheres e o segundo, aos homens. Instala-se assim a oposição casa-roçado, muito embora se deva destacar a interdependência existente entre estas duas dimensões do trabalho familiar[3].

O trabalho na casa (dito, trabalho reprodutivo), de responsabilidade feminina, envolve, no caso pesquisado pela autora, "a limpeza e a arrumação da casa, o reparo das roupas, o cuidado com os menores e a preparação dos alimentos". Acrescenta-se a isso, "a alimentação das aves, porcos, cães, gatos" (Idem, p. 20-21). Ou seja, compete às mulheres do grupo familiar as tarefas próprias da casa e do quintal adjacente a esta.

O trabalho na roça (dito, trabalho produtivo) é essencialmente masculino. Em geral são estas tarefas as que são tidas como o sustentáculo da unidade produtiva, aquelas geradoras de excedente convertido em renda monetária. Sempre que houver o processamento de um produto e isso implicar tarefa "fora" da unidade produtiva, ou seja, o contato com o espaço público, por meio de processos de negociação, é o homem o responsável. Logo, "negociar é atividade exclusivamente masculina", fenômeno também evidenciado na dinâmica assumida pelo mercado de terras na comunidade em análise (MOURA, 1978, p. 21).

> A mulher atua na casa – a unidade de consumo – onde desempenha um papel complementar ao homem, que atua no âmbito da unidade de produção. Tudo aquilo que se liga ao trabalho com a terra é atribuição deste último. Tudo aquilo que se liga à preparação para o consumo do que esta terra produziu é atribuição da mulher. O fato de a mulher não 'negociar', que se refere quase sempre ao fato de ela não participar de atividades comerciais, mostra apenas uma faceta das muitas atividades que lhe

3 Ao separar estas duas dimensões do trabalho familiar obscurece-se a contribuição feminina em todo o processo produtivo, inclusive dando pouca importância aos cultivos alimentares e aos animais domésticos, em geral mantidos sob a responsabilidade feminina.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> são vedadas; negociar o beneficiamento de um produto (como no caso o arroz) e principalmente 'negociar' a terra. Se a mulher não é responsável por nada que se ligue de modo direito à existência física da terra, como atribuir-lhe a posse ou a propriedade desta mesma terra? É justamente a partir desta lógica que as questões de herança como um problema masculino se tornam inteligíveis. E não se tratará somente de conceder aos homens o poder de decisão ou posições privilegiadas seja nas heranças, seja nas transações parentais de terra, seja aproveitando-se a circunstância de um casamento por comunhão de bens que transfere *de fato* a direção do empreendimento produtivo para mãos masculinas, seja invocando claramente a impossibilidade de uma mulher solteira dirigir este empreendimento, o que justifica automaticamente que seu irmão o faça (Idem, p. 28-29)[4].

Parte da literatura que se seguiu confirmou a separação da unidade produtiva familiar nestas duas esferas interdependentes: a do trabalho "doméstico" e a do trabalho "produtivo"; bem como a supremacia dos homens, à revelia das mulheres, em relação ao domínio e posse da propriedade da terra (PAULILO, 1987; BRUMER, 2004). Estas são questões fundamentais para se pensar processos de migração que historicamente tiveram como protagonistas as mulheres rurais, em especial as mais jovens.

Masculinização e envelhecimento da população rural: questões para pensar o processo de sucessão

Camarano e Abramovay (1999), utilizando bases censitárias de 1950 a 1996, apontam para o caráter progressivo do êxodo rural e os diferentes matizes que este fenômeno sócio histórico assumiu em diversos Censos e regiões geográficas analisadas. Das conclusões, a que se destaca é a ocorrência de um processo de envelhecimento e masculinização do campo nos moldes do ocorrido na França, ainda que em menor intensidade e acrescido de particularidades regionais.

A ideia bourdiesiana de masculinização do campo atuou como pano de fundo em diversas pesquisas brasileiras sobre juventude rural, associando diretamente esta parcela da população à migração e ao êxodo. Há, por força do paradigma bourdiesiano (a sociologia crítica) no qual se assentam tais pesquisas, um reforço à condição subordinada que os indivíduos desempenham ante às estruturas, diminuindo a importância da capacidade de agência dos sujeitos.

Abramovay et al. (1998), ao realizar pesquisa empírica em regiões de agricultura familiar no Sul do Brasil[5], constataram que jovens do sexo masculino possuíam maior interesse em permanecer no campo, sendo este interesse reduzido ou ampliado de acordo com o grau de

4 As estratégias utilizadas por estes camponeses têm por intuito preservar a integridade dos patrimônios familiares em face da sua numerosa prole, ou seja, preservar a unidade produtiva familiar do fracionamento entre os vários herdeiros, garantindo, desse modo, a sua viabilidade econômica.

5 Contexto marcado pela presença de unidades produtivas de base familiar, descendentes de migrantes majoritariamente italianos.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

consolidação da unidade produtiva familiar[6]. Ou seja, quanto maior a estrutura e mais rentável as atividades rurais ou não-agrícolas desenvolvidas pelo conjunto familiar maior era o interesse em permanecer na propriedade ou ter projetos de futuro que envolvessem o campo. Quanto mais pauperizada a unidade produtiva, menor o interesse em permanecer no campo. Tal questão era determinante tanto para rapazes quanto para moças.

Ao que parece, duas questões se entrecruzavam no universo investigado por Abramovay: a primeira, as diferentes expectativas acerca da permanência no campo em rapazes e moças; a segunda, a influência das condições materiais de existência na formulação dos projetos de futuro e expectativas dos/das jovens. Contrariando a ideia de que "fica na terra o menos apto aos estudos", a maioria dos jovens rurais destacava a importância da educação formal, ao menos da conclusão do ensino básico ou de um curso técnico em agropecuária, bem como de processos formativos complementares (cursos oferecidos pelo Sistema S, organizações sociais etc.).

Cabe salientar que o poder paterno é um elemento estruturante da dinâmica da agricultura familiar, ele (o pai) é que dispõe sobre o que e como produzir na terra, bem como decide acerca de uma eventual divisão dos dividendos auferidos pelo trabalho de todos. No que se refere especificamente à "recompensa'' dos filhos pelo trabalho na propriedade observa-se que "em apenas 11,32% dos casos "existe uma conta única com divisão de sobras". Em 43,40% dos casos o filho 'tem que pedir dinheiro a cada vez que precisa', e em outros 28,30% 'o pai decide e toma iniciativa de dar dinheiro a seu critério' [...]" (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 70). Desta forma, fica nítido o caráter quase absoluto do poder paterno sobre o conjunto da família, em especial sobre as mulheres e os jovens.

Se os rapazes, inseridos na dinâmica do trabalho produtivo e, logo, gerador de renda, possuem dificuldades em ter recursos próprios para gastos pessoais, o que se dirá das mulheres ocupadas desde a infância no trabalho reprodutivo ou doméstico? Tal assunto não é abordado diretamente pelo autor, mas, inferimos seja uma questão ainda mais problemática no qual os recortes de gênero e geração operariam, simultaneamente, como desvantagens a esses sujeitos.

Há de se destacar ainda que 64,9% dos pais preferem que os filhos homens permaneçam no campo; a preferência pela permanência das moças é bem menor, 48,1%. Na realidade, há um conjunto de questões inerentes à dinâmica da agricultura familiar que se constituem ainda hoje "fatores de expulsão das mulheres do campo" (Idem, p. 75). O processo de sucessão, que envolve a passagem do controle da unidade produtiva às novas gerações, focaliza essencialmente os rapazes; as mulheres não são, a rigor, encaradas como possíveis sucessoras. Sua permanência na atividade agrícola se dá, costumeiramente, como dependente de alguém do sexo masculino, este sim, responsável pela unidade produtiva (o pai, o irmão ou o marido).

6 O autor divide as unidades produtivas investigadas em 3 grupos: consolidado, em transição e em exclusão.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Neste cenário, sair do campo passa a ser considerada uma das estratégias utilizadas pelas jovens para conquistar a sua emancipação, bem como para equalizar a questão da sucessão e da divisão do patrimônio familiar[7]. Neste processo, assumem papel preponderante o acesso à educação por parte destes jovens e a construção e o cultivo de redes familiares que lhes permitam uma inserção mais vantajosa na dinâmica da vida urbana.

Carneiro (1998) dedicava-se a compreender como a juventude rural era afetada pelas transformações recentes no mundo rural e como estes jovens reelaboravam a sua realidade e assim formulavam seus projetos de futuro, individuais e familiares, adequando-se a distintos contextos socioeconômicos. A autora tem como campo de pesquisa os municípios de Nova Friburgo/RJ e Nova Pádua/RS e como estratégia de levantamento de dados a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. No Rio Grande do Sul[8], a autora mapeou as táticas adotadas pelas famílias para a manutenção do patrimônio familiar. Estas envolviam um repertório de estratégias que passavam pela migração, formação educacional com vistas ao exercício de uma profissão urbana, aquisição de novas terras etc. No Rio de Janeiro, o contexto apresentado era outro, marcado por difíceis condições de produção e reprodução social e pela necessidade de lançar mão do exercício de atividades não agrícolas para manter-se no campo. A proximidade com o ideário urbano em face à atividade turística na região (Nova Friburgo) também era um elemento que tornava mais fluida as trocas entre o espaço urbano e o rural, incidindo na formulação de projetos de futuro dos/das jovens.

No que se refere às mulheres, em específico às jovens rurais, a autora sinalizava a maior escolaridade quando comparada aos rapazes, tida como uma espécie de "indenização" fornecida pela família, dado que as mulheres eram comumente preteridas no processo de sucessão de acordo com a tradição[9]. Muito embora, como salienta a autora, há de se considerar que a partir do processo de individualização vivido no interior das famílias tem-se verificado tensionamentos em torno da divisão do patrimônio familiar, com a reivindicação, por parte das mulheres, do direito a um lote de terras, "seja para construir uma casa própria, seja para explorá-la de formas alternativas, ambos com a intenção de romper os laços de dependência com a família" (CARNEIRO, 1998, p. 11).

Também se verificava a partir da maior circulação de informações e do contato frequente de jovens rurais com jovens urbanos um questionamento dos padrões matrimoniais até então vi-

7 Devemos considerar que a repartição do patrimônio familiar à exaustão inviabiliza a sua função econômica, ou seja, a divisão da unidade produtiva entre muitos herdeiros pode fazer com que estes não consigam retirar dela o seu sustento.

8 O contexto da "colônia", de ascendência italiana, deixa patentes as boas condições de produção e reprodução social destas famílias, bem como a rede parental de que estas dispõem para assegurar o auxílio àqueles que deixam a colônia rumo à cidade.

9 Embora perante a lei todos os filhos e filhas de um casal estejam aptos a usufruir do seu espólio ou do patrimônio amealhado por estes, isso nem sempre ocorre. No geral, as mulheres não são herdeiras de terra. O chefe da exploração é, no geral, no sexo masculino.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

gentes na área rural, culminando, em muitos casos, com a recusa das jovens em ocupar o papel subordinado que lhes fora legado historicamente. Não é incomum o retardo no casamento com a contração de núpcias em idade mais avançada, quando comparado às mães e avós. Na realidade, o casamento, que outrora se prefigurava como dimensão central da existência camponesa, passa a ocupar papel secundário na vida de muitos jovens rurais; nos tempos atuais, assume a centralidade a busca por estudo e realização profissional (STROPASOLAS, 2004).

Percebe-se que as jovens rurais para além de questionarem a reprodução de uma condição subordinada promovem uma disputa de sentidos em torno da noção de família camponesa. Tal família estrutura-se a partir da divisão sexual do trabalho, que confere a homens e mulheres papéis diferenciados, distintos níveis de autonomia, cristalizando assim assimetrias nas relações de poder.

Tais assimetrias são parte do substrato autoritário em que viceja a violência contra as mulheres no campo. Embora este tipo de violência seja um fenômeno recorrente em todo país, ele é maior nas áreas rurais. Scott et. al (2010), ao citar dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, demonstram diferenciais de violência em relação as mulheres por situação de domicílio. O Brasil (rural) aparece em 10º lugar no ranking dos mais violentos com um índice de 37%, enquanto o Brasil (urbano) encontra-se em 12º lugar no mesmo ranking com índice de 29%, uma diferença de 6 pontos.

Além disso, a violência contra as mulheres assume nas áreas rurais certas particularidades que agravam os seus efeitos. Estas são derivadas do peso que ainda possui o patriarcado nestes espaços, conferindo à violência contra a mulher o "estatuto de questão íntima" a ser resolvida pelo casal/família. Também se verifica a ausência do Estado, por meio de delegacias especializadas e estruturas de apoio, o que impede as vítimas de acessarem medidas protetivas ao mesmo tempo em que empodera agressores em face a certeza da impunidade.

Pesquisa realizada pelo IPEA na Marcha das Margaridas, edição 2011, aponta para o caráter estrutural da violência contra as mulheres no campo, no geral praticada por companheiros e familiares do sexo masculino. Do total de entrevistadas, 55% declararam ter sofrido em algum momento da vida violência moral ou psicológica (ameaças, xingamentos, ofensas, humilhações), sendo os principais agressores os cônjuges/companheiros (35%), familiares próximos – pai, irmãos, parentes do sexo masculino - (16%) e vizinhos (9%). As principais reações foram *sofrer caladas* (39%) e *sair de casa* (16%). No caso da violência física, 25% das mulheres relatam ter sofrido agressões, sendo 58% praticadas por cônjuges/companheiros e 21% por familiares do sexo masculino. As reações estiveram na mesma proporção que no caso da violência psicológica, 29% *sofreram caladas* e 19% *saíram de casa*. Nos dois tipos de violência a denúncia ao agressor é feita em apenas 18% dos casos. Incidem ainda sobre as mulheres violações de outras ordens, como expulsão de casa (11% das entrevistadas); violência patrimonial com

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

destruição de algum bem material (16%); cárcere privado (6%); além de violência institucional (58%), ou seja, o desrespeito sofrido quando procuram órgãos do Estado para a satisfação de algum direito (IPEA, 2013). É nesse contexto conflitivo e mesmo hostil aos jovens, às jovens e às mulheres que se delineiam os projetos de vida e futuro da juventude.

Alguns (poucos) sinais de alteração nas relações de gênero no campo

Na última década, verifica-se alguns indícios de que a situação das mulheres no mundo rural possa estar se alterando, o que conduziria a alguns ganhos de autonomia no interior das unidades produtivas familiares. Tais ganhos teriam sido possibilitados pelo acesso a políticas públicas diversas, como crédito e moradia; o desenvolvimento de projetos produtivos voltados à ocupação de jovens e mulheres; e a implementação de atividades econômicas que ocupam mão de obra juvenil e feminina, tais como a agroindústria familiar, o artesanato e o agroturismo. Soma-se a isso, as mudanças sentidas também na sociedade abrangente, com a ampliação do debate te acerca de questões de gênero, entre outros elementos que produziram na última década um aumento da permanência das jovens mulheres no campo em praticamente todas as regiões (VALADARES et al., 2016).

Se o debate de gênero ainda se encontra em muitos aspectos interditado, o que se dirá das questões relativas à sexualidade? Tal questão se configura um tabu, sendo tratada sob uma ótica essencialmente moralista: de um lado, impõem-se comportamentos socialmente aceitos para homens e mulheres, tidos como expressões "naturais" de cada sexo; do outro, se impede, sob pena de sanções diversas, o exercício de qualquer expressão afetivo/sexual que fuja do padrão heteronormativo.

Paulo (2010), em pesquisa com jovens rurais no Nordeste, aponta para um rígido controle sobre o corpo feminino, sendo exaltadas pelos pesquisados "virtudes" como o recato, comedimento e a castidade. Ao que parece, muitas jovens rurais naturalizam sob muitos aspectos o controle estrito sobre seu corpo e sua sexualidade. Isso aparece na forma como a comunidade vê os rapazes que se relacionam com várias moças (comportamento positivado) e, ao contrário, como percebem as moças que se relacionam com vários rapazes (comportamento negativado). Nas falas de muitas das jovens entrevistadas opõem-se "moça direita" à "moça avuada": a primeira, tida como virtuosa, ao limitar e postergar ao máximo o contato com o sexo oposto seguindo o percurso conhecer-ficar-namorar[10]; a segunda, tida como "moderna", ao se aproxi-

10 Paulo (2010) divide os discursos das moças sobre sua vivência afetivo-sexual a partir das categorias conhecer, ficar e namorar, emprestadas por seus entrevistados. Parece que, no plano ideal, há uma evolução entre estas etapas que deve respeitar sempre as regras socialmente impostas, em geral regras que restringem a liberdade das mulheres sobre o próprio corpo e que limitam o seu repertório de experiências. O fim destas relações seria o casamento onde, enfim, se realizaria uma maior intimidade do casal. Sendo a virgindade feminina algo a ser guardado durante todo este trajeto. Comportamento que fuja deste esquema, em geral, tende a ser malvista mesmo integrando a realidade objeto de investigação.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

mar dos rapazes com menos recato, ficar com estes logo ao conhecê-los e, eventualmente, ficar com mais de um rapaz numa única festa, desobedecendo o caminho idealizado (conhecer-ficar--namorar). Segundo as jovens, o primeiro tipo de moça teria uma identidade mais próxima às que vivem no sítio, o segundo, se assemelharia às que vivem no espaço urbano, muito embora reconheçam a existência de "moças avuadas" no campo e "moças direitas" na cidade.

Obviamente, moças jovens ficam com outros rapazes e vice-versa, entretanto, não se "fica" apenas por ficar. Elas utilizam como estratégia para tornar tal fato aceito a restrição máxima do número de parceiros, bem como sua escolha entre famílias conhecidas e limitada a rapazes com alguma inserção laboral, isto tudo com vistas a prospecção de um namoro, ou seja, um compromisso futuro que possa levar a um casamento.

Neste cenário, a virgindade das moças aparece enquanto um outro tabu. "Nos discursos masculinos, mas principalmente nos femininos, a virgindade feminina é tida como o valor mais importante de uma moça [...]" (PAULO, 2010, p. 360).

Se no plano das relações heterossexuais existem várias interdições ao exercício das relações afetivas, no caso de homossexuais a realidade se faz ainda mais opressora. O que sugere "haver uma profunda relação entre as possibilidades da vivência da homossexualidade e o urbano/metropolitano" (MARTINS e ROSA, 2013, p. 1).

A despeito da gravidade desta problemática, constata-se a sua invisibilidade tanto em termos acadêmicos quanto na pauta dos movimentos sociais do campo. No âmbito dos movimentos sociais rurais, o prenúncio de alterações neste quadro de invisibilidade se deu recentemente, em 2016, por ocasião da oficina de construção do Plano Nacional de Juventude e Rural. Nesta atividade, a Juventude lançou um manifesto exigindo a incorporação da discussão de gênero e sexualidade no escopo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Esse ato político demarca um ponto de inflexão na tematização da juventude rural, ao trazer ao centro do debate a parcela Lgbtqia+ dessa juventude, ou seja, um conjunto de atores historicamente estigmatizados e excluídos. Do ponto de vista de tais atores,

> [...] várias são as formas de invisibilidade da juventude LGBT no rural, e nós, os sujeitos e sujeitas se encontram sem direitos e condições de continuidade da vida que desejamos seguir, sem condições de produzir na terra que crescemos e *queremos permanecer*.
>
> Muitos temas se agravam quando este é discutido, pois debater a permanência no campo, se torna mais complexa quando o sujeito e a sujeita LGBT é colocado em pauta. Uma liderança LGBT no meio rural é marcada por várias retaliações que terminam na sua invisibilidade dentro dos seus espaços de articulações [...]

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> Continuaremos pautando a luta pela terra e território, trabalho e renda, educação do campo, participação e qualidade de vida, porém não abriremos mão de trazer o recorte de afirmação LGBT nessas pautas. *Queremos a quebra dos estereótipos criados sobre o ser homem e o ser mulher*, com o respeito à autonomia e ao direito de construir o que queremos (Carta da Juventude Camponesa LGBT. Grifos nossos. Trechos selecionados).

O trecho supracitado coloca de imediato três questões para reflexão: a primeira, a denúncia em relação à invisibilidade dos sujeitos Lgbtqia+ nas áreas rurais, em especial, a juventude; a segunda, a afirmação por parte dos jovens de seu desejo de permanecer no campo; e, a terceira, a interseccionalidade entre gênero e temas recorrentes na pauta dos movimentos sociais rurais, como terra, trabalho e moradia, esses últimos vinculados à posição de classe dos atores.

Os estudos sobre gênero nas áreas rurais (MOURA, 1978; CASTRO, 2005; SCOTT, 2010; STROPASOLAS, 2004; WOORTAMANN, 2010), - nos quais o debate sobre sexualidade deveria estar contido -, em geral, focalizam a mulher trabalhadora/militante e a natureza assimétrica das relações desenvolvidas no âmbito da unidade produtiva familiar. Nesses trabalhos, destaca-se a posição subalterna ocupada pelas mulheres rurais na divisão sexual do trabalho familiar, bem como a probabilidade de serem preteridas no processo de sucessão familiar, questões que aparecem como os principais motivadores do êxodo das jovens rurais.

A sexualidade, em especial, a diversidade sexual e de gênero, assim como as práticas sexuais não são tematizadas na produção acadêmica de referência sobre gênero nas áreas rurais. Essas e outras omissões, silêncios, integram aquilo que Ferreira (2006) agrupa como o "indizível das sociedades camponesas": o universo das práticas homossexuais ou homoeróticas clandestinas, tidas a partir de um ponto de vista conservador (em ascensão) como abjetas, abomináveis etc. Seu estudo visa, segundo seus termos, colocar em xeque a narrativa vigente nas ciências sociais de um "corpo camponês, *casto* e *castrado*" para "que seja a ele [o camponês] permitido gozar" (FERREIRA, 2006, p.07).

Mas quem são esses jovens Lgbtqia+ que vivem nas áreas rurais? Quais são suas vivências/subjetivações? Quais seus sonhos e projetos para o futuro? Quais os significados da permanência no campo para esses sujeitos?

Essas indagações nos levam a retomar a segunda questão posta pelo Manifesto da juventude rural Lgbtqia+, qual seja: a afirmação de um *desejo de permanecer no campo*.

Como já enunciado, os trabalhos acadêmicos referência nos estudos sobre jovens rurais, grosso modo, focalizam a sua saída do campo, não se atendo àqueles que permanecem vivendo em suas comunidades de origem. Isso contribui para a sedimentação de visões que naturalizam o êxodo rural e o dotam de inexorabilidade (VALADARES et al., 2016). Mesmo os poucos estudos centrados na permanência dos jovens no campo tratam tal processo, em geral, sob a lógica da excepcionalidade e, desse modo, acabam também por naturalizar o fenômeno do êxodo,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

admitindo implicitamente que a saída do campo seria o "caminho natural" a ser seguido por filhos e filhas de agricultores.

Se para jovens heterossexuais permanecer no campo é por si só um desafio, quais os significados dessa permanência para jovens com orientação sexual ou identidade de gênero diversa daquelas definidas/aceitas pelo patriarcado?

Se consideramos a "heterossexualidade compulsória"[11] vigente em nossa sociedade, ou seja, um sistema que define/impõe uma forma "correta" de se relacionar afetiva e sexualmente, veremos a condições para a permanência da juventude camponesa Lgbtqia+ no campo são ainda mais adversas.

Viver no campo tendo uma orientação sexual ou de gênero que transgrida as normas socialmente aceitas é fator que impõe a estes sujeitos toda uma ordem de sofrimentos. Estes, envolvem estresse, ansiedade, transtornos comportamentais, podendo levar ao suicídio[12]. Os sofrimentos podem ser abordados na perspectiva da sociologia clínica, que os investiga a partir das experiências/condições vivenciadas pelos sujeitos na esfera do trabalho (GAULEJAC, 2006, 2007).

Também poderíamos pensar o sofrimento dos sujeitos homossexuais como uma "prova existencial" (BOLTANSKI, 2009) que a partir de diferentes processos pode deixar de ser uma condição singular para se converter numa questão que se institucionaliza, ganha coerência e completude. Ao avançar nessa direção, converte-se em "prova de verdade", dotada de função semântica, exercida por instituições, como é o caso do recém-criado coletivo Lgbtqia+ do MST[13].

Ao nos debruçarmos sobre a permanência dos jovens Lgbtqia+ nas áreas rurais, buscamos compreender a relação que estes estabelecem com diferentes dispositivos de permanência no campo (instituições governamentais, movimentos socais, políticas públicas etc.) e sob que bases constroem essa permanência. Igualmente, quais são as estratégias e as redes mobilizadas por esses sujeitos para existir e resistir em um espaço conservador e hostil à sua presença (AZEVEDO, 2015).

Isso nos remete à terceira questão colocada por esses jovens em sua carta, a interseccionalidade entre gênero e classe, necessária à compreensão das especificidades dessa juventude,

11 Expressão cunhada nos anos de 1980 por Adrienne Rich em Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience.

12 Algumas lideranças jovens rurais relatam casos em suas regiões em que jovens praticam o suicídio em virtude do preconceito que cerca a descoberta e a vivência de formas não-hegemônicas de sexualidade. Estudos internacionais têm demonstrado, de fato, uma maior tendência a suicídio por parte de jovens homossexuais.

13 A prova existencial atuaria no interior de críticas radicais e representaria um estado singular e não institucionalizado, enquanto a prova de verdade é aquela que estaria já em outro estágio, ao abrigo das instituições (BOLTANSKI, 2009).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

simultaneamente rural e Lgbtqia+. É oportuno sinalizar que a interseccionalidade caracteriza muitos estudos *queer*, parte deles assentados na denúncia da sobreposição de diferentes sistemas de opressão. No caso em estudo, essa sobreposição aparece relacionada simultaneamente a gênero e à orientação sexual (no pertencimento à população Lgbtqia+), à experiência juvenil (relativo a conflitos intergeracionais) e à existência enquanto jovens rurais (a partir da oposição rural e urbano, em primeiro plano, e do antagonismo agricultura familiar x agronegócio, em segundo plano). Trata-se, portanto, de "corpos que não se conformam [...] denunciando a precariedade daquilo que se anuncia como norma e que se instala como forma de vida coerente e via privilegiada (PEREIRA, 2012, p. 373).

O mergulho nos estudos de gênero e a potência transgressora de autores como Judith Butler e, mais recentemente, Beatriz Preciado, na linha dos estudos *queer*, nos provoca a pensar as possibilidades, em termos de construção teórica, que as experiências desses corpos transgressores (jovens e rurais) nos apresentam. De certa maneira essa é uma provocação realizada parcialmente por Pereira (2012) em um texto intitulado *Queer nos trópicos*, no qual o autor problematiza a força revolucionária das teorias *queer* ante à relação de importação de teoria que caracteriza nossas ciências sociais. Aceitamos sua provocação e propomos que para além de pensar *queer nos trópicos* também tenhamos a força e a capacidade para pensar *queer* rural. Um exercício necessário, que passa por esforços conjuntos da academia e movimentos sociais em torno da discussão dos nexos entre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural e seus efeitos sobre a permanência dos/as jovens no campo, nas águas e na floresta.

Considerações finais

A trajetória dos estudos de gênero e juventude mostra um conjunto de transformações vivenciadas nas últimas décadas, sobretudo em termos de metodologia e enfoque de pesquisa. Esses campos de estudo, inicialmente com foco no espaço urbano e nas relações sociais próprias desse espaço social, passam gradativamente a focalizar realidades rurais, descortinando processos sociais até então desconhecidos. A chegada dos jovens e das mulheres rurais na academia, enquanto objetos de estudo, ocorre somente após sua conversão em sujeitos políticos de destaque dentro importantes de movimentos sociais e sindicais rurais.

Os estudos de gênero possibilitaram compreender as assimetrias existentes entre os sexos e a forma como elas operam, dentro e fora das unidades produtivas familiares, produzindo diferenciação e hierarquização das atividades laborais. A dimensão econômica é apenas uma das formas de dominação exercida pelo patriarcado sobre as mulheres rurais, estendendo-se para outros domínios da vida social, como os afetos e a sexualidade.

Essas assimetrias e coerções vividas pelas mulheres constituem-se situações que dialogam com os estudos de juventude, sobretudo se as consideramos como desafios à perma-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137 a 156 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

nência dos jovens no campo. Vários estudos inclusive associam essas assimetrias de gênero a processos de envelhecimento e masculinização do campo, ou seja, as mulheres deixariam as áreas rurais motivadas, entre outras coisas, pelo não acesso à terra e a impossibilidade de uma vida autônoma.

Sinais de arrefecimento dessa dinâmica foram observados nas últimas décadas, a partir da ampliação desse debate no âmbito dos movimentos sociais e da implementação de políticas públicas com foco nas mulheres e na juventude rural. Mesmo a comunidade lgbtqia+ rural, uma parcela importante da agricultura familiar/camponesa e que subsiste na invisibilidade, excluída entre os excluídos, parece ter emergido recentemente na cena política e, por extensão, na academia.

Contudo, alterações conjunturais recentes têm minado os avanços civilizacionais conquistados nas últimas décadas, seja pela redução do papel do Estado e o desmantelamento das políticas públicas, seja pelos efeitos diretos e indiretos da pandemia de Covid 19, entre os quais o aumento da pobreza e da violência, que atingem mais pesadamente as mulheres e a juventude.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ARROYO, Miguel. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, l., 1998. Luziânia, GO. [Palestra...] Luziânia, GO: MST: Unicef, 1998.

AUTOR (2019)

AZEVEDO, Pedro Henrique. Arco-íris no campo: etnografia da "homossexualidade" masculina no ambiente rural. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, V. 1, 2015, pp. 75-95.

BOLTANSKI, Luc. **De la critique: précis de sociologie de l'emancipation**. Paris: Gallimard, 2009.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CAMARANO, Maria Amélia; ABRAMOWAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculização no Brasil: panorâma dos últimos 50 anos**. Texto para discussão nº. 621. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

CARNEIRO, Maria José. **O ideal urbano**: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. Mimeo. Biblioteca da Clasco.

Carta da Juventude Camponesa LGBTI. Disponível em: https://www.fetape.org.br/noticiasdetalhe/juventude-constr-i-plano-nacional-e-denuncia-opress-es-com-oslgbts/5274#.XRoKpuhKjIU. Acesso em:01.11.2021.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 694 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

CASTRO, Elisa Guaraná de. et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: NEAD, 2009

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afetos mal-ditos. O indizível das sexualidades camponesas**. Dissertação de Mestrado. PPG de Antropologia Social, UnB, 2006.

GALINDO, Erika Daniele Silva. **Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e a repercussão no sindicalismo**. 2017.163 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GAULEJAC, V. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006.

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Idéias & letras, 2007.

GRISA, Cátia.; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo André. Paradigms, institutional changes and policy dismantling in the mercosur specialized meeting of family farming. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, v. II, 2021. pp. 251-282. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-251282/112. Acesso em: 12.07.2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **A Juventude Rural do III Festival de Juventude da CONTAG**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔOMICA APLICADA. **Relatório Marcha das Margaridas**. Ipea, 2013.

MARTINS, Emerson.; ROSA, Rogério Machado. Jovens homens homossexuais na zona rural e heteronormatividade: resistências e processos de subjetivação. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos femininos, 2013, Florianópolis. **Anais** 2013 do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos femininos, 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: hucitec, 1978.

PAULILO, Maria Ignês. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p. 64-70.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

PAULO, Mria de Assunção Lima de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. **Contemporânea**, v. 2, n. 2 p. 371-394, Jul.–Dez. 2012.

PJR - Pastoral da Juventude Rural. **Breve história da PJR**. 2013. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In.: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento do casamento na agricultura familiar. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

TAVARES, Breitner. Sociologia da juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2012.

VALADARES, Alexandre Arbex. et. all. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2016. pp. 59-96.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** Brasília: Hucitec/UNB, 1994.

WOORTMANN, Ellen. Prefácio. In.: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.) **Gênero e geração em contextos ruais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Trabalhadoras rurais, vulnerabilidade social e participação: atualidade da pedagogia freireana

Trabajadoras rurales, vulnerabilidad social y participación: actualidad de la pedagogía freireana

Female rural workers, social vulnerability and participation: Paulo Freire's pedagogy today

Telma Regina Batista Nascimento
Universidade do Estado da Bahia
E-mail: trbatistian@uneb.br
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-1522-0503

Resumo: O ensaio discute o papel da pedagogia de Paulo Freire enquanto principal base da Educação Popular presente nas lutas das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF), contra os processos de desigualdade/exclusão implicados a vulnerabilidade social no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano. Tomou-se por referência autoras/es como Butto e Hora (2008), Franco (2018), Freire (1987), Nascimento (2009,2020), Vigene e Oliveira (2005), entre outras/os. O método utilizado foi a revisão bibliográfica, de base sociológica e educacional, tomando como referências uma dissertação, uma tese, um webnário, livros e artigos. Como encaminhamentos da pesquisa, conclui-se que ainda que localizada, as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais apontam para a relevância da pedagogia freireana, base fundamental da Educação Popular, na construção de espaços contra hegemônicos a lógica de exclusão e das vulnerabilidades decorrentes do sistema capitalista.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais. Vulnerabilidade social. Participação. Pedagogia Freireana/Educação Popular, Serrinha-BA.

Resumen: El ensayo discute el papel de la pedagogía freireana como base principal de la Educación Popular presente en las luchas de las trabajadoras rurales del Sindicato de Trabajadores Rurales y Agricultores Familiares (SINTRAF), contra los procesos de desigualdad/exclusión que implica la vulnerabilidad social en el medio rural del municipio de Serrinha, Territorio Sisal de Bahía. Se ha tomado como referencia autores como Butto y Hora (2008), Franco (2018), Freire (1987), Nascimento (2009,2020), Vigene y Oliveira (2005), entre otros. El método utili-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

zado ha sido la revisión bibliográfica, sociológica y de base educativa, tomando como referencia una disertación, una tesis, un webnar, libros y artículos. Se concluye destacando que, aunque puntuales, las luchas y logros de las trabajadoras rurales apuntan a la relevancia de la pedagogía freireana la base fundamental de la Educación Popular, en la construcción de espacios contrahegemónicos la lógica de exclusión y vulnerabilidades surgidas del sistema capitalista.

Palabras clave: Trabajadoras rurales. Vulnerabilidad social. Participación. Pedagogía Freireana/Educación Popular., Serrinha-BA.

Abstract: This essay discusses the role of Paulo Freire's pedagogy as the main basis of Popular Education present in the struggles of rural workers of the Union of Rural Workers and Family Farmers (SINTRAF), against the processes of inequality/exclusion implied by social vulnerability in the rural environment of the municipality of Serrinha, Bahia's Sisal Territory. It took as reference authors Butto and Hora (2008), Franco (2018), Freire (1987), Nascimento (2009,2020), Vigene and Oliveira (2005), among others. The method used was the bibliographic review, sociological and educational basis, taking as references a dissertation, a thesis, a webinar, books and articles. It concludes by highlighting that even though they are limited, the struggles and achievements of rural workers point to the relevance of Paulo Freire's pedagogy in the fundamental base of Popular Education, in the construction of counter-hegemonic spaces the logic of exclusion and vulnerabilities arising from the capitalist system.

Keywords: Female Rural workers. Social vulnerability. Participation. Paulo Freire's Pedagogy/ Popular Education, Serrinha-BA.

Data de recebimento: 22/09/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15193

1 Introdução

Na atualidade as vulnerabilidades assumiram contornos dramáticos face às consequências decorrentes não apenas da pandemia da COVID 19, como do avanço dos ataques à democracia no Brasil. Fenômeno histórico no continente latino-americano, a vulnerabilidade social, de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.197;200), decorreu a deterioração socioeconômica, que ao longo do tempo se abateu sobre populações mais desamparadas como indígenas e negros/as. Em tal contexto, ganhou relevância o fato a ser discutido neste ensaio – a participação das trabalhadoras rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha-BA (SINTRAF).

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Essa participação, emergiu em um contexto historicamente marcado por desigualdades/ exclusões/vulnerabilidades: o Território do Sisal baiano[1]. *Lócus* onde, de acordo o nosso estudo (2020a, p.39), a participação das trabalhadoras rurais implicou não apenas no aprofundamento democrático do referido sindicato, como na luta por políticas públicas de inclusão, reverberando nos processos de desigualdades/exclusões/vulnerabilidades no âmbito do município de Serrinha-BA. Processo para o qual a consolidação de conhecimentos através de uma Educação Popular de base freireana pareceram imprescindíveis.

Então, com base nas pesquisas "Dimensão educativa da participação das trabalhado- ras rurais no Sintraf Serrinha", "Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato" e na participação como palestrante no web seminário "Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade", promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Desenvolvimento Social, do Departamento de Educação- Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia; produzimos esse ensaio que pretende discutir o papel da Educação Popular de base freireana na luta das trabalhadoras rurais do Sindicato do SINTRAF Serrinha, contra os processos de desigualdade/exclusão/vulnerabilidades no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano.

2 Vulnerabilidade social e o advento dos ativismos de trabalhadoras rurais no serrinha

No continente latino-americano, de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.193), historicamente a vulnerabilidade social esteve relacionada a deterioração socioeconômica, que ao longo do tempo se abateu sobre populações mais desamparadas como indígenas e negros/as. Um olhar mais atento aos processos implicados na vulnerabilidade revelará, nas palavras de Butto e Hora (2008,p.23), que no Brasil essa situação se acirrou em função da concentração da terra
, da falta de amparo ao campesinato brasileiro e das desigualdades históricas entre homens e mulheres no meio rural.

Instaladas principalmente nos contextos do Norte e Nordeste, tais desigualdades constituíram o mote da participação das camponesas nos ativismos/ movimentos sociais de luta pela terra. Onde, de acordo Franco (2018, p.91), líderes como Margarida Alves, foram de fundamental importância para a consolidação do reconhecimento das trabalhadoras rurais enquanto categoria; mas pela luta por políticas públicas de inclusão social.

1 O Território do Sisal recebeu esse nome, segundo Humberto Nascimento (2003), em função de ter despontado estadual e nacionalmente como importante polo produtor de sisal, da espécie *Agave sisalana,* que originária da América Central*,* chegou à região em 1910, mais precisamente no município de Santa Luz, de onde se expandiu para aproximadamente mais 15 municípios. Seu plantio comercial contribuiu para intensificar o povoamento da região nordeste e centro norte do Estado da Bahia. De acordo Santos (2010), seu processo produtivo foi marcado pela superexploração do trabalho. Fato que também contribuiu para os baixíssimos índices de desenvolvimento humano do território.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

À semelhança de Margarida Alves, as trabalhadoras rurais do município de Serrinha-Ba se reinventaram cotidianamente para enfrentar os efeitos dos históricos processos de invisibilização da sua condição de gênero, do seu trabalho e da dominação/exploração de que foram alvo. No âmbito das situações de vulnerabilidade vividas pelas trabalhadoras rurais, o destaque se encontra no fato de que as exclusões se interseccionaram através de marcadores como origem, classe social, sexo/gênero, entre outros. Daí a relevância do debate acerca do conceito de vulnerabilidade. Conforme Vigene e Oliveira (2005, p.193), elaborado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, das Nações Unidas), o conceito de vulnerabilidade social relacionou-se à situação de precariedade econômica e social de boa parte da população latino-americana. Cada vez mais sujeita ao aumento da indigência, da fome, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho. E, por consequência, cada vez mais sujeita a condições sub-humanas de existência, diante da concentração de renda. Enquanto situação recorrente na vida das trabalhadoras rurais no município de Serrinha-Ba, a vulnerabilidade despontava desde a mais tenra idade...

> *"[...] uma das coisas que me marcou muito é já ter começado a trabalhar, [...] na roça, com sete anos de idade. [...]Então, me marcou muito. E pela questão sofrida que era, sempre aquele trabalho pesado e a alimentação da gente que era [...]muito precária. [...] eu não me conformava com a vida que eu levava: [...] não podia nem me vesti direito."*[2]

O ponto de vista da entrevistada mostrou-se relevante não apenas por evidenciar/denunciar os desafios de uma sociedade que exclui desde a infância. Mas também por demonstrar o sentimento que a vulnerabilidade social suscita. Um sentimento, como diria Vigene e Oliveira (2005, p.195), de *apartheid*, de insatisfação, de falta de dignidade. Sentimento exacerbado nos dias atuais, como diria Silva (2020, s.n.p.), pela chegada da pandemia do COVID-19, em que as diversas dimensões das desigualdades/vulnerabilidades preexistentes foram potencializadas.

Acentuada pelo alcoolismo, desemprego, filhos sem escola e sem acesso à educação e, ainda, pelas dificuldades materiais e de subsistência, sublinhou Silva (2020, s.n.p.), a pandemia atingiu de modo especial mulheres, negros, crianças, população LGBTI, entre outras/os. Somadas a tal situação, a fragilidade das instituições democráticas evidenciou os desafios da garantia de direitos fundamentais. Já que a supressão de liberdades, o desemprego, a diminuição dos espaços de poder e o aumento da violência, a não-consolidação de uma cultura de direitos humanos e as promessas normativas não cumpridas podem ter produzido riscos não apenas a proteção social, como a produção de situações capazes de gerar, segundo Vigene e Oliveira (2005, p.194;195), a quebra dos laços de solidariedade e a consequente desorganização social ou individual face a aparente ausência de normas.

2 GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento no contexto da pesquisa *"Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato"*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A consequência mais evidente desse processo, seria a exposição a diferentes formas de risco, aumentando a percepção de insegurança no seio da sociedade. Combinadas às elevadas taxas de desigualdade econômica e social, de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.194-195), as diversas formas de risco criariam um campo favorável a emergência de crises e conflitos sociais e políticos, face a incapacidade do Estado de Bem-Estar[3] fazer-se presente em determinados lugares. Fato que em alguma medida levantou o questionamento dos regimes democráticos, especialmente entre nós latino-americanas/os e brasileiras/os.

Ainda de acordo Vigene e Oliveira (2005, p.195), tais crises/conflitos não necessariamente significariam uma oposição ou ameaça à democracia. Mas o enfraquecimento de sua sustentação ativa, face a incapacidade do Estado em resolver problemas sociais. Isto, por certo, suscitou o crescimento das diferentes manifestações de distanciamento em relação a ele. Para Quijano (2003) apud Vigene e Oliveira (2005, p. 195), tal distanciamento, mostrou-se relevante porque indicaria o crescimento de formas autônomas de organização social.

No entanto, essa autonomia se expressaria dentre outras possibilidades pelo surgimento de alternativas societárias, com capacidade de formulação de projetos políticos de caráter antissocial. Onde a consolidação de laços de solidariedade pautados a margem de valores substancialmente democráticos, fomentaria o recrudescimento de alternativas societárias comprometidas com projetos autoritários e conservadores. Projetos muito provavelmente implicados ao *"[...] aumento da violência aparentemente despolitizada em algumas áreas urbanas e conflitos socioeconômicos difusos na área rural."* (VIGENE e OLIVEIRA,2005, p. 194).

Desse modo, não haveria como desconsiderar a relação entre a deterioração socioeconômica e o crescimento da vulnerabilidade social, como destacado em Vigene e Oliveira 2005, p.193- 94). No entanto, de acordo Quijano (2003 apud apud VIGENE e OLIVEIRA, 2005, p. 195;196), em alguns casos, ao se cruzarem com outros fatores da contemporaneidade, mesmo da globalização, promoveram a emergência de movimentos que buscaram oferecer um sentido político, de resgate da dignidade. Aqui ganhou sentido a luta das trabalhadoras rurais vinculadas ao SINTRAF Serrinha. Pois que, apesar do fenômeno histórico da vulnerabilidade presente no meio rural sisaleiro:

> E, ao dialogar com outras referências, que não aquelas estritamente relacionadas ao sofrimento decorrente também da histórica ausência de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, a fé e a teimosia das sisaleiras, retroalimentadas, como ressaltaram Magalhães e Abramovay (2007), pelo comunitarismo muito presente no Território, serviram como valioso instrumento de ruptura com os desafios do cotidiano. (NASCIMENTO,2020b, p.35)

3 De acordo Silva (2010,p.15-16), surgido em 1936 , o keynesianismo é uma teoria político-econômica que defende a intervenção do Estado na organização econômica de um país. Foi com base no keynesianismo que surgiu o conceito de Estado de Bem-Estar, caracterizado pela participação efetiva do Estado na economia, através de serviços sociais que permitiriam o bem-estar geral.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Tal ruptura muito provavelmente só foi possível porque essas mulheres mostraram-se capazes de aprender com as dificuldades enfrentadas no contexto pessoal, familiar e social :

> Daí a relevância do sindicato enquanto espaço de fomento de conhecimentos/saberes para essas mulheres, que historicamente foram alijadas do direito à educação em espaços escolares. Pois que a sobrevivência era o foco central e a sua garantia exigia, não raras vezes, o abandono da escola. (NASCIMENTO,2020b, p.41).

Abandono não raras vezes, motivado como destacamos (2020b, p.41), pelo êxodo rural. Onde, ainda na infância, as trabalhadoras partiam para ocupar os postos de trabalho doméstico na cidade. Ou ainda, colocando todo o tempo disponível à serviço das atividades agrofamiliares, quando permaneciam no campo. Fato revelador quanto a falta de oportunidades que perdurou ao longo da vida dessas mulheres e quanto à descoberta da relevância da participação social na luta contra as desigualdades/exclusões/vulnerabilidades relacionadas entre outras coisas, a falta de acesso à educação em espaços escolares:

> *"[...] hoje [...] a gente [vê] a importância da participação. [...] a gente tem mais [...] conhecimento de lutar pra que um filho vá pra escola. Não deixe mais um filho fora da escola. [...] a educação hoje é o principal ponto [...]. Se [...] todo mundo soubesse ler, escrever [...]. Ah! Era bem melhor! [...] a visão era outra. O pessoal [não ia fazer troca com] o voto [...], né? [...] por isso eu acho que [...] foi interessante a participação das mulheres [...]."*[4]

Acontecimentos como o descrito no depoimento acima, demonstrou a relevância da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha na percepção da importância da educação, enquanto caminho para ruptura com a cooptação das oligarquias rurais. Oligarquias que segundo Teixeira (2001, p.25), favorecidas por um modelo democrático, que se reduzia a um ato eleitoral episódico e individual, que não expressava a liberdade de escolha. Pois que a semelhança da *polis* grega, favorecia aos que tinham patrimônio; contribuindo para a sub-representação dos grupos socialmente mais vulneráveis, a exemplo das trabalhadoras rurais. Então, ao aventurar-se em nome de uma utopia coletiva, essas mulheres instauraram uma transgressão desafiadora das oligarquias rurais e do seu modelo de democracia marcado pelo baixo nível de participação.

Ao fazerem isto deixaram como legado para seus filhos e filhas, o ideário de uma educação escolar ressignificada politicamente. Pois que, como bem destacou Freire (1996, p.14), a educação constituiria em uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que para além do

4 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha"*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

conhecimento dos conteúdos aprendidos, implicaria tanto no esforço de reprodução da ideologia dominante, quanto do seu questionamento. Processo que colocaria no centro, parafraseando Freire (1996, p.14), a tarefa histórica das sujeitas e dos sujeitos em situação de opressão/exclusão/vulnerabilidade e de seus movimentos populares em trazer para ela a radicalização da defesa de interesses sociais mais amplos. Daí a necessidade do ato de ler e do ato de escrever tornarem-se instrumentos mediadores de um conhecimento capaz de romper com o passado dominado pelas práticas próprias do conservadorismo oligárquico.

Em face disto, ganhou profunda relevância a participação das mulheres. Participação que enquanto vocábulo, originou-se segundo Japiassu (1996, p.147), do latim *participatio* e que remete ao ato de tomar parte em algo. Participação onde a dimensão de expressão e de ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito apontada por Teixeira (2001, p.26); é acrescida a ideia de Bordenave (1994, p.14), de que a participação se implicaria menos com a forma e mais com a substância representada pela opção consciente e comprometida de tomar parte. E que enquanto busca por ser mais, nas palavras de Freire (1987, p.48), a participação não poderia realizar-se no isolamento, no individualismo. Mas na comunhão dos existires, nos círculos de diálogos representados por reuniões, cursos e assembleias que constituíram o senti- do e o espaço pedagógico da luta:

> *"[...] eu era uma pessoa muito tímida e o movimento me ensinou muita coisa. [...] a participação em reuniões, [...] cursos, [...] assembleias... Teve esse conhecimento que eu tenho em cima disso [...]."*[5]

Então, o participar trouxe em si um caráter formativo, corroborando com o pensamento de Rousseau e Mill (*apud* PATEMAN, 1992, p. 46) e Pateman (1992, p. 60), de que a existência de instituições representativas em nível nacional não bastaria para a democracia. Era preciso que ela ocorresse na esfera local, envolvendo o máximo de pessoas e estimulando a emergência de atitudes e qualidades (políticas, psicológicas e pedagógicas), próprias do processo participativo. No município de Serrinha-Ba, o desenvolvimento dessas atitudes e qualidades, no âmbito da experiência participativa das trabalhadoras encontrou valioso suporte no catolicismo progressista:

> *"Olhe eu digo que [...] esse processo [...] que se formou aqui [...] todo trabalho da mulher [...] foi pela Igreja Católica. Em primeiro lugar, as pastorais."*[6]

5 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

6 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Campo Redondo. a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Através da articulação entre a Pastoral Rural e o Movimento de Educação de Base (MEB), como apontamos (2009, p. 47-48), deram-se os primeiros passos para o processo de participação/organização, da qual as trabalhadoras passaram a questionar a opressão e a indiferença dos segmentos hegemônicos, face as vulnerabilidades que oprimiam os mansos, os humildes e aos que tinham sede de justiça – como descrito no "*Sermão da montanha"* [7]. Foram constituídos grupos que iniciaram a mobilização das bases através da discussão de temáticas que surgiram espontaneamente nas plenárias, como a luta contra a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a produção de feijão, por exemplo:

> *"[...] O povo pagava com um saco de feijão, de milho. A gente achava injusto! Se a pessoa pegasse um prato de milho de lá da roça pra trazer pra cidade ,pagava um imposto alto [...]. [...] a gente foi [...] discutir a retirada desse imposto da mercadoria do trabalhador rural. E, [...] a partir daí foi [...] vê a tomada do sindicato."*[8]

No esteio das ações desenvolvidas pelas pastorais e pelo MEB, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) também ingressou nesse processo e, rapidamente, passou a protagonizar a formação das bases através da discussão sobre cidadania e sobre a luta para tomada do sindicato do controle patronal. De fato, a mobilização foi intensa, pois que...

> *A gente tinha muitas reuniões [...] pra discutir o que era que a gente queria, quais as lutas que a gente enfrentava... [...] eu lembro quando a gente foi pra tomar o sindicato , a gente saía nas comunidades fazendo [...] reuniões até tarde da noite em discussão com o povo. Então a gente aprendeu [...].*[9]*"*

Sim, elas aprenderam que as nuanças das relações sociais de opressão, de seus agentes e mecanismos, demandavam a passagem do senso comum à consciência crítica. Aspecto que exigia o engajamento coletivo capaz de produzir um poder popular que se contrapusesse ao modelo opressivo imposto ao sindicato pelo controle patronal. O esforço em torno da conquista desse poder pareceu indiscutivelmente ligado à consolidação de conhecimentos edificados através de circunstâncias concretas da vida. Um conhecimento adquirido ao longo do percurso participativo e que continha em si a perspectiva freireana de construção coletiva. Onde as sujeitas e os sujeitos se encontrariam numa tarefa, como diria Freire (1987, p.59), não apenas de desvelamento, mas de recriação permanente do conhecimento com vistas a transformação do mundo.

7 Bíblia Sagrada, Mateus, cp. 5, v. 1-12.

8 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

9 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Face a esse processo de permanente recriação, o conhecimento que transcenderia a lógica literária enquanto marca distintiva da cultura escolar, como destaca Bianchi (2001, p.87-88) -, constituiu um traço que supostamente estabelecia a supremacia das populações urbanas. Durante séculos, esse pensamento sustentou a dicotomia entre a urbanidade - análoga a delicadeza, sociabilidade e erudição - e a ruralidade - que evocaria aspereza, o trato rude, a ignorância, o acanhamento e a clausura das mentalidades. A participação das trabalhadoras rurais no SINTRAF Serrinha provou que a suposta clausura das mentalidades e o acanhamento dessas mulheres, foram historicamente construídas. Mas também foram historicamente superadas, face aos aprendizados decorrentes da participação no movimento sindical:

> *"[...] eu era uma pessoa muito tímida e o movimento me ensinou muita coisa nisso aí [...]. [...] reunia [...] pra discutir o que era que a gente queria... quais as lutas que a gente enfrentava. [...].*

A participação no movimento outorgou o direito, como diria Freire (1987, p.50), a palavra. Não é no silêncio que os seres humanos se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. A palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todas e todos. Precisamente por isto, ninguém poderia pronunciar a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, tirando-a das/os demais. O diálogo seria uma decorrência do encontro entre seres humanos, mediatizados pelo mundo. Esta seria a razão pela qual, de acordo Freire (1987, p.51), não seria possível o diálogo entre os que negam as/aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. Pois que a existência nos coloca diante da necessidade de pronunciar o mundo e coletivamente modificá-lo. Assim sendo, a existência humana não poderia ser muda, silenciosa. E sim nutrir-se de palavras capazes de transformá-lo.

A assunção da condição *"política"*, disse respeito ao compromisso com a transformação com o mundo palpável que a cercava, produzindo aprendizados, que permitiriam: *"[...] um outro olhar, uma outra visão do que você é, e do que era. Né?*[10] Pois que, do ponto de vista de Freire (1987,p.48), era preciso que aquelas e aqueles que se encontravam negados no direito primordial de dizer a palavra, o reconquistassem, proibindo que este assalto desumanizante continuasse. Ao pronunciarem a palavra, as mulheres e os homens consolidaram o diálogo enquanto caminho para significação do mundo. Daí seu caráter existencial, já que por meio dele entrelaçavam-se o refletir e o agir de sujeitos endereçados ao mundo a ser humanizado. Desse modo, continuou Freire (1987,p.51), o diálogo não poderia reduzir-se ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro. Nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Mais sim do nosso ponto de vista um instrumento para produção de um conhecimento orgânico e politicamente engajado, denominado Educação Popular.

10 HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento no contexto da pesquisa *"Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato"*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Embora boa parte da literatura tenha destacado os anos 1960/70, como período de sua emergência/afirmação e, parte dos anos 1980, como período de realização de estudos e de- bates sobre sua concepção, sublinhou Paludo (2001, p.82),a gênese da Educação Popular se deu anteriormente à Proclamação da República, no contexto das lutas em favor da libertação dos escravizados, dos movimentos empreendidos pelos movimentos socialistas e operários no período de 1889 a 1909.

Todavia, de acordo com Paludo (2001, p.89), foi no início dos anos 1960 que ela ganhou notoriedade através dos primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP) ligados à prefeitura de Recife, onde Paulo Freire teve participação ativa. Em 1961 foi criado, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB). E, por iniciativa da união Nacional dos Estudantes (UNE), foram criados, também, os Centros Populares de Cultura (CPC) e, em 1963, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Desde a sua concepção, ressaltou Paludo (2001, p.96), a Educação Popular representou uma perspectiva significativa para o fortalecimento das classes populares rumo às 'reformas de base'. No campo pedagógico, a grande virada se deu através do reconhecimento dos saberes e da cultura popular.

A ruptura representada pela Educação Popular, ressaltou Paludo (2001, p.65), foi resultado de uma maturação histórica em que as classes populares buscaram o distanciamento tanto da tutela política do Estado (que assumiu a feição clássica do populismo inaugurado por Vargas na década de 30) quanto da esquerda que**,** na época, apesar das boas intenções, norteava-se por uma postura de 'fazer para' e não 'fazer com'. Associada aos processos de construção dos movimentos sociais populares, realçou Paludo (2001, p.85), a Educação Popular teve como escopo a formação e organização de classes e setores populares oprimidos e marginalizados. Assim, articulada ao projeto político do ativismo popular, sua práxis amparava-se em uma dimensão histórico-conjuntural própria dos contextos em que ocorriam.

Os alicerces desta concepção, salientou Paludo (2001, p.97;99), fundamentaram-se em diversas matrizes teóricas e experiências concretas que serviram como fonte permanente de reflexão. Onde, a práxis pedagógica orientava-se por um conjunto de valores ético-políticos, dentre os quais se destacaram a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares) capazes de serem os construtores da sua própria história de libertação e da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes. Foram tais práticas que em seu forte apelo à justiça, evidenciamos (2009), estimularam a luta pela tomada do sindicato do controle patronal:

> *"Olha, as mulheres não tinham direito de associar no sindicato, participar da diretoria [...]. [...] aí [...] em oitenta e cinco começamos uma luta pra tomar o sindicato [...] entramos com a chapa [...] aí nós tomamos o sindicato.*

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> *[...] hoje as mulheres fazem parte, são filiadas, fazem parte da diretoria. A maioria quase toda são* mulheres aqui no sindicato."[11]

Diante disto, os conhecimentos elaborados pelas trabalhadoras ao longo do processo de conquista da filiação e gestão do STR, hoje Sintraf Serrinha, trouxe em si a riqueza e amplitude de um processo que decorreu de uma ação educativa comprometida com projetos e ações direcionados a consolidação de políticas públicas, relativas a mitigação dos processos de desigualdade/exclusão/vulnerabilidade.

2.1 Trabalhadoras rurais, participação e a consolidação de políticas públicas

A ocupação do espaço público por trabalhadoras rurais evidenciou nas palavras de Quijano (2003), o papel de movimentos políticos que se apresentam com objetivo de agregar forças historicamente marginalizadas e excluídas, numa luta em favor da promoção da própria dignidade e da construção da substancialidade democrática. Tal construção evidenciou a relevância da pedagogia freireana, como diria Paludo (2001, p.91), no reconhecimento/fortalecimento da condição de sujeitas/os históricas das classes populares.

O conjunto político-pedagógico da obra de Paulo Freire, o distinguiu como um dos importantes edificadores da Educação Popular - concepção pedagógica que, além de ser brasileira, levou em consideração o contexto sócio-histórico e a necessidade de transformá-lo. Articulada ao projeto político das organizações populares no Território do Sisal, destacamos[12] (2009,p.49) que essa educação passou a estimular a participação das trabalhadoras rurais na formulação de políticas públicas, assegurando intervenções concretas frente aos processos de exclusão / vulnerabilidades vividas por essas mulheres e suas comunidades. (NASCIMENTO, 2009,p.49)

A luta em favor dessas políticas foi bastante desafiadora. Até que as conquistas se mostrassem, um longo caminho foi percorrido pelas agricultoras/trabalhadoras rurais. Até o início da década de 80, salientamos[13] (NASCIMENTO, 2009, p.54), as trabalhadoras/agricultoras foram submetidas a uma invisibilidade de caráter institucional no sindicato. Não votavam e não eram votadas, haja vista que viviam sob a tutela dos esposos:

11 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

12 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B**. Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009

13 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B**. Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> *"[...] as mulheres daquele período eram consideradas dependentes dos maridos, né? O esposo era arrimo de família, o chefe de família e a ele era dado o direito de ser filiado e também ser tutor das mulheres. Ou seja, eram os representantes que eram filiados e as mulheres e filhos eram dependentes deles. Então, as mulheres não participavam do sindicato,nem como filiadas e nem das decisões políticas."* [14]

A ausência dessa tutela só se dava nos casos em que as mulheres eram consideradas chefes de família (viúvas, mães solteiras ou mulheres que não tinham convivência marital). Afora isso, parte considerável dependia dos esposos para assegurar o vínculo com a instituição e ter acesso aos poucos e precários serviços/benefícios disponíveis à população rural, entre os quais se destacavam a assistência à saúde: *"[...] as mulheres tinha direito a uma ficha pra médico pela ficha de filiação do marido."*[15]

E, embora a consciência da situação de opressão por si só não fosse o suficiente para questionar o domínio masculino, constituiria o patamar inicial para sua problematização no plano subjetivo-privado e objetivo-público. Em razão disso, salientou Stromquist (1997, p.83), um pré-requisito para a conquista de poder por parte das mulheres seria a saída do lar/espaço privado para participação em alguma forma de empreendimento coletivo/espaço público:

> *"Ah! Nossa importância hoje que a gente pode participar da diretoria... A [...] gente [...] mulher já participa do movimento, da diretoria...Já vê a visão de participação nos poderes, né? De poder ser uma vereadora, uma prefeita...A gente vê muito interessante isso."*[16]

Através de associações de natureza pequena e voluntária, como diria Stromquist (1997, p.83), as trabalhadoras adquiriram a confiança necessária pra o exercício da liderança. A participação dessas mulheres no sindicato foi uma conquista que permitiu o alcance de uma autovalorização e de uma autonomia jamais vivenciada antes. Foi em decorrência desse processo, conforme ressaltamos[17] (NASCIMENTO, 2020b, p.192), que as trabalhadoras se autorreconheceram como portadoras de direitos. A partir daí, conquistas importantes foram consolidadas, através de articulações em nível nacional, como o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e o direito à seguridade titularidade da terra e do acesso ao crédito rural, rompendo com

14 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

15 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-presidenta do sindicato a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

16 Trecho inédito da entrevista concedida por uma trabalhadora rural, ex-líder da Base Sindical da comunidade de Subaé, a pesquisa *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha".*

17 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,2020 (Série Cadernos Flacso).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

séculos de predomínio masculino. Bem como, salientamos[18] (NASCIMENTO, 2020b, p.194), conquistas em nível local, especialmente para as mulheres vítimas de violência doméstica, a exemplo da instalação do Centro de Apoio à Mulher (CRAM); da operacionalização da ronda Maria da Penha em comunidades rurais e bairros periféricos da zona urbana do município de Serrinha; além do investimento promovido pelo Sintraf em ações de fortalecimento da autonomia financeira de mulheres rurais, entre outras. Desse modo, a participação das trabalhadoras rurais constituiu esteio fundamental para que, tanto em nível local, quanto em nível nacional políticas públicas fossem consolidadas. Fato que produziu efeitos significativos na mitigação de alguns dos processos de desigualdades/exclusões/vulnerabilidades que historicamente atingiram as trabalhadoras rurais.

3 Considerações conclusivas

No intuito de discutir o papel da Educação Popular de base freireana na luta das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF), contra os processos de desigualdade/exclusão implicados a vulnerabilidade social no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano, produzimos este ensaio. E, com base no pensamento de Vigene e Oliveira (2005, p.193;195), discutimos o conceito de vulnerabilidade em sua relação com o modo de produção capitalista, tendo em vista sua relação com a peculiaridade do sistema de desigualdades/exclusões/vulnerabilidades aqui imposto pelo legado civilizacional europeu.

Historicamente relacionado a concentração de renda e ao aumento das condições sub-humanas de existência, já na infância das trabalhadoras, esse legado civilizacional produziu processos de vulnerabilidade que trouxeram consigo o sentimento de insegurança, de *apartheid*, de insatisfação e da falta de dignidade. Algo capaz de produzir, conforme Vigene e Oliveira (2005.p.194-195), a quebra dos laços de solidariedade e a consequente desorganização social ou individual.

Nesse cenário de inseguranças, só poderiam derivar formas apolíticas de expressão, caracterizadas pelo recrudescimento de alternativas societárias comprometidas com projetos autoritários, conservadores e violentos. Ou ainda, conforme Quijano (2003 apud apud VIGENE e OLIVEIRA, 2005, p. 195;196), possibilitando a emergência de formas de solidariedade coletiva, expressada através de ativismos/movimentos políticos comprometidos com as lutas populares.

18 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,2020 (Série Cadernos Flacso).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

No Território do Sisal baiano, a participação das trabalhadoras rurais no SINTRAF Serrinha, constituiu uma evidência desses ativismos políticos em nível local. Ativismo que de acordo o nosso estudo[19] (2020a, p.39), implicou-se não apenas à criação de contra esferas políticas responsáveis pelo aprofundamento democrático do Sintraf/Serrinha; como pela luta por políticas públicas de inclusão. Políticas estas que tiveram rebate nos processos de desigualdades/ exclusões/vulnerabilidades presentes no meio rural.

A participação das trabalhadoras implicou em formas coletivas de aprendizados e construções de saberes mediados pelo debate crítico e pela intervenção na realidade, próprios da Educação Popular. A qual já no período de 1889 a 1909, ressaltou Paludo (2001, p.82;89), pautou-se pelas lutas em favor da libertação das/os escravizados e das lutas dos operários; ganhou notoriedade no início dos anos 1960, através dos primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP), do Movimento de Educação de Base (MEB), dos Centros Populares de Cultura (CPC) e, do Plano Nacional de Alfabetização (PNA). E, que teve em Paulo Freire sua principal referência política e pedagógica.

Em se tratando do ativismo inaugurado pelas trabalhadoras rurais no Sintraf Serrinha, a Educação Popular desempenhou um papel extremamente relevante, na medida em que potencializou a construção de conhecimentos que possibilitaram uma nova visão de mundo, onde estas mulheres não apenas se descobriram como parte de uma sociedade com interesses antagônicos, m as também como produtoras de um conhecimento mais elaborado, lógico, orgânico e politicamente engajado. Retroalimentado pela participação, esse conhecimento tornou-se capaz de interferir nas condições de existência individual e coletiva das trabalhadoras rurais, através da consolidação de políticas públicas de inclusão. Foi através disto, conforme destaca Nascimento (2020a, p.38), que elas passaram a se autorreconhecer como portadoras de direitos; deflagrando algumas das lutas e conquistas mais relevantes na escala nacional e local: direitos trabalhistas e previdenciários; titularidade da terra; acesso ao crédito rural; combate à violência doméstica, entre outros.

Em face da discussão aqui travada, concluímos que ainda que localizada, as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais apontaram para a relevância da Educação Popular na construção de espaços contra hegemônicos a lógica de exclusão própria do sistema capitalista e das vulnerabilidades daí decorrentes. Exemplos como este, ilustram a relevância das pedagogias progressistas na formação das trabalhadoras rurais e do campesinato como um todo. Especialmente para as trabalhadoras rurais, que como evidenciamos[20] (2020b,p.142-143), desde a infân-

19 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. **Trabalhadoras rurais e empoderamento:** relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. 2020 367p. Tese (Doutorado). Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, Ba, 2020.

20 Análise fundamentada no trabalho NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,2020 (Série Cadernos Flacso).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 157 a 172 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

cia foram obrigadas abandonar a escola, em função da labuta pela sobrevivência. E, que mesmo depois da participação na luta sindical, a conquista do chão da escola foi tímida.

De fato, a experiência de Educação Popular vivenciada pelas trabalhadoras produziu aprendizados e conhecimentos que precisam chegar ao chão das escolas - espaço mais do que nunca em disputa em nosso país. Esse fato revela a importância da luta pela política pública da educação e pela luta em torno Educação Popular, que enquanto construção comprometida com a humanização e a emancipação, se dirigiu a sujeitas e sujeitos. Para além de uma abstra- ção teórica e universal, são pessoas encarnadas: do campo e da cidade; de dentro e de fora dos ativismos/movimentos sociais; situadas e situados em uma condição de classe, gênero, raça, geração, entre outros.

Sujeitas e sujeitos que embora singularizadas/os, estiveram inseridas/os em um contexto histórico onde a rebeldia foi fundamental; deixando-nos seu legado tanto para o enfrentamento das situações desigualdades/exclusões que no contexto da pandemia do COVID 19 exacerbou os processos de vulnerabilidade social. Além disso, um legado de enfrentamento da opressão em suas tentativas de cerceamento das liberdades e direitos consolidados pela democracia em nosso país. Eis aí a atualidade da pedagogia freireana: no desvelamento do mundo da opressão e no comprometimento com a práxis transformadora. Uma práxis que nos tempos de pandemia que vivemos, contribua decisivamente para a formação de mulheres e dos homens que em permanente processo de ação-reflexão-ação, se insurjam continuamente em favor da vida, da democracia e da equidade.

Referências

BIANCHI, J. J. P. Sobre a noção de currículo. In: **A educação e o tempo:** três ensaios sobre a história do currículo escolar. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTTO, A.; HORA, K. E. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Z. [Org]. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008.

FRANCO, M. A. C. **Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia. 2018 331 p.** Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, Ba, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

NASCIMENTO, T. R. B**. Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

NASCIMENTO, T. R. B. **Trabalhadoras rurais e empoderamento:** relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. 2020 367p. Tese (Doutorado). Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, Ba, 2020a.

NASCIMENTO, T. R. B. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, M. G. [Org]. **Mulheres rurais** [livro eletrônico]. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020b (Série Cadernos Flacso).

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas:** uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento:** o caso da região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana-Ba: UEFS Editora, 2010.

Serviço Educacional Lar e Saúde. **Bíblia Sagrada.** São Paulo: JUERP/Imprensa Bíblica Brasileira para a língua portuguesa, 1979.

SILVA, J. D. **Os desafios para os Direitos Humanos em tempos de Pandemia.** Geledés. Disponível em :●● www.geledes.org.br › os-desafios-para-os-direitos-humanos-em-temp... Consulta em: 31.08.2020.

SOARES, M. T. N.; Nascimento, T. R. B. **Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade.** [S.I]: Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação – CAMPUS XI. [2021]. 04 de junho de 2021. 1 vídeo (1h:43). [Webnar]. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=xw9lh01WFY4. Acesso em: 14 ago 2021.

SILVA, L. X. O estado na visão keynesiana. In: SILVA, L. X. [Org]. **Estado e políticas públicas.** Coord. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. América Latina, vulnerabilidade social e instabilidade na América Latina. In: DUPAS, G. [Coord]. **América Latina no século XXI:** perspectivas econômicas, sociais e políticas. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no assentamento Santo Antônio, sul de Mato Grosso do Sul

Peasant women weaving networks of mutual support as self-defense of territory bodies against patriarchal violence in the settlement Santo Antônio, southern Mato Grosso do Sul

Mujeres campesinas tejiendo redes de apoyo mutuo como autodefensa de los cuerpos territoriales contra la violencia patriarcal en el asentamiento Santo Antônio, sur de Mato Grosso do Sul

Luciana Pereira Higino
Licenciatura em Educação do Campo
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Dourados, MS
E-mail: Guilhermelucianaphg2016@gmail.com
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-8612-3428

Gislaine Carolina Monfort
Programa de Pós Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Dourados, MS
E-mail: gislainecmonfort@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5677-5740

Laura Jane Gisloti
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Dourados, MS
E-mail: lauragisloti@ufgd.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3954-0245

Resumo: A violência patriarcal produz uma guerra sistemática contra os corpos femininos e, neste contexto, é preciso considerar que as mulheres do campo vivem a intensificação dessas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

condições, nas lutas pela sua sobrevivência e pelos territórios de vida. Este é um estudo qualitativo, descritivo e reflexivo pautado na abordagem da teoria feminista e anticolonial, objetivando por um lado, investigar aspectos sobre a violência patriarcal contra as mulheres do assentamento rural Santo Antônio, em Mato Grosso do Sul. Por outro lado, buscamos compreender aspectos relacionados ao acolhimento e às redes de apoio acessadas pelas mulheres para o enfrentamento e combate à violência patriarcal. Encontramos como padrão a presença da violência sexista nas suas mais diversas expressões, de forma que a principal rede de apoio encontrada por essas mulheres está entre outras companheiras do assentamento. Consideramos que a consciência e a disposição das mulheres camponesas nos despertam esperança para que lutas de libertação das mulheres sejam construídas, a partir da base e do apoio mútuo entre as mulheres, para assim exterminarmos da sociedade a estrutura patriarcal que violenta mulheres de todos os territórios.

Palavras-chave: Assentamento. Feminismo. Mulheres. Patriarcado.

Abstract: Patriarchal violence produces a systematic war against female bodies and in this context, it is necessary to consider that rural women experience the intensification of these conditions, in the struggles for their survival and for the territories of life. This is a qualitative, descriptive and reflective study based on the approach of feminist and anti-colonial theory, aiming, on the one hand, to investigate aspects of patriarchal violence against women in a rural settlement in the settlement Santo Antônio, Mato Grosso do Sul. On the other hand, we seek to know the ways of reception and support networks accessed by women to confront and combat patriarchal violence. We found as a pattern the presence of sexist violence in its most diverse expressions, so that the main support network found by these women is among other women in the settlement. We believe that the awareness and disposition of peasant women gives us hope so that women's liberation struggles are built, from the base and mutual support among women, in order to exterminate from society the patriarchal structure that violates women from all territories.

Keywords: Settlement. Feminism. Women. Patriarchy.

Resumen: La violencia patriarcal produce una guerra sistemática contra los cuerpos femeninos y en este contexto es necesario considerar que las mujeres rurales experimentan la intensificación de estas condiciones, en las luchas por su supervivencia y por los territorios de vida. Se trata de un estudio cualitativo, descriptivo y reflexivo basado en el enfoque de la teoría feminista y anticolonial, que tiene como objetivo, por un lado, investigar aspectos de la violencia patriarcal contra las mujeres en el asentamiento Santo Antônio, Mato Grosso do Sul. Por otro lado, buscamos comprender las formas de acogida y las redes de apoyo a las que acceden las mujeres para afrontar y combatir a la violencia patriarcal. Encontramos como patrón la presencia de la violencia machista en sus más diversas expresiones, por lo que la principal red de apoyo encontrada por estas mujeres se encuentra entre otras compañeras del asentamiento. Creemos que la conciencia y disposición de las mujeres campesinas nos da esperanza para que se construyan las luchas de liberación de las mujeres, desde la base y el apoyo mutuo entre las mujeres, con el fin de exterminar de la sociedad la estructura patriarcal que viola a las mujeres de todos los territorios.

Palabras Clave: Asentamiento. Feminismo. Mujeres. Patriarcado.

Data de recebimento: 30/08/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15104

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

A exploração e a violência contra as mulheres e contra os territórios de vida formam um dos pilares da estrutura de dominação patriarcal, colonial e capitalista, que é sustentada pela política de Estado e pela economia neoextrativista. Compreender a guerra sistemática contra as mulheres e contra a terra exige expor as nuances das relações de poder, que atravessam o Estado e as relações de contra poder que são construídas pela resistência das mulheres e pelas redes tecidas por estas lutas.

A guerra sistemática contra as mulheres envolve a compreensão das inúmeras faces das violações contra os corpos-territórios femininos, tais como os aspectos relacionados à desumanização, utilização da força física, psicológica ou intelectual para subjugar, coagir e violar a classe feminina impedindo a existência digna, a autonomia e a manifestação de desejos. Ao mesmo tempo em que se produz constantemente a despossessão da vida, as ameaças, os espancamentos e a morte (RIVERA CUSICANQUI, 2012).

A despossessão dos corpos-territórios é um meio de domínio do poder e do lucro, que fundamenta os ataques constantes às mulheres, sobretudo as mulheres indígenas, quilombolas, de outros povos tradicionais e camponesas, pois estas mulheres compõem a linha de frente de luta pela terra e pela vida.

Essa despossessão se constitui através de antigas e novas estratégias de guerra contra a vida digna. Aí a importância de pensar a interseccionalidade e as relações étnico-raciais, que atravessam a opressão patriarcal contra mulheres negras e indígenas, violentadas por serem mulheres, somada à violência histórica racial/racista (DAVIS, 2016).

Para Collins (2000), há nas sociedades marcadas pela violência patriarcal e racista uma matriz de dominação caracterizada por opressões que se intersectam, onde sexo, raça e classe social são opressões completamente imbricadas. Por isso a importância de se pensar desde a interseccionalidade que nos permite entender a forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas de poder criam desigualdades, que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, povos e classes (CRENSHAW, 2002).

Os corpos das mulheres sempre foram o cerne da violência patriarcal, colonial e capitalista, de modo que o Estado segue sendo o sustentador das violações racistas e sexistas, além de seguir sendo um eixo da violência histórica contra os corpos femininos e reformulador constante das formas de estabelecer a guerra contra as mulheres. Nesse contexto, as políticas públicas conquistadas pela luta das mulheres são sempre frutos das lutas sociais incessantes.

Desse modo, a rapinagem sobre o corpo feminino se manifesta nas formas de destruição e subjugação da vida, mas também na mercantilização destes corpos em todos os aspectos e dimensões. Diante disso, as mulheres são cada vez mais marginalizadas, à medida que se ex-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

pandem os processos de acumulação das forças produtivas capitalistas, a artificialidade/homogeneização dos territórios sociobiodiversos e a mercantilização da vida e da terra (SEGATO, 2012; 2014; SAFFIOTI, 2013).

Por outro lado, a memória das histórias e trajetórias das mulheres, em sua multiplicidade de povos, demonstram a relação de coexistência entre corpo e terra, que se manifesta nas diversas visões de mundo. Várias experiências em diferentes latitudes revelam que as expressões de uma relação harmônica e respeitosa entre a terra e as sociedades são construídas pelas mulheres, a partir do cultivo afetivo e espiritual no manejo e na existência mútua com a terra e com todos sistemas cosmo-socioecológicos.

Nesse sentido, urge a necessidade de fortalecermos discussões que escancarem radicalmente as nuances das violações contra os corpos-territórios das mulheres, e que ao mesmo tempo, revelem a multiplicidade de estratégias de autodefesa construída pelas próprias mulheres, em diferentes arranjos territoriais.

É importante compreender que no Brasil, dados oficiais sobre a violência contra as mulheres ainda são muito invisibilizados e, em geral, constituem estimativas, uma vez que ainda há grandes dificuldades, no que concerne às denúncias que se perdem em meio a um sistema de registro que falho e que coage violenta ainda mais. Isto impõe à maioria das mulheres o retorno aos lugares de violência, pois grande parte dessas violações são praticadas por homens em âmbito doméstico, sendo que 70% dos assassinatos são cometidos por ex-maridos ou ex-namorados (LORENZONI, 2007).

Uma das dimensões dessa guerra contra as mulheres se reflete em dados concretos que são demonstrados pela plataforma digital "Violência contra as Mulheres em Dados"[1], do Instituto Patrícia Galvão, que estima que 2 milhões de mulheres são vítimas de violência doméstica no Brasil por ano, 175 mil por mês, quase 6 mil por dia, 250 por hora, uma a cada 15 segundos e, que, mais de 70% da população feminina brasileira vai sofrer algum tipo de violência no decorrer da vida (CONCEIÇÃO, 2018). Ainda é preciso levar em consideração que as mulheres são a maioria da população brasileira e representam 53% da força de trabalho do país, sendo as responsáveis diretas pela manutenção da renda familiar.

Quando analisamos os dados oficiais de feminicídio no estado de Mato Grosso do Sul, que é considerado um dos estados com os maiores índices de violência contra as mulheres, observamos que, no ano de 2019, 30 mulheres foram vítimas de feminicídio. A cada mês, 130 mulheres registraram boletim de ocorrência por estupro. A cada semana, 150 mulheres foram

1 INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as Mulheres em Dados**: plataforma reúne pesquisas, fontes e sínteses sobre o problema no Brasil. Violência contra as Mulheres em Dados, 2018. Disponível em: < https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/sobre-esta-plataforma/ >. Acesso em: 20/08/21.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

vítimas de agressões físicas tipificadas como lesão corporal dolosa. Por dia, 51 mulheres denunciaram alguma forma de violência doméstica. (MAPA DO FEMINICÍDIO, 2019)[2].

Em situações de violência doméstica há diversas questões que atravessam a despossessão e a vulnerabilidade imposta às mulheres, como a falta de apoio imediato, a escassez de assistência à criança, a falta de oportunidades de emprego, a ineficiência de lugares de acolhimento e a falta de espaços de cuidado à saúde, que intensifica as violências psicossociais contra as mulheres que vivem em territórios rurais. Há ainda inúmeras outras formas de despossessão que impactam as mulheres e crianças, nas mais diversas dimensões, como as do território como no contexto das mulheres campesinas e racializadas (DÍAZ e GAGO, 2014).

Sob essa ótica, é preciso considerar que as mulheres do campo estão em condições suscetíveis a muitos tipos de violência que se intensificam e são marginalizadas, em grande medida, por estarem enfrentando graves situações de vulnerabilidade socioterritorial (FEDERICI, 2019a; FEDERICI e VALIO, 2020).

Compreendendo todas essas dimensões, apresentamos neste artigo reflexões e análises sobre a violência sistemática que afeta as mulheres camponesas, no estado de Mato Grosso do Sul e a importância das redes de apoio, construídas pelas próprias mulheres como fonte de afirmação da vida e de cuidado coletivo. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar a relação entre violência contra as mulheres e o apoio mútuo entre as moradoras de um assentamento de reforma agrária no estado.

O texto está estruturado de forma que, primeiramente, apresentamos o caminho metodológico que foi trilhado para a construção dessa pesquisa e, posteriormente, demonstramos os resultados encontrados durante a caminhada, que culminou na construção desse texto. Desse modo, buscamos relacionar os resultados encontrados, com a literatura acadêmica feminista contemporânea, de modo que o conceito de corpos-territórios foi central para refletirmos como as ofensivas do patriarcado-capitalista sobre a terra e a biodiversidade está diretamente relacionada à desumanização e à subalternização/exploração das mulheres.

Posteriormente, tecemos reflexões sobre a importância da rede de acolhimento, luta e resistência construídas por mulheres e para mulheres. Por fim, enunciamos as considerações finais e destacamos possíveis perspectivas e horizontes sobre a importância da luta autônoma das mulheres para estudos posteriores.

2 GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Mapa do Feminicídio**: Mapeamento das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicidíos, ocorridas em Mato Grosso do Sul no ano de 2019. Junho, 2020. Disponível em: < https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/MAPA-DO-FEMINICIDIO-MS-2019.pdf >. Acesso em: 20/08/21.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Caminhos metodológicos

A pesquisa foi construída junto às mulheres do Assentamento Santo Antônio, que está situado no município de Itaquiraí, no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o estado do Paraná. Localiza-se na latitude de 23º28'26" Sul e longitude de 54°11'06" Oeste, estando distante cerca de 400 km da capital estadual (Campo Grande), abrangendo uma área de 2.063,876 km².

No município de Itaquiraí há 12 assentamentos: Aliança, Boa Sorte, Caburey, Foz do Rio Amambai, Guaçu, Indaiá, Itaquiraí, Lua Branca, Santa Rosa, Tamakavi, Sul Bonito e Santo Antônio. O local de estudo dessa pesquisa é o assentamento Santo Antônio, que foi conquistado em 2007, com uma área de 9.627 ha, abrigando 507 famílias, que têm a cadeia produtiva do leite como uma das principais atividades econômicas do assentamento (INCRA, 2018).

O assentamento nasceu da ação direta com a ocupação das terras da fazenda Santo Antônio no final do ano de 2005, com a participação efetiva dos movimentos sociais como o MST, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAGRI), a Federação da Agricultura Familiar (FAF) e a Central Única de Trabalhadores (CUT).

O latifúndio antes da ocupação estava subdividido em áreas denominadas de Santo Antônio, Caburey I, Caburey II, Caburey III e, com a ocupação, foram assentadas mais de 1.500 famílias sem-terra. Assim, o latifúndio que constituía as áreas de Santo Antônio, Caburey I, II e III foram compartilhadas por 4 assentamentos: Assentamento Santo Antônio (9.627 hectares – 507 famílias do MST), Itaquiraí (3.029 mil hectares, 258 famílias da Fetagri e da FAF), Foz do Rio Amambaí (2.394 hectares para 216 famílias da CUT) e Caburey (1.799 hectares, 163 famílias da Fetagri).

A economia do município é baseada na produção agropecuária. No setor agrícola, as receitas são advindas do plantio de lavouras temporárias como soja, milho, mandioca e cana-de-açúcar, que ocupam juntas mais de 90% das terras. Já no setor animal, a criação de gado de corte, galináceos de corte e bicho da seda têm impulsionado a geração de renda. (SANTOS et al., 2020).

Toda a dimensão do Sul do estado de Mato Grosso do Sul, onde está localizado o assentamento Santo Antônio compõe os territórios ancestrais dos povos Guarani e Kaiowá, que passou a ser retalhado pelo avanço das frentes colonialistas, através da presença dos bandeirantes, sertanistas e monçoeiros (EREMITES de OLIVEIRA, 2012). No início do século XX, houve a intensificação da vulnerabilidade territorial para os povos à medida que ganhou impulso, na região, a exploração do trabalho e do conhecimento nativo sobre a erva-mate. Já em meados da década de 50, a região começou a ser ocupada por migrantes procedentes dos estados de São Paulo e Paraná, de modo que culminou com o avanço de maiores extensões de terra voltadas ao agronegócio (NARDOQUE e KUDLAVICZ, 2013).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O trabalho de campo foi realizado durante os meses de janeiro a julho de 2019 e é fruto de reflexões e análises coletivas entre mulheres, com o protagonismo das mulheres camponesas e de uma pesquisadora camponesa, que vive nesse assentamento. A construção de conhecimento nesta pesquisa, a partir de uma mulher camponesa como pesquisadora, que construiu em sua comunidade um trabalho voltado ao engajamento epistêmico e político com as mulheres do território de reforma agrária em que vive, é um ato político de subversão à hegemonia patriarcal como autoridade epistêmica. Desse modo, ao tomar a palavra, como mulheres camponesas, se reapropriam e retomam suas histórias e trajetórias por meio de suas próprias narrativas (GISLOTI et a. 2021).

O fio condutor do estudo foi o tema da violência contra as mulheres camponesas do assentamento Santo Antônio, tendo como premissa investigar os caminhos que são percorridos por essas mulheres em busca de acolhimento. O enfoque teve como base a perspectiva teórico metodológica da pesquisa qualitativa, sob abordagem feminista e anticolonial enquanto eixos que auxiliaram no reconhecimento e na interpretação das relações macroestruturais e cotidianas.

Assim, para a coleta de dados utilizamos as entrevistas semiestruturadas, já que a vantagem dessa abordagem é permitir a captação profunda, sensível, imediata e corrente da temática pesquisada (AMAROZO et al., 2002).

O planejamento da pesquisa e o trabalho de campo consistiram em construir uma rede junto às trinta mulheres do assentamento. Em um primeiro encontro, as mulheres foram informadas sobre os objetivos e a condução da pesquisa e foi disponibilizado um questionário simplificado com questões abertas objetivando traçar o perfil social dessas mulheres e introduzir o tema da violência no âmbito doméstico. Nesse momento, avaliamos que o uso de questionário com questões abertas foi um instrumento viável, por possibilitar a identificação do perfil das mulheres, além de levantar alguns aspectos iniciais relacionados à violência contra as mulheres (RIBEIRO, 2008, GOLDENBERG, 2011).

Logo após responderem o questionário, em um segundo momento, as mulheres foram convidadas a participar das entrevistas, que foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada uma das participantes. Das 30 mulheres, 20 delas, de forma livre e esclarecida, concordaram em participar da pesquisa. Aqui, é importante destacar que o fato de uma das pesquisadoras residir no assentamento facilitou a construção da relação de confiança na pesquisa.

Em relação aos procedimentos de tratamento dos dados e das formas de análise, optamos pelo método de análise de conteúdo uso da distribuição de frequência e percentual das respostas para a análise dos dados das entrevistas, onde a amostra total foi de n=20, 100%. As narrativas presentes nas entrevistas foram analisadas com base na análise de conteúdo (BARDIN, 1995). Para constituição das categorias de análise, realizamos diversas vezes a leitura das transcrições das entrevistas (MORAES, 1999).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A definição das categorias deu-se, a partir do conteúdo manifesto de cada mulher. Esses discursos foram organizados em tabela com auxílio do programa Microsoft Excel 2019. Foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: 1. Social (idade, estado civil, escolaridade, profissão, filhas/os), visando verificar o perfil social das mulheres; 2. Trabalho doméstico (quem é considerado 'chefe' de casa e a justificativa, quem é responsável pelos serviços domésticos), a fim de refletir sobre a divisão/sobrecarga de trabalho doméstico e por fim: 3. Violências contra as mulheres (se já foi vítima ou conhece alguma mulher próxima que já sofreu violência de gênero, onde busca apoio nesses casos e se conhece ou confia na Lei Maria da Penha).

Aqui cabe pontuar que, embora as narrativas das entrevistas foram transcritas, optamos por não expor os depoimentos, visto que essa foi a orientação das mulheres que participaram da pesquisa. Entendemos que esse tema é bastante sensível e desperta grande desconforto nas mulheres vítimas de violência, desse modo, reiteramos nosso compromisso de construir uma pesquisa que, acima de tudo, respeite, acolha e compreenda as demandas das pessoas envolvidas.

No que diz respeito aos procedimentos éticos, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual segue as seguintes informações: apresentação sobre o tema da pesquisa, os objetivos, procedimentos utilizados para a construção dos dados, os riscos envolvidos, benefícios, bem como a garantia do sigilo em relação às identidades das participantes. Orientamo-nos segundo a perspectiva ética dialógica de Spin (2000), que propõe o compromisso ético pautado na manutenção do anonimato, no sigilo das participantes da pesquisa e no consentimento informado.

Desta forma, o estudo foi construído de maneira descritiva e reflexiva, tendo como objetivo investigar aspectos sobre a violência contra as mulheres e suas especificidades no contexto campesino, bem como conhecer a configuração das redes de apoio disponíveis ou as que são construídas pelas ações autônomas das mulheres.

Resultados e discussões

O panorama do regime contínuo de violência estrutural contra as mulheres tem diversas faces, que são perpassadas por distintas formas de letalidade, que se aprofundam com a truculência do controle sobre os territórios e corpos, através da despossessão da autonomia é a estratégia patriarcal para reprodução do sistema (SEGATO, 2014).

Quando tratamos de pensar a partir da América Latina é necessário entender que as relações de poder se somam ainda ao colonialismo e à usurpação permanente dos territórios de vida. A violência sexual, a crise ecológica e a devastação da terra e dos bens comuns até os modernos instrumentos do capital financeiro internacional e neoextrativista caracterizam a política colonialista e patriarcal (RIVERA CUSICANQUI, 2012). O modelo extrativista predatório tem

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

sido um modelo de degradação e apropriação neocolonial, que tem como base a exploração das riquezas naturais para o desenvolvimento industrial e biotecnológico a serviço do Norte Global.

Desta forma, o modelo neoextrativista é um eixo que configura a patriarcalização do espaço, que aprofunda sua existência através da violência contra as mulheres e a reorganiza nos processos de despossessão, como ocorre nos territórios tradicionais, territórios indígenas e nos territórios campesinos (GARCÍA-TORRES et al., 2018). Todo esse processo vai se constituindo pelas relações locais, por meio das quais as violações contra as mulheres adquirem feições específicas a partir do contexto territorial onde vivem.

A violência que afeta a vida das mulheres do campo, das florestas e de tantos outros lugares tem inúmeras faces nas relações cotidianas, seja em âmbito familiar, seja na questão da exploração sexual ou pelo tráfico de mulheres, mas também contra mulheres organizadas e contra lideranças de movimentos socioterritoriais, que se levantam frente ao roubo e à monopolização do neoextrativismo sobre seus territórios biodiversos.

Nesse sentido, a luta pelo acesso à terra se coloca como uma questão ligada à concepção da própria vida, já que a terra, para mulheres campesinas e indígenas, muitas vezes, exprime um território de herança cultural, afetiva, identitária e espiritual, que extrapola a concepção de meio de produção (KOROL, 2016).

No Mato Grosso do Sul, muitas mulheres vivem em territórios fora do espaço urbano, morando em assentamentos de reforma agrária ou em territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas. São mulheres de diversas idades e povos vivendo e trabalhando em casa e na agricultura (MENEGAT; SILVA, 2019).

As mulheres assentadas têm uma importante representação nas atividades de trabalho nos mais de 204 assentamentos do estado, mas elas também são 80% das pessoas sem acesso à renda no Brasil, de forma que 90% das mulheres camponesas começam a trabalhar ainda crianças, algumas na adolescência, sem carteira assinada, sem benefícios sociais e sem assistência previdenciária (LORENZONI, 2007).

Nesta pesquisa, em relação aos aspectos sociais é importante destacar que o perfil de mulheres participantes é de camponesas, mães, todas são casadas, com idade de 30 a 60 anos, que se identificam profissionalmente como sendo “do lar”, mesmo tendo grande participação na produção dos alimentos da agricultura. No âmbito da escolaridade encontramos que todas as mulheres interlocutoras tiveram acesso à Educação Escolar somente até o Ensino Fundamental I e II.

Ficou evidente a participação orgânica e ativa das mulheres na construção dos sistemas socioecológicos locais, por meio da valorização da diversidade de cultivos, pelo manejo adequado da terra e pelos saberes bioculturais campesinos. No entanto, um fato que é relevante nesta pesquisa é em relação à dimensão do trabalho, de modo que as mulheres participantes

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

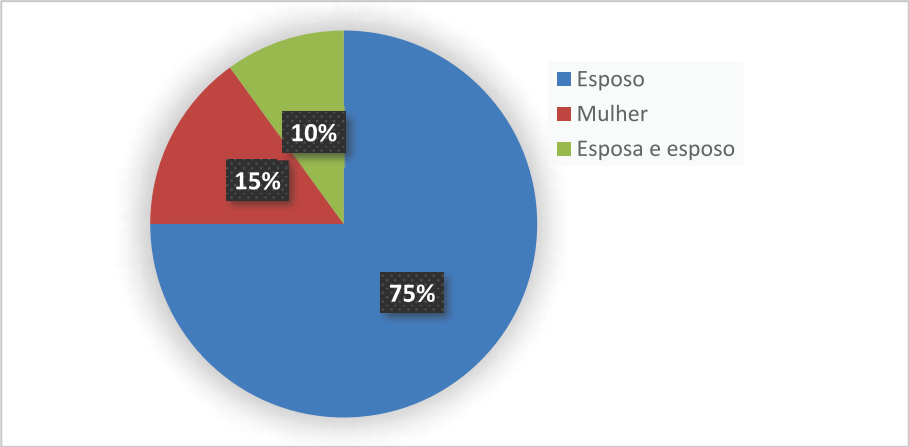
Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

expressaram determinada dificuldade de reconhecer seu vital papel na agricultura de subsistência e na reprodução da vida no assentamento.

Apesar de na maioria das vezes serem as principais protagonistas na agricultura, a violência sistemática contra os corpos-territórios das mulheres invisibiliza essas dimensões e subalterniza, expropria a capacidade reprodutiva das mulheres e estabelece maior controle e centralização do poder patriarcal. Da mesma forma, tal violência faz com que sejam suprimidas as capacidades reprodutivas dos ecossistemas saudáveis e equilibrados. Quando as mulheres são violadas, os seus conhecimentos, a sua sabedoria e o seu relacionamento próximo com a biodiversidade são brutalmente afetadas (MIES e SHIVA, 1993). Ao mesmo tempo, são as mulheres a principal força social que impede o caminho de uma completa comercialização da vida (FEDERICI, 2019b).

Quando analisados os aspectos inerentes aos papéis de gênero, a grande maioria das mulheres participantes do estudo (75%) consideraram o esposo como sendo o 'chefe' de família. Uma minoria de mulheres (10%) acredita que o casal é considerado 'chefe' de família, e algumas outras mulheres (15%) consideram a si mesmas as 'chefes' de família (Figura 1).

Figura 1 - Chefe de família, de acordo com as mulheres do assentamento Santo Antônio, Itaquiraí, Mato Grosso do Sul.



Fonte: As autoras

A justificativa mais evidente para a explicação da escolha da chefia da família de determinada pessoa (mulher, esposo e mulher/esposo) foi relacionada ao âmbito de sustento da casa, mas esse sustento acaba muitas se restringindo ao aspecto de trabalho externo, pois a maioria das participantes mulheres (75%) acreditam que o papel de 'chefia' da casa é delegado a quem tem a função de sustentar a família financeiramente. Há ainda uma minoria de justificativas relacionadas à honestidade e caráter (15%) e a um imaginário social sobre autoridade (10%).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Com efeito, historicamente, é possível afirmar que a construção dos papéis sociais/sexuais como do homem e da mulher está associada aos padrões impostos, introjetados e reproduzidos por ambos, sob o pano de fundo patriarcal. Cabe destacar ainda que um dos meandros da dominação-exploração é a relação de autoridade e de mando associada a violência (SAFFIOTI, 2001; SANTANA, 2013). Desta maneira, é importante frisar que, mesmo quando todas as atividades para a manutenção da vida da família são executadas pela mulher, em dupla e tripla jornada, com raras exceções ela é considerada 'chefe' da família, já que o 'chefe' é a 'autoridade' maior que provém a casa com dinheiro, sob os padrões da lógica patriarcal. Segundo essa construção cultural e social, estas atribuições cabem ao homem, enquanto à mulher compete a função de mãe/esposa/dona-de-casa e provedora da prole (BEAUVOIR, 1967).

As mulheres compõem grande parte no trabalho agrícola mundial e desempenham um papel vital para suas famílias e comunidades em âmbito local, mas também é crucial para outros territórios, onde as pessoas são alimentadas pela agricultura familiar. São as mulheres as responsáveis pelo cultivo de grande parte dos alimentos. O cultivo das hortas, o cuidado e manejo dos animais, o processamento, armazenamento e preparo dos alimentos, além dos cuidados com as crianças, enfermos e idosos são atividades quase que exclusivamente, realizadas por mulheres (CABNAL, 2010; KOROL, 2016). Apesar da grande importância como produtoras da vida, a invisibilização das mulheres é uma ferramenta patriarcal para manutenção da marginalização e exploração dos corpos-territórios femininos.

Contudo, além da violência sofrida por ser mulher camponesa, essas mesmas mulheres enfrentam severas dificuldades de acesso a direitos básicos, como o direito ao território para uma existência digna e para cultivar a terra, o direito ao acesso a recursos produtivos, além disso, encontram dificuldade de incentivo à formação de associações e cooperativas de mulheres, que possam garantir autonomia e fortalecimento coletivo (SHIVA, 2004).

Em relação às dimensões que perfazem os papéis de gênero (como limpar a casa, cozinhar e cuidar das crianças), observamos que a maioria dessas atividades é realizada pelas mulheres. A responsabilidade de fazer comida, limpar a casa e cuidar das crianças é apontada como sendo prioritariamente das mulheres da casa (85%), seguido pelo casal (15%). E nenhuma mulher apontou estas tarefas como sendo função exclusiva do esposo.

Desse modo, ainda que a crescente diversidade de configurações familiares decorrente do aumento do número de separações e recomposições conjugais seja um fato atual, a lógica patriarcal estrutura o imaginário social para a noção de família, com o arranjo que estabelece a mulher/mãe com papel de responsável pelas atividades domésticas e como cuidadora dos filhos e o homem/pai como 'provedor' material (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Efetivamente é na família que muitos dos comportamentos estereotipados e preconceituosos, que incidem sobre o que seriam papel de homem e papel de mulher são construídos e

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

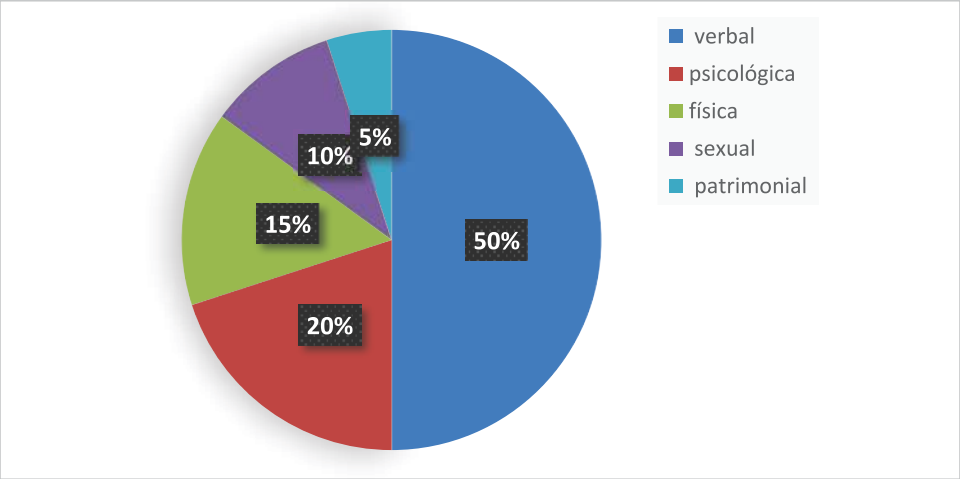
reproduzidos geracionalmente. Por conseguinte, homens e mulheres passam a naturalizar as relações de poder e os padrões patriarcais, seja no território urbano ou camponês, impedindo que outras relações mais horizontais sejam pensadas e exercidas no âmbito familiar, dentre elas a execução do trabalho doméstico e do cuidado parental.

Dessa forma, a família continua sendo o meio reprodutor da masculinidade e da feminilidade que são ferramentas de manutenção das relações hierárquicas e dos modelos tradicionais de paternidade e maternidade (BOTTON et al., 2015). Assim, os modelos tradicionais são usados para justificar a marginalização potencial das mulheres, de modo que o sexo é o fator da subjugação das mulheres pelo modelo de exploração e hierarquia patriarcal, colonialista e capitalista.

A violência doméstica contra as mulheres é reconhecida por meio de ações perpetradas no ambiente familiar ou nas relações íntimas de afeto, que ocasionam violações física, sexual, psicológica, danos morais ou patrimoniais e o feminicídio. Desta maneira, todos estes tipos de violência estão vinculados diretamente com as relações sociais, que estão respaldadas em desigualdades/hierarquia entre os sexos e nas relações de poder que estão inseridas no imaginário social de gênero (ARBOIT et al., 2015).

Compreendendo as múltiplas dimensões que atravessam a violência estrutural contra as mulheres, quando focamos nos aspectos de violência de notamos que a maioria das mulheres entendem a violência como sendo algo relacionado exclusivamente à agressão física e verbal. Nesse sentido, a pesquisa revelou que a maioria já enfrentou alguma situação de violência e a mais comum foi a violência verbal (50%), seguida pela violência psicológica (20%), violência física (15%), violência sexual (10%) e violência patrimonial (5%) (Figura 2).

Figura 2 - Tipos de violências contra as mulheres sofridas pelas mulheres do assentamento Santo Antônio, Itaquiraí, Mato Grosso do Sul.



Fonte: As autoras

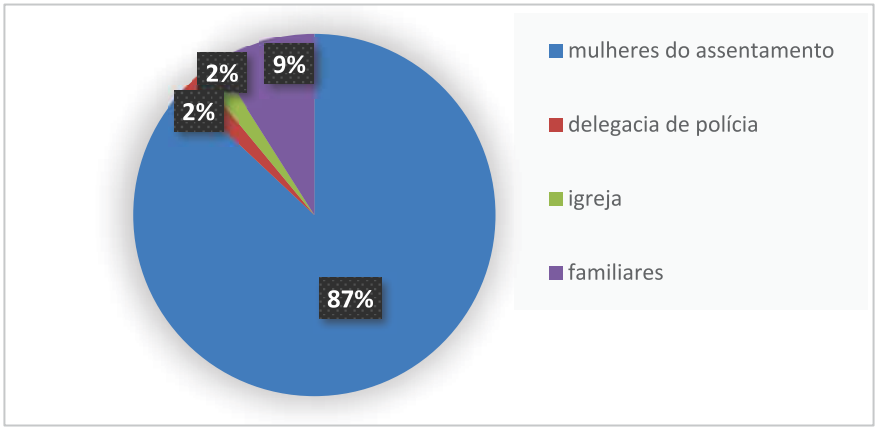
RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Apesar da maioria das mulheres relatarem terem sido vítimas de diversas formas de violência, no que se refere ao conhecimento sobre alguma mulher próxima que foi vítima de violência, as mulheres se dividiram, de forma que metade delas afirmaram não conhecer nenhuma mulher próxima que foi vítima de violência e a outra metade afirmou que já teve conhecimento. Isso pode estar relacionado, por um lado, com a dificuldade de reconhecer a violência em todas as suas dimensões, e por outro, à falta de incentivo para a construção de redes de acolhimento e apoio que possibilitem o rompimento do ciclo de silenciamento.

Em relação às redes de apoio acessadas por essas mulheres diante do fato da violência, a grande maioria das mulheres (87%) afirmaram encontrar apoio e acolhimento entre as próprias companheiras do assentamento. Um grupo menor de mulheres (9%), encontrou na família a rede de apoio em casos de violência e uma parcela ainda menor de mulheres compreendeu a Igreja e a delegacia de polícia como locais de acolhimento para mulheres em situação de violência (Figura 3).

Figura 3 - Redes de apoio acessadas pelas mulheres do assentamento Santo Antônio, Itaquiraí, Mato Grosso do Sul.



Fonte: As autoras

O que fica evidente é que predominantemente o apoio e a segurança são encontrados e construídos mutuamente pelas próprias mulheres em redes tecidas em suas bases comunitárias e de forma autônoma. A violência contra as mulheres e a invisibilização são agravadas nos territórios rurais quando há o esfacelamento das relações comunitárias, de forma que essas relações coletivas são princípios centrais da cultura dos povos do campo. Assim, há que se ressaltar que inúmeros, diversos e inspiradores são os exemplos de mulheres campesinas que protagonizam a luta nos movimentos populares construídos unicamente por mulheres que semeiam, a partir das redes de apoio mútuo entre mulheres a segurança e a potencialização da luta antipatriarcal, anticapitalista e anticolonialista.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Nesse sentido, há fatores que precisam ser ponderados, como por exemplo, a atual configuração dos assentamentos rurais do estado, onde organizações feministas encontram bastante dificuldade para se organizar, já que o modelo do agronegócio, que vigora em muitos assentamentos, extirpa qualquer tentativa de apoio mútuo e cooperação social, promovendo um processo de degradação das relações coletivas. Contudo, essa pesquisa revela um importante fato: as mulheres do assentamento Santo Antônio driblam todos esses percalços e encontram entre as companheiras o apoio e o acolhimento em situações de violência sexista.

A Lei Maria da Penha foi bastante abordada entre as participantes, de forma que todas as mulheres afirmaram que tem informações que foram obtidas por meio das reuniões feitas pela Assistência Social, em reuniões do Bolsa Família (80%) ou pela televisão (20%). A maioria (90%) afirmou que confia na Lei Maria da Penha e a justificativa mais evidente foi a de que protege as mulheres mesmo com as grandes limitações. As que não confiam na Lei (10%) alegam que o motivo é a demora no socorro e a ausência de pessoas preparadas para atuarem nos assentamentos na luta pelo combate à violência contra as mulheres. Uma parcela das mulheres (30%) acredita que a punição contra o agressor seja a solução mais eficiente, porém, para a maioria (70%), o encorajamento para a denúncia e para o rompimento do ciclo de violência seria a solução mais eficiente para que o cenário violento contra as mulheres do campo seja superado.

Os relatos escancaram que os instrumentos de combate à violência contra mulheres, que foram conquistados em âmbito institucional, são muito frágeis e não alcançam as mulheres do campo, nem ao menos indígenas e de outros povos tradicionais. As ferramentas das políticas públicas, muitas vezes se afundam na burocracia e não chegam até as mulheres (PASINATO, 2015). E um desses aspectos dos limites das políticas de Estado ainda fica evidente quando buscamos os dados sobre a violência contra as mulheres em territórios rurais e não dispomos do diagnóstico e menos ainda de instrumentos de combate, o que revela a grande falta de compromisso do Estado quanto a defesa da vida das mulheres.

As narrativas, de forma contraditória ou não, confrontam o lugar social imposto às mulheres, a violência e a despossessão de seus corpos, territórios e pensamentos e ao relatarem suas histórias e trajetórias, direta ou indiretamente, posicionam-se frente às múltiplas expressões do patriarcado, seja no âmbito do capitalismo, no âmbito institucional do Estado ou no contexto das comunidades.

A radicalização dos movimentos de libertação das mulheres está fundamentada na resistência e na luta por direitos sociais coletivos, que perpassam reivindicações das quais dependem a sobrevivência de suas famílias e comunidades, que por sua vez depende do acesso à terra como dimensão da vida, da agricultura familiar e da subsistência. Uma das principais dimensões da luta das mulheres campesinas perpassa pela necessidade da ampliação do acesso à terra, o que é constantemente ameaçada pela violência do Estado, pelas corporações nacionais/internacionais e pelo neoextrativismo para mercantilização do uso do solo (FEDERICI, 2019b).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Além do debate do acesso à terra, é preciso considerar que as diversas lutas que as mulheres semeiam e cultivam em diferentes latitudes do mundo são mais do que uma defesa ou reapropriação da terra, mas representam a retomada das raízes das sabedorias das mulheres e da capacidade de recomposição das relações coletivas incentivando e valorizando a agricultura familiar e de subsistência que contribui para a segurança e autonomia alimentar.

As autoras Menegat e Silva (2019) demonstraram como são as mulheres as primeiras que optam pela produção nos quintais construindo uma economia de autoconsumo composta por cultivos e alimentos que sustentam a família, seja através de horta e pomares, seja por meio de grãos e criação de animais. As mulheres camponesas também são uma das principais guardiãs das riquezas naturais, são as que nutrem as famílias, são também selecionadoras de técnicas de conservação e processamento dos produtos, além de outras funções no campo da produção e multiplicação de alimentos (MENEGAT e SILVA, 2019). A agricultura de subsistência semeada pelas mulheres contesta diretamente a tendência do agronegócio de devastar e reduzir as terras cultiváveis para expandir um modelo predatório de monocultura, envenenamento do solo e aniquilação da biodiversidade.

As mulheres camponesas são as produtoras dos principais cultivos básicos em todo o mundo: arroz, trigo e milho, os quais representam até 90% dos alimentos consumidos. No sudeste da Ásia, as mulheres são 90% da mão de obra do cultivo de arroz. Na África subsaariana, as mulheres produzem 80% dos alimentos básicos para o consumo familiar e para a venda e cultivam 120 espécies vegetais distintas nos espaços livres. As mulheres realizam de 25% a 45% das lavouras agrícolas na Colômbia e no Peru. Em algumas regiões andinas, as mulheres ainda cultivam e mantêm os bancos de sementes que sustentam toda a agrobiodiversidade e a produção de alimentos. Em Ruanda, as mulheres são as produtoras tradicionais de judia, conhecidas como a "carne" do campo. Nesse mesmo sentido, as mulheres constituem 53% da população trabalhadora agrícola no Egito (SENRA e LEÓN, 2009).

A produção de subsistência das mulheres é um instrumento essencial de cuidado sobre a saúde, a vida e o território, representando uma agricultura vinculada às memórias bioculturais femininas (compartilhadas geracionalmente) e aos processos ecológicos locais. Essa produção de subsistência contribui também "para um modo de vida não competitivo, centrado na solidariedade que é fundamental para a construção de uma nova sociedade" (FEDERICI, 2019b, p. 301). Por outro lado, a monocultura é um modelo que produz o apagamento da memória da semente e, consequentemente, da memória biocultural campesina por meio da manipulação genética das culturas e da intoxicação por veneno.

Nesse sentido, a luta das mulheres campesinas é uma das fronteiras de resistência contra um modelo predatório de "des-envolvimento" capitalista que promove a separação das comunidades camponesas da terra onde vivem, além de afetar profundamente as relações territoriais

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

coletivas e comunitárias. Nestas circunstâncias, as mulheres são as mais afetadas, já que além da violência de gênero/sexista física, moral, verbal, psicológica, doméstica, da sobrecarga de trabalho e da desvalorização social, ainda precisam lutar contra a usurpação e monopolização dos territórios (KOROL, 2016).

As mulheres possuem uma função vital na defesa da terra-território e dos bens comuns, amplamente ameaçados pelos processos de acumulação do capital. A política dos comuns com base em uma perspectiva feminista e anticolonial é um contraponto e uma alternativa histórica ao monopólio de Estado, à propriedade privada e ao neoextrativismo. E forja-se como campo de ação política e um conceito unificador que prefigura a sociedade cooperativa (FEDERICI, 2019b).

O processo de expansão dos territórios corporativos sobre os territórios de vida é uma das faces do estado de exceção, que a política do Estado promove contra a vida das mulheres. Esse regime está atrelado ao avanço na criminalização dos movimentos sociais de luta por terra-território. Soma-se a isso a impunidade contra fazendeiros, políticos e empresas nacionais/transnacionais responsáveis pelo genocídio e pelos crimes socioambientais que atingem diretamente as populações camponesas e tradicionais.

A luta das mulheres do campo e de povos tradicionais, em sua multiplicidade, é resultado da experiência de habitar um corpo e um território impactado e violado por opressões estruturais patriarcais, colonialistas e capitalistas, as quais fundamentam a violência e a exploração de toda biodiversidade (CABNAL, 2010).

Frente ao desterro provocado pela ordem neoliberal, os diálogos encontrados neste estudo demonstraram que a rede de apoio mútuo vem sendo tecida pela luta das mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tantas outras mulheres que fortalecem a segurança, a autonomia e a perspectiva de coletividade. Isso faz pulsar vida diante de um amplo colapso ecológico, social e territorial ocasionado pelo modelo predatório do agronegócio que alicerça a violência patriarcal.

As mulheres semeiam formas de cuidado coletivo entre suas próprias organizações de base no seio das lutas comunitárias, rompendo com os estereótipos de gênero e atributos estigmatizantes que sustentam os padrões sexistas e aprofundam o controle, as desigualdades e a violência contra as mulheres. Nesse estudo, encontramos que a linguagem popular feminista, "nós por nós", é uma realidade concreta em que as mulheres encontram entre as suas companheiras a rede de apoio e acolhimento procurada.

Diante desse contexto, a conscientização e o fortalecimento da rede de cuidado entre mulheres tem sido buscada através dos espaços pedagógicos da luta com a construção de ações educativas e culturais, que tem por finalidade a construção de atitudes igualitárias e horizontais com respeito às mulheres e às diversidades geracionais, territoriais e socioculturais (DUTRA et al., 2013).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Todas essas dimensões potencializam outros horizontes teórico-políticos construídos pedagogicamente, desde o cuidado entre mulheres, de suas lutas, métodos e formas de construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, esses outros horizontes contribuem para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo como uma das estratégias políticas para a libertação das mulheres contra a matriz de pensamento formada pelas arestas do patriarcado e a ofensiva do capital no campo que nega, subjuga e marginaliza as mulheres.

Por fim, refletimos que o fortalecimento da aliança entre mulheres em seus territórios constitui uma de nossas principais formas de autodefesa e faz germinar a retomada das raízes das sabedorias historicamente construídas por nossas antepassadas em defesa da vida e da terra. Esperançamos assim, fortalecer e contribuir com a expansão das lutas feministas pensadas e construídas desde o território, a partir das fortes e profundas raízes campesinas, indígenas, quilombolas e de todas as mulheres da América Latina.

Considerações finais

O fio condutor desta pesquisa foi o tema da violência contra as mulheres camponesas, tendo como pano de fundo, os caminhos que são percorridos por essas mulheres em busca de acolhimento. O enfoque se deu a partir da perspectiva teórico metodológica da pesquisa qualitativa sob abordagem feminista e anticolonial enquanto eixos, que auxiliaram no reconhecimento e na interpretação das relações macroestruturais e domésticas.

Essa pesquisa revelou um triste e violento, porém já esperado, padrão entre as mulheres participantes do assentamento Santo Antônio: a presença da violência patriarcal nas suas mais diversas expressões. A análise do perfil social já nos mostrou indícios iniciais das violações quando nos deparamos com o resultado de que nenhuma mulher entrevistada teve acesso ao ensino médio, revelando uma explícita dificuldade de acesso dessas mulheres à educação básica e a violência assentada sob as bases da hierarquia social erigida por matrizes sexistas e racistas.

Uma expressão da violência sistemática é explicitada quando a maioria das mulheres identificam o esposo como sendo o ‘chefe’ de família, mesmo quando elas são as responsáveis por todas as atividades que mantém a família e a comunidade, indicando a perturbadora exploração e invisibilização social a qual estão subjugadas. Outra expressão dessa violência sistemática foi identificada, de forma que as mulheres relataram, em sua maioria, já terem sido vítimas de várias dimensões dessas violências: verbal, psicológica, física, patrimonial, entre outras.

Mas em contraposição, este estudo revelou um fato bastante importante: as mulheres camponesas do assentamento Santo Antônio encontram apoio, segurança e acolhimento em situações de violência patriarcal entre as próprias companheiras do assentamento. Percebe-se que a rede de apoio mútuo tecida pelas próprias mulheres em base comunitária fundamenta a maior garantia de autodefesa frente às violações constantes.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Dessa forma, concluímos este trabalho, considerando que a consciência e a disposição das mulheres campesinas ao aceitarem participar desta pesquisa, ressaltando a importância da rede de apoio mútuo entre mulheres, nos desperta esperança para que muitas redes e teias sejam semeadas a partir da visão de mundo e da memória de resistência da luta das mulheres camponesas.

Esperançamos no fortalecimento da aliança das lutas e do apoio mútuo entre mulheres e que essas lutas sejam pautadas sob o âmago antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, anticolonialista, para assim exterminarmos da sociedade a estrutura de opressão que produz a guerra sistemática contra as mulheres e para que possamos construir um mundo novo a partir de um projeto de vida digna, terra e liberdade.

Agradecimentos

A todas mulheres do assentamento Santo Antônio que se disponibilizaram em construir esta pesquisa de forma coletiva.

Referências

ALMEIDA TELES, Maria Amélia de; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. Brasiliense, 2017.

AMOROZO, Maria Christina de Mello; MING, Lin Chau; SILVA, Sandra Maria Pereira. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002.

ARBOIT, Jaqueline et al. Violência doméstica contra mulheres rurais: interfaces de gênero na concepção de agentes comunitários de saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde,** v. 14, n. 2, p. 1067-1074, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BEAUVOIR, Simone. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão europeia do livro, v. 2, 1967.

BOTTON, Andressa et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, v. 19, n. 2, p. 43-56, 2015.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos:** el feminismo comunitário. Buenos Aires: ACSUR, 2010.

CONCEIÇÃO, Thays Berger et al. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3597-3607, 2018.

GARCÍA-TORRES, Miriam et al. (Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las -mujeres y los megaproyectos extractivos. **Ecología Política**, n. 54, p. 67-71, 2018.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DÍAZ, Natalia Quíroga; GAGO, Verónica. Los comunes en femenino: Cuerpo y poder ante la expropiación de las economías para la vida. **Economía y Sociedad**, v. 19, n. 45, p. 1-18, 2014.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013.

EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, v.12, n. 22, p. 27-48, 2012.

FEDERICI, Silvia, VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

GISLOTI, Laura Jane et al. Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. 1-19, 2021.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2018. **Relatório de Assentamento**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/media/docs/relatorio-gestao/2017/sr16-ms.pdf. Acesso em: 17, março de 2022.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**: mujeres, tierra y territorio en América Latina. GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre, 2016.

LORENZONI, Carmen. **Violência nas relações de gênero e classe:**1 Recife: Libertas, 2007.

MENEGAT, Alzira Salete, SILVA, Sandra Procópio. Mulheres camponesas em movimentos: análises da atuação feminina na via campesina, na caminhada para a soberania alimentar. **MovimentAção**, v. 6, n. 10, p. 130-142, 2019.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **A práxis do ecofeminismo:** biotecnologia, consumo e reprodução . Icaria Editorial, 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 37, p. 7-32, 1999.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta metodológica. **Geografia em Questão**, v. 12, n. 2, p. 110-123, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice, KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas,** v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidênci**a: olhares e pesquisa em saberes educacionais, v. 4, n. 5, p. 129-148, 2008.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Violencias (re)encubiertas en Bolivia**, Santander, Otramérica, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade**. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Anabela Maurício. **Mulher mantenedora/homem chefe de família**: uma questão de gênero e poder. Revista Fórum Identidades, v. 8, n. 8, p. 1-17, 2013.

SANTOS, Vania Olmedo Moura; CAMACHO, Rodrigo Simão; CONCEIÇÃO, Cristiano Almeida. Considerações acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no projeto de assentamento Santa Rosa em Itaquiraí–MS. **Revista Geonorte**, v. 11, n. 38, p. 200-223, 2020.

SENRA, Lídia; LEÓN, Irene. Las mujeres Gestoras de la Soberanía Alimentaria. In: **Las mujeres alimentan al mundo**. Soberania alimentaria em defensa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos**, v. 18, p.106-131, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014.

SPINK, Mary Jane. **A ética na pesquisa social:** da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. Psico, v. 31, n. 1, p. 7-22, 2000.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida:** Mujer, ecología y supervivência. Madrid: Horas y horas, 2004.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Cultura indígena Jenipapo-Kanindé: o caso da mandioca

Indigenous culture Jenipapo-Kanindé: the case of manioc

Cultura indígena Jenipapo-Kanindé: el caso de la yuca

Wellington Ferreira de Freitas Filho
Mestrado em Antropologia de Ibero-América, Universidade de Salamanca (USAL)
Salamanca, Castela e Leão, Espanha
E-mail: wferreira86@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0889-2256

Josemar Adelino de Farias Júnior
Doutorando em Ciências Sociais da Universidade de Salamanca(USAL)
Salamanca, Castela e Leão, Espanha
E-mail: juniorbrazuca_pt30@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1552-9519

María Esther Martinez Quinteiro
Professora da Universidade de Salamanca (USAL)
Salamanca, Castela e Leão, Espanha
E-mail: est@usal.es
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4591-1804

Resumo: A etnia Jenipapo-Kanindé, que é descendente dos indígenas Payaku, possuem cerca de 328 habitantes e residem na Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada no território do município de Aquiraz, Ceará, Brasil. Perderam seu idioma materno e falam a língua portuguesa, com fortes influências dos dialetos de outras tribos do Nordeste. Quebrando o ciclo de sociedade patriarcal, a primeira mulher foi eleita por meio de votação popular de seu povo e se tornou a primeira cacique do Brasil. Abundante em terras indígenas, a mandioca possui grande rusticidade e imensa capacidade de adaptação a condições desfavoráveis de solo e clima. O tubérculo pode ser chamado de macaxeira ou aipim, dependendo da região de consumo e representa uma das culturas mais importantes para alimentação dos índios sul-americanos. Temos como objetivo apresentar a história da cultura Jenipapo-Kanindé bem como o cultivo da mandioca, o modo de consumo e a obtenção de renda por meio da comercialização de itens produzidos pela etnia. Utilizamos como base metodológica a descrição densa de Geertz para desenvolver uma revisão narrativa de literatura de natureza qualitativa. Portanto, partimos da hipótese que a mandioca,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

além de fornecer recursos nutritivos de base energética para a comunidade, também continua sendo o maior gerador de obtenção de recursos por parte desta, assim como acontece na maioria das comunidades indígenas do Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: Mandioca. Etnoturismo. Jenipapo-Kanindé.

Abstract: The Jenipapo-Kanindé ethnic group, who are descendants of the indigenous Payaku, have about 328 population and reside in the *Lagoa da Encantada* Indigenous Land, located in the territory of the municipality of Aquiraz, Ceará, Brazil. They lost their mother language and speak Portuguese, with strong influences from the dialects of other tribes in the Northeast. Breaking the cycle of patriarchal society, the first woman was elected by popular vote from her people and became the first chieftain in Brazil. Abundant in indigenous lands, manioc has great rusticity and immense capacity to adapt to unfavorable soil and climate conditions. The tuber can be called manioc or cassava, depending on the region of consumption and represents one of the most important crops for food for South American Indians. We aim to present the history of the Jenipapo-Kanindé culture as well as the cultivation of manioc, the mode of consumption and the obtaining of income through the sale of items produced by the ethnic group. We used Geertz's dense description as a methodological basis to develop a qualitative narrative review of literature. Therefore, we start from the hypothesis that cassava, in addition to providing energy-based nutritious resources to the community, also remains the largest generator of resources obtained by this community, as it happens in most indigenous communities in Northeast Brazil.

Keywords: Manioc. Ethnotourism. Jenipapo-Kanindé.

Resumen: La etnia Jenipapo-Kanindé, descendiente de los indígenas Payaku, tiene aproximadamente 328 habitantes y reside en la Tierra Indígena *Lagoa da Encantada*, ubicada en el municipio de Aquiraz, Ceará, Brasil. Perdieron su lengua materna y hablan portugués, con fuertes influencias de los dialectos de otras tribus del noreste. Rompiendo el ciclo de la sociedad patriarcal, la primera mujer fue elegida por voto popular de su pueblo y se convirtió en la primera cacique indígena de Brasil. Abundante en tierras indígenas, la yuca tiene una gran rusticidad y una inmensa capacidad de adaptación a condiciones edafológicas y climáticas desfavorables. El tubérculo se puede llamar yuca o mandioca, según la región de consumo y representa uno de los cultivos alimentarios más importantes para los indios sudamericanos. Nuestro objetivo es presentar la historia de la cultura Jenipapo-Kanindé, así como el cultivo de la yuca, el modo de consumo y la obtención de ingresos a través de la venta de artículos producidos por el grupo étnico. Utilizamos la descripción densa de Geertz como base metodológica para desarrollar una revisión de la literatura narrativa de carácter cualitativo. Por lo tanto, partimos de la hipótesis de que la yuca, además de proporcionar recursos nutricionales a base de energía para la comunidad, también sigue siendo la mayor fuente de recursos para esto, como sucede en la mayoría de las comunidades indígenas del noreste de Brasil.

Palabras clave: Yuca. Etnoturismo. Jenipapo-Kanindé.

Data de recebimento: 16/11/2021
Data de aprovação: 30/04//2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15403

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

A etnia Jenipapo-Kanindé, que vive atualmente na Terra Indígena - TI Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz, Ceará, Brasil, possui como descendência os Payaku, uma etnia numerosa e que habitou a zona litorânea de vários estados do Nordeste. A origem desse povo é cercada de muitas controvérsias, mas é sabido que os Jenipapos foram reunidos com os Kanindés por motivos ainda desconhecidos, ao longo do tempo, passaram a se autodenominar como Jenipapo-Kanindé. Atualmente, vivem em comunidade sob a supervisão de cacique Pequena, a primeira líder indígena mulher do Brasil e muitas foram as benfeitorias conquistadas sob a outorga dessa guerreira.

A mandioca (*Manihot esculenta crantz*) é uma planta da família das euforbiáceas, muito apreciada pelos índios sul-americanos. Deles herdamos muitos costumes, hábitos e preparações. O consumo do tubérculo, alimento de origem indígena, atualmente detém o posto de um dos mais consumidos do mundo. Fonte de energia, vitaminas, minerais e fitoquímicos, este se faz presente tanto na mesa de habitantes da região urbana como na dos da zona rural. Atualmente, a indústria se beneficia desta para inúmeras aplicações alimentares e não-alimentares.

Esse trabalho tentará demonstrar, de forma objetiva, o modo de consumo e a obtenção de renda através da comercialização de produtos derivados da mandioca pela cultura Jenipapo-Kanindé, assim partimos do objetivo de mostrar a história da cultura Jenipapo-Kanindé bem como o cultivo da mandioca, modo de consumo e a obtenção de renda através da comercialização de produtos produzidos pela etnia.

O presente estudo utiliza como base metodológica uma revisão narrativa de literatura de natureza qualitativa, cuja escolha dos estudos e a interpretação dos elementos podem estar contidas na subjetividade dos autores, e que as buscas por estudos não precisam esgotar as bases de informações para que os resultados sejam alcançados. Para tanto, foram selecionados artigos publicados entre 1998 e 2019. As buscas foram realizadas em quatro bases de dados bibliográficas — PubMed, Web of Science, EMBASE e Google Acadêmico. Finalizando as pesquisas em cada base, as referências duplicadas foram excluídas. Foram escolhidos artigos escritos em inglês, português ou espanhol. Existem problemas e diferenças nos processos de indexação nas bases de dados bibliográficos; portanto, optou-se pela busca por termos abertos, sem o uso de vocabulário controlado (descritores). A partir dessa estratégia, houve uma recuperação de um número maior de menções, garantindo a detecção da maioria dos trabalhos publicados dentro dos critérios pré-estabelecidos. Os termos mandioca; índios; indígenas; e *Manihot esculenta crantz* foram combinados com as associações e desfechos de interesse. Ao final, uma busca foi realizada nos sítios oficiais da EMBRAPA e SEBRAE, que possuem os dados socioeconômicos relevantes e utilizados como referência por políticas públicas do governo brasileiro.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Desenvolvimento

Praticamente todas as etnias indígenas das culturas latino-americanas cresceram e se desenvolveram a partir do cultivo da mandioca. Descobertas científicas recentes possibilitaram determinar a origem da domesticação e a migração dentro do continente sul-americano. O tema se depara com uma lacuna teórica sobre o consumo deste alimento por índios do Nordeste do Brasil, mais precisamente a tribo Jenipapo-Kanindé, que se utiliza desse tubérculo como base para sua subsistência e complementação da renda por meio da venda do excedente processado, na forma de farinhas e gomas em feiras da região.

A goma de mandioca, forma de processamento criado pelos índios, se tornou um produto alimentício de grande relevância nos últimos anos para o mercado, tanto do ponto de vista nutricional como econômico, que possibilitou a obtenção de renda, através da produção em diversos solos e por povos não-índios, por meio da agricultura familiar.

A indústria confiscou os conhecimentos indígenas e, com ajuda da ciência moderna, pode expandir e diversificar a utilização para além do consumo alimentar, como por exemplo, o uso da goma para a produção de diversos insumos não-alimentícios.

Jenipapo-Kanindé e seu marco histórico

De acordo com Valério (2016), o termo "Jenipapo-Kanindé" tem origem Tupi-Guarani e Kanimé. O Jenipapo é uma fruta — um fruto do jenipapeiro, que, além de comestível, serve para a produção de tintas corporais — que servia para pintar o corpo durante festas e cerimônias. O termo Kanindé é de origem Tupi, utilizado para indicar um pássaro de coloração amarelo-azulado. De acordo com a cultura Kanimé o termo designa todos os animais que tivessem um dorso escuro e com o peitoral mais claro, e a escolha desse nome se deu em homenagem a um chefe indígena, que assim se chamava, porque em seus adereços fazia-se o uso de plumas dessas aves.

Os Payaku, no século XVIII, habitavam os rios Apodi, Açu, Jaguaribe, Choró e Banabuiú. Os Jenipapo-Kanindé, que eram iguais aos Tarairiú, em cultura, habitavam as várzeas dos rios Choró, Jaguaribe e Apodi. Os regionais os chamavam de Tapuias do Nordeste. Achados históricos narram que os primeiros contatos com os portugueses aconteceram entre 1603 e 1608, resistentes, foram escravizados e perderam progressivamente suas terras, rebelaram-se por diversas vezes até serem quase dizimados, no decorrer da chamada Guerra dos Bárbaros. Em 1707, os Payaku foram aldeados por jesuítas no rio Choró, em Aquiraz, próximo a sua atual residência. Em 1764, a aldeia, passou a chamar-se Monte-Mor-o-Velho, nome que durou até 1890. Na sede da aldeia criou-se a vila de Guarani (1890-1943), hoje município de Pacajus. Os Jenipapos e os Canindés foram aldeados no rio Banabuiú, reunidos no Povoado da Palma e,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

em (1764-1858), foram para Monte-Mor-o-Novo-d'América, atualmente, território de Baturité (Grecov, 2020).

Quando se analisa a história da luta e conquista dos direitos dos povos indígenas brasileiros, faz-se necessário uma breve caracterização da relação entre relações de poder e povos originários na nossa formação social. A história fundiária dos índios envolve diversos conflitos quanto ao acesso e uso da terra, como por exemplo: violências sofridas por indígenas em conflitos diretos com ruralistas; disputas com empresários ligados ao agronegócio, onde um extenso processo de devastação física e cultural dizimou grupos imensos e inúmeras etnias.

Relatos históricos demonstram intensos conflitos, mudanças de localização e a união de duas etnias por compatibilidade de língua e costumes, que formam hoje o que conhecemos como a etnia Jenipapo-Kanindé.

Demarcação e legalidade territorial

Os índios Jenipapo-Kanindé, em 1995, tendo à sua frente a Cacique Pequena, foram a Brasília para exigir o reconhecimento como povo indígena, onde valeram-se das mudanças nas regras de demarcação de terras indígenas do atual governo para reivindicar suas exigências (Valério, 2016).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, cacique Pequena se reuniu com outros membros da tribo e foram até Brasília para exigir, junto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que os direitos de reconhecimento e demarcação previstos em lei fossem atendidos.

Os Jenipapo-Kanindé estão entre os que primeiros povos que lutaram pelo direito de propriedade no Ceará, guerreiros, nunca deixaram de buscar por seus direitos constitucionais. Conhecidos pela população vizinha como "Os cabeludos da Encantada", vivem na Terra Indígena Lagoa da Encantada, na cidade de Aquiraz/CE. Ao longo de trinta e um anos de luta, a etnia finalmente conquistou, em fevereiro de 2011, com a publicação que ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2011, a Portaria nº 184 do Ministério da Justiça no Diário Oficial da União a oficialização da demarcação de sua terra (Brasil, 2011).

Origem do nome e idioma

São descendentes dos Payaku que viviam na mesma região, sendo essa uma etnia numerosa que habitava toda a faixa litorânea dos atuais estados do Ceará e Rio Grande do Norte no século XVI (Instituto socioambiental, 2018). Antigamente, eles eram conhecidos como "Cabeludo da Lagoa da Encantada" pelos moradores da região.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

De acordo com Bezerra (2019), os Payaku falavam exclusivamente o português, pois não existem apontamentos de sua linguagem original, que talvez poderiam assemelhar-se aos antigos Tarairiús que habitavam o Nordeste do País. O nome da etnia foi dado com base em análises históricas, pouco penetradas, que podem ter sido confundidos com antigos povos vizinhos ou quando começaram a participar dos movimentos indígenas.

No século XVII, Jenipapo e Kanindé formavam grupos diferentes, mas somente a partir do século XVIII foram aldeados em conjunto, por serem falantes da mesma língua e considerados parentes. Atualmente auto identificam-se como Jenipapo-Kanindé (Nascimento, 2006).

Segundo a página Terras Indígenas do Brasil (2020), que utiliza os dados da Fundação Nacional de Saúde, a população da etnia Jenipapo-Kanindé em 1982 era de 96 habitantes, 180 em dezembro de 1997; e em 2010, alcançou 302 indivíduos. De acordo, com os dados demográficos do Instituto Socioambiental, em 2014, a população indígena atingiu os 328 habitantes.

Aspectos econômicos

O direito exclusivo de utilização dos índios sobre as riquezas naturais de suas terras, que é assegurado pela Constituição Federal, deve ser entendido como um benefício aos indígenas, como uma proteção especial, e não como uma limitação às suas atividades produtivas.

O Art. 231 da Constituição Federal do Brasil de 1988, reconhece que os índios são uma organização social que possuem costumes, línguas, tradições e crenças; e que possuem direitos sobre as terras que naturalmente ocupam, cabendo dessa forma à União protegê-la e fazer-lhe respeitar seus bens. O parágrafo três, do mesmo artigo, descreve que o aproveitamento dos recursos hídricos, mesmo os com potenciais energéticos, a pesquisa e a extração de minerais de valor em terras indígenas só podem ser realizadas com autorização do Congresso Nacional, juntamente com as comunidades afetadas, para que fiquem asseguradas as participações nos resultados da exploração.

A economia dos Jenipapo-Kanindé baseia-se na coleta de frutos e hortaliças, pesca e agricultura. Eles semeiam mandioca o ano todo, e, no período de chuva, plantam hortaliças, feijão, batata-doce, jerimum e milho. Os homens confeccionam artigos de cipó e palha de carnaúba, na forma de cestos, chapéus e caçuás (cestos longos), e redes para pesca. A pesca é realizada na lagoa com o uso de caçoeira, tarrafa, landuá e anzol. As mulheres são excelentes rendeiras e arranjam utensílios domésticos de barro. O artesanato tem um significado especial além da identidade da cultura, pois ela também contribui para a sobrevivência das famílias, domesticam também, animais de pequeno porte e alguns de grande porte como: vacas, jumentos, burros e cavalos (Barroso, 2004).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A renda da família Jenipapo-Kanindé foi ampliada a partir da comercialização dos produtos excedentes das produções agroecológicas das hortas, quintais produtivos e mandalas. O Projeto Etnodesenvolvimento foi a promoção da participação dos(as) indígenas em Feiras da Agricultura Familiar através da comercialização de produtos agroecológicos oriundos das unidades produtivas implantadas, bem como da venda de seus produtos artesanais (ADELCO, 2017).

Diante do exposto, tudo que é produzido pelas famílias é aproveitado para o consumo, ficando a produção excedente para venda na comunidade próxima ou levada para as feiras, de modo que os indígenas possam gerar algum rendimento ou complementar a renda familiar.

A Mandioca

A mandioca (*Manihot esculenta Crantz)* pertencente à família das euforbiáceas, trata-se de uma planta abundante, onde sua lavoura é classificada como temporária nos diferentes censos e pesquisas realizados no país (EMBRAPA, 2018). Atualmente, é um dos alimentos mais consumidos no mundo, basicamente em regiões tropicais, mas que vem consolidando-se em outros continentes, como alternativa barata, sustentável e ecológica ao consumo de trigo. Ela se destaca pela grande rusticidade e imensa capacidade de adaptação a condições desfavoráveis de solo e clima, e que também pode ser usada para consumo humano, animal e industrial.

Essa raiz comestível é rica em carboidratos e fibras, sendo, portanto, energética e reguladora da atividade digestiva. Possui potássio, cálcio e antioxidantes que previnem o envelhecimento.

Dos indígenas, herdamos muitos costumes e tradições. Dentre tantos, podemos citar o uso de redes para dormir, danças, instrumentos musicais e o consumo de alguns alimentos como a mandioca. Os hábitos indígenas contribuíram para a construção do nosso atual estilo de vida. Quando consumimos a raiz da mandioca e suas partes, nas mais variadas aplicações, estamos atualizando esses hábitos e heranças que nos formaram.

Nutricionalmente rica, palatável e versátil, tem chamado atenção do mercado consumidor por ser de fácil preparo e digestão, e com excelente densidade energética. Pode ser consumida cozida, frita e assada. Quando refinada, em forma de farinha, pode produzir a tapioca, grude, beiju; e utilizada na confecção de bolos, biscoitos, bolachas, pães e como substituto do trigo em inúmeros produtos panificados.

O consumo seguro exige cozimento em água ou assada em óleo quente, para que haja eliminação do ácido cianídrico, que a torna perigosa para a saúde quando ingerida crua. A mandioca é essencialmente branca, mas pode ter coloração amarelada, dependendo da estirpe. Em certas regiões, as folhas também podem ser utilizadas como ração animal, ou como ingrediente na preparação de outros pratos como a maniçoba.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O agricultor brasileiro pode se beneficiar de inúmeras variedades e híbridos, geneticamente melhorados e que foram desenvolvidos por organizações governamentais ou privadas, que possibilitaram, dessa forma, o melhoramento genético ao realizar modificações em seu valor nutricional, bem como o aumento da concentração de amido e menor teor de ácido cianídrico (SEBRAE, 2012).

As aplicações da mandioca multiplicaram-se, passando a compor produtos alimentícios e não-alimentícios.

Arqueologia

A alimentação atual do Brasil teve parte de sua origem nas populações indígenas que habitavam nosso continente antes da chegada dos europeus, no final do século XV. A mandioca, abóbora, feijão, milho e outros alimentos são herança desse povo pré-colombiano. Um grupo de pesquisadores chegou recentemente a evidências de que grupos indígenas da Amazônia domesticavam plantas há cerca de 9 mil anos. O sudoeste da Amazônia é conhecido como o centro independente de domesticação de plantas no Novo Mundo. As florestas sazonais das bacias hidrográficas do alto rio Madeira e Guaporé foram onde a mandioca foi inicialmente domesticada. Atualmente, muitas dessas plantas têm uma importância social e econômica que transcende a Amazônia, mas talvez a mais notável delas seja a mandioca, uma cultura de raízes que alimenta pelo menos 500 milhões de pessoas no mundo (Watling *et al*., 2018).

A disseminação do cultivo da mandioca pelas Américas é algo inconclusivo e acredita-se que a partir da domesticação, o cultivo disseminou-se entre as etnias indígenas próximas. Novos estudos arqueológicos e etnobotânicos sugerem que a disseminação da raiz está ligada aos movimentos pré-históricos ao longo dos rios da Amazônia (Jornal Diário do Litoral, 2018).

Achados científicos comprovam que os índios antigos praticavam agricultura na região de florestas tropicais, por volta de 7 mil anos atrás. Foram encontrados, no sítio de Aguadulce – Panamá, traços de amido de mandioca associados a utensílios utilizados para moagem de raízes. Os pesquisadores sugerem que a migração para regiões mais distantes só foi possível mediante o cultivo da mandioca. Indicaram também que por meio dessa domesticação, o índio pode alterar o estilo de exploração de caça e coleta para agrícola (Jornal Diário do Litoral, 2018).

A lenda Tupi-Guarani

A lenda é uma narrativa fantasiosa, que pode ser transmitida através dos povos e do tempo, que possui um caráter fantástico e que podem combinar fatos com histórias irreais, ou seja, que parte do imaginário de um povo. Ela também pode ser verdadeira, o que acaba por acentuar a identidade de uma etnia.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A lenda Tupi-guarani conta:

Que o surgimento da mandioca teve início com uma gravidez inesperada da filha de um cacique, este decepcionado com a filha, obrigava diversas vezes que ela dissesse quem era o pai da criança. Sem sucesso ela relatava que não sabia quem era e nem como teria ficado grávida. Com o passar dos dias, o líder da tribo sonhou que deveria acreditar na filha, pois além de muito pura, nunca havia dado motivos contrários para duvidar de sua palavra, e ele passou a aceitar a gestação. A menina nasceu branquinha e recebeu o nome de Mani, amava brincar e sempre era muito sorridente, até o dia que ficou doente. O pajé tentou vários rituais e porções e nada melhorava a situação da criança até que ela veio a óbito. Ela foi enterrada dentro de sua própria oca, como era de costume em sua tribo. As lágrimas de sofrimento e saudades de sua mãe, diariamente, regavam o local onde ela havia sido sepultada e com o passar do tempo, no local, brotou uma planta e algumas rachaduras na terra começaram a aparecer e ela tentou cavar com a intenção de encontrar a menina, porém só encontrou uma raiz de uma planta desconhecida que recebeu o nome de mandioca (união entre Mani e Oca) (Giacomo e Budweg, 1977).

A cultura brasileira cresceu em torno do folclore − que é o conjunto de tradições e manifestações populares constituído por lendas, mitos, provérbios, danças, costumes e que sofreu influências da cultura europeia, africana e indígena na sua formação. Existem inúmeras lendas influenciadas diretamente pela miscigenação na origem do povo brasileiro. Temos que levar em conta que uma lenda não significa uma mentira, nem uma verdade absoluta, o que devemos considerar é que uma história para ser contada, defendida e, o mais importante, ter sobrevivido na memória das pessoas, ela deve ter, no mínimo, uma parcela de fatos.

Taxonomia

A mandioca é um arbusto pertencente à ordem *Malpighiáceas*, família *Euphorbiaceae*, gênero *Manihot* e espécie *Manihot esculenta Crantz*, única, dentre as mais de 98 espécies conhecidas da família *Euphorbiaceae*, que é cultivada para fins de alimentação. No Brasil, ela também é conhecida como, macaxeira ou aipim dependendo da região em que se é consumida. De fácil adaptação, ela é cultivada em todos os estados brasileiros, situando-se entre os oito primeiros produtos agrícolas do país, em termos de área cultivada, e o sexto em valor de produção (Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), 2020).

Estudos indicam que a planta ancestral da mandioca é natural da vegetação de galeria associada a rios, na zona de transição entre a floresta Amazônica e o Cerrado, próxima às fronteiras entre Peru e Brasil. Novas pesquisas agrícolas e arqueológicas indicam que, provavelmente, a região do Amazonas foi o berço da mandioca, enquanto versões alternativas dão conta de seu surgimento no Peru ou mesmo na África (Crivellaro, 2018).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Características do cultivo

A mandioca, que também pode ser chamada de aipim ou macaxeira, é a base da alimentação de mais de 500 milhões de pessoas no mundo inteiro, conforme a FAO, e, na América Latina, representa um dos cultivos mais importantes para os indígenas sul-americanos (Jornal El Pais, 2015).

A planta da mandioca apresenta um ciclo de desenvolvimento composto por cinco fases principais, sendo quatro delas ativas e uma de repouso vegetativo (Feniman, 2004).

Seleção e preparo da terra

O Sistema Agroflorestal (SAF) é uma forma de uso da terra na qual se resgata a forma antiga de cultivo, combinando espécies arbóreas lenhosas como frutíferas ou madeireiras com cultivos agrícolas e/ou animais. Essa combinação pode ser feita de forma simultânea ou em sequência temporal, trazendo benefícios econômicos e ecológicos para o local.

Em 2014, iniciou-se o projeto Matas da Encantada, que teve como foco a implantação do SAF, como forma alternativa de recuperação de áreas de cultivos degradadas na TI Lagoa da Encantada. O projeto realizou além da implementação e o acompanhamento técnico de duas áreas extremamente degradadas. No desfecho, mais de 10 hectares da área de mata foram recuperados (ADELCO, 2017).

Os benefícios dos sistemas agroflorestais estimulam o interesse dos agricultores, pois como estão aliados à produção de alimentos (feijão, milho, mandioca etc.), permitem oferecer produtos agrícolas e florestais (estacas, lenha etc.), desenvolvendo a geração de renda das comunidades agrícolas. Além disso, a maior diversificação representa mais produtos comercializáveis, favorecendo uma geração de renda. Na mesma área de SAF, é possível estabelecer plantio entre espécies de importância econômica, frutíferas e hortaliças (ADELCO, 2017).

A semeadura da mandioca é elaborada com manivas ou manivas-semente, que fazem parte das hastes da planta. Por conta da multiplicação vegetativa, a seleção e o arranjo das mudas são pontos cruciais para o sucesso do processo. O preparo e a seleção são decisivos para um bom desenvolvimento da cultura da planta, que resulta no aumento de produção com baixo custo (Otsubo e Lorenzi, 2004).

O período mais comum para dar início ao plantio da mandioca é quando o período chuvoso se inicia, coincidindo com o prosseguimento de uma estação mais quente, pois são nessas condições climáticas (calor e umidade) que acontecem a brotação com consequente enraizamento das mudas (Otsubo e Lorenzi (2004).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O espaçamento entre as mudas depende diretamente da fertilidade do solo, do porte da variedade, do objetivo da produção, dos tratos culturais e do tipo de colheita. Dessa forma, aconselha-se um espaço médio de 1,00 m entre linhas e de 0,60 a 0,80 m entre as mudas. Em fileiras duplas, o espaçamento mais usado situa-se ao redor de 2,00 m (Otsubo e Lorenzi, 2004).

O início da colheita da mandioca depende de fatores, técnicos, ambientais e econômicos.

A época mais indicada para colheita da mandioca é aquela em que as plantas se encontram em período de repouso, ou seja, quando pelas condições de clima e do ciclo, elas diminuíram o número e o tamanho das folhas e dos lobos foliares e atingiram o máximo de produção de raízes com elevado teor de amido (EMBRAPA, 2003).

As raízes de mandioca podem ser usadas para consumo de mesa (aipim ou mansa, com baixo teor de compostos cianogênios potenciais) ou de forma industrial (brava, com concentração maior que 100 ppm). Posteriormente a colheita e descascamento, inicia-se o processo de deterioração de forma mais rápida, que pode ser evitado com a aplicação de tratamentos antioxidantes e/ou branqueamento (tratamento térmico brando) (EMBRAPA, 2003).

A mandioca é uma das principais culturas de produção no Brasil. Produzido por mais de 100 nações. Atualmente, ela alimenta mais de 500 milhões de pessoas em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Segundo IBGE, em 2017 a produção foi de 20 milhões/ton. em uma área equivalente a 1.400 milhões de hectares (EMBRAPA, 2018).

De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2012), o Brasil detém a segunda posição de maior produtor mundial de mandioca e seu consumo per capita gira em torno de 42,4kg/ano.

Rotineiramente, é possível encontrar casas de farinhas ao longo de toda a região Nordeste, são centenas delas, que se dedicam a produção de pequenos quantitativos de farinhas e gomas com a finalidade de atender exclusivamente o comércio local.

Na cultura indígena, esse conhecimento herdado dos ancestrais vem passando de geração nas aldeias, muitas tribos no país produzem a farinha para sua subsistência e vendem o excedente como forma de complementar a renda familiar. Assim, também acontece com a produção excedente da Casa de Farinha Jenipapo-Kanindé, que também comercializa o restante não consumido em feiras locais e em pequenos comércios da região.

Por exemplo, a etnia Poyanawa, no estado do Acre, vem se capacitando para aumentar sua produção e vender o excedente no mercado local.

Segundo a EMBRAPA (2014), a produção de farinhas é uma atividade comum entre os produtores localizados na região do Juruá, estado do Acre, pois a partir dessa cultura são capazes de obter renda e gerar empregos na comarca. Os índios Poyanawa, participavam de reuniões da própria organização, com a finalidade de aumentar a produção e melhorar o processo de

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

fabricação dos refinos. O projeto denominado Farinhas de Cruzeiro do Sul teve como foco o fortalecimento da agricultura familiar.

Tipos de produtores no Brasil

Basicamente, existem três tipos de produtores da mandioca no Brasil. Os produtores domésticos que usam pouca tecnologia, não se utilizam de fertilizantes ou agrotóxicos e desenvolvem manualmente todos os seus processos. Esses produtores, geralmente, são os responsáveis pelo abastecimento local. Os produtores familiares se estabelecem em áreas, pequenas ou grandes, com maior ou menor grau de tecnologia. Alguns operam com máquinas que permitem aumentar a eficiência dos processos produtivos e esse tipo de propriedade detém uma parte significativa do mercado. Por último, temos o produtor industrial, que se diferencia pela utilização de mão de obra terceirizada, com ótimo nível tecnológico, mesmo com investimentos similares aos de característica familiar (SEBRAE, 2012).

Produção

Existem dois tipos de mandioca que são comercialmente viáveis, as variedades amargas ou bravas (com alto nível de ácido cianídrico), que são melhores para industrialização, pois apresentam um conteúdo maior de amido e a variedade mansa. A mandioca brava possui alto teor de ácido cianídrico, extremamente tóxico ao homem e aos animais.

Zago *et al.* (2016) afirma em seu trabalho que os padrões para classificar os tipos de mandioca como mansa ou brava seguem os padrões estipulados por Bolhuis, onde amostras maiores de 100 mg de ácido cianídrico para 100g de amostra são classificadas como bravas e menores como mansas.

A Farinha

A farinha de mandioca é principal derivado da mandioca consumido no Brasil, dada a facilidade do beneficiamento, muito semelhante aos métodos herdados dos índios, e excelente aceitação pelo mercado local. O Brasil é o único da América Latina que consume esse tipo de apresentação, praticamente desconhecido pelo mercado asiático e o africano. Diante disso, o mercado da farinha fica restrito ao consumo local (SEBRAE, 2012).

Existem três grupos de classificação: a farinha seca, d'água e a mista. Cada grupo é, por sua vez, dividido em subgrupos. A preferência depende muito de cada região do País, sendo que a farinha seca é a mais consumida.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Muitos relatos históricos apontam que o hábito do consumo da farinha de mandioca tem origem com os povos indígenas. Com a chegada dos colonizadores, logo se apropriaram da iguaria, perceberam a importância alimentar, adaptaram aos costumes e a culinária dos brancos. A cultura da planta se expandiu rapidamente e, logo, surgiram as casas de farinha.

Fécula e amido.

A *Food and Agriculture Organization* (FAO), considera que esse tipo de processamento é visto como uma ótima oportunidade, para que países produtores, principalmente os que estão em desenvolvimento, possam adicionar um valor extra a um produto de baixo custo. A fécula é um dos processados mais importantes para exportação (FAO, 2006).

Existem diferenças, mesmo que compartilhem da mesma estrutura química, entre a fécula e o amido. A fécula é fabricada a partir do processamento da própria raiz, ou seja, sua matriz oculta, e o amido, pode ser obtido tanto com partes aéreas como por partes abaixo ao solo (SEBRAE, 2012).

Várias são as aplicações que a indústria desenvolveu para a fécula. Ela pode ser utilizada como espessante, aditivo utilizado para alterar a consistência de produtos com natureza líquida. Largamente utilizada em fórmulas infantis, sopas, pudins, sorvetes etc. Por não possuir gosto, sua rejeição é mínima. Não contém glúten e é mais barato que produtos com características similares. Bastante utilizada como base para pratos regionais como o sagu, a tapioca e o beiju. Também pode ser transformada em cera, podendo revestir legumes e frutas, aumentando dessa forma sua durabilidade e atratividade. A fermentação da fécula, que gera o álcool como subproduto, é utilizada pela indústria não-alimentícia e atende às exigências do mercado para a produção de perfumes e cosméticos, pois atende as especificações de um produto sem cor e aroma final (SEBRAE, 2012).

A farinha de mandioca é muito apreciada pelos povos do Norte e Nordeste do Brasil, esse é um exemplo claro de costume indígena que foi levado para os dias modernos. A fécula, que também pode ser consumida de forma direta em algumas preparações tradicionais, se adequa às necessidades da indústria, participando tanto da cadeia de produção de inúmeros produtos alimentícios como não-alimentícios.

Grande parte da aplicabilidade do amido pela indústria não-alimentícia, requer alterações, de forma a ajustá-lo às necessidades da indústria. Depois de alterados ficam conhecidos como amidos modificados. Habitualmente, essas alterações são de natureza química. A indústria da celulose é a que mais utiliza essas modificações para adição em seus produtos.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Toxicidade

A raiz da mandioca é considerada a espécie comestível mais cianogênica cultivada no Brasil, tanto que sua classificação depende exclusivamente do teor de ácido cianídrico na espécie. As espécies bravas possuem sabor amargo, ou seja, com elevado teor de glicosídeos cianogênicos. A variedade mansa não possui essa característica organoléptica, pois contém baixo teor de glicosídeos tóxicos. Os padrões para classificação seguem uma série de análises que identificam o teor de ácido presente nas partes da planta. A identificação de variedades de mandioca com baixos teores HCN é importante para a segurança alimentar humana ou animal (Zago, 2016).

A identificação da espécie, antes do consumo, é muito importante para a segurança alimentar, pois teores acima de 100mg de HCN/100g mandioca pode ser tóxico e letal para quem consome.

De acordo com Soentgen (2016), o desenvenenamento é um processo conhecido como o oposto ao envenenamento, que com ajuda de técnicas manuais, é possível retirar de algumas plantas comestíveis, substâncias potencialmente tóxicas, para posterior ingestão segura. Do ponto de vista evolucionista, algumas espécies de plantas passaram a produzir venenos com a finalidade de se protegerem contra pragas e insetos. É essencial, para sobrevivência na floresta, saber como lidar com substâncias potencialmente tóxicas, pois, em situações de envenenamento, somente dessa forma uma pessoa poderia ser salva. Dominar a arte do desenvenenamento permite com que os habitantes de grandes matas possam consumir alimentos de forma segura e não morram de fome.

Principais pratos indígenas que utilizam como base a mandioca

No Brasil, a mandioca é utilizada na preparação de diversos pratos típicos como por exemplo: a tapioca e o beiju na região Nordeste; o tacacá e o molho no tucupi na região Norte; pão de queijo (que usa como base o polvilho doce) na Região Sudeste; e as folhas da mandioca são utilizadas apenas na Região Norte (Brasil Escola, 2015).

Tapioca e beijú

A tapioca, iguaria de origem indígena, é um prato muito popular na região Nordeste do Brasil, tanto que em ano 2006, o Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda concedeu à Tapioca o título de Patrimônio Imaterial e Cultural da Cidade. No Ceará, possui espaço totalmente dedicado à sua degustação, como o Centro das Tapioqueiras, próximo de Fortaleza. Nesse estado, ela possui formato redondo e sempre vem acompanhada com café preto (Santos, 2015).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A tapioca, é um dos pratos indígenas que foram absorvidos na culinária dos colonizadores europeus do Nordeste brasileiro, que, na falta de trigo para fazer o pão, passaram a utilizar desse como substituto à iguaria como conhecimentos hoje. Ela veio da cidade de Olinda. Entre os índios, a preferência sempre foi pelo beiju, mas a tapioca se difundiu entre os povos indígenas, como os Cariris no Ceará e os Jês na Amazônia Oriental, e, posteriormente, entrou na base da alimentação dos escravos. Tudo isso ajudou a tapioca a se transformar em um dos símbolos mais clássicos da culinária do País (Tribuna do Norte, 2016).

Atualmente, os praticantes de atividades físicas e pessoas que procuram um estilo de vida mais saudável descobriram que a tapioca é um alimento de muito fácil preparo e que pode ser utilizada como base para muitas outras preparações. Não bastasse a vasta literatura de conhecimentos herdados pelos índios sobre planta e ervas, temos agora um alimento de baixo custo, fácil preparação e fonte energética adequada para os desportistas profissionais e recreativos. Ela pode ser consumida com um número ilimitado de combinações de recheios proteicos. Pode ser utilizada como pré ou pós-treino, refeição principal ou em dietas de emagrecimento.

Também conhecido como tapioca seca, o beijú, é uma comida tipicamente brasileira, com origem exclusivamente indígena, teria sido descoberto em Pernambuco e fabricado com a fécula granulada. Possui uma característica marcante que lembra uma bolacha seca. No Nordeste, é possível degustar nos sabores queijo ou coco ralado (Jornal Folha de São Paulo, 2012).

Considerações finais

A mandioca, alimento descoberto e muito conhecido pelos índios sul-americanos, faz parte da rotina alimentar de quase todas as etnias indígenas do Brasil. Alimento rico em energia, pois é fonte de carboidratos, ainda conta com a presença de fibras que o torna um alimento de baixo índice glicêmico. Possui também, vitaminas e minerais que são essenciais para o bom funcionamento dos sistemas corporais. E é rico em fotoquímicos, que são importantíssimos contra a formação de radicais livres. Se plantada, adequadamente, pode ser colhida em diversas épocas do ano. O clima e o solo do Nordeste, ofertam as melhores condições possíveis para o plantio, pois contam com as condições essenciais de umidade e calor exigidos para que seu crescimento seja satisfatório, e sua produção adequada para subsistência e colheita ao longo do ano. Na região existe um dito popular que diz: “Nossa família foi toda criada a base de farinha e feijão”. Essa expressão ainda é muito utilizada por famílias que estão abaixo da linha da pobreza. Do tubérculo, é feito uma grande variedade de farinhas, féculas e amidos modificados. A farinha é um dos ingredientes mais utilizados pelos nordestinos, seja ela adicionada a um prato finalizado ou na forma de pirão (mistura da farinha com caldos diversos) e por ser um alimento de baixo custo, integra e se adequa aos diversos paladares e condições socioeconômicas. A fécula ou goma, dependendo da região consumidora, ganhou grande relevância nos últimos anos,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

delas são feitas as famosas tapiocas e beijus. A tapioca, uma espécie de crepe feito com goma, é um dos pratos mais consumidos na região, tanto que o Governo do Estado do Ceará, criou um núcleo totalmente dedicado à venda e comercialização dessa iguaria, que se chama Centro das Tapioqueiras. No local é possível consumir a tapioca com diversas e ilimitadas combinações de sabores e recheios, também é possível adquirir o artesanato de renda, feito pelas rendeiras (mulheres indígenas ou não, que confeccionam artigos e peças de forma manual), doces, guloseimas e bebidas, todas fabricadas com a mandioca. O estabelecimento conta com o suporte de empresas de turismo local e nacional, que dão a esse lugar a rotatividade turística que ele merece.

A humanidade evoluiu e com ela os costumes indígenas também, ao contrário do que muitos pensam, o índio do sec. XXI, estuda, cursa o ensino superior, trabalha fora de sua comunidade, possui necessidades de vestuário, mobilidade, acessa a internet e usa tecnologia para manter-se informado. Com a evolução, vieram também as novas necessidades financeiras, com a aquisição de bens e serviços ordenam uma maior necessidade de recursos para usufruto destes. Por muitos anos, viveram a base de sua própria terra, cultivavam e produziam tudo que fosse necessário para a subsistência na aldeia. Com o tempo, os índios passaram a utilizar seus conhecimentos para produzir insumos com a finalidade de venda e obtenção de renda. A farinha de mandioca sempre foi o carro-chefe, pois dominavam a arte do cultivo e da produção. Plantam e colhem o ano inteiro, produzem a farinha para seu consumo posterior e acabam por revender o excedente no comércio local. Como citado anteriormente, as necessidades mudaram, a venda dos produtos excedentes já não era mais suficiente para abastecer a demanda financeira crescente das famílias, então, decidiram tomar providências e diversificar a obtenção de recursos. A venda da farinha sempre foi a principal fonte de recursos externos, porém, a demanda deu lugar a novas formas de comércio, como a venda da goma grossa ou fina, a mandioca *in natura*, bolos, doces, beijus de coco etc. A mandioca, infelizmente, ou felizmente teve seu poder econômico exaurido, o que fez com que as lideranças procurassem obter recursos financeiros por meio de novas fontes.

O etnoturismo é uma nova forma que as aldeias, de diversas partes do mundo, acharam de preencher a lacuna financeira causada pela natural evolução tecnológica. Hoje, eles desempenham as mesmas funções que seus antepassados, porém, passaram a ser protagonistas do próprio filme, descrevendo e vivendo em primeira pessoa, tudo aquilo que desempenham e produzem em seu território, bem como seus hábitos, suas vestimentas, tradicionais ou não, seus gostos e prazeres culinários, ou seja, eles exploram e exibem sua própria forma de viver e de ser, para os visitantes. Essa nova oportunidade de obtenção de renda trouxe para as comunidades uma nova e ilimitada possibilidade de exploração comercial, pois a partir dela é possível vender refeições, doces, produtos de manufatura como armas para caça, joias, vestimentas etc. A etnia Jenipapo-Kanindé passou a explorar essa nova modalidade de obtenção de renda, pois a cultura da mandioca e a produção de seus derivados chegaram ao limite da exploração econômica.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 193 a 211 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Hoje, a comunidade está focada também em suas atividades turísticas e realiza constantemente a capacitação para a melhoria da qualidade desse projeto. A aldeia oferece um passeio guiado por trilhas, degustação de tapioca e beiju de coco, visita guiada ao Museu Indígena, grandes refeições, como o almoço (servidos sempre com mandioca mansa cozida), contos de lendas e as histórias de lutas de seu povo. Agora, de forma complementar, permitem uma imersão cultural completa ao ofertarem a possibilidade de hospedagem no hotel indígena. Essa foi a forma que a comunidade achou para adequar-se às novas demandas financeiras.

Referências (APA)

Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido (ADELCO). (2017). *Trilhando os caminhos do projeto matas da encantada Jenipapo-Kanindé*. R2D Soluções Criativas. [Online]. Recuperado de http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2017/11/LivroArtigosdaMata−ilovepdf−compressed.pdf.

BRASIL. (2011). Diário Oficial da União. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 76 – 77. [Online]. Recuperado de http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Portaria-Declaratoria-Jenipapo-Kaninde.

BRASIL. (1973). *Lei nº 6.001, De 19 de dezembro de 1973: estatuto do índio*. [Online]. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm.

Bezerra, R. G. (1999). *O despertar de uma etnia: o jogo do reconhecimento da identidade indígena Jenipapo-Kanindé*. Fortaleza: UFCE.

Barroso, O. (2004). *Povo Jenipapo-Kanindé*. [Online]. Recuperado de http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CulturaPovosIndigenas/ComunidadesIndigenas/Povo%20Jenipapo-Kanind%C3%A9/Povo%20Jenipapo.pdf.

Brasil Escola. (2015). *A Lenda da Mandioca*. [Online]. Recuperado de https://escolaeducacao.com.br/lenda-da-mandioca/.

Crivellaro. D. (2018). *Arqueologia dos alimentos reconta a nossa história*. [Online]. Recuperado de http://plantproject.com.br/novo/2018/01/reportagem-historia-arqueologia-na-lavoura/.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). (2020). *Taxonomia da Mandioca*. [Online]. Disponível em https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca.

EMBRAPA. (2003). *Cultivo da Mandioca para a Região dos Tabuleiros Costeiros*. [Online]. Recuperado de https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_tabcosteiros/colheita.htm.

EMBRAPA. (2018). *Congresso de Mandioca 2018*. [Online]. Recuperado de https://www.embrapa.br/congresso-de-mandioca-2018.

EMBRAPA. (2014). *Indígenas do Juruá aprendem Boas Práticas de Fabricação de Farinha*. [Online]. Recuperado de https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2078607/indigenas-do-jurua-aprendem-boas-praticas-de-fabricacao-de-farinha?fbclid=IwAR2Ug2S82rObwvsXHkfG-BN_iuJe8OnVSeEUH2bOYzFvu4IkAnZ6HRJmsUM.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (2020). *Quem São*. [Online]. Recuperado de http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#.

Feniman, C. M. (2004). *Caracterização de raízes de mandioca (Manihot esculenta Crantz) do cultivar IAC 576-70 quanto à cocção, composição química e propriedades do amido em duas épocas de colheita* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

FAO. (2006). *Starch market adds value to cassava*. [Online]. Recuperado de http:// www.fao.org/ag/magazine/0610sp1.htm.

Grecov, F. (2020) *Wikinativa/Jenipapos-canindés*. [Online]. Recuperado de https://pt.wikiversity.org/wiki/Wikinativa/Jenipapos-caninde.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Giacomo, M. T. C., & Budweg, H. (1977). *Lendas Brasileiras* (2nd ed.). São Paulo: Melhoramentos.

Instituto Socioambiental. (2018). *Povos Indígenas no Brasil (Jenipapo-Kanindé)*. [Online]. Recuperado de https://pib.socioambiental.org/pt/PovoJenipapoKaninde.

Jornal Diário do Litoral. (2018). *Arqueologia e gastronomia: parceria descobre na Rondônia o elo perdido*. [Online]. Recuperado de https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/arqueologia-e-gastronomia-parceria-descobre-na-rondonia-o-elo-perdido/112392/.

Jornal El Pais. (2015). *Mandioca: um cultivo milenar reinventado pelos índios terenas*. [Online]. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/08/politica/1439065484_035712.html.

Jornal Tribuna do Norte. (2016). *Origem da Tapioca, comida de índio que virou iguaria fitness*. [Online]. Recuperado de http://tribunadonorte.com.br/noticia/origem-da-tapioca-comida-de-a-ndio-que-virou-iguaria-fitness/338039.

Nascimento, R. G. D. (2006). *Educação escolar dos índios: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé* (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Otsubo, A. A., & Lorenzi, J. O. (2004). *Cultivo da mandioca na região Centro-Sul do Brasil*. Embrapa Agropecuária Oeste-Sistema de Produção (INFOTECA-E).

SEBRAE. (2012). *Mandioca (Farinha e Fécula) - Série Estudos Mercadológicos*. [Online]. Recuperado de https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-(farinha-e-fecula).pdf.

Soentgen, J., & Hilbert, K. (2016). *A química dos povos indígenas da América do Sul*. Química Nova, 39(9), 1141-1150.

Santos, W. (2015). *Tapioca Patrimônio Imaterial e Cultural*. [Online]. Recuperado de https://wss0271.wordpress.com/2015/04/13/tapioca-patrimonio-imaterial-e-cultural/.

Terra Indígenas do Brasil. (2020). [Online]. Disponível em https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4066demografia.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Valério, D. M. (2016). *A intraculturalidade nas comunidades indígenas da região metropolitana de Fortaleza-ce, Brasil: caminho para o desenvolvimento e sobreculturalidade*. (Vol. 396). Ediciones Universidad de Salamanca.

Watling, J., Shock, M. P., Mongeló, G. Z., Almeida, F. O., Kater, T., De Oliveira, P. E., & Neves, E. G. (2018). *Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production center*. PLoS One, 13(7).

Zago, B. W., Hoogerheide, E. S. S., da Silva, B. R., & Barelli, M. A. A. (2016). Avaliação de acessos de mandioca quanto ao teor de ácido cianídrico em raízes frescas. *Anais do Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos*, 4., 2016, Curitiba, PR.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

A transferência do conhecimento tradicional/tácito para o conhecimento explícito, como forma de proteção à cultura da comunidade da terra indígena Mãe Maria

The transfer of tacit traditional knowledge to explicit knowledge, as a form of protection to the culture of the community of the Maria Mother indigenous reserve

La transferencia del conecimento tradicional/tácito al conecimento esplicito, como una forma de proteger la cultura de la comunidad de la tierra Indígena Mãe Maria

Cristiane de Menezes Vieira Bline
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
E-mail: cristianemvb11@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2680-5440

Resumo: O presente artigo busca apresentar o processo de transferência de conhecimento tradicional/tácito entre o Povo Gavião que habita a Terra Indígena Mãe Maria no município de Bom Jesus do Tocantins no Sudeste do Estado do Pará. Para isto mobilizou-se conceituações da administração com intuito de ajudar a pensar as práticas indígenas, como práticas inerentes à uma organização social que busca atingir determinados objetivos. Dentre estes conceitos elencam-se o conhecimento tácito, conhecimento explícito e gerenciamento de conhecimento. Além disso, outra abordagem consiste em debater aspectos da legislação brasileira no que concerne à Propriedade Intelectual em relação aos direitos dos povos indígenas de usufruírem da proteção e, possíveis resultados inerentes à propriedade intelectual com base nos conhecimentos tradicionais. O desenvolvimento deste trabalho se deu por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, na qual foi identificado diversas estratégias, que o Povo Gavião tem desenvolvido ao longo do tempo a fim de sistematizar, transmitir e reproduzir aos mais jovens conhecimentos referentes à sua história, língua, organização social e política. A transferência do conhecimento tácito para o explícito foi constatada na produção acadêmica ao longo dos anos, em documentários e livros de autores indígenas, em que demonstram que dentro da Terra Indígena há produção e reprodução dos saberes tradicionais adequados para a proteção da cultura.

Palavras chave: “Transferência do conhecimento tradicional/tácito”. “Conhecimento explícito”. “Terra Indígena Mãe Maria”. “Propriedade Intelectual”.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Abstract: The present article seeks to present the process of transferring traditional/ tacit knowledge among the Gavião people who inhabit the Mãe Maria Indigenous Land in the municipality of Bom Jesus do Tocantins in the southeast of Pará state. For this, we mobilized concepts of administration to help us think about indigenous practices, as practices inherent to a social organization that seeks to achieve certain goals. Among these concepts are highlighted the tacit knowledge, explicit knowledge and knowledge management. In addition, another approach is to discuss aspects of Brazilian legislation regarding Intellectual Property in relation to the rights of indigenous people to enjoy protection and possible results inherent to intellectual property based on traditional knowledge. This work was developed by means of a bibliographic research, which identified several strategies that the Gavião people have developed over the time in order to systematize, transmit and reproduce to younger people knowledge about their history, language, social and political organization, among others. The transfer of tacit to explicit knowledge has been verified in the academic production over the years, as documentaries and books of indigenous authors, demonstrating that in their own way there is production and reproduction of traditional knowledge suitable for the protection of the culture.

Key words: "Transfer of traditional/tacit knowledge". "Explicit knowledge". "Mãe Maria Indigenous Land". "Intellectual Property".

Resumen: Este artículo busca presentar el proceso de transferencia de conocimiento tradicional / tácito entre el pueblo Gavião que habita la Tierra Indígena Mãe Maria en el municipio de Bom Jesus do Tocantins en el Sureste del Estado de Pará.Ayudar a pensar en las prácticas indígenas como prácticas inherentes a una organización social que busca alcanzar determinadas metas. Entre estos conceptos se encuentran el conocimiento tácito, el conocimiento explícito y la gestión del conocimiento. Además, otro enfoque consiste en debatir aspectos de la legislación brasileña en materia de Propiedad Intelectual en relación con los derechos de los pueblos indígenas a gozar de protección y posibles resultados inherentes a la propiedad intelectual basada en conocimientos tradicionales. El desarrollo de este trabajo se llevó a cabo a través de una investigación bibliográfica, en la que se identificaron varias estrategias, que el Pueblo Gavião ha desarrollado a lo largo del tiempo con el fin de sistematizar, transmitir y reproducir a los más jóvenes conocimientos relacionados con su historia, lengua, organización social y social. político. La transferencia del conocimiento tácito a explícito se vio en la producción académica a lo largo de los años, en documentales y libros de autores indígenas, que demuestran que dentro de la Tierra Indígena hay producción y reproducción de saberes tradicionales aptos para la protección de la cultura.

Palabras Clave: "Transferencia de conocimiento tradicional / tácito". "Conocimientos explícitos". "Tierra indígena Madre María". "Propiedad intelectual".

Data de recebimento: 04/05/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15355

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

A produção e a transmissão de conhecimentos tornaram-se elementos importantes ao longo das últimas décadas e, não é diferente quando se trata de comunidades tradicionais. As comunidades que habitam a Terra Indígena Mãe Maria (TIMM), como o Povo Gavião que durante a década de 1960, cogitou-se ser extinto devido a ocorrência do acometimento de epidemias, os conflitos internos, as guerras entre eles mesmos e também os conflitos com fazendeiros e posseiros (FERRAZ, 1998).

Considerando as estratégias adotadas pelo Estado, cujo propósito era minimizar os conflitos entre povos indígenas e a sociedade nacional ocasionou a transferência compulsória do Povo Gavião para a Terra Indígena Mãe Maria. A TIMM foi criada no ano de 1943; no entanto, os indígenas começaram a ser levados para o local somente a partir de meados da década de 1960 (FERRAZ, 1998).

Decorridos alguns anos, os nativos enfrentaram conflitos internos e externos. Nesse sentido, cabe dizer que atualmente o Povo Gavião reverteu o quadro próximo de aniquilamento, pois está sempre em debate com a sociedade externa e se utiliza de maneira muito própria da modernidade, frequentando universidades, produzindo filmes e livros, participando de atividades esportivas, na construção de escolas com apoio do governo estadual e articulam-se com instituições e pesquisadores (FERRAZ, 1998). Entretanto, tais atitudes supramencionadas não buscam a ruptura com a cultura indígena e se tornarem *kupê* (não índios), mas sim para fortalecer suas próprias tradições.

O objetivo do trabalho é abordar as diferentes formas de transmissão de conhecimento tácito/tradicional para o explícito como forma de proteção da cultura do Povo Gavião.

Desenvolvimento

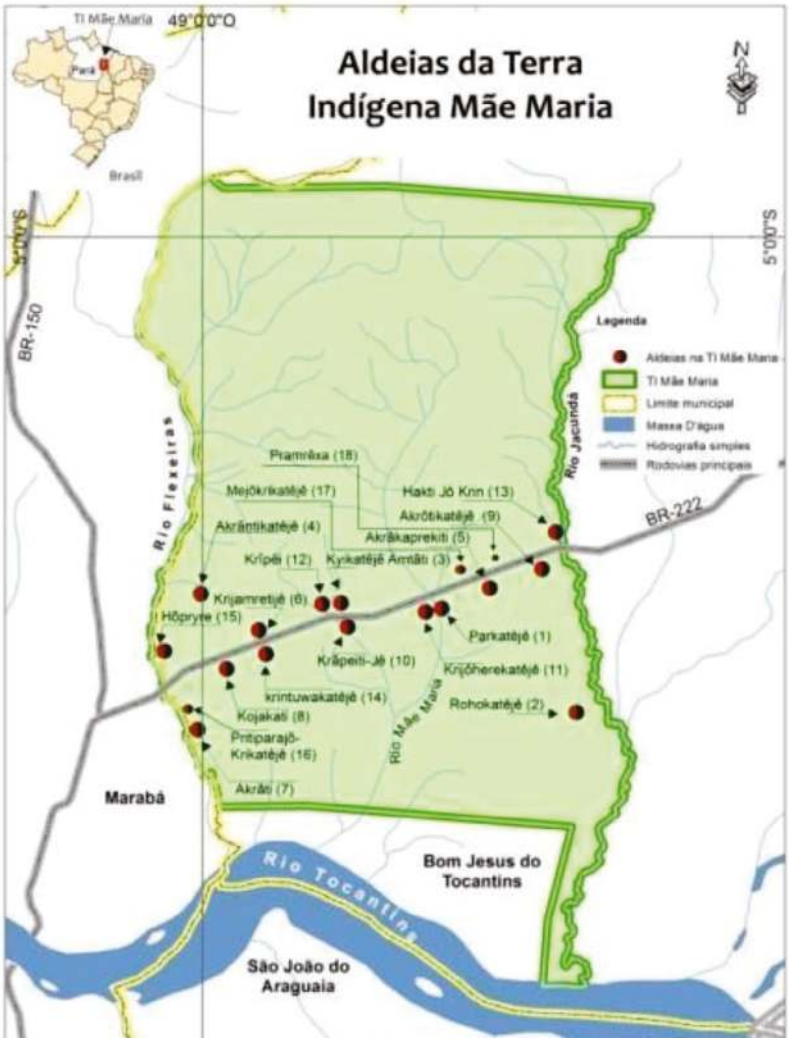
O Povo Gavião da Terra Indigena Mãe Maria

A TIMM é um dos capítulos da história recente do Povo Gavião, ou como mencionado, anteriormente, os chamados Povos Gavião, que em linhas gerais, habitam a TIMM e, atualmente, detém, aproximadamente, cerca de dezoito aldeamentos de três povos indígenas do Grupo Jê Timbira que são os: *Parkatêjê,* os *Kỳikatêjê* e os *Akrãtikatêjê* (R. R. JUNIOR, 2020). Na figura 1 é apresentado um mapa da TIMM e a disposição dos aldeamentos existentes, até meados de 2020.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figura 01: Aldeias da Terra Indígena Mãe Maria.



Fonte: Ribeiro Junior (2020)

Dentro do grupo Jê Timbira, o povo indígena *Parkatêjê*, que foi ligado aos dominicanos no ano de 1956, no Rio Praia Alta, que atualmente está localizado no município de Itupiranga, foi removido para a TIMM, no ano de 1965 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (FERRAZ, 1998). O segundo povo indígena é denominado *Akrãtikatêjê,* o qual também estava junto ao posto do SPI, localizado em frente a cidade de Tucuruí, onde foram aos poucos removidos para a TIMM entre os anos de 1971 e 1983, em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (FERRAZ, 1998).

Segundo Ferraz; Oliveira, (1984), o grupo *Parkatêjê* era conhecido como "Turma do Cocal" e o grupo *Akrãtikatêjê* era conhecido como "Turma da Montanha" e, após a vinda para a área indígena TIMM, os referidos grupos passaram a habitar a aldeia denominada de Aldeia do Trinta, que posteriormente iria denominar-se de *Parkatêjê*.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O terceiro povo do Jê Timbira, o *Kỳikatêjê*, intitulado de "Turma do Maranhão", tendo sido contactado em 1968 em área próxima ao município de Imperatriz, Estado do Maranhão. Diante disso, em razão de conflitos com madeireiros, grileiros e fazendeiros a Fundação Nacional do Índio- FUNAI, o qual foi criada em 1967 e sucedeu ao SPI, removeu este grupo para a TIMM que passaram a habitar uma aldeIA cerca de quatro quilômetros da aldeia do trinta, denominada de aldeia ladeira vermelha (FERRAZ, 1998).

Entretanto, mesmo que a TIMM tendo sido criada por meio do Decreto Estadual nº 4503 de 28 de dezembro de 1943, a remoção dos indígenas ocorreu apenas em meados da década de 1960, ou seja, posterior a criação da TIMM pelo Governo do Estado do Pará, que inclusive já havia legalizado outras áreas para uso e localização do Povo Gavião. Não obstante, as referidas áreas foram invadidas com frequência por fazendeiros, em razão da exploração da castanha do Pará, que era o principal produto de exportação durante quase todo o século XX, importante para a economia do município de Marabá (EMMI, 1999).

Cumpre dizer, que mesmo depois de homologada através do Decreto Presidencial n. 93.148 de 28.08.1986, com 62.000 (sessenta e dois mil) hectares, a TIMM era constantemente invadida por exploradores de castanha do Pará. As situações referentes aos intermediários do SPI, no ano de 1965, empreenderam ações de convencimento ao líder da Turma do Cocal em Itupiranga e ao final do aludido ano os mesmos foram o primeiro grupo indígena a habitar a TIMM (Ferraz, 1998). Além disso, segundo relatos do Cacique Krôhôkrenhum (falecido em 2016) o grupo era pequeno e resistiu a ideia durante um tempo considerável, considerando que na região do Rio Praia Alto era o local onde estavam enterrados grande parte de seus ancestrais (TROPRÃMRE, 2011).

Ressalte-se, que dentre os hábitos dos intermediadores do SPI para atrair os indígenas se baseava na oferta de ferramentas e também o cultivo de plantações e a doação das safras com o intuito de estabelecer contato (Troprãmre, 2011). A prática também foi elaborada nos primeiros anos da TIMM, como aborda o autor indígena Toprãmre Krôhôkrenhûm Jõpaipaire, em seu livro Me Ikwytekjêri, no qual relata que ao chegarem na TIMM havia roças grandes com bastante arroz, feijão, milho e mandioca. No entanto, após meses de bons tratos a mão de obra dos indígenas passou ser explorada pelos agentes do SPI tanto para o cultivo de novas lavouras, como para a colheita da castanha-do-pará. Vale ressaltar que o sistema de exploração perdurou até o ano de 1976, após esse período, a comercialização da castanha do Pará foi feita diretamente pelos indígenas.

> Os recursos financeiros acumulados e tomados disponíveis pela FUNAI através do "Projeto de Emergência para a coordenação da safra de castanha de 1976 pelos "Gaviões de Oeste", parte inicial do Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Sumi" (Ferraz, 1975) viriam a dar suporte político e institucional às mudanças. Novos atores sociais - a "FUNAI de

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> Brasília" e a "antropóloga coordenadora" - passariam a se contrapor com a orientação clientelística regional. Data desta época a criação da autodenominação coletiva - Comunidade Indígena Parkatêjê - assumida pela aldeia do "Trinta" para marcar, exatamente, a diferença em relação à ordem pretérita e aos produtores regionais, não-índios (Ferraz, 1983, p. 89; 1990, p.83). A criação da "Comunidade Parkatêjê" surgia ainda como um modo de identificação coletiva com a finalidade de participar dos rituais de interação" com agentes diferenciados, que envolviam desde a barganha em tomo de preços de mercadorias para a safra (o "rancho"), a arregimentação de mão-de-obra, até a negociação de preços e estabelecimento de contratos para venda de castanha, incluindo os controles financeiros e as contas bancárias (FERRAZ, 1998), (p. 91-92).

Considerando o rompimento do ciclo de dependência e exploração dos agentes tutelares, iniciou-se uma fase de embates com governos e grandes empresas. E em razão de impactos ambientais da TIMM, advindos da construção de linhas de transmissão de energia elétrica da Centrais Elétricas do Norte S/A (ELETRONORTE) e da antiga Centrais Elétricas do Estado do Pará (CELPA).

Outro fator de impacto ambiental provocado na TIMM foi a construção da Estrada de Ferro Carajás, realizada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que percorre parte sul da TIMM, assim como o assentamento de famílias de camponeses feito nas proximidades da área pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), gerando conflitos que resultaram em grande repercussão e relevância a partir do final da década de 1970 e perpetua-se até os dias atuais (JUNIOR, 2020).

Na década de 1960, a TIMM começou sofrer impactos devido aos grandes projetos econômicos que vieram se intensificar na Amazônia a partir do final da década de 1950. No ano de 1967, a TIMM foi cortada de leste a oeste pela construção da PA-70, atualmente denominada de BR-222 (SOUZA, 2014). Utiliza-se como referência a quilometragem da BR-222, situada dentro da TIMM para nomear algumas aldeias, por exemplo, a Aldeia do Trinta ocorreu em razão desta ficar instalada na altura do quilômetro trinta da aludida estrada. Assim, boa parte das aldeias que existem hoje, também estão dispostas nas proximidades do curso da BR-222 (JUNIOR, 2020).

Cabe ressaltar que as distinções entre as turmas eram motivadas por conflitos internos violentos. Dessa maneira, mesmo após a década de 1960 a área TIMM ter sido habitado, suas relações entre estes se estreitaram somente a partir de 1980, quando a Aldeia do Trinta foi destruída para a construção das linhas de transmissão da ELETRONORTE (JUNIOR, 2020).

> (...) relações eram até então marcadamente de caráter cerimonial, com a segmentação das metades - denominadas "Trinta" e "Maranhão" - que se verifica para o desempenho ritual; relações baseadas em alianças mais duradouras só viriam a se consolidar com a reunião de todos em uma única aldeia, a

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> partir de 1980. O modo de vida da "turma do Trinta" foi-se tornando, para os demais, um "modelo" para o "aprendizado" das relações com o dinheiro e com os não-índios, onde o processo de ruptura com a instância regional da FUNAI e o controle da comercialização da castanha de forma autônoma reafirmavam a liderança de *Krôhôkrenhum* sobre o grupo todo (FERRAZ, 1998), (p, 143-144).

Lançou-se mão da estratégia em que a junção dos diferentes povos da TIMM com o fito de possibilitar o crescimento populacional e também enfrentar os problemas inerentes a implantação de empreendimentos que causem grande impactos ambientais (FERRAZ, 1998). A unificação aldeã perdurou até o ano de 2001, quando o povo *Kỳikatêjê* formou uma nova aldeia liderada pelo Cacique *Pepkrakte Jakukreikapiti* (Zeca Gavião). Outra cisão ocorreu em 2009 quando os *Akrãtikatêjê,* liderados pelo Cacique *Paiaré* (falecido em 2014) formaram outra aldeia (FERRAZ, 1998).

Recentemente, tem ocorrido com certa frequência processos menores de cisão ao qual o renomado autor Junior, (2020) denomina de neoaldeamentos, que resulta na criação de várias novas aldeias (Ferraz, 1998). Junior (2020) destaca que as mencionadas divisões tiveram diversas motivações, as quais perpassam por conflitos a despeito da gestão de recursos financeiros recebidos em virtude dos impactos ambientais sofridos na TIMM, ao processo de afirmação de identidades distintas desses povos. Além disso, ressalta-se que as cisões são marcas do modo de vida e da cosmovisão do povo Timbira, tal fato ocorre tanto do ponto de vista histórico, quanto antropológico (JUNIOR, 2020).

Nesse sentido, os autores Ferraz & Oliveira, (1994); Júnior, (2020) e Jopaipaire, (2011) trazem memórias de indígenas mais velhos como de Krôhôkrenhum e Rônõre, conhecida como Mamãe Grande, onde estimam que em meados do começo do século XX; até por volta da década de 1920 existia uma grande aldeia em que todos os povos moravam juntos; entretanto, ao longo do tempo os processos de cisões e subcisões foram criando novas aldeias e separações.

Dessa forma, considerando que o etnoterritório Timbira se estabeleceu a margem direita do Rio Tocantins, a nominação dos grupos segue a lógica do curso do rio *PARKATÊJÊ*: par = pé, jusante, lado de baixo; Katê = dono; jê = povo, ou seja, "povo dono da jusante ou da parte de baixo" do rio Tocantins (Ferraz, 1998). O mencionado grupo habitava uma área próximo ao município de Itupiranga; *KYIKATÊJÊ*: kyi = cabeça, montante, lado de cima; Katê = dono; jê = povo, ou seja, "povo dono do montante ou da parte de cima", este habitava uma área próximo a cidade maranhense de Imperatriz (Ferraz, 1998).

Em relação ao povo *AKRÃTIKATÊJÊ*, cuja origem etimológica da palavra significa: akrãti = ladeira, montanha; Katê = dono; jê = povo, ou seja, "povo dono da montanha", denominado assim após uma cisão entre o grupo de Krôhôkrenhum e Rônõre; o grupo Rônõre por sua vez habitou uma área localizada nas montanhas, nas proximidades do local que atualmente

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

está localizado a cidade de Tucuruí. (FERRAZ, 1998).

Em virtude da aludida cisão, alguns remanescentes da Turma da Montanha resistiram durante longo período em ir para a TIMM. Somente depois de serem literalmente expulsos de sua aldeia em Tucuruí, por agentes de empresas atuantes na construção da UHE/Tucuruí (FERRAZ, 1998; JUNIOR, 2014).

Contudo, sabe-se que a vinda dos Gavião para a TIMM foi um sinal de novos tempos que a Amazônia brasileira passou a vivenciar com o avanço da fronteira da exploração econômica de recursos naturais, o que evidentemente atingiu o mencionado povo, seja numa perspectiva negativa a ponto de avançar e redefinir seus territórios, ou positiva por meio das alianças internas, de alianças externas para o fortalecimento da identidade, de um *ethos* Gavião e na ressignificação de sua cultura como um todo (JUNIOR, 2020).

Gestão do conhecimento em organizações, conhecimento tradicional e propriedade intelectual

Após desvendar alguns elementos da trajetória histórica e social do Povo Gavião da TIMM, verificou-se o caráter organizativo próprio do povo indígena. Além disso, nas próximas seções, pretende-se analisar alguns processos de geração, reprodução, difusão e sistematização de conhecimentos inerentes a este povo. Portanto, é preciso fazer apontamentos conceituais, bem como contextuais, os quais nortearam o panorama das demonstrações e análises aqui estudadas.

Conhecimento tácito, conhecimento explícito e gestão do conhecimento

Os conceitos trazidos nesta subseção são provenientes de estudos realizados na área da administração, geralmente atribuídos à administração de empresas, que tem por finalidade a atividade econômica. Entretanto, o conceito geral de administração nos permite pensar em outros tipos de organizações sociais, que evidentemente possuem finalidades e objetivos diferentes de uma empresa.

Uma noção genérica sobre administrar, se desdobra em realizar ações em que as organizações possam buscar objetivos de forma mais satisfatória e eficiente possível (STRAUHS et al., 2012). Em relação aos povos indígenas no Brasil, a Constituição Federal de 1988[1] reconhece legitimamente as organizações, fortalecendo o raciocínio a fim de pensar o Povo Gavião como uma organização que tem objetivos proporcionando discussões teóricas quanto aos conceitos analisados (STRAUHS et al., 2012).

1 Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Dentro da discussão outrora delineada, pretende-se analisar processos de geração, transmissão, reprodução e difusão de conhecimentos do povo indígena, os quais foram por muito tempo transmitidos por meio da oralidade. Em seguida, a transmissão do conhecimento foi realizada de modo escrito e linguagem audiovisual (ALENCAR & FONSECA, 2015). Os autores Alencar & Fonseca, (2015) dispõem que o conhecimento de uma organização é patrimônio, um ativo invisível que é acumulado lentamente ao longo do tempo e representa a base da história manifestada em elementos da identidade da cultura e da organização:

> O conhecimento humano é classificado em dois tipos: conhecimento tácito e conhecimento explícito. São unidades estruturais básicas que se complementam e a interação entre eles, constitui principal fonte da criação do conhecimento nas organizações (ALENCAR & FONSECA, 2015, p. 25).

Há dois tipos de tipologias de conhecimento: o conhecimento tácito e o explicito, ambos desempenham funções específicas, contudo tais funções estão dentro de uma relação de complementaridade. Veja as colocações de Alencar & Fonseca, (2015) a respeito do conhecimento tácito:

> Conhecimento tácito é o conhecimento construído a partir das experiências vividas pelo indivíduo, compreende a cognição dos indivíduos, enquanto o mesmo observa o seu mundo a partir de diversos ambientes. Engloba elementos intangíveis como, por exemplo: as crenças pessoais, perspectivas, sistema de valor, intuições, emoções e habilidades.
> O conhecimento tácito é um ativo patrimonial de imenso valor, enquanto permanecer guardado como experiência individual, tem pouco valor para organização. Só poderá ser considerado como uma fonte importante (...) da organização se for avaliado por meio da ação. (NONAKA; TAKEUCHI, 1998). Esse conhecimento é difícil de ser formulado, compartilhado e transmitido de maneira formal, em virtude de não ser verbalizado, nem demonstrado e dificilmente reproduzido em documentos, ou armazenado em bases de informação.

Percebe-se que o conhecimento tácito apresenta uma dimensão individual e intuitiva, mas que se formalizado, registrado parte deste conhecimento, pode ser transmitido a outros indivíduos da organização podendo virar ou não conhecimento explícito. Veja o que colocam Alencar & Fonseca, (2015) a respeito dessa dinâmica:

> A produção de conhecimento numa organização pode ser entendida como algo permanente que se moderniza continuamente. Envolve uma interação dinâmica ininterrupta e que vai do conhecimento tácito para conhecimento tácito; de conhecimento explícito a conhecimento explícito; de conhecimento tácito a conhecimento explícito; e de conhecimento explícito a conhecimento tácito (ALENCAR & FONSECA, 2015, p. 26).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Por outro lado, em relação ao conhecimento explícito, uma dimensão mais pública, coletiva, comunicativa e sistematizante é apresentada. Veja a definição contida em Alencar & Fonseca (2015):

> O conhecimento explícito é o que se consegue facilmente transmitir, sistematizar e comunicar entre os indivíduos em linguagem formal, permitindo a sua disseminação e partilha de forma fácil por intermédio de livros, gravações, portais ou transmitido através de correio eletrônico ou por via impressa. (NONAKA; TAKEUCHI,1998 *apud* ALENCAR; FONSECA 2015, p. 26).

O processo de produção de conhecimentos, continuamente vai se retroalimentando, renovando-se, refazendo-se. Desta forma, percebe-se algo constante, como um processo contínuo que demanda organização dos processos de geração, sistematização e aprimoramento dos conhecimentos. Neste contexto, o conceito de gestão do conhecimento é importante com a finalidade de analisar e compreender dinâmicas educativas de um grupo ou organização social. Veja a seguir a conceituação a respeito desse tema:

> Gestão do conhecimento, objetiva democratizar o acesso aos conhecimentos obtidos por indivíduos, seja qual for o meio escolhido pelo gestor, organizando, classificando e criando dispositivos para sua disseminação conforme o interesse e propósito de um grupo. Uma organização que almeja funcionar de forma eficiente e eficaz transforma as informações em conhecimento incorporando e beneficiando a aprendizagem Alencar & Fonseca (2015, p. 23).

Por conseguinte, boa parte da trajetória do Povo Gavião relacionada a oralidade, a intuição e a repetição foram métodos de gerar e transmitir conhecimentos e que tempos depois tais conhecimentos começaram a ser sistematizados, registrados por diversos meios, sendo estratégia adotada do povo indígena para o fortalecimento de sua cultura e de sua identidade. Esse processo, de certa forma, se manifesta como uma figura de gestão de conhecimentos do Povo Gavião, ora mais difuso, ora mais sistematizado.

Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual

No decurso dos últimos séculos, os sistemas tradicionais de conhecimentos realizaram aportes indiscutíveis ao desenvolvimento científico, industrial, agrícola e social das sociedades de todo o mundo. O sistema ocidental de conhecimento é imperfeito por não compreender os "conhecimentos das pessoas, das condições locais, e das circunstâncias especiais" (Junior, 2010).

Diferentes abordagens adotadas pelos sistemas tradicionais de conhecimentos, podem completar e enriquecer o sistema ocidental, habilitando-o a alcançar soluções mais efetivas a problemas de diferentes naturezas. No entanto, é imprescindível construir uma relação de

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

respeito mútuo entre culturas, o que depende de forma direta da libertação dos preconceitos vigentes na ciência ocidental, os quais, frequentemente desqualificam os conhecimentos e as capacidades intelectuais das comunidades tradicionais como não científicas (JUNIOR, 2010). Diante disto, ressalta-se a definição do conceito referente a Comunidades Tradicionais - CT's, que consta na Lei 13.123 de 2015, artigo 2º, inciso IV:

> Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O termo "tradicional", referente aos conhecimentos e comunidades tradicionais, não implica necessariamente em antiguidade, pois os mesmos representam a cultura, a identidade gerada e utilizada como tradições de um povo. Cabe enfatizar que as comunidades tradicionais atuais apresentam liame com o passado e futuro em relação a seus aspectos culturais (Wendland, 2019). Carelli, (1962)coloca que as discussões sobre conhecimento tradicional foram repercutidas em debates internacionais sobre meio ambiente e, a partir de meados da década de 1960 ganharam força com base na atuação de movimentos sociais ecologistas em países da Europa e nos Estados Unidos da América (DIEGUES, 2001).

Em relação às preocupações com os conhecimentos e povos tradicionais, é relatado de maneira formalizada no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas), conhecido também como Relatório Brundtland publicado em 1987.

> Povos indígenas e tribais precisarão de atenção especial diante das ameaças trazidas pelas forças de desenvolvimento econômico a seus modos de vida - modos de vida estes que podem oferecer às sociedades modernas muitas lições de manejo de recursos em complexos ecossistemas de floresta, montanha e zonas áridas. Alguns destes povos estão ameaçados de virtual extinção por um desenvolvimento insensível e sobre o qual não possuem controle. Seus direitos tradicionais devem ser reconhecidos e deve ser-lhes dada voz decisória na formulação de políticas de desenvolvimento dos recursos em suas áreas(COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) (p. 13).

A publicação do Relatório Brundtland motivado pela crise econômica mundial, que assolou o mundo durante a década de 1980 em razão de disputas pela comercialização do recurso natural mais fundamental e necessário para a sociedade moderna e contemporânea, o petróleo, em 1992 é convocada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio-92, como ficou conhecida (ALTVATER, 1995). No entanto, antes

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

da conferência da Rio-92, agências ligadas à ONU já haviam formalizado a composição de grupos de trabalho a fim de sistematizar e harmonizar uma série de convenções existentes. Em especial sobre diversidade biológica, na tentativa de construir mecanismos globais de proteção ambiental (ALTVATER, 1995).

Os grupos de trabalho resultaram na publicação da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, que, em síntese, é um instrumento que tem servido aos países signatários da aludida convenção para a elaboração de legislações nacionais a respeito do acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado (BRASIL, 2015). A CDB foi colocada para assinatura na ECO-92, tendo sido assinada por mais de 190 países (Coelho, 2017). No Brasil a CDB foi ratificada em 1998 e, somente no dia 20 de maio de 2015 foi promulgada a Lei 13.123.

> Embora tenha sido pensada, essencialmente, como um compromisso por meio do qual os países permitem o acesso regulamentado a seus recursos genéticos em troca de transferência de tecnologia e a repartição de benefícios de um modo geral (CARNEIRO DA CUNHA, 2009), a CDB possibilitou em tese a reinvindicação da participação das comunidades tradicionais nas discussões sobre o acesso aos seus conhecimentos e à repartição dos benefícios oriundos destes bens materiais e imateriais. (...) Vale registrar que a CDB estabelece apenas compromissos gerais aos Estados signatários e não possui força impositiva, além de apresentar contradições com outras convenções e documentos internacionais, como o Tratado de Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - o Acordo TRIPS, principalmente no que tange à transferência de biotecnologias aos países, bem como à divisão dos benefícios e lucros (COELHO, 2017), (p. 84).

Cabe enfatizar que o Acordo TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Right) supramencionado é um dos acordos internacionais mais importantes no que concerne à Propriedade Intelectual[2], originou-se em 1994 no Uruguai, após várias rodadas de negociação entre mais de duzentos países, bem como resultou na fundação da Organização Mundial do Comércio – OMC (COELHO, 2017).

Na década de 1990 reformulações foram aplicadas a todas as legislações brasileiras que tratam da Propriedade Intelectual, por conta de o Brasil ser um país signatário do Acordo TRIPS. Além disso, o sistema de proteção à propriedade intelectual se manifesta na legislação nacional por meio da Lei nº 9.610/98 que disciplina os direitos autorais, bem como da Lei nº 9.609/98, que preleciona sobre leis de programas de computador e pela Lei nº 9.279/96 que disciplina a propriedade industrial (COSTA NETTO, 2008).

2 A Propriedade Intelectual compreende os direitos conferidos pela Lei para a proteção das criações da mente humana, ou seja, o resultado do trabalho intelectual (COSTA NETO, 2019).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Verifica-se que o sistema TRIPS é inadequado para a regulamentação internacional da Propriedade Intelectual dos Conhecimentos Tradicionais, por ser um instrumento que tem finalidades extremamente financeiras e privatistas, fato este que dificulta a utilização deste sistemas pelas CT's, que objetivam conhecimentos que produzem, reproduzem e difundem não somente a finalidade lucrativa financeira, como também o atendimento de demandas sociais seja do próprio grupo ou de outros grupos sociais (COELHO, 2017).

> Os direitos de propriedade intelectual, tal como concebidos pelo Acordo TRIPS, não permitem a proteção aos conhecimentos tradicionais. Primeiro, porque estão focados na proteção aos direitos de propriedade individuais e privados, ao passo que esses conhecimentos são de caráter coletivo e comunitário. Segundo, porque só reconhecem a inovação e/ou o processo inovador a partir da perspectiva do capital/mercado, ou seja, quando geram lucros, e não quando satisfazem as necessidades sociais (COELHO, 2017), (p. 73).

Diante disto, percebe-se que entre os objetivos e finalidades acerca dos conhecimentos tradicionais e os sistemas de proteção de propriedade intelectual, considerando o nível internacional e o nível local, ambos possuem algumas divergências. Assim, alguns organismos internacionais têm tentado construir algumas alternativas objetivando enfrentar a problemática, conforme nos coloca Coelho (2017), p. 72-73):

> Frente aos inúmeros impasses e discussões sobre o tema, principalmente após o advento do Acordo TRIPS e da Convenção de Diversidade Biológica, a OMC e a OMPI organizaram em 1997 o Fórum Mundial sobre a Proteção do Folclore, onde foi proposta a elaboração conjunta de um instrumento normativo internacional relativo à proteção dos conhecimentos tradicionais.
> Em 2000, ainda considerando o conhecimento tradicional como um tema novo a ser definido, a OMPI instituiu o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore, com a finalidade de estudar formas de regulamentar tal assunto (BELAS; BARROS, 2004, p. 09). Esse Comitê é composto por 250 representantes de Estados, comunidades indígenas e tradicionais, além de diversas organizações governamentais e intergovernamentais, entre elas a UNESCO (COELHO, 2017), (p. 72-73).

Por outro lado, nos debates que têm se sucedido, o comitê internacional tem se desdobrado de maneira geral em duas propostas da normatização da problemática: conhecimentos tradicionais e sistemas de proteção da propriedade intelectual. A primeira proposta tem relação aos conhecimentos tradicionais, considerando os regulamentos e acordos já existentes que possam fazer ajustes para contemplar a proteção intelectual em conjunto com os conhecimentos tradicionais. A segunda proposta defende a criação de novos sistemas de proteção intelectual e a utilização de mecanismos *sui generis* (COELHO, 2017).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Os mecanismos *sui generis* têm sido defendidos por estudiosos e adotados em alguns países como mecanismos alternativos ao sistema de patentes para a proteção jurídica de propriedade intelectual de conhecimentos tradicionais (WENDLAND, 2019). Tais mecanismos buscam construir outros critérios jurídicos como o reconhecimento dos direitos intelectuais coletivos e a eliminação do monopólio e propriedade, exclusivos sobre os conhecimentos tradicionais associados (COELHO, 2017). Em que pese isso, até o final do ano de 2019, as negociações no âmbito da OMPI não haviam sido concluídas; a previsão era que no biênio 2020-2021 ocorresse a finalização (WENDLAND, 2019).

Coelho (2017), relatou que "os direitos emanados do acesso aos conhecimentos tradicionais não foram reconhecidos e, até o presente momento, não há uma legislação específica no que se refere à sua proteção". Desta forma, uma das poucas iniciativas nesse sentido nos últimos anos no Brasil foi a promulgação da Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015, que regulamenta a proteção de conhecimentos tradicionais, associados ao patrimônio genético, resultante do processo de ratificação do Brasil da CDB e não representa a totalidade dos conhecimentos e saberes dos povos tradicionais (COELHO, 2017).

Decorrido o período mencionado, o país passou por uma crise econômica e política significativa e, considerando que os principais interessados por esta regulamentação são povos tradicionais e que as políticas tanto ambientalistas como de assistência às populações tradicionais têm regredido e sido sistematicamente perseguidas e combatidas pelo governo brasileiro[3], provavelmente essa problemática encontre ainda mais dificuldades para se desdobrar de maneira positiva no Brasil (COELHO, 2017).

Vale ressaltar, que a falta de regulamentação e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, tanto no aspecto internacional como nacional, necessita ser minimamente solucionado, todavia, não inviabiliza a capacidade de criação, desenvolvimento, reprodução e difusão de conhecimentos das CT's (COELHO, 2017).

Processos de transferência de conhecimentos na TIMM

Depreende-se de maneira implícita que ao longo do trabalho duas noções permearam as argumentações, conceituações e demonstrações estudadas: tradição e modernidade. Cabe mencionar que o Povo Gavião para fins conceituais e normativos, é considerado uma comunidade tradicional, que o processo de remoção dessa comunidade para a TIMM se deu fortemente sob argumentos e interesses que estes precisavam ser retirados de suas antigas terras para que o progresso, a modernização, a civilização pudesse se estabelecer na Amazônia.

3 MPF: Política indigenista de Bolsonaro tem 'violações sem precedentes na ordem institucional' Nota Pública a ser divulgada no Dia do Índio aponta para manobras desastrosas da Funai e do presidente no último ano (O GLOBO, 17.04.2021). Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/mpf-politica-indigenista-de-bolsonaro-tem-violacoes-sem-precedentes-na-ordem-institucional-24976324.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

No que concerne à problematização entre os sistemas de proteção da propriedade intelectual e os conhecimentos tradicionais, questões são levantadas tendo em vista que o sistema predominante de propriedade intelectual não reconhece e não possibilita normatizar os conhecimentos tradicionais de maneira mais ampla, por exigir suposta legitimidade epistemológica moderna. Do ponto de vista heurístico, as noções separadas nos possibilitam analisar fenômenos, processos e fatos. Torna o olhar aprimorado, mas é preciso ter cuidado pois nas evidências da realidade essas noções analíticas ao mesmo tempo se entrecruzam e se separam.

Portanto, ressalta-se que o objetivo do trabalho é tentar demonstrar e analisar processos de conhecimento "tradicional" como um meio para a proteção de uma ou várias culturas. Entretanto, para se transferir algum tipo de conhecimento, pressupõe-se que este precise existir, ser produzido e aprimorado.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que o Povo Gavião da TIMM, enfrentou graves problemas em decorrência de processos modernizantes. O que certamente ocorreu antes mesmo da vinda para a TIMM, devido uma articulação tanto do universo tradicional a fim de primeiramente manter sua existência e práticas culturais, como uma articulação de seu universo tradicional com elementos da modernidade a fim de fortalecer sua identidade e existir não como *kupê,* mas como Gavião.

As articulações entre moderno e tradicional se manifestam fortemente em processos de geração, sistematização, transferência de conhecimentos deste povo. Além disso, há conhecimentos tradicionais do Povo Gavião mesmo estando inserido de certa maneira intensiva, em contextos modernos, que impacta logicamente a tradição e a cultura, mas que possibilitou e possibilita, por meio de aprendizados e conhecimentos modernos assimilados e adensados na vida do Povo Gavião, o fortalecimento da tradição e de sua cultura.

Por vezes é difícil distinguir o que é conhecimento moderno e tradicional no que consiste as práticas do Povo Gavião, pois estes se articulam e se desenvolvem diante de situações com um único objetivo, a proteção de sua cultura.

Processos de geração, sistematização e transferência de conhecimentos na TIMM

Ao longo dos tempos o Povo Gavião foi vítima de preconceitos, assim como boa parte das comunidades tradicionais. As ideias de que os indígenas são preguiçosos, conforme relatos do falecido Krôhôkrenhum (2011), que foi muito incisivo no discurso e nas ações de agentes do SPI, FUNAI e dos *Kupê*, de maneira geral pelo menos no período entre a chegada na TIMM até o ano de 1976 quando passaram a gerir de forma autônoma a exploração e a comercialização da castanha do Pará sem a interferência dos agentes da FUNAI.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Posteriormente, passaram a contar com recursos financeiros oriundos da exploração da castanha do Pará e de indenizações e convênios em virtude da TIMM atravessada por empreendimento da ELETRONORTE e da empresa Vale, passaram a ser chamados de índios ricos (R. R. JUNIOR, 2020). Na década de 1970, apesar da visão deturpada sobre o Povo Gavião, o recebimento de recursos representou um marco histórico na vida do Povo Gavião, pois a partir daí sentem a necessidade e aprender a língua portuguesa, lidar com dinheiro, fazer cálculos matemáticos a fim de gerenciarem a atividade da exploração da castanha do Pará. Em seguida, essa necessidade aumentaria, pois é a época da instalação de grandes projetos de mineração e transmissão de energia no território.

O período pós-1976 se torna significativo, pois se trata do período em que muitos elementos modernos impactaram negativamente a vida do Povo Gavião da TIMM, e que ao mesmo tempo trouxeram benefícios. A partir de 1980, constrói-se uma nova aldeia em que toda a comunidade passa a morar nela, marco importante para a recuperação de práticas culturais, haja vista que a debilidade e vulnerabilidade das turmas separadas dificultavam a realização de rituais, casamentos e a reprodução. Nesse sentido, o cacique Krôhôkrenhum que chefiava os *Parkatêjê*, consolidou sua liderança pelo fato de ter sido o primeiro grupo a vir para a TIMM. Esse ajuntamento possibilitou um processo interessante de trocas de conhecimentos entre os grupos (FERRAZ, 1998).

Os *Parkatêjê* eram o grupo ou a liderança que já sabia lidar melhor com o dinheiro tendo em vista que este é quem coordenava a atividade de exploração e comercialização da castanha do Pará (Ferraz, 1998). Assim sendo, o grupo dos *Kyikatêjê* era o grupo que tinha as melhores habilidades da cultura e da língua, isso certamente se deve ao fato de se manterem mais afastados dos *Kupê,* pois após serem contactados, logo foram removidos para à TIMM (SOUZA, 2014).

Nessa seara, observa-se que os *Akrãtikatêjê* eram o grupo menos numeroso, porém sua liderança era um importante interlocutor entre a comunidade e o mundo externo. Em razão de dominar melhor a língua portuguesa este grupo durante muito tempo conviveu com um grupo de religiosos onde foram alfabetizados (FERRAZ, 1998). Outro fator que legitimava a função interlocutória do Cacique Paiaré dos *Akrãtikatêjê* foi a interposição de ações judiciais contra a empresa ELETRONORTE em Tucuruí, o que certamente exigiu que este desenvolvesse importantes habilidades para se comunicar e reivindicar direitos do seu povo (R. R. Junior, 2014). Diante disso, houve o fortalecimento da identidade do Povo Gavião da TIMM, que entre 1980 e 2001, organizam-se no entorno de uma identidade *Parkatêjê*, sendo fundamental para enfrentar os problemas advindos com a ação da ELETRONORTE, da CVRD e do GETAT (FERRAZ, 1998).

Percebe-se que habilidades e experiências de cada grupo ou de lideranças em específico foram e são referências para os mais jovens e foram fundamentais para os processos de cisão que ocorreram a partir do ano de 2001. Por exemplo, ainda nas décadas de 1980 e 1990 durante

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

os trabalhos de campo de Ferraz, (1998) o cacique Krôhôkrenhum satirizava e ficava incomodado com as habilidades culturais e linguísticas mais refinadas dos *Kyikatêjê* (FERRAZ, 1998). Segundo Souza, (2014), este refinamento e reconhecimento de que os *Kyikatêjê* eram os mais hábeis cultural e linguísticamente foi determinante para a cisão do grupo em 2001 formando então a aldeia *Kyikatêjê Amtàti*.

Segundo R. R. Junior, (2020) há diversos relatos de lideranças mais jovens que, mesmo estando em outros grupos oriundos das cisões pós-2001, têm como grande referência de liderança, articulador e negociador, o *Capitão* como era chamado o cacique Krôhôkrenhum. A experiência dos *Akrãtikatêjê* que ganharam uma ação judicial da ELETRONORTE a fim de serem ressarcidos pela tomada de suas terras na cidade de Tucuruí, tem mobilizado, motivado e inspirado um grupo *Kỳikatêjê* a ingressar com uma ação judicial contra a União a fim de tentar serem ressarcidos da perda de suas terras na década de 1960 no Estado do Maranhão (R. R. Junior, 2020). Assim, conclui-se que os conhecimentos e habilidades específicas que repercutem, são compartilhados positivamente com todo o Povo Gavião da TIMM.

Por outro lado, ao longo do tempo houve um aumento populacional, resultando em gerações que crescem em condições menos adversas que seus avós e pais cresceram no que concerne ao enfrentamento das doenças e os deslocamentos compulsórios. O modo como esta geração cresce e se relaciona com a cultura Gavião é uma preocupação frequente dos mais antigos. Os velhos ou M*ẽ prekre* são verdadeiros patrimônios da comunidade, pessoas admiradas, respeitadas e reverenciadas pelos mais jovens, devido aos seus conhecimentos, às suas experiências e trajetórias de vida (Souza, 2014).

O Povo Gavião, por receber recursos financeiros de convênios e indenizações pela exploração da TIMM, possibilitou o consumo de bens industrializados como televisores, aparelhos de som, automóveis, com isso adquirem formas de entretenimento e alimentação que na visão dos mais velhos os distanciam da sua cultura, perdem os conhecimentos e as habilidades da linguagem (TROPRÃMRE, 2011).

Durante a pesquisa foi possível visualizar algumas iniciativas que procuram minimizar esses problemas de distanciamento dos mais jovens da cultura. Dentre estas iniciativas Souza, (2014) coloca que, à época da sua pesquisa, havia um grupo de velhos indígenas dos *Kyikatêjê* que andava nas escolas existentes na TIMM ensinando aos mais jovens a língua do Povo Gavião. Outro fator importante foi a estruturação de escolas indígenas, com conteúdo intercultural que ao longo do tempo foram se estruturando dentro da TIMM.

Em um período mais distante, parte da população em idade escolar se deslocava para escolas não indígenas em localidades próximas à TIMM, como a Vila do Km 40, no município de Bom Jesus do Tocantins e Morada Nova, no Município de Marabá e isso contribuiu para a dispersão e desinteresse dos jovens pela sua cultura. Em 2020 existiam dentro da TIMM 11 (onze)

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

escolas que atendiam cerca de 885 (oitocentos e oitenta e cincos) alunos, contavam com 86 (oitenta e seis) professores indígenas e 116 (cento e dezesseis) professores *kupê* (JUNIOR, 2020).

Além das iniciativas mais coletivas, também foram encontrados durante a pesquisa, algumas iniciativas mais individuais que envolveram parte da comunidade e o objetivo era justamente sistematizar, registrar e compartilhar conhecimentos. As atitudes tiveram apoios externos que financiaram a produção de documentários e a publicação de um livro com histórias, memórias e conhecimentos do cacique Krôhôkrenhum, denomindado de "Eu já fui seu irmão[4]" trata de:

> Um documentário sobre o intercâmbio cultural entre os Parakatêje, do Pará e os Krahô do Tocantins, que embora falem a mesma língua, nunca haviam se encontrado antes. Kokrenum, líder dos Parakatêjê e preocupado com a descaracterização do seu povo, resolve ir conhecer uma aldeia Krahô que conserva muitas de suas tradições. Um ano depois, os Parakatêjê retribuem o convite. No final, os chefes selam um pacto de amizade entre os dois povos (CARELLI, 1962).

Nos anos finais da vida de Krôhôkrenhum foi produzindo o documentário denominado de "Krôhôkrenhum: eu não posso morrer de graça[5]", que consta o registro de falas, tanto do protagonista como de outros velhos, em especial do grupo *Parkatêjê*. Este documentário foi lançado conjuntamente com o livro intitulado MÊIKWY Tekjê Ri, que pertence ao meu povo: memória de Troprãmre Krôhokrenhum Jõpaipaire, ambos foram lançados no ano de 2011. Outra prática que durante muito tempo tem sido importante para a sistematização, transferência, geração, reprodução e aprimoramento de conhecimentos do Povo Gavião da TIMM são as alianças e parcerias com pesquisadores e instituições de pesquisa e ensino que ao longo do tempo têm sido estabelecidas.

R. R. Junior, (2020) coloca que parte dessas pesquisas, a partir da década de 1970, foram demandadas pelo Povo Gavião e perpassam pelos campos da antropologia, linguística, educação, estudos sobre sustentabilidade e do direito. Além de trabalhos feitos por Kupê, que contribuem para o conhecimento do Povo Gavião, recentemente os próprios indígenas da TIMM começaram a ingressar nas universidades e produzir estudos sobre o seu povo. Veja o que coloca Junior (2020)[6]:

4 Esse documentário foi dirigido pelo Diretor Vicent Carelli e financiado pelo CTI (Centro de Trabalho Indígena) dentro do projeto Vídeo nas Aldeias que foi desenvolvido com vários povos indígenas do Brasil na década de 1990.

5 Documentário dirigido por Vicent Carelli e Ernesto de Carvalho.

6 Vale destacar que Professora Concita Guaxipiguara Sompre a época da pesquisa estava cursando mestrado na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> (...) devemos ressaltar os trabalhos acadêmicos realizados pelos próprios indígenas de Mãe Maria. Destacamos o de *Takwyiti* Valdenilson (2016), de Deuzimar *Karajá* (2017) e de *Katêjuprê Parkrekapare* (2017), que elaboraram monografias a partir de suas formações em Licenciatura Intercultural, Geografia e Ciências Sociais na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. *Karajá* (2017) discorre sobre a questão da territorialidade, dando ênfase nos impactos socioambientais sobre a Terra Indígena Mãe Maria; a partir do conceito de "marcadores territoriais", o autor direciona seu foco para os *Kỳikatêjê* da aldeia *Kojakati*. Já o cientista social *Parkrekapare* (2017) analisa a construção das lideranças tradicionais e políticas dos *Akrãtikatêjê* e suas influências para as novas gerações, apresentando narrativas de lideranças e sábios e procurando compreender como que, antes dos deslocamentos para Mãe Maria, os "Gavião" (hoje subdivididos em três povos) viviam como um povo só. Neste outro trabalho, *Takwyiti* (2016) insiste em dialogar com os anciãos a fim de retomar a forma de como se "conta numericamente" na língua. Para tanto, é necessário falar sobre a escrita fonética dos números naturais na língua *Parkatêjê*, fato que acaba por fortalecer o sistema numérico dos "Gavião" (JUNIOR, 2020, p. 71-72).

Percebe-se, que o Povo Gavião possui vasto conhecimento e muitos destes, em especial os mais tradicionais, podem ser vistos no livro de memórias do Cacique Krôhôkrenhum, no qual a partir de seus relatos percebe-se formas de como se alimentam, como criam animais, como cultivam, como classificar plantas e lavouras, como desenvolvem e praticam suas artes e rituais, como tratam e curam doenças e como cuidam das crianças e idosos. Através de outros trabalhos, percebe-se como se estrutura e organiza sua língua e como historicamente tem-se organizado e se relacionado com a sociedade moderna.

Contudo, de maneira ampla, boa parte desses conhecimentos não objetiva acumular riqueza, produzir mercadorias e bens, produzir patentes, mas que até os dias de hoje, foram importantes para atender suas necessidades de existência e fortalecimento da identidade pertencente a TIMM.

Considerações finais

Diante do que foi demonstrado e analisado, percebe-se que a cultura, os saberes, os conhecimentos e a ciência do Povo Gavião da TIMM a cerca de sessenta anos atrás, eram baseadas e transmitidas pela oralidade e pela intuição. Este povo chegou perto de sua extinção e atualmente, apesar das contradições e problemas enfrentados, escrevem livros, frequentam escolas e universidades, produzem filmes, recuperaram parte de seus rituais e costumes, que durante algum tempo foram perdidos ou impraticados. Para isso, certamente os conhecimentos tanto da sua tradição, como os que vieram com os contatos sistemáticos com a modernidade, foram fundamentais para enfrentar e superar problemas contribuindo para a manutenção de sua cultura e identidade Gavião.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Por mais que a pesquisa realizada neste trabalho não possua maior profundidade e sensibilidade ao universo Gavião, como ocorre em uma pesquisa etnográfica ou trabalho de campo, percebe-se pelas fontes pesquisadas que o Povo Gavião possui conhecimentos linguísticos, formas de se organizar e formas de se relacionar com a natureza próprios, além da capacidade de gerenciar a exploração e o uso de recursos florestais. A maior parte desses conhecimentos estão com as pessoas mais velhas ou *Mẽ prekre* como são chamados, manifestando uma dimensão tácita do conhecimento da comunidade.

Em relação a dimensão explícita desse conhecimento, iniciativas que o grupo foi elaborando e reelaborando, que vão desde a prática dos rituais e processos de socialização coletiva, as atividades feitas com outros povos Jê-Timbira, a exemplos dos documentários, livros, pesquisas acadêmicas e organização das escolas indígenas na TIMM com os conteúdos interculturais. Estas iniciativas estruturam o processo de gestão de conhecimentos pertencentes a TIMM, haja vista que ajudaram a superar o problema da população e no enfrentamento de conflitos territoriais, ajudaram a manter e possibilitaram o ensino-aprendizado da língua e da cultura. Diante disso, os conhecimentos deixaram de ser transmitidos apenas por meios intuitivos e orais, pois meios de transmissão e linguagens modernas possibilitam estudar e pesquisar os conhecimentos e a cultura do Povo Gavião da TIMM.

É importante ratificar entendimentos presentes de maneira substancial para o autor Coelho, publicado no ano de 2017, no que concerne a algumas limitações e senso comum da literatura acadêmica, sistemas, concepções predominantes e legislações que tratam da propriedade intelectual. É herdado uma visão positivista e colonialista do que seja ciência, conhecimento e tecnologia. Isso, de certa forma, difunde a visão de que conhecimento é algo limitado à epistemologia moderna e, mais ainda, limitado a campos de saber difusamente conhecidos, como as ciências exatas e que, obrigatoriamente, precisam se transformar em mercadorias e patentes.

Evidentemente que o Povo Gavião atualmente não vive apenas e radicalmente das suas formas tradicionais de conhecimento, afinal, como dito anteriormente, neste contexto, modernidade e tradição se conectam e se distanciam ao mesmo tempo. As dificuldades e os problemas, certamente são inúmeros, assim como a modernidade também enfrenta graves problemas e um dos principais atualmente é como usar recursos naturais de maneira sustentável. Neste quesito os conhecimentos das comunidades tradicionais como o Povo Gavião da TIMM certamente têm grande significância para contribuir com a humanidade do que formas de conhecimento, sistemas de proteção de propriedade intelectual e legislações, no qual seu principal objetivo é a busca por lucros.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 212 a 233 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental (PCNEF)**: Matemática. Brasília: SEMT/MEC.1998.

ALENCAR, Cléa Maria Machado de, & FONSECA, João José Saraiva da. **Gestão do conhecimento**. Sobral, 2015.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza : pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Brasil (1988).

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Brasil (2007).

LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015. Dou: Brasília, p. 1, 2015. Brasil (2015)

CARELLI, Vincent. **Eu já fui seu irmão**. Disponível em: https://vimeo.com/ondemand/eujafuiseuirmao. 1962.

COELHO, Marina Dias Dalat. **Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais: uma análise discursiva decolonial sobre o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos.** Universidade Federal de Goiás (UFG), 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum (3 ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA NETTO, José C. **Direito autoral no Brasil** (3 ed.). São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada** (3 ed.). São Paulo: Hucitec, 2001.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999

FERRAZ, Iara. **De "gaviões" a comunidade 'parkatêjê' : uma reflexão sobre processos de reorganização social** (UFRJ; 1 ed.). 1998. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/72/teses/207014.pdf

JUNIOR, Edson Beas Rodrigues. **Tutela jurídica dos recursos da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e do folclore: uma abordagem de desenvolvimento sustentável** (1 ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

JUNIOR, Ribamar Ribeiro. **Akrãtikatêjê: dominação e resistência na luta por seu território** (vol. 1). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), 2014.

JUNIOR, Ribamar Ribeiro. **Um estudo da terra indígena mãe maria no contexto dos neoaldeamentos** (vol. 1). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2020.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

SOUZA, Araújo Rianne. **Vida do passado, conhecimento dos antigos e o tempo dos índios verdadeiros: educação, crianças indígenas e transformações culturais.** Universidade Federal do Pará (UFPA), 2014.

STRAUHS, Faimara do Rocio, *et al*. **Gestão do conhecimento nas organizações** (1 ed.) 2012. Disponívelem:https://www.researchgate.net/publication/282323811_gestao_do_conhecimento_nas_organizacoes

TROPRÃMRE, krôkrenhum jõpaipaire. **Mêikwy Tekjê Ri: Isto pertence ao meu povo.** Marabá, PA (1ed), 2011.

WENDLAND, Wend. **Proteger os conhecimentos indígenas: um ponto de vista pessoal sobre as negociações internacionais na organização mundial de propriedade intelectual (OMPI).** OMPI, 4, 2019. Disponível em: https://www.wipo.int/wipo_magazine/pt/2019/06/article_0004.html

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Resenha do livro: Lugar de Fala – Djamila Ribeiro

Book Review: Lugar de Fala- Djamila Ribeiro

Resenha del libro: Lugar de Fala- Djamila Ribeiro

Lediane Pereira Ramos
Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondonópolis - UFR
Matupá- Mato Grosso - Brasil
E-mail: leidianemaisa@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5481-8682

Resumo: Esta resenha traz reflexões acerca do Livro lançado primeiramente em 2017 por Djamila Ribeiro, que é o primeiro da coleção "Feminismos Plurais", intitulado "Lugar de fala", onde a autora abrange as interseccionalidades relacionadas às desigualdades raciais e de gênero a partir do olhar de autoras negras e de sua própria experiência enquanto mulher negra e, também, autora. Djamila traz nos três capítulos do livro diversas discussões e reflexões, dentre elas a importância do feminismo da mulher negra, o silenciamento e a invisibilidade histórica que esta parcela da população sempre esteve instituída. Lugar de fala é uma obra advinda da militância da própria autora e das outras mulheres destacadas nos textos, buscando sempre uma representatividade nos diversos espaços da sociedade, em que a mulher negra sempre esteve sub representada ou teve sua participação anulada. Assim, a obra busca representações teóricas negras, possibilitando o protagonismo feminino negro em locais que antes não eram permitidos.
Palavras-chave: Feminismo. Lugar de fala. Mulher negra.

Abstract: This review brings reflections on the book launched in 2017 by Djamila Ribeiro, which is the collection "Plural Feminisms" entitled "Place os speech", where the author covers the intersectionalities related to racial and gender inequalities from the perspective of black authors ando f her own experience as black woman and also na author. Djamila brings in the book several discussions and reflections, among them the importance of the silenced and the historical invisibility that this part os the population has Always been instituted. Lugar de fala is a work arising from the author herself and other women highlighted in the texts, Always seeking representation in the various spaces of society, where black women have Always been under-representation canceled. Seeking black theoretical representations, enabling black female protagonism in places that were not allowed before.
Keywords: Feminism. Place. Black Woman.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 234 a 238 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Resumen: Esta revisión trae reflexiones sobre el libro lanzado em 2017 por Djamila Ribeiro, que es el primeiro de la colección “Feminismos plurales”, titulado “Lugar de expresión”, donde la autora cubre las interseccionalidades relacionadas con las desigualdades raciales y de género desde la perspectiva de los negros. Autores y de su própria experiencia como mujer negra y también como autora. Djamila trae em los três capítulos del libro varias discusiones y reflexiones, entre ellas la importancia del feminismo de la mulher negra, el silenciamento y la invisibilidade histórica que siempre se ha instituido esta parte de la población. Lugar de fala es uma obra que surge del activismo de la própria autora y de otras mujeres destacadas em los textos, buscando siempre la presentatación em los distintos espacios de la sociedade, donde las mujeres negras siempre han estado infrarrepresentadas o se las há cancelado su participación. Buscando representaciones teóricas negras, possibilitando el protagonismo feminino negro em lugares antes no permitidos.

Palabras Clave: Feminismo. Lugar. Mujer negra.

Data de recebimento: 21/06/2022
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.14960

Introdução

Em seu livro, Djamila Ribeiro nos faz refletir sobre vários contextos que implicam em como se entende o feminismo negro no Brasil, e logo nos posiciona a romper com a ideia de que ela não está discutindo projetos, mas que devemos entender que feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, patriarcal, machista, misógina, e anti LGBTQIA+. E nos mostra quão significativa é a importância das produções intelectuais das mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências nos diversos setores da sociedade. Na obra, ela evidência que o objetivo da discussão é contribuir para o debate do lugar de fala das mulheres negras onde se possam ver diferentes perspectivas de pensadoras negras. Assim, a autora procura colaborar com a discussão de temas referentes à vulnerabilidade das mulheres negras, como o encarceramento, o racismo cultural e estrutural, dentre outros. Neste livro, a questão racial não é um mero recorte, vai muito além. Lugar de fala é uma questão estrutural, em que a realidade descrita são as experiências de grupos sociais marginalizados por uma sociedade que sempre assumiu seu papel de exclusão e silenciamento de falas negras.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Desenvolvimento

Na obra em questão, Djamila nos propõe a ideia de que nós, mulheres negras, nos tornamos sujeitos de fato ao poder expor nossa linguagem, falar em nosso nome, pois "desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos" (2019, p. 18). Ela cita a escolha de Sojouner Truth que foi uma abolicionista afro-americana, para trazer um pouco da História dessas lutas, deste lugar de fala que há muitos anos tantas mulheres negras importantes neste movimento buscam.

Ao trazer os relatos de Sojouner Truth (1851, p. 19), que se diz sentir-se invisível como mulher negra em comparação a branca, ela busca evidenciar os processos sociais que a envolve, visto que "nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me ceder o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço!" e segue dizendo "Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher?". Traduzir sua indignação, seu sentimento de não pertencimento a um gênero, a um grupo, talvez seja esse ainda o sentimento de muitas mulheres na atualidade, que usam sua escrita, seu intelecto para exigir - como Sojouner Truth (1851) exigiu tão ferozmente - seu lugar no mundo, sua visibilidade. Salienta ainda em sua narrativa, uma interlocução entre feminismo e a prática do feminismo como sendo negra, pois se leva em conta intersecções como raça, orientação sexual e gênero, nos deixando claro que existem várias possibilidades de ser mulher, e todas elas têm suas relações, mesmo que tenha demorado para isto ficar claro para a sociedade, pois "O que a voz de Sojounier traz, além de inquietações e necessidade de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo" (p. 23).

Outra autora negra e feminista destacada por Djamila, é Lélia Gonzalez (1984), cuja produção nos faz refletir sobre quem sempre pode falar e quem não pode, propondo "a descolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica" (2019, p. 25).

Prosseguindo na discussão, Djamila vai discorrendo sobre outras autoras e suas concepções, suas experiências, memórias e vivências, citando, também, Linda Acoff (2016) e Bell Hooks (2013). A intenção, é produzir uma reflexão sobre como historicamente algumas identidades (as de mulheres negras), "têm sido silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas" (2019, p. 28), ou de como "é preciso perceber que o colonialismo reifica as identidades e como não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade" sem que antes de tudo se possa "enfrentar o modo pelo qual as identidades são criadas dentro da lógica colonial" (p. 30).

O lugar de fala das mulheres negras, segundo a autora, perpassa pelo olhar colonizador sobre nossos corpos, assim como Patrícia Hill Collins (2016) e Lélia Gonzales (1967) o perce-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 234 a 238 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

beram em suas vivências, em que a mulher não é vista a partir de si, mas a partir do outro (neste caso, a partir do homem). Um termo descrito pela autora, que é usado por Patrícia Hill Collins nos mostra outras posições que nós mulheres brancas ocupamos na sociedade, o que chama de "Aprendendo com *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro" (2019, p. 44), que em português livre significa "forasteira de dentro", e cita a importância de fazermos usos criativos dos lugares de marginalidade que ocupamos na sociedade, para que possamos desenvolver teorias e pensamentos que reflitam diferentes olhares e perspectivas e, assim, poder compreender nossos lugares de fala. Collins argumenta, ainda, que nós mulheres negras não somos vistas como iguais e, mesmo fazendo parte de instituições de ensino ou do ambiente de trabalho, ocupamos o lugar da marginalidade.

Outra importante contribuição vem de Sueli Carneiro (2003, p. 50), falando que apesar do mito da fragilidade feminina as mulheres negras nunca presenciaram tal ato, visto que esse tratamento ficou para as mulheres brancas frágeis. Na fala de Carneiro, "Mulheres (nós negras) que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar" (p. 47) - mas ora, como se isso não fizesse parte da vida das negras, desde sempre.

Na mesma obra, Collins ainda aponta que "As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca" (p. 47). A discussão é promissora, e nos leva a refletir que nunca fomos frágeis, nossos corpos e nossa cor nunca foram respeitadas, preservadas ou exaltadas, pelo contrário, sempre fomos violadas, folclorizadas, marginalizadas e tratadas como seres que não se encaixam nos "ditos padrões" dessa sociedade branca, que é racista, patriarcal, machista, misógina, e que determina as hierarquias de gênero, dentre outras. Audre Lorde, também citada na obra, é acionada para propor a seguinte reflexão: "como mulher negra e lésbica, ela se via obrigada a escolher contra qual opressão lutar, sendo que todas a colocavam em um determinado lugar" (p. 50), mas nós estamos em vários lugares, não se nega uma identidade para poder se afirmar outra.

Chegamos ao último capítulo da obra, em que Djamila vai mostrar "o que é o lugar de fala?". Pensando no "discurso" como uma manifestação de um imaginário social que atualmente se reflete no poder e no controle, é que a autora descreve como a consideração e visibilização de lugares daqueles historicamente excluídos (as mulheres negras). São vários os pontos de vista quando falamos do lugar de fala, "diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial" (p. 57). É permitir que esses grupos de excluídos/as possam acessar lugares de cidadania, onde certos grupos que ocupam esses espaços desde sempre têm restringido outros a estas oportunidades. A classe, o gênero, a raça e a sexualidade devem ser entendidas como elementos de estruturas sociais que favorecem essa gama de desigualdades.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 234 a 238 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Compreender que o que esses grupos exigem é seu lugar de direito, e se isto não ocorre, "É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist stand-point:* não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços" (2019, p. 63, *grifos da autora*), como poder cursar uma faculdade, ser professor/a, ser autores/as de livros, ser jornalistas, ter uma carreira política, enfim, ter cargos e uma carreira como qualquer outro indivíduo. "O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas poder existir" (2019, p. 64), e essa existência a tanto tempo negada, se torna resistência quando buscamos espaço para termos nossas vozes e direitos assistidos plenamente.

Quem pode falar e quem não pode? Em sua obra, Djamila discorre sobre este ponto ao dizer que "Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva." (2019, p. 69). Rompendo com o silêncio instituído, falando e falando da negritude, de gênero, de feminismo, de sexismo, de possibilidades reais, de respeito, de uma igualdade de fato.

Considerações finais

Com esta obra, podemos verificar que cabe a nós mulheres a construção de uma identidade reivindicada de mulher negra que possa se constituir como sujeito histórico e político nos setores em que estamos inseridas. O ativismo e a militância do feminismo da mulher negra são tão necessários ainda e, usar nossas experiências e nossa intelectualidade, nos possibilitará discutir e disputar projetos e ações efetivas no intuito de nos fazer representadas. É preciso reconhecer as diferenças entre as mulheres brancas e negras, e fazer deste fato algo positivo que nos insira em posições que as brancas ocupam, levando-nos, dessa forma, a buscar novos lugares, porque estes espaços sempre nos foram negados, usurpados e impossibilitados de acesso pelo projeto racista da sociedade patriarcal.

Assim, a compreensão do lugar de fala descrito no livro, nos permite entender que as palavras não funcionam numa mecânica, mas nas representações coletivas que atravessam as experiências individuais dos autores/as. Devemos repensar epistemologias e saberes acerca do debate que se coloca na sociedade, pois todos temos direito ao "lugar de fala". A própria Djamila confere isto ao fazer a marcação do seu lugar, onde seu modo de dizê-lo deixa explícito dois posicionamentos, em que o primeiro, marca a relação de poder - no sentido de que é a detentora de conhecimento- e, ao mesmo tempo, mostra que sua relação de poder intelectual não a desloca do seu lugar de fala, justamente pelo fato de ser mulher e negra. E, embora sempre empregue seus conhecimentos para a compreensão desse lugar social de marginalidade e silenciamentos, nem sempre tem seu lugar de fala garantido.

Referências

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Feminismos plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 3ª Reimpressão.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 234 a 238 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

A pesquisa como um "artesanato": a sociologia pelas lentes da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva

Por Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

DOI: /10.30612/riet.v3i1.17833

Entrevistada: **Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva**

A professora e pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva tem mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris 1, Sorbonne, na França, e graduação em Ciências Sociais pela UNESP (Araraquara), na qual atuou como docente entre 1981 e 1997. Possui pós-doutorado e livre-docência pela UNESP.

Com fôlego e disposição em fazer ciência, nos últimos 40 anos continuou se dedicando à sociologia, especialmente à sociologia rural, contribuindo com vários programas de pós-graduação e ajudando a efetivar uma agenda de pesquisas sobre o meio rural. Desde 2007, é docente no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Tendo recebido prêmios e reconhecimentos por sua atuação, e munida de um olhar detalhista e investigativo, Maria Moraes presenteia a sociologia brasileira com um trabalho denso. Assim, através de uma perspectiva interseccional, aborda questões relacionadas a gênero, raça/etnia e classe social presentes nas sociedades rurais.

Sobre esse aspecto, o acúmulo de discussão que apresenta ajuda o leitor a compreender a importância de suas pesquisas sobre a migração e exploração do trabalho nos canaviais, o trabalho e a presença da mulher no campo e as relações de poder que emanam dessas conjunturas.

Portadora de uma instigante vocação para a ciência, Maria Moraes aporta nessa entrevista toda a sua dedicação às pesquisas realizadas, apontando para a importância do percurso metodológico na execução das atividades investigativas e reafirma o compromisso que a sociologia deve ter com a transformação social. São sobre esses aspectos da sociologia – avanços, conquistas e desafios – que a pesquisadora Maria Moraes nos leva a refletir aqui.

Desejamos uma boa e instigante leitura.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

1 - Haja vista sua longa trajetória de dedicação à Sociologia, como você enxerga as principais contribuições de suas pesquisas para o estudo do meio rural brasileiro?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Mais uma vez, gostaria de agradecer a vocês do curso de Pós-graduação em Educação e Territorialidade da UFGD, a Revista RIET e, particularmente, a você pelo convite e dizer que para mim é uma honra estar aqui com vocês.

Bom, essa pergunta me apresenta o desafio de olhar para trás, de verificar aquilo que foi feito e como foi feito e a intenção de tudo. Então, eu posso te dizer que é um desafio interessante, porque quando você trabalha é claro que você tem um objetivo, você tem uma meta, você tem um plano. Mas não fazemos ideia de como seria o ponto de chegada.

O ponto de partida da minha caminhada se deu na segunda metade dos anos 1970. Portanto, posso dizer que são mais de 40 anos do fazer científico, passando pelo momento da ditadura militar. Acho importante ressaltar que é nesse momento de tamanho acontecimento político, econômico e social do nosso país, que fui para a França estudar. Eu fiz a minha pós-graduação na França, onde pude desenvolver tanto no mestrado, quanto no doutorado, pesquisas vinculadas às questões rurais.

Meu olhar se voltou exatamente para buscar compreender as transformações desse mundo rural na região onde eu vivo, que é a região de Ribeirão Preto. Localidade esta, importante não só para o estado de São Paulo, mas para o Brasil - do ponto de vista da agricultura. Naquele momento, era bastante visível a reestruturação produtiva no setor agrícola, em que os cafezais foram paulatinamente desaparecendo do cenário e automaticamente a cana foi avançando, sobretudo com a presença das grandes usinas. Com isso, houve a expulsão dos trabalhadores residentes desses espaços, como colonos, trabalhadores permanentes, parceiros e pequenos arrendatários, gerando uma profunda transformação na paisagem e nos modos de vida.

Em sua grande maioria, as pessoas foram para as periferias das cidades ou migraram para outras localidades. Enfim, ocorreu uma verdadeira diáspora. Pode-se dizer, então, que esse foi o ponto de partida. E quando eu comecei a trabalhar como professora na UNESP (Araraquara), dei seguimento a essa temática.

Um elemento interessante nesse momento da história do país foi a participação política bastante avultada dos trabalhadores rurais. Então, eu segui essa linha dos movimentos sociais, das lutas, das greves de trabalhadores que reivindicavam direitos mínimos. Como, por exemplo, carteira assinada, aumento de salário e melhores condições de transportes, porque naquele momento os trabalhadores eram transportados em caminhões como gado - o que ocasionava muitos acidentes nos percursos, inclusive mortes.

Outro fato de destaque naquele período foi a chamada greve de Guariba, movimento de Guariba. Esse movimento se estendeu a outras cidades do estado de São Paulo, inclusive a ou-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

tros estados, então foi um movimento de trabalhadores assalariados, principalmente cortadores de cana, que gerou uma visibilidade social e política significativa.

No bojo desse processo, além de acompanhar o desenrolar desses eventos, consegui entrar em contato com os membros da pastoral dos migrantes e, também, com os membros da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Refletindo hoje, posso afirmar que foi um encontro muito feliz porque eu tive a oportunidade de seguir a caminhada desses agentes sociais e políticos e estabelecer um vínculo importante entre eles, no sentido de contribuir para a conquista dos direitos dos trabalhadores. Tudo isso foi marcando a minha trajetória e, no começo, eu não imaginava que fosse acontecer dessa forma.

Eu fui seguindo a trilha dos (as) trabalhadores (as), e nesse caminhar pude acompanhar a luta pela terra e a criação de vários assentamentos rurais aqui na região. Assim, foram essas experiências que me levaram a ter um olhar bastante direcionado aos (as) trabalhadores (as) migrantes.

Essa preocupação de buscar compreender o outro na sua completude, motivações e trajetórias, me fez enxergar o (a) trabalhador (a) para além do ponto de vista da classe social. Eu precisava entender como ela/ele se constituía e, para isso, me lancei em fazer pesquisa de campo. Nunca fui uma pesquisadora de ficar lá no gabinete, na universidade. Sempre achei importante ir a campo, ouvir, observar, viver. Então, acredito que me constitui uma socióloga que colocou o pé na terra. Dessa forma, buscava entrevistar os (as) trabalhadores (as) nos locais de moradia, nos barracões, nos alojamentos, nas cidades de dormitórios e nos próprios locais de trabalho. Foi assim que passei a realmente perceber uma primeira divisão entre quem eram os (as) trabalhadores (as) chamados (as) locais, e aqueles (as) que eram chamados (as) de fora.

Os (as) de fora, eram os (as) migrantes, e são os (as) que sofriam discriminação no estado de São Paulo. São pessoas que vinham dos estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais e eram consideradas (as) aquelas que chegavam para ocupar o emprego dos (as) trabalhadores (as) locais. Um outro aspecto dessa situação é que havia discriminação não somente das pessoas da cidade, como também dos próprios sindicalistas – que se empenhavam em lutar pelos direitos dos (as) trabalhadores (as), mas não pelos migrantes. É por isso que ressalto a importância da Pastoral dos Migrantes, visto conseguir preencher esse vácuo que não era ocupado pelos sindicatos.

Ainda com relação a essa categorização dos (as) trabalhadores (as) entre migrantes e locais, fui percebendo que apenas os capitalistas lucravam com isso, haja vista que essa situação fomentava uma desunião política entre eles. Isso é um ponto. O segundo ponto é que, diante desses acontecimentos, tive a curiosidade investigativa de conhecer os locais de origem desses (as) trabalhadores (as), de ir até seus locais de origem, que dentre eles (as) chamavam de “terra/lugar da gente”.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Então você vai percebendo que eu fui seguindo essas trilhas, entende? E o interessante é que no decorrer das pesquisas, essas trilhas eles (as) próprios (as) me apontavam. Foi dessa forma que me desloquei para o Vale do Jequitinhonha, em uma pesquisa marcante, porque despertou em mim também uma outra curiosidade investigativa que foi a questão de gênero, que até então eu não enxergava muito. Inicialmente eu enxergava apenas a categoria classe social.

Essa é a trilha de que eu falei, e são essas nuances que vão se relevando na pesquisa, conduzindo-a para onde deve ir. De repente eu percebo que classe não é homogêneo, tem aí uma divisão, uma perspectiva de gênero. Há os trabalhadores locais e os trabalhadores migrantes, mas há também outra divisão, que é a presença das mulheres.

É nesse contexto que começo a me interessar pela questão de gênero, e não somente em relação ao trabalho das mulheres na região de Ribeirão Preto - SP, como em relação ao trabalho das mulheres nos seus locais de origem. Dessa forma, fui percebendo que esse sistema de exploração era um sistema de exploração para além da classe. Havia aí o sistema de exploração do patriarcado.

Outro recorte que consegui enxergar nas minhas análises foi a existência do sistema racial. Com o tempo fui percebendo que o fato de esses (as) trabalhadores (as) não serem brancos (as), era um ponto bastante importante para que os capitalistas pudessem cada vez mais desvalorizar e desqualificar o valor da força de trabalho dessas pessoas. Foram essas questões que me levaram ao estado de Maranhão. Queria ir a fundo na problemática.

Em 2007, já no Maranhão, pude conhecer os quilombolas, pude conhecer as quebradeiras de coco de babaçu. Também passei a conhecer de perto o trabalho da Pastoral dos Migrantes e o trabalho da CPT lá. Enfim, a realização dessa pesquisa me possibilitou um aprendizado muito grande.

De forma conjunta, a pesquisa sempre caminhou junto com a docência no meu fazer ciência. A própria docência na pós-graduação também me ensinou muito porque foi uma forma de aprendizado não somente com novas teorias, leituras e reflexões, mas também com os próprios colegas no curso de pós-graduação, principalmente aqui na UFSCar. E a partir do momento que eu comecei a enxergar essa nova categoria de análise que vai ser a raça, eu me debrucei sobre as leituras dos estudos decoloniais.

Portanto, hoje me encontro nesse ponto de estabelecer ligações entre aquilo que eu enxergo e o que analiso no campo, em termos da exploração da força de trabalho, do sistema de dominação imposto e com a presença de uma forte colonialidade. Nas minhas ponderações teóricas, compreendo que o conceito de colonialidade é uma ferramenta importante que nos permite enxergar a realidade a partir desses diferentes componentes.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Tendo em vista que no meu período de formação, tanto na graduação como na pós-graduação na França, assim como no período em que fiquei em Araraquara como professora, eu trabalhei muito com Marx, hoje consigo fazer uma reflexão que me permita enxergar esse autor através de uma outra ótica. E essa ótica é a dos debates que levam em consideração a perspectiva dos estudos decoloniais. Assim, busco revisitá-lo com novas perspectivas em mente, a partir de textos que foram encontrados no período mais recente.

Esses textos, escritos no formato de rascunhos pelo próprio Marx, têm sido encontrados principalmente na Alemanha, e aos poucos estão sendo traduzidos para o inglês, espanhol e português. São textos interessantes na medida em que Marx trata de questões pertinentes a respeito da ideia de comunidade. É isso.

2 – A forma como você descreve suas pesquisas, e o empenho em realizá-las, revela a importância e contribuição que deram para o campo da sociologia...

Maria Aparecida de Moraes Silva: Então, quando você me pergunta sobre a contribuição das pesquisas que realizei, eu tenho a impressão de que a minha contribuição é essa, de buscar esses vários eixos dispersos no mundo social a fim de revelar em profundidade essa realidade concreta vivenciada pelas pessoas. Dito de outra forma, é como se a sociologia possibilitasse que as pessoas saiam “das gavetas” para “conhecerem todo o armário”.

É por isso que acho relevante debater as implicações da colonialidade na estruturação de nossa sociedade, pois só assim conseguiremos ampliar o entendimento para a permanência da situação de colonialidade vivenciada por aqui. Como é que eu posso entender e interpretar as mortes por exaustão no trabalho rural aqui no Brasil? Não é só dizer: “Olha, morreram cinco trabalhadores”! A gente sabe que esse número está subnotificado. E aqueles que foram descartados por conta do trabalho, aqueles que não recebem aposentadoria. O que aconteceu em relação a esses trabalhadores a partir da reforma trabalhista, da reforma da previdência, e assim por diante? Então são vidas sem as quais a sociedade não resistiria porque são essas, essas mãos que produzem os alimentos que essa sociedade consome. Esse é o ponto.

3 – Achei pertinente você mostrar como a questão de gênero se revelou um marcador estruturante na forma como os trabalhadores se classificavam. Mas não somente gênero, o fator da classe e racial também é visto como relevante na sua pesquisa. Ou seja, sua abordagem evidencia a importância de se analisar um problema sociológico por meio das multicausalidades. Qual é a importância de uma abordagem interseccional nas pesquisas?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Eu acho que a importância é muito grande porque muitas vezes a sociologia, principalmente para os (as) estudantes de graduação, é algo que se revela aos poucos, algo novo. A pergunta que se fazem constantemente é: “O que é a sociologia?” “Para que serve a sociologia?”

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

E quando nós, docentes, lecionamos, muitas vezes ficamos presos aos ensinamentos dos clássicos. Na minha leitura, ainda que seja importante para o docente iniciar os graduandos de sociologia nos clássicos, acredito que também devemos proporcionar aos estudantes uma vinculação com os debates atuais. Principalmente com a realidade Brasileira.

Então, a ideia dos clássicos é possibilitar que os discentes consigam fazer uma conexão com o hoje, uma releitura do mundo em que vivem. Na medida em que se consegue fazer essa conexão, automaticamente você fará um diálogo crítico com a própria teoria. Esse é o ponto mais importante de tudo. Então como é que nós podemos transformar esse mundo? Eu acho que esse é o fundamento da sociologia. Ela tem que ser crítica e forjar um pensamento que permita uma reflexão de forma que abarque a totalidade dos fenômenos sociais.

4 – No começo dessa entrevista ficou evidenciado como as mulheres trabalhadoras rurais migrantes estavam muito mais expostas aos mecanismos de exploração do que os homens. Você ainda percebe que a mulher é mais vulnerável?

Maria Aparecida de Moraes Silva: acredito que há uma continuidade dessas relações de exploração e dominação. Até mesmo se eu tomo por exemplo o caso do estado de São Paulo, com a presença da agricultura mecanizada e tecnológica, a chamada agricultora 4.0, que é essa agricultura de ponta que absorve não somente uma tecnologia de máquinas extremamente desenvolvidas, como também incorpora tecnologia da informação e pesquisas advindas da agronomia, genética e da engenharia.

Em um primeiro olhar, seria muito fácil afirmar que não há mais migrantes aqui ou que não há mais o trabalho degradante. É verdade que o que se vê agora são as máquinas e/ou que a paisagem laboral pode ter sido modificada. Contudo, a pergunta que fica é: “o trabalho não existe mais, o trabalho desapareceu?” Ele pode ter mudado, mas ainda permanece, e a mulher é a que mais sofre. Por exemplo, atualmente as mulheres são as principais responsáveis pela distribuição de veneno nas plantações. É um trabalho degradante que elas fazem ainda.

Outra atividade que realizam: bituqueiras. As mulheres são responsáveis por recolher os restos de cana-de-açúcar que as máquinas deixam cair. Outra atividade: recolher pedras no meio do canavial antes da entrada das máquinas. Pode ser considerada uma das atividades mais degradantes. Também é um trabalho realizado pelas mulheres.

Para os ficais dessas empresas, as mulheres são contratadas majoritariamente porque são mais cuidadosas. Então elas limpam o canavial, elas cuidam do canavial, elas cuidam das plantas. Já os homens, ficam com outras funções. Então, você observa também que essa situação das mulheres que recolhem as pedras não aparece em lugar nenhum. Aí está a importância da nossa pesquisa, a importância de estarmos vigilantes.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O trabalho das mulheres nos canaviais é degradante porque ela é duplamente explorada. Ela faz o trabalho que deveria ser das máquinas e ainda otimiza o tempo da produção. Isso porque, para cortar a cana, as máquinas possuem facas próprias para isso que conseguem cortar bem próximo ao chão a fim de se aproveitar a maior quantidade de sacarose que existe ali. Assim, há um ajuste dessas máquinas para que consigam cortar a cana exatamente na raiz. Por isso não pode haver pedras no terreno, visto que podem danificar e quebrar as máquinas.

Ao encontrar uma pedra, o operador precisa parar a máquina, descer e trocar o que foi danificado. Fazer isso implica não somente em gasto para trocar aquela peça que foi danificada, como também o tempo de trabalho.

Então você percebe que colocar ali as mulheres para recolher as pedras antes da máquina é importantíssimo. Não é uma mera atividade, esse é o ponto importante.

Por isso, o olhar de gênero no processo de trabalho é relevante, pois descontrói os discursos superficiais, como se o trabalhador fosse desprovido de múltiplos marcadores. Então, acredito que o mais importante é você observar esses aspectos subjetivos que muitas vezes as pesquisas na sua grande maioria não olham. Portanto, quando você pensa na essência humana esses elementos subjetivos você consegue enxergar além da exploração propriamente dita, ou da dominação. Porque exploração e dominação caminham juntas.

Quer dizer, você não pode explorar a força de trabalho se você não tem o sistema de dominação.

5 – Com relação aos recursos metodológicos, se percebe que nos seus trabalhos há o uso da história oral e dos recursos imagéticos como ferramentas de pesquisa, além de uma escrita mais poética que busca expressar as motivações das ações dos entrevistados. Qual é a importância dessa abordagem para você?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Eu acho essa sua observação importante. Porque muitas vezes eu vejo a sociologia como uma ciência muito pura, entende? E é uma ciência humana, uma Ciência Social, mas muitas vezes se apresenta como uma ciência dura, como são as exatas: matemática, física e assim por diante.

Então, essa forma mais poética talvez não seja intencional, quer dizer, não faço isso intencionalmente. Pensando nisso agora, acredito que o uso de uma linguagem em um formato mais poético seja porque eu procuro, talvez no meu subconsciente, suavizar a vida daquelas pessoas, que é uma vida em que a realidade se apresenta com muito sofrimento.

Portanto, acredito que a forma poética é uma possibilidade de mostrar outros olhares sobre um problema e, ao mesmo tempo, sublimar. Digo isso, porque quando escrevo sempre estou me lembrando das pessoas, das mulheres, das crianças e dos homens que compartilham comigo

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

suas histórias de vida. A partir desses relatos, dessas memórias, vou delimitando as estratégias de pesquisa e dando corpo às narrativas.

Tomemos como exemplo a pesquisa que fiz no Maranhão com a utilização da técnica do desenho com as crianças. A ideia surgiu porque quando eu estava lá percebi que havia poucos homens. Eu só via as mulheres com as crianças - trabalhando quebrando coco com as crianças. Ao ver aquilo, eu perguntei: “Onde está o seu pai”? “Onde está o seu tio”? “Seu marido”? Como resposta, ouvia: “foi para São Paulo”, “Ribeirão”?

Essa situação despertou o interesse em se compreender as percepções que tinham sobre a migração laboral que ocorria entre eles. Assim, perguntei para as crianças se elas conheciam Ribeirão, ao que respondiam que não. Depois, percebi que nomeavam que os parentes estavam em Ribeirão porque os primeiros trabalhadores foram para lá nos anos 1990. No decorrer da coleta de dados ficou evidente que eles passaram a se dirigir a outros locais do país, mas ficou generalizado por lá como se tudo fosse Ribeirão. Ficou no imaginário deles.

Em seguida, perguntei se já tinham visto a cana-de-açúcar e, para minha surpresa, responderam que não - pelo menos, até aquele momento, não havia cana por lá. O que havia era o babaçu. Aí eu tive a ideia de pedir às crianças que fizessem um desenho, representando de um lado a casa onde elas viviam e, do outro lado da folha, desenhassem Ribeirão Preto. Após essas instruções, distribui às crianças que estavam na escola folha de papel sulfite com uma caixinha de lápis de cor. O resultado foi impressionante.

Nas imagens, o lado da folha referente a casa era representado por uma casinha cheia de florzinha de vasinhos, pintados de cores bem vivas. Do outro lado, a cidade de Ribeirão era pintada com o lápis preto, com muitos riscos que simbolizavam os pés de cana, mas que na verdade se assemelhavam ao milho porque era o milho que eles conheciam. Ao final dos desenhos, foi requisitado que as crianças fizessem uma leitura do desenho, descrevendo as pessoas que desenhou como o pai, primos, tias, avós e assim por diante, e o que foram fazer em Ribeirão Preto.

Nisso tudo, ficou notória a ausência de flores e de cores em Ribeirão. Também não havia sol. Às vezes, aparecia um desenho de uma casinha, e quando eu perguntava sobre isso, afirmavam ser o barraco que o pai ou outro parente morava lá em Ribeirão. Outra coisa que apareceu foi o tamanho das imagens, entende? Quer dizer, de um lado eram imagens grandes e de outro lado eram imagens muito pequenas, embora a folha fosse do mesmo tamanho. Então quer dizer, isso permitiu muita análise, muita representação para se perceber a questão dos sentimentos. E aí eu acho que concluo a resposta à sua pergunta, quer dizer, essa poética é na verdade o resultado de uma análise que pretende chegar aos sentimentos dessas pessoas. A ideia é não as ver somente como força de trabalho, ou como objetos de exploração.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

6 – Então, nesse caso, percebo que a história oral é uma metodologia que permite ao pesquisador acessar de forma mais natural as subjetividades dos entrevistados. É isso?

Maria Aparecida de Moraes Silva: É por aí, sim. Quando se faz uma entrevista, deve-se evitar ficar preso ao roteiro que se estabeleceu, e criar um ambiente que permita a pessoa falar – inclusive sobre outros assuntos. Porque muitas vezes você encontra situações em que o entrevistado quer falar sobre o que lhe interessa, também.

Algumas vezes o entrevistado vai puxar assuntos sobre alguns aspectos de sua vida que nada dizem respeito aos interesses do pesquisador naquele momento. Muitas vezes o (a) pesquisador (a) deixa isso de lado, despreza. Por isso, acredito ser importante permitir o entrevistado falar, se expressar.

Lembrei de uma situação agora. Quando eu fiz a pesquisa no vale do Jequitinhonha (MG), estava andando por um povoado e havia um boteco nas proximidades com um cartaz grande escrito da seguinte forma: “fulano de tal me deve tanto e até agora não me pagou”. Bom, eu achei estranhíssimo aquilo, porque era uma acusação complicada, certo? E sem contar que era um povoado pequeno em que as pessoas se conheciam. Mas andando pelo povoado e entrevistando as pessoas eu acabei chegando por acaso à casa do sujeito cujo nome estava lá naquele cartaz.

Conversando com ele, vi que era um rapaz casado com uma moça muito jovem e que tinham uma criancinha pequena que estava engatinhando. Eu me lembro dessa cena e ela ficou marcada na minha memória. Ele era um trabalhador da construção civil em São Paulo, na cidade de São Paulo, e tinha voltado para Minas Grais porque houve um acidente no trabalho dele muito grave em que um dos seus colegas morreu. Então ele ficou muito desesperado e acabou não terminando o tempo de contrato de trabalho e voltou para o local onde estava a família.

Evidentemente, por causa disso, ele estava com pouco dinheiro e não podia pagar a dívida que sua mulher contraiu, porque durante esse tempo que ele ficou fora ela foi comprando fiado, sem pagar. Eu fiquei impactada com aquela cena, com a situação da família, da criança, e acabei ajudando naquele momento.

Tinha uma aluna comigo, que já era professora e estava pós-graduação, e ela ficou desesperada quando saímos de lá, pensando que agora boa parte do povoado poderia vir atrás da gente pedindo dinheiro etc. Ou mesmo que fazer isso contraria todas as nossas normas de pesquisa, os significados de ser pesquisadora, a postura de pesquisadora. Então, eu falei: “olha, fizemos um gesto de solidariedade, simplesmente. Eu esqueci que sou uma pesquisadora, e fiz isso como uma pessoa que teve ali um gesto de solidariedade”.

O que essa história revela? Que são questões assim que precisam ser dialogadas na formação de nossos estudantes. É claro que você tem de ter a postura de pesquisadora, certo? Você tem que ter essa postura, contudo não se pode negar enquanto pessoa, enquanto gente, entende?

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Essa questão do sentimento, eu tenho a impressão de que é fundamental nas nossas vidas. Porque elas mudam a forma, o jeito de fazer pesquisa. E muda a nós mesmos. Porque tenho a impressão de que eu posso ter deixado uma contribuição à sociologia, aos trabalhadores rurais e assim por diante. Mas, também, recebi uma contribuição muito grande, porque a convivência e a proximidade com essas pessoas, com as vidas delas, com as trajetórias delas, me possibilitou muita transformação, sobretudo das minhas emoções.

Evidentemente, continuo mantendo a minha individualidade, subjetividade, o que não quer dizer que eu não possa ter uma empatia e uma aproximação com essas vidas. Ademais, esses passos são importantes para que o (a) pesquisador (a) consiga ouvir o outro e, também, para que o outro tenha confiança de contar suas histórias. É uma relação de confiança.

7 – Professora, encaminhando para o fim, teria mais duas questões antes de finalizar.

Ao narrar, em suas obras, durante a década de 1990, o processo de expropriação desse campesinato em Minas Gerais e no Nordeste brasileiro que conduziu sua força laboral para uma migração social em massa para outras regiões do país – principalmente para São Paulo – a fim de trabalhar nos canaviais e em outros processos agrícolas, fica evidente que foi um movimento característico de um momento histórico do país. Então, eu lhe pergunto, como você avalia essa agenda de questões atualmente? Pesquisar a proletarização, migração e expropriação ainda são categorias válidas no cenário atual? Como você enxerga isso, visto ter sido um tema que marcou a década de 1990?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Sim, sem dúvida! Eu tenho a impressão de que elas estão aí, mesmo que você tenha a mudança daquilo que eu denomino de mudança da cartografia migratória, certo?

Veja bem, no caso dos trabalhadores do Maranhão, eles passaram a vir principalmente a partir de meados da década de 1990, enquanto os trabalhadores dos demais estados do Nordeste e de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) estavam aqui (SP) desde os anos 1950-1960, em diante. Então, houve uma certa mudança. Essa mudança foi ocasionada pelos acontecimentos históricos da região. No caso do Maranhão, por exemplo, esse processo de expropriação do campesinato foi mais tardio do que nos outros estados do Nordeste.

Portanto, ainda que tenha ocorrido uma diminuição muito grande de migrantes para São Paulo, isso não estou negando pois os dados estão aí, esse trabalho não desapareceu. O trabalho manual está aí, a presença dele está aí.

Tomemos por exemplo a colheita da laranja. É uma colheita feita por trabalhadores que vêm do Piauí, homens e mulheres que vêm do Piauí. É assim com outros produtos agrícolas em São Paulo. Você tem a cebola, você tem a manga, o tomate, a goiaba, você tem vários outros produtos onde se requer força de trabalho, uma força de trabalho móvel.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Então, ou essa força de trabalho advém dessas cidades, que nós chamamos aqui as cidades canavieiras, ou vêm de outros estados do país. Então, não significa que ela desapareceu, mas sim que diminuiu, sem dúvida alguma.

Agora, por outro lado, nas minhas análises percebo que houve uma verdadeira diáspora, entende? Porque você tem vários outros locais para onde muitos desses trabalhadores se dirigem. Como por exemplo, se você leva em conta os índices de mecanização de colheita da cana, tanto em Mato Grosso do Sul quanto em Goiás, por exemplo são índices inferiores ao de São Paulo. Essa mão de obra migrante vai se dispersando por esses espaços, em outros territórios, à procura do emprego. São regiões que estão absorvendo uma quantidade de mão de obra muito grande.

No caso das áreas de desmatamento na própria região norte, também há trabalhadores migrantes lá. No Sul do país também, temos os que vêm para trabalhar na colheita da maçã, na colheita da pera. Não só os migrantes Nordestinos e do Vale de Jequitinhonha, mas sobretudo dos indígenas que se dirigem para a colheita da maçã.

Em todas essas situações temos a expropriação, a mobilidade da força de trabalho. A mobilidade é permanente. Por isso a denomino como “migração permanente temporária”. Ou seja, a migração é permanente, mas o trabalho é temporário. O que faz com que muitas vezes se desloquem de uma atividade a outra permanentemente. Assim, de forma alguma há o desaparecimento dessas categorias, mas sim a reconfiguração desse mercado laboral.

8 – Para finalizar, gostaríamos de saber sobre os seus projetos futuros, o que tem pensado em fazer daqui para frente, e o que você gostaria de ressaltar nessa entrevista. Poderia compartilhar conosco?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Sim, é uma satisfação para mim. Falando em futuro, eu só vou colocar para você algo que talvez lhe interesse, que é o projeto que finalizei agora que é a construção de um *repositório digital contendo a memória de trabalhadores rurais*. Disponível no domínio: https://www.vozesememorias.com.br/

Durante minha trajetória de pesquisadora acumulei um acervo enorme de entrevistas. São mais de mil horas de entrevista com trabalhadores e trabalhadoras rurais, porque foram muitas pesquisas realizadas - uma em seguida da outra, em mais de 30 anos.

O interessante de se ter revisitado essas pesquisas, foi perceber que foram guardadas e armazenadas de acordo com a tecnologia do momento. Então, por exemplo, quando eu fiz a minha pós-graduação eu não tinha nem gravador, eu anotava tudo, e era muito rápida para anotar. Tudo foi feito em caderno de anotação.

Depois, eu comecei a fazer entrevistas com as fitas cassetes. Fiz muitas entrevistas com esse material, e fui guardando todos os relatos coletados. E, há três anos, chegou o momento em

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

que eu comecei a me perguntar “o que eu vou fazer com todo esse material”? Um material que já estava todo transcrito e digitalizado? Vou jogar fora?

Então eu comecei a ler sobre os museus. O Museu da Memória, o Museu da Pessoa que tem aqui em São Paulo e que é muito interessante por conter a história de vida e as trajetórias de pessoas que viveram em São Paulo nas décadas de 1930-1940, e que trabalharam naquelas fábricas, como dos Matarazzo. Nesse museu, a pessoa vai lá como operário e deixa o seu depoimento. Mas é tudo transcrito. E eu não queria isso...

Eu queria deixar as vozes das pessoas registradas. E comecei a procurar esse pessoal da comunicação para ver se era possível isso, é aí um fala que sim, o outro fala que não. Não pode, não pode, não pode. Moral da história: fiz um projeto para construção desse repositório digital.

Com a colaboração da Dra. Tainá Reis, todo o trabalho de digitalização e edição foi realizado. Foram necessários muitos ajustes, principalmente relacionados ao som. Fiquei muito feliz com o resultado, pois cheguei à conclusão de que esse material não é meu, entendeu? Não é minha propriedade privada. E tudo isso já está disponibilizado publicamente.

Bom, então talvez com tudo isso eu tenha respondido a sua pergunta, certo? A minha contribuição vai ser essa. Quer dizer, são as pessoas falando. Não é o sindicalista que vai dizer que está tudo resolvido, que aquilo não tem ninguém, mas são as pessoas que vieram para São Paulo, que trabalharam, que sofreram e que deixaram aqui o suor, o seu suor ou então o seu sangue, que quando chega de volta ao vale do Jequitinhonha, fala: “quando eu chego aqui na minha terra, eu estou com os nervos esgotados porque tudo, o meu sangue ficou em São Paulo”.

Eu quero que as pessoas ouçam isso. São vozes que devem ser ouvidas por todos. Então, são as vozes que vão ficar. São discursos verdadeiros, de pessoas de verdade. Não são falaciosos nem muito menos fake News. Essa é a minha contribuição. Acredito que essa é uma grande contribuição para a transformação social. É um pontinho, mas para mim é grande.

Digo isso, porque a memória é a memória subterrânea, aquela memória que incomoda. Então não adianta você colocar maravilhas do lado do negócio Paulista, porque não foi assim que as coisas aconteceram.

Por fim, acredito que essa é a função da sociologia, é uma ciência que tem de ser crítica e que preza pela transformação social, principalmente se é uma sociologia produzida em um país como o nosso. Obrigada pela parceria e entrevista.

Entrevistadora: Nós que agradecemos, professora. Gratidão!

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil